



# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

ISSN:2237.3217

Dossiê

# Urbanidades



# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

MNEMOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades  
Universidade Federal de Campina Grande. n. 6 (2015). Campina Grande: CH / UFCG, 2015-Trienal  
ISSN 2237-3217  
1. História I. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó  
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil  
*e-mail*: menmosinerevista@gmail.com

***Equipe de Realização:***

Edição de Texto: Noemia Dayana de Oliveira  
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

## **MNEMOSINE REVISTA**

Volume 6 – Número 3 – Jul/Set 2015

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

Reitor: Prof. Dr. José Edilson de Amorim

### **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Coordenadora Administrativa: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marinalva Vilar de Lima

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Coordenador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

### **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos – Editor

Prof. Dr. José Otávio Aguiar – Editor Adjunto

### **CONSELHO EDITORIAL**

**Dr. Antônio Gomes Ferreira,**

*Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL*

**Dr. Cristian Wick,**

*Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies,  
TRINIDAD E TOBAGO*

**Dr<sup>a</sup>. Elizeth Payne Iglesias,**

*Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA*

**Dr. Gervácio Batista Aranha,**

*Decano da Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande,  
BRASIL*

**Dr. Iranilson Buriti de Oliveira,**

*Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Jean-Frédéric Schaub,**

*L'Ecole Des Hautes Etudes en Sciences Sociales*

**Dr. Joaildo A. Burity,**

*Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL*

**Dr<sup>a</sup>. Juciene Ricarte Apolinário,**

*Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Dr. Martin N. Dreher,**

*Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

**Dr. Paulo D. Siepierski,**

*Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL*

**Dr. Ronald P. Morgan,**

*Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES*

## CONSELHO CONSULTIVO

**Alarcon Agra do Ó,**

*Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**André Figueiredo Rodrigues,**

*Professor de História, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL*

**Ângela Maria Vieira Domingues,**

*Professora de História na Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL*

**Antonio Carlos Jucá de Sampaio,**

*Professor de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL*

**Antônio Clarindo Barbosa de Souza,**

*Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Antônio Torres Montenegro,**

*Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL*

**Carla Mary S. Oliveira,**

*Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL*

**Dilton Cândido Santos Maynard,**

*Professor de História, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL*

**Durval Muniz de Albuquerque Junior,**

*Professor de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL*

**Edson Silva,**

*Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL*

**Eduardo França Paiva,**

*Professor de História, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL*

**Elizabeth Christina de Andrade Lima,**

*Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Geraldo Silva Filho,**

*Professor de História, Universidade Federal de Tocantins, BRASIL*

**Marcos Fábio Freire Montysuma,**

*Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL*

**Marinalva Vilar de Lima,**

*Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Mary Catherine Karasch,**

*Teacher of History, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES*

**Patrícia Cristina Aragão Araújo,**

*Professora de História, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL*

**Regina Célia Gonçalves,**

*Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL*

**Regina Coelli Gomes Nascimento,**

*Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Rodrigo Ceballos,**

*Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Severino Cabral Filho,**

*Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL*

**Silvia Hunold Lara,**

*Professor de História, Universidade Estadual de Campinas, BRASIL*

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

Gervácio Batista Aranha ..... 7

### DOSSIÊ URBANIDADES

#### **A CIDADE SOB A "ORDEM" SANITARISTA (JACOBINA – BAHIA -1955-1959)**

Edson Silva ..... 12

#### **CORPO, SAÚDE E TRABALHO: O(S) DISCURSO(S) ANARQUISTA E SOCIALISTA EM RELAÇÃO AO(S) CUIDADO(S) DE HIGIENE EM PORTO ALEGRE (1900-1910)**

Eduardo da Silva Soares e Glaucia Vieira Ramos Konrad ..... 34

#### **IMAGENS DA MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO TEATRAL: SERTÃO, URBANIZAÇÃO E PROGRESSO NA CUIABÁ DOS ANOS 1940 PELA OBRA DE ZULMIRA CANAVARROS**

Antonio Ricardo Calori de Lion ..... 47

#### **AS SOMBRAS DAS IMAGENS: A GUERRILHA URBANA NO CARIRI CEARENSE EM 1967**

Assis Daniel Gomes ..... 67

#### **FORMAÇÃO DAS FAVELAS NUMA CAPITAL PLANEJADA: BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA**

Francis Albert Cotta e Wellington Teodoro da Silva ..... 84

#### **ITINERÁRIOS CAMPINENSES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: PERCURSOS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS**

João Paulo França ..... 98

#### **ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE URBANA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA GESTÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Maria de Fátima Martins e Gesinaldo Ataíde Cândido ..... 127

#### **A SOCIONATUREZA DOS RIOS URBANOS: A EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO RIO COMO INTANGÍVEL**

Luiz Eugênio Carvalho ..... 156

## ARTIGOS DE FLUXO

### **O PACTO ANGLICANO DE 2009 E A LIMINARIDADE**

*Aldenor Alves Soares*..... 164

### **A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA, SÉCULOS XVI - XVIII**

*Jean Paul Gouveia Meira*..... 176

### **CORPO - OBJETO PROFANADOR: AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E PERFORMANCE NA HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA**

*Robson Pereira da Silva*..... 189

## APRESENTAÇÃO

### Gervácio Batista Aranha\*

Em boa hora chega este Dossiê Temático, o qual surge em atendimento a duas exigências: de um lado, para fins de manter periodicidade da Revista Mnemosine e, de outro, para criar um canal de reflexão em torno dos estudos acadêmicos sobre o urbano, um campo que vem ganhando cada vez mais força no seio da comunidade historiadora e que ocupa um lugar garantido na historiografia brasileira nos dias que correm.

A Revista Mnemosine, ainda que tenha sido criada para ser uma espécie de caixa de ressonância das pesquisas orientadas nas linhas de pesquisa do PPGH/UFCG, sempre foi além desse caráter endógeno, abrindo-se desde o momento de sua criação para as devidas interações e trocas historiográficas, extensivo a outros saberes no âmbito das humanidades, isto em termos regionais e/ou nacionais, imprimindo, por assim dizer, uma linha de editoração também de caráter exógeno. A prova está neste Dossiê, em que, como veremos abaixo, comporta não só um conjunto significativo e diverso de contribuições de pesquisadores de diversas partes do país sobre o urbano, como pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, História, Geografia, Recursos Naturais.

Dossiê também chega numa hora propícia se se considera que se trata de uma proposição da Linha de Pesquisa I, do PPGH/UFCG,

denominada Cultura e Cidades, em que seus pesquisadores têm ermente, com esta publicação, duas metas: contribuir para o enriquecimento do debate interno com os pós-graduandos da Linha; criar um canal permanente de diálogo com pesquisadores do urbano Brasil afora, em especial com os que estão vinculados ou estiveram vinculados aos inúmeros cursos de pós-graduação em história e áreas afins nas diversas regiões do país. De resto, para que se conheça e ganhe maior visibilidade o que tem sido feito em Campina Grande, desde que o nosso Mestrado foi criado, no tocante à afirmação de um corpo de pesquisadores em história urbana com forte acento na História Cultural e na História Social, aos quais vieram se somar, em anos recentes, profissionais que pesquisam sobre o urbano com recortes temáticos sugeridos pelos Estudos Culturais.

O fato é que a linha de pesquisa Cultura e Cidades, do PPGH/UFCG, ainda que profundamente marcada por toda uma diversidade temática e epistemológica - fruto das muitas influências que marcaram seus pesquisadores nos cursos de pós-graduação em História e áreas afins na UNICAMP, UFPE, UFPB, entre outras IFES -, tem funcionado com um mínimo de coesão interna, significando, com isto, que diversidade na unidade tem sido o leitmotiv dos que a fazem. Portanto, foi com base nessa perspectiva de pluralidade temática e epistemológica que este Dossiê foi pensado, em que se garante um mínimo de autonomia autoral e textual para cada um dos

\* O autor é doutor em história pela UNICAMP e professor da UFCG.

trabalhos, mas sem perder de vista certa convergência no trato do urbano em sintonia com o espírito da linha de pesquisa referida, a saber, seus inúmeros recortes sobre o urbano, seus vínculos epistemológicos com a História Cultural, a História Social, a História Política, os Estudos Culturais, seu lugar-comum no tocante à ideia de que não existem ilhas de história e, por conseguinte, sua apreensão da vida cotidiana e seus devidos nexos com dimensões totalizantes, holísticas etc.

Os dez artigos que compõem este Dossiê formam sem dúvida um conjunto multifacetado. Provenientes de diversas partes do país ou do próprio PPGH/UFCG, os artigos em questão comportam diferentes recortes temáticos associados à história urbana e diferentes olhares em termos de epistemologia e/ou aporte teórico. Também diversas são as fontes pesquisadas por cada autor, com o consequente uso dos métodos hoje na ordem do dia para fins de bem processá-las.

O artigo intitulado **CIDADE SOB A ORDEM SANITARISTA (JACOBINA - BAHIA - 1955-1959)**, de autoria de Edson Silva, focaliza um conjunto de ações normativas e disciplinares, em âmbito público e privado, no cotidiano da cidade mencionada no título. Trata-se, entre outras coisas, de demonstrar as práticas de resistência e/ou rebeldia da população jacobinense às exigências de certa gestão municipal, com o beneplácito de profissionais da imprensa, no tocante à adoção de hábitos de feição médico-sanitarista.

O artigo com o título **CORPO, SAÚDE E TRABALHO: O(S) DISCURSO(S) ANARQUISTA E SOCIALISTA EM RELAÇÃO AO(S) CUIDADO(S) DE HIGIENE EM PORTO ALEGRE (1900-1910)** é de autoria de Eduardo da Silva Soares e Glaucia Vieira Ramos Konrad. Texto se debruça sobre periódicos anarquistas relativamente à cidade de Porto Alegre do início do século XX, confrontando-os em seguida com a bibliografia corrente acerca do tema. Desses usos e confrontos, emerge uma proposta de análise preocupada, entre outros, com os fatores que seguem: detecção dos sonhos anarquistas no tocante a uma sociedade livre dos poderes constituídos e, conseqüentemente, da opressão; identificação das precárias condições de vida e trabalho da gente oprimida em contraste com a vida burguesa; mapeamento das doenças, a tuberculose incluída, que afetam o bem estar físico e mental dos trabalhadores; enfoque de todo um universo imagético, com destaque para as linhas críticas de caráter anarquista, com vistas ao fomento de uma consciência de classe, vale dizer, ao modo como os trabalhadores traçam de forma consciente os caminhos da luta contra a opressão.

O artigo **IMAGENS DA MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO TEATRAL: SERTÃO, URBANIZAÇÃO E PROGRESSO NA CUIABÁ DOS ANOS 1940 PELA OBRA DE ZULMIRA CANAVARROS** é de autoria de Antonio Ricardo Calori de Lion. Voltado à análise dos traços arquitetônicos da Cuiabá - capital matogrossense - dos anos

1940, o texto explora, por meio de um vínculo visível com a História Cultural, os elementos sensíveis, esteticamente falando, da nova arquitetura implicada no processo de modernização da cidade, e tudo isto com base na apropriação/recepção da produção cultural de Zulmira Canavarros, que, segundo palavras do próprio autor, "se firmou enquanto personalidade influente no cenário cultural cuiabano".

O artigo assinado com o título de **AS SOMBRAS DAS IMAGENS: A GUERRILHA URBANA NO CARIRI CEARENSE EM 1967** é de autoria de Assis Daniel Gomes. A guerrilha urbana contra a ditadura militar no Brasil, como é público e notório, tem sido costumeiramente recortada como objeto de estudo no tocante ao eixo Rio - São Paulo. Tanto é assim que existe uma significativa historiografia a respeito. Poucos sabem da existência de guerrilha urbana em outras áreas do país, menos ainda em se tratando do Cariri cearense. Pois é exatamente de guerrilha urbana na região caririzeira cearense que trata este trabalho. Por meio do periódico intitulado "Jornal Unitário", relativo ao ano de 1967, o autor colige todo um feixe de discursos e imagens visuais presentes em suas páginas, com vistas à demonstração do modo como forças da repressão entraram em ação para, nas palavras do autor, "desorganizar e exterminar a formação de guerrilheiros nesse território". De resto, um jornal a serviço do regime ditatorial recém-implantado, deixando claro sua pretensão, devidamente explorada pelo autor, no tocante ao convencimento de que os

guerrilheiros eram inimigos da nação, devendo prevalecer na região, por isso mesmo, uma espécie de lei do silêncio.

O artigo **FORMAÇÃO DAS FAVELAS NUMA CAPITAL PLANEJADA: Belo Horizonte e Região Metropolitana**, assinado por Francis Albert Cotta e Wellington Teodoro da Silva, analisa as contradições do planejamento da capital mineira, um planejamento incapaz de comportar/incomodar toda uma massa empobrecida. O resultado não poderia ser outro, favelização em meio ao propalado planejamento e tentativa de ordenamento urbano. O corolário de tudo isso? Uma cidade cujo projeto de racionalização da ordem urbana, que se queria higienizada/disciplinada, se desfaz ante toda uma torrente de gente empobrecida que, em sua maioria oriunda do êxodo rural, se vê obrigada a morar nas favelas, à margem de qualquer política pública, praticamente desamparada no que se refere à presença do Estado.

O artigo intitulado **ITINERÁRIOS CAMPINENSES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: PERCURSOS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS**, de João Paulo França, se propõe a descortinar os possíveis itinerários das vivências cotidianas nas ruas, becos e logradouros da Campina Grande da primeira metade do século XX. Lançando mão de fontes como jornais, propagandas e fotografias, o autor rastreia os percursos, territórios e memórias dos campinenses e/ou forasteiros que eram atraídos pela cidade na temporalidade referida. E mais: ainda

que não tenha certezas à mão, o autor aceita o desafio de explorar o passado campinense, com o que é possível explorar, o mais proximamente possível, isto é, em termos verossímeis. Ademais, comparando-se a um flâneur, que sentia-se em casa ao adentrar a flanerie, o autor parece estar a exigir do leitor uma certa cumplicidade para fins de que ele, leitor, também sintasse igualmente em casa ao percorrer esses itinerários da vida campinense à época mencionada.

O artigo **ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE URBANA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA GESTÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE-PB**, de Maria de Fátima Martins e Gesinaldo Ataíde Cândido, tem a pretensão de refletir sobre o quanto um espaço urbano dado precisa de mecanismos de sustentabilidade para tornar a cidade minimamente viável em termos econômicos, urbanísticos e ambientais. Com este fim, os autores lançam mão do Plano Diretor da cidade de Campina Grande relativo ao ano de 2006, estabelecido pela Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da cidade. Partindo do pressuposto de que os espaços urbanos carecem de mecanismos de sustentabilidade, os quais devem ser geridos por políticas públicas adequadas devidamente monitoradas, os autores se debruçam sobre o Plano Diretor referido para verificar até que ponto o Índice de Sustentabilidade Urbana em Campina Grande tem pontos positivos. Enfim, um modelo de análise criado, a partir de certos indicadores, para avaliar a experiência de Campina Grande, mas

que, como admitem os autores, poderia ser aplicado a outras realidades, desde que se atente para as peculiares de cada local. No caso em apreço, a parte da vida urbana campinense que requer mais atenção em termos de sustentabilidade, é a dimensão urbanística, isto em decorrência “da cidade dispor de infra-estrutura básica de funcionamento com sistemas de abastecimento de água, energia, coleta de resíduos, esgotamento sanitário, transporte público, espaços públicos com áreas de lazer, entre outros”. Mas claro, nada disso pode ser melhorado a contento; nada disso pode ser incrementado de modo dinâmico; nada disso, enfim, tornar-se-á realidade se o Plano Diretor Municipal não puder contar, para fins de viabilizar políticas públicas para tornar a cidade sustentável, se não estiver associada a uma gestão democrática e participativa. Ora, sem uma estrutura institucional e política que dê garantias democráticas no tocante à participação dos munícipes, nenhum plano diretor viabilizará a cidade em termos sustentáveis.

O artigo **A SOCIONATUREZA DOS RIOS URBANOS: A EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO RIO COMO INTANGÍVEL NO IMAGINÁRIO DA CIDADE**, da autoria de Luiz Eugênio Carvalho, volta-se à explicação da reconstrução conceitual em se tratando das ações de drenagem urbana. Ao invés das antigas apreensões dicotômicas entre homem e natureza ou entre materialidade e representação, o texto chama a atenção para o caráter híbrido dessas relações. Portanto, nada de colocar construção material de um lado, representações do outro.

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

Com a própria palavra o autor: “a construção material de cidades ambientalmente mais adequadas passa pela transformação das representações que temos de seus elementos componentes, neste caso com destaque para os rios urbanos”.

Se posicionando contra certa noção naturalizada acerca dos rios que cortam as cidades, o autor esclarece não são tão intangíveis assim como nos quer fazer crer a legislação.

## A CIDADE SOB A "ORDEM" SANITARISTA (JACOBINA – BAHIA -1955-1959)

Edson Silva<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar as investidas desenvolvidas por parte do gestor municipal, dos médicos-sanitaristas e dos jornalistas, no sentido de normatizar e higienizar os espaços públicos e privados e certos hábitos da população citadina jacobinense, bem como apontar para as práticas de indisciplina, de desvio e de resistência da população que emergiam no cenário urbano. O propósito foi apresentar uma cidade em que afloraram uma série de práticas heterogêneas e dispersas, as quais os dispositivos de vigilância, de controle e disciplinamento, buscavam em sucessivas ofensivas normatizá-la e higienizá-la.

**Palavras-chave:** Cidade; Sanitarismo; Jacobina.

### Abstract:

This article aims at analyzing the interventions developed by the municipal mayor, sanitation-doctors and journalists, in terms of ruling and cleaning public and private places, and the behaviors of the citizenry population of Jacobina, as well as pointing up the practices of indiscipline, deviation and resistance that emerged in the urban area. The purpose was to present a town where a series of heterogeneous and non-located practices were made present, activities that the mechanism of watching, controlling and disciplining attempted, through successive offensives, to rule and correct hygienic behaviors.

**Keywords:** Town; Sanitation; Jacobina

Entre os saberes que ajudaram a delinear a configuração da cidade moderna<sup>2</sup>, destacou-se a

medicina. Como aponta Georges Vigarello, desde o final do XVIII o saber médico passou a tomar parte na administração da emergente vida urbana:

No fim do século XVIII, o médico aproxima-se do político. Desempenhou um papel no ordenamento das cidades e de vários locais públicos. Influenciou comportamentos colectivos (desde a lavagem das ruas até ao traçado de certos bairros). Esta influência na vida cotidiana não podia deixar de ter consequências. O médico do início do século XIX reivindica, neste aspecto, mais rigor, mais sistema: nenhum conhecimento novo sobre as leis da saúde, mas mais vontade de afirmar um saber totalizado, insistência no realce de uma competência "científica". (VIGARELLO, 1985. p.134.)

O saber médico tornou-se num dispositivo estratégico na gestão das cidades, orientando as intervenções de engenheiros, urbanistas e administradores públicos. Os espaços urbanos entraram num processo de medicalização (FOUCAULT, 1979. p. 79-98), era o olhar médico que possuía autoridade, ditando prescrições de asseio e higiene para os ambientes públicos e privados.

Desde o final do século XIX e início do XX, as maiores cidades brasileiras passaram por reformas urbanas. Em parte, as intervenções eram justificadas para combater as constantes epidemias que afetavam a população citadina.<sup>3</sup> Dessa forma, as cidades entraram na mira dos discursos e das práticas médico-higienista:

É nesse contexto que o saber médico-higienista, no Brasil,

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia - Campus IV - UNEB - (2012). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - (2015). Professor de História da Educação Básica. E-mail: edsomsilva@gmail.com

<sup>2</sup> O presente texto é uma versão com alguns acréscimos e modificações de parte de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada "*Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina - BA 1955-1959)*" defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (2015).

<sup>3</sup> Na primeira metade do século XX, a população de Jacobina também foi acometida por diversas doenças, como o impaludismo, a varíola, o tifo, a sífilis, o tétano e a tuberculose. Sobre as doenças que atingiam a população de Jacobina na primeira metade do século XX, ver a dissertação de Ricardo dos Santos Batista, Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-Ba (1930-1960). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.UFBA Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado). p.37-43.

influenciado pelas teorias médicas francesas, elabora estratégias ainda pontuais de eliminação dos focos considerados responsáveis principais pela emergência dos surtos epidêmicos que assolavam a cidade. Sanear o meio ambiente significava, portanto, garantir a formação de indivíduos sadios e fortes. (RAGO, 1985. p.168).

Em Jacobina<sup>4</sup>, ao lado da política de modernização da cidade desenvolvida pela gestão municipal, com as obras de infraestrutura urbana, executavam-se também medidas de caráter sanitaria. As moradias da cidade foram alvo regulamentações e intervenções tanto por parte do gestor municipal, quanto dos médicos sanitarios. Com esse propósito, o alcaide e os médicos do distrito sanitário invocaram o cumprimento da legislação urbana, a saber, o Código de Posturas e o Código Sanitário - dispositivos funcionais na estratégia de gestão da cidade naquele contexto.

Debruçamos mais sobre a questão das construções e moradias na cidade, adiante retornaremos a discussão sobre a busca pela ordenação dos espaços públicos. As habitações já vinham sendo objeto de interferência pelo poder público municipal. O Código de Posturas, criado em 1933 e ainda em vigor neste período, tentava impor um desenho urbano, com normas de arruamento, de edificação e preceitos de conservação. No segundo capítulo do código, denominado "Das construções, reconstruções, reparos e demolições de propriedades", prescrevia-se o modelo urbano desejado. Os artigos referentes ao capítulo estipulavam que as obras de construção, reconstrução e reparo

não poderiam ser feitas sem a prévia licença da gestão municipal, a qual ainda podia exigir do proprietário da obra o cuidado com a preservação da estética da cidade, caso contrário, a obra poderia ser embargada e demolida pela prefeitura, devendo o construtor pagar as despesas com a demolição e multa (JACOBINA, 1933. 3-4).

No artigo quarto determinava que: "Os prédios que se construírem ou reconstruírem nesta Cidade, terão pelo menos a altura de 4 metros, e os muros 2 metros e 30 centímetros, arestados e rebocados de cal todos os que forem em frente das ruas" (Ib. p. 4). Era interdito ainda a construção de casas de palhas nas ruas da cidade, com exceção de lugares previamente orientados pela prefeitura. Além disso, os proprietários não poderiam deixar as residências e muros desaprumados, sob a pena de multa e demolição (Ib. p. 4).

Estipulava também normas para armazenar os objetos de construção, para evitar a obstrução do trânsito e a presença de entulhos nas ruas; que o proprietário da edificação ficava obrigado a manter o asseio da frente dos prédios no prazo mínimo de 2 em 2 anos, inclusive determinando o mês de preferência, no caso, dezembro; que não devia permitir por mais de 4 meses as frentes e fundos das construções abertas, sob pena de multa (Ib. p. 4).

Dessa forma, o Código de Posturas determinava uma maneira de construir e conservar as moradias na cidade, com a imposição de normas técnicas, higiênicas e estéticas. Em outros termos, as posturas produziam uma gramática para o

<sup>4</sup>Jacobina é uma cidade baiana situada geograficamente na região denominada de Piemonte Norte da Chapada Diamantina, distante 330 quilômetros da capital do estado, Salvador. Foi emancipada em 1880 com o nome de "Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina". A formação do núcleo urbano, que de vila veio a se constituir como cidade, esteve ligada à introdução dos currais de gado (séc. XVII) nos sertões baianos e à descoberta de ouro nas serras adjacentes, que atraiu emigrantes de diversos lugares em busca do minério. (Cf. COSTA, 1918, p.235-306).

tecido urbano, ou seja, um conjunto de regras que os gestores procuravam materializar sobre os logradouros públicos e os espaços privados. De um lado, definia uma forma prévia, a altura das edificações, o material empregado e a adequação ao alinhamento. De outro, as normas para o arruamento, que deviam obedecer à forma geométrica, ditada pela linha reta. A partir dessas posturas, os administradores buscavam regular a produção e os usos dos espaços da cidade. Segundo Raquel Rolnik, a legislação urbana, definida por leis e códigos, corresponde a um modo de leitura do urbano, elaborada por um grupo social:

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final. (RONILK, 1999. p.13).

Neste contexto de transformações urbanas, a vontade do administrador municipal de edificar uma nova paisagem e ordem na cidade, com a prática de modernização e medidas de normatização do cotidiano, passava também pela interferência nos espaços privados, sendo alvo do poder público municipal e dos

médicos-sanitaristas, as habitações e construções.

Conforme nota publicada no jornal *Vanguarda*, o prefeito assim procurava proceder, fazendo cumprir o Código de Posturas:

*Prefeitura Municipal de Jacobina  
Aviso*

*O Prefeito Municipal de Jacobina avisa a todos aquêles (sic) que tenham de fazer construções, limpeza interna ou externa de prédios, ser necessário a devida licença, como prevê o Código de Posturas do Município. A inobservância ao presente aviso, incorrerá nas penalidades previstas em lei.*

*Jacobina, 22 de fevereiro de 1956.*

*Dr. Orlando Oliveira Pires –  
Prefeito (VANGUARDA, 26/02/1956, p.4.)*

Dessa maneira, o gestor municipal tentava controlar as edificações na cidade, exigindo que os construtores, antes de efetivar as obras ou reparos, tivessem o aval da prefeitura. Sendo assim, as casas que fossem edificadas ou existentes deviam obedecer à racionalidade das posturas municipais – fundadas por princípios de ordem técnica, estética e de salubridade.<sup>5</sup> Como dito, a construção de uma nova paisagem urbana e imagem da cidade, com as intervenções no centro, efetuadas com as medidas de limpeza, pavimentação, saneamento e tentativa de ordenação de uso das ruas, caminhava também no sentido de estabelecer uma política de habitar na cidade.

Além das medidas do gestor municipal, outro mecanismo de legislação urbana era empregado na

<sup>5</sup> Não conseguimos localizar os registros de autorização de construções no período, no entanto, pelo crescimento demográfico acentuado na cidade entre os anos de 1950 e 1960, acreditamos na possibilidade de um aumento significativo de edificações de novas moradias. O que nos leva a inferir que as exigências anunciadas faziam parte da estratégia de gestão da cidade, ou seja, as novas habitações deviam obedecer à racionalidade administrativa e sanitária.

<sup>6</sup> O Código Sanitário do Estado da Bahia, em vigência no período, foi elaborado em 1925 e esteve em vigor até 1971, quando foi aprovado o novo Código de Saúde do Estado. Sobre as modificações ver ARAÚJO, J. D. de; et al. *Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil*. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext)

cidade, o Código Sanitário do Estado.<sup>6</sup> Pelo arranjo administrativo do sistema de saúde pública estadual, vigente no período, os centros urbanos de maior concentração populacional deviam possuir um Posto Municipal de Higiene (Distrito sanitário – denominação utilizada no período para o órgão). Conforme o texto do Código Sanitário: “Art. 2.061. Os Postos Municipais de Hygiene, verdadeiras unidades sanitárias, serão localizadas de preferência nas zonas do Estado mais ricas e florescentes e de população mais densa, nos pontos que o governo designar. (Art. 49 da lei n.1.811, de 29 de Julho de 1925)(O Código, 1925).

Em 1948, Jacobina recebeu um distrito sanitário.<sup>7</sup> Antes funcionava na cidade um subposto de higiene, inaugurado na década anterior (BATISTA, 2010, p. 41). A respeito das atividades desse centro, a legislação preceituava que tinha de desenvolver as seguintes funções:

Art. 2.062. Executarão os postos Municipaes de Hygiene os seguintes trabalhos: educação, propaganda, combate as endemias ruraes, doenças venereas, lepra, tuberculose e doenças epidêmicas, estatísticas, inspecção de generos alimentícios, hygiene maternal, infantil e escolar, policia sanitária e hygiene industrial. (Art. 50 da 1.811, de 29 de Julho de 1925) (BAHIA, 1925)

Naqueles anos, atuaram na cidade, na função de chefe do distrito sanitário, os médicos Evandro Campos de Oliveira<sup>8</sup> e Raimundo Diniz Veloso.<sup>9</sup> Percebe-se, por meio do jornal *Vanguarda*, que os médicos

lançaram uma campanha de educação sanitária na cidade, publicando textos no periódico e desenvolvendo eventos públicos. Na estratégia de pedagogização da população, em sucessivas edições do *Vanguarda* foram publicados os artigos do Código Sanitário, que explicavam o propósito da educação sanitária e da atuação da polícia sanitária,<sup>10</sup> da obrigação dos exames médicos para os empregados domésticos;<sup>11</sup> pregava-se o cuidado com a água;<sup>12</sup> falava-se da importância dos exames pré-natais para gestantes,<sup>13</sup> da higiene dos ambientes, das moradias<sup>14</sup> e dos alimentos, a exemplo do leite.<sup>15</sup> Possivelmente, essas questões também eram abordadas nas palestras, eventos e pronunciamentos no serviço de alto-falantes. Numa nota veiculada no jornal, o médico Evandro Campos de Oliveira convidava a população para assistir ao filme "Irrigue a Terra", na sala do Cine Ideal. Na solicitação, manifestava o desejo da presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas e da juventude, enfatizando principalmente a necessidade da presença das pessoas que trabalham no magistério.<sup>16</sup>

A partir desses mecanismos educacionais, difundidos através de suportes técnicos modernos, que abrangiam um número considerável de pessoas, os médicos visavam produzir uma nova subjetividade na população urbana, que passava pela preservação da saúde dos trabalhadores domésticos, pelo cuidado com a natalidade, com o asseio dos ambientes privados, com a higiene dos alimentos e da água consumida.<sup>17</sup>

**Volume 6, n.3, jul/set 2015**

<sup>6</sup> O Código Sanitário do Estado da Bahia, em vigência no período, foi elaborado em 1925 e esteve em vigor até 1971, quando foi aprovado o novo Código de Saúde do Estado. Sobre as modificações ver ARAÚJO, J. D. de; et al. *Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil*. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext)

<sup>7</sup> Segundo José Eduardo de Araújo et al, o decreto de Nº 134 de 17/12/1948 criou 8 distritos sanitários no interior do Estado, dentre esses foi criado o de Jacobina. Ver ARAÚJO, J. D. de; et al. *Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil*. Saúde pública. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19.

<sup>8</sup> Importantes Medidas Tomadas Pelo Chefe do Distrito Sanitário - Vanguarda, 30/06/1956 Nº. 350.p.1 Nota de despedida do médico Evandro Campos de Oliveira Jacobina, 27 de abril de 1957. Vanguarda, 04/05/1957 Nº 392. p.4

<sup>9</sup> Assumiu as funções o novo chefe do Distrito Sanitário (Dr. Raimundo Diniz Veloso). Vanguarda, 13/07/1957. Nº 400.p.1.

<sup>10</sup> Educação Sanitária - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 18/08/1956. Nº.357.p.4; Educação Sanitária - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 08/09/1956. Nº.360. p.4; Educação Sanitária II - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 15/09/1956. Nº. 361.p.4; POLÍCIA SANITÁRIA - Dr. E. Oliveira. Vanguarda,

Inserida nesse processo, a narrativa do sanitaria Evandro Campos de Oliveira, difundida no *Vanguarda*, nos apresenta a concepção de habitação, aos moldes almejados para a cidade. Segue o texto:

Habitação Higiênica  
Dr. E. Oliveira

Desde o aparecimento do homem na face da terra, que há a preocupação de um abrigo contra as intempéries do tempo e os inimigos naturais.

Com o correr dos tempos, surgiu a influência do pudor e da estética, da beleza e do luxo, sem que, jamais, entretanto, dominasse o fator HIGIENE como ângulo dominante na construção das habitações, mormente no meio rural.

Conforto (sic) e higiene não se repelem nem se destroem, conjugam-se e permutam os seus benefícios.

Uma habitação higiênica não é, forçosamente aquela que dispõe dos requisitos proporcionados pelo fausto, e sim aquela que dispõe nos requisitos orientados pelo bem estar (sic) físico e mental, aquela que, além de proporcionar conforto (sic), ajuda na preservação da saúde.

Para uma habitação ser considerada higiênica deve ter espaço suficiente para a contínua renovação do ar, isto é, cubagem individual, pisos, lambris e rodapés impermeáveis, à prova de roedores, baratas e outros animais; iluminação natural e suficiente para evitar defeito visuais; altura de acordo com a metragem quadrada; não empregar, nas pinturas e revestimentos, materiais que possam produzir emanações tóxicas; ter as condições mínimas de insolação, iluminação e ventilação, de acordo com os solstícios de verão ou inverno; cobertura de material incombustível, etc.

Estas exigências codificadas na Lei Sanitária visam, com tudo o que diz respeito à Saúde Pública, defender a saúde coletiva, resguardando as populações da incidência de moléstias que as dizimam, quer física quer moralmente. Os prepostos da Saúde Pública, quando insistem na aplicação da Lei Sanitária, nada mais fazem que atuarem como verdadeiros guardiões da saúde, responsáveis que são pelas condições sanitárias das coletividades sob a sua guarda.

É dever incondicional de todos não só acatarem, com respeito e urbanidade, as instruções dos responsáveis (sic) pela Saúde Pública local, como cooperarem com os mesmos, denunciando qualquer irregularidade ou infração conhecida. Assim é que se forja um povo altamente educado no sentido sanitário, um dos pedestais da felicidade e do desenvolvimento de uma nação (VANGUARDA, 01/09/1956. p.4).

Primeiro, o autor constrói para seus leitores uma breve história da casa, argumentando que o fator higiene, matéria do seu saber, escrito em letras garrafais, nem sempre representou elemento de importância nas edificações. Dessa forma, buscava legitimar seu discurso em oposição a outros saberes, como da arquitetura, que tem por objeto as formas das edificações.<sup>18</sup> Para o médico, a habitação devia atender predominantemente duas funções básicas: higiene e conforto.

A narrativa do sanitaria desenhava um modelo de habitação recomendado para a cidade. Nesse sentido, preceituava que as construções e habitações obedecessem a requisitos que iam desde a circulação de ar, passando pela penetração de luz solar, do uso de materiais específicos, ao tamanho

Volume 6, n.3, jul/set 2015

<sup>11</sup> Inspeção Sanitária dos Empregados Domésticos - Vanguarda, 29/09/1956. Nº.363.p.4.

<sup>12</sup> Água, Amiga e Inimiga - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 14/07/1956. Nº.352. p.4; Água, Amiga e Inimiga II - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 21/07/1956. Nº.353. p.4

<sup>13</sup> Os Exames Pré-Natais e as Gerações Futuras - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 04/08/1956. Nº.355. p.4.

<sup>14</sup> Saneamento do Ambiente I - Dr. E. Oliveira, Vanguarda, 15/12/1956. Nº.374.p.4; Saneamento do Ambiente II - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 22/12/1956. Nº.375.p.4

<sup>15</sup> LEITE - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 25/08/1956. Nº.358. p.4.; Vanguarda, 22/09/1956. Nº362.p.4 ; Fiscalização dos Gêneros Alimentícios - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 06/10/1956. Nº.364.p.4;

<sup>16</sup> VANGUARDA, 11/08/1956 Nº. 356 p.4.

<sup>17</sup> De acordo com Michel Foucault, uma das preocupações dos estados modernos envolveu a administração dos fenômenos humanos de ordem biológica. Desse modo, adotaram instrumentos e procedimentos visando investir na melhoria das condições de vida das populações, a exemplo de políticas de controle das doenças, da mortalidade, da natalidade, da sexualidade, das habitações e o nível de saúde. Para Michel Foucault: "O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista.

dos compartimentos internos. Além de cumprir essas medidas de profilaxia desde a construção, as casas eram submetidas a fiscalizações por parte dos guardas sanitários, tendo em vista funcionarem sempre como um ambiente salubre.

O texto informava que uma habitação com conforto e higiene eram aspectos que condicionavam um bem estar físico e mental. No decorrer da narrativa, escreveu o médico: "Estas exigências codificadas na Lei Sanitária visam, com tudo o que diz respeito à Saúde Pública, defender a saúde coletiva, resguardando as populações da incidência de moléstias que as dizimam, quer física quer moralmente" (VANGUARDA, 01/09/1956. p.1). Desse modo, com o problema das doenças figurava outra questão, o tema da moral. Quanto a isso, a ideia de conforto nos parece elucidativa, o ideal de um habitar com elementos de comodidade servia na produção de um tipo de sujeito cidadão. No imaginário médico-sanitarista, residências sujas e sem conforto eram vistas como focos de doenças e de problemas de ordem moral.

Como verifica-se nos trabalhos de historiadores que vem estudando as práticas sanitaristas nas cidades (RAGO, 1985; BEGUIN, 1991), pairava no imaginário médico que, sendo a casa um espaço de conforto, evitaria o sujeito de frequentar espaços de sociabilidades consideradas desviantes ou imorais, como vagar pelas ruas, ambientes de consumo de bebidas, de jogos e prostituição. Na visão sanitarista, o conforto e o bem-estar da casa eram condições que levariam o sujeito a

uma vida sóbria e econômica, na tranquilidade do lar, desfrutando dos momentos de folga do trabalho, com a família.

Associada à defesa do conforto da casa, estava envolvida também a configuração do hábito de uma vida privada e o gosto pela intimidade. Como considerou a historiadora Michelle Perrot, essas questões foram aspectos formadores da sociedade moderna, configurado pela ordem burguesa, que instaurou um estilo de vida marcado pela privacidade. A respeito disso, assim afirmou Perrot: "o domínio privado por excelência é a casa, fundamento material da família e pilar da ordem social" (PERROT, 2009. p.285).

Situadas essas questões, vamos compreendendo que a noção de casa, agregando o conforto e a higiene, defendida pelo médico-sanitarista, entrava como outro elemento na estratégia de gestão da cidade, pautada pelos médicos naqueles anos. As medidas almejavam produzir uma população urbana saudável e resguardada no interior da residência. O lazer urbano podia ser desfrutado nos ambientes construídos e destinados para esse fim, em espaços públicos, como nas praças e no estádio municipal.

Como veremos, a construção do estádio municipal constituiu-se num elemento central de modernização/urbanização da cidade nesse período. O lazer era instituído, no entanto, restrito a espaços reconhecidos, em que se desenvolviam práticas aceitas e valorizadas, e onde a vigilância e controle sobre os comportamentos e condutas dos frequentadores tornavam-se possíveis, graças à

O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política". Cf. FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In:\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.79-98. Essas práticas sanitaristas na cidade podem ser entendidas enquanto desdobramento de uma ação biopolítica. Medidas positivas do poder que funcionam no intuito de garantir a vida, isto é, fazer o sujeito viver. Mecanismos múltiplos de regulação da vida que operavam tendo em vista a utilidade econômica (explorar a força do trabalho) e a docilidade política (produzir corpos dóceis e obedientes) da população. Nos termos empregados pelo próprio Foucault: "um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles preciosos e regulações de conjunto". Cf. FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In:\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 145-174.

18 O modelo culturalista em arquitetura e urbanismo preconizava que o planejamento urbano e as construções urbanas deviam cumprir um papel estético. Cf. CHOAY, Françoise. O Urbanismo em questão. In:\_\_\_\_\_. *O urbanismo: utopias e realidade*, uma antologia. 3. São Paulo: Perspectiva, 1998.

configuração espacial, que tornava visível a observação da população, seja por parte dos prepostos de segurança, seja por parte dos frequentadores entre si. Assim, implantava-se uma maneira leve de exercer um poder sobre os sujeitos, instituindo espaços de sociabilidades e de lazer na cidade. Em oposição a esses espaços indicados, estavam os ambientes fechados de bares, bodegas, prostíbulo e boates – lugares que, no imaginário médico, desenvolviam relações perniciosas e imorais, práticas que degradavam a saúde física e mental dos indivíduos.

Na execução dos mandamentos médicos, na busca pela salvação da população das mazelas físicas e morais, trabalhavam os guardas sanitários, como verdadeiros missionários ou anjos da guarda, que não salvariam almas, contudo, os corpos. Como argumentava o médico na sua narrativa: “nada mais fazem que atuarem como verdadeiros guardiões da saúde, responsáveis que são pelas condições sanitárias das coletividades sob a sua guarda.” (VANGUARDA, 01/09/1956, p.1). De tal modo, desenvolviam suas ações em nome de um propósito considerado de suma importância, o desenvolvimento nacional, como pontuava o texto: “Assim é que se forja um povo altamente educado no sentido sanitário, um dos pedestais da felicidade e do desenvolvimento de uma nação” (Ib. p 1). Naqueles anos, a higiene era vista como redentora do país, instrumento pelo qual se projetava evitar doenças e a morte prematura da população, que resultava na perda de mão de obra que serviria para os propósitos de desenvolvimento da nação.<sup>19</sup>

As ideias higienistas sobre as habitações já vinham sendo praticadas desde o século XIX. Os estudos de Alain Corbin (CORBIN, 1987), assinalaram a emergência de uma nova sensibilidade da burguesia para com determinados odores. O imaginário burguês em relação ao pobre partilhava da visão de que esse vivia de forma animalésca, associando sua habitação a uma toca. Os cheiros passavam a ser símbolos de diferenciação social e um mecanismo da burguesia para assujeitar o pobre, unindo o cheiro à condição de degradação e disseminação de doenças. Afirmando assim uma maneira de justificar a imposição de regras e comportamentos, de usos dos espaços públicos, da forma das habitações e de novos hábitos. Nas palavras de Corbin: “Esta transferência leva necessariamente à renovação das estratégias: um deslizamento tático já se opera, do espaço público para o espaço privado” (CORBIN, 1987. p.183). O alvo não era apenas os espaços públicos, mas os ambientes domésticos, os quartos e cômodos das habitações dos pobres eram alvos dos sanitaristas, lugares no imaginário burguês que devia se buscar a salubridade. O pensamento higienista do século XIX passou a relacionar a higiene e a limpeza com a ordem e a disciplina da população. Tornar o pobre inodoro registrava o desejo burguês de transformá-los em trabalhadores disciplinados.

No Brasil, as pesquisas de Margareth Rago apontaram para o papel do pensamento médico-sanitarista na elaboração de políticas habitacionais nas primeiras décadas

<sup>19</sup> Na década de 1950, construíam-se no Brasil a associação entre o melhoramento das condições sanitárias do país e seu desenvolvimento; os índices baixos de saúde da população eram vistos como fatores que impediam o desejado desenvolvimento nacional. Cf. CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: Políticas Internacionais e Respostas Locais. *História em Revista*, Pelotas, v. 11, dezembro/2005.p. 37-61.

do século XX, especificamente para a classe trabalhadora (RAGO, op. cit. p, 163-203). Inicialmente preocupados com as condições de salubridade dos espaços públicos, os higienistas direcionaram as medidas para o saneamento das cidades, como a construção de redes de esgoto e encanamento de água, alargamento e alinhamento das ruas, inserção de áreas verdes, serviços de limpeza urbana, enfim, ações de desinfecção e desodorização dos espaços urbanos. Logo a preocupação passou para as condições de moradia dos pobres. Nesse sentido, empenharam-se para desenvolver medidas de asseio das residências e eliminação das habitações coletivas. As intervenções fundamentavam-se na ideia partilhada pelos sanitaristas de que a casa do pobre era suja e foco de doenças, e, ainda, um ambiente propício a atitudes consideradas de imoralidade. Segundo Margareth Rago:

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço da felicidade confortável, afastava dos perigos ameaçadores das ruas e bares (RAGO, op. cit. p.164).

No entanto, o assunto da moradia popular não foi alvo de intervenções e inquietação por parte apenas dos sanitaristas, outros segmentos interessados em produzir uma população saudável e disciplinada preocuparam-se também com as condições das habitações populares. Os segmentos industriais e o poder público entraram em cena,

elaboraram planos e construíram vilas operárias em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Na perspectiva médico-sanitarista, no imaginário de políticos e dos setores industriais, as moradias populares eram ambientes em que proliferavam as doenças que atingiam a população e constituíam em espaços de degradação moral - era preciso prevenir e eliminar as doenças que grassavam constantemente a população, assim como era necessário soerguer moralmente o pobre e o trabalhador.

Desse modo, desenvolveram ações no sentido de produzir uma população de sujeitos sadios e fortes, livres da corrupção moral e, não menos importante, de sentimentos de revolta política. Em suma, tratadas enquanto problema de ordem moral, econômica e política, as ações dos setores dominantes com a habitação da população pobre eram movidas pela pretensão de fabricar sujeitos submissos e economicamente produtivos (Cf. RAGO, 1985. p.175-188).

A solução executada nos maiores centros urbanos do país foi a construção de vilas operárias na periferia das cidades, mecanismo estratégico dos segmentos dominantes na moralização, controle e disciplinamento dos trabalhadores. No entanto, em Jacobina não se tinha grandes indústrias que empreendessem medidas desse porte, sua economia era baseada na produção agrícola, pecuária e mineradora. Assim, as ações dos médicos e dos guardas sanitários se desenvolveram com o propósito de fiscalizar as moradias, exigindo que elas atendessem as condições de

higiene e conforto para habitar. Medidas necessárias, no sentido de produzir cidadãos saudáveis e bem comportados socialmente, para servirem na causa do desenvolvimento nacional, como pontuava no seu texto o médico-sanitarista Evandro Campos de Oliveira.

Não obstante, uma proposta de construção de um conjunto residencial na cidade através de Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários foi encaminhada pelo governo federal ao prefeito de Jacobina. A obra tinha o objetivo de atender a população pobre e retirante que chegava à cidade, fugindo das secas que afetavam a região e estados vizinhos. Como aponta essa nota do jornal *Vanguarda*:

Será Construído Um Conjunto Residencial Pelo IAPC, Nesta Cidade

No início da semana que hoje finda, o dr. Orlando Pires, prefeito dêste Município, recebeu do escritor Eloywaldo Chagas de Oliveira, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, o seguinte telegrama:

"Prefeito de Jacobina.

Tenho satisfação comunicar ilustre coestaduano propósito instituto previdência construir conjunto residencial nesse Município vg dependendo doação área não inferior dois hectares pt Encareço pronta resposta para que obras atendam colocação flagelados segundo recomendações expressas sr. Presidente da República."

Imediatamente, o dr. Orlando Pires providenciou a aquisição da área solicitada e respondeu ao supracitado telegrama, afirmação que a Prefeitura doará o terreno para a edificação do conjunto residencial pelo IAPC e, ao mesmo tempo,

pedindo providencias no sentido de que os trabalhos de construção sejam iniciados com a máxima urgência, a fim de amparar as levas de flagelados que constantemente aqui chegam, procedentes dêste e dos Estados vizinhos (VANGUARDA, 14/07/1956, p.1).

Conforme a versão dos jornalistas, o prefeito prontamente buscou satisfazer as exigências e respondeu o telegrama, estabelecendo ainda que o conjunto de casas para os chamados "flagelados" fosse construído o mais breve. O desejo de celeridade do projeto citado no texto aponta para o incômodo que causava, para gestor e jornalistas, a presença nas ruas daqueles sujeitos. Certamente, não queriam ver nas ruas da cidade que procuravam fazer "moderna e civilizada", o espetáculo de retirantes ocupando os espaços urbanos ou perambulando pelas vias (praças, ruas e becos) sem destino certo, sem um domicílio.

Não conseguimos localizar se o conjunto habitacional começou a ser edificado, acompanhando as edições posteriores do jornal não encontramos outras informações a respeito do andamento das obras do empreendimento. Mas, de qualquer modo, observa-se que a medida buscava como solução a segregação dessa população migrante, excluindo-os da paisagem urbana e do campo de visão das ruas de Jacobina. A construção do conjunto era uma forma de isolar e retirar das vias urbanas aqueles sujeitos que chegavam a Jacobina naquele momento. Dois anos depois do anúncio de construção do conjunto habitacional, o jornal *Vanguarda*

denunciava nas suas páginas a presença dos indesejáveis “retirantes e mendigos”, fazendo uso do largo do mais antigo templo católico da cidade, construído pela ordem dos franciscanos na época da colonização portuguesa.

O Pátio da Igreja da Missão Está Servindo de Abrigo de Retirantes!

Fomos informados de que o pátio da bicentenária igreja da Missão do Bom Jesus está servindo de abrigo de mendigos e retirantes, os quais estão, inclusive, acendendo fogo junto à porta principal daquele vetusto templo!

Sendo a igreja da Missão um dos monumentos históricos da nossa terra, urge que as autoridades municipais tomem as providências cabíveis no sentido de não permitir que a mesma continui (sic) a servir de abrigo de mendigos e retirantes (VANGUARDA, 26/07/1958, p.1).

Diante da situação, o jornal, incomodado com aqueles sujeitos usando do espaço e ameaçando a imagem da cidade, posicionava-se na condição de defensor do patrimônio histórico da urbe. Contudo, a nota aparece como indício de que mendigos e retirantes não cessaram de chegar à cidade. Naquela Jacobina sobre a qual se projetava nas páginas do periódico enquanto “moderna” e “civilizada”, vivia no seu perímetro urbano com pessoas em situação precária de sobrevivência, personagens como aqueles de Vidas secas: Fabiano, Sinhá Vitória, menino mais novo e menino mais velho. Esses, em busca de melhores condições de vida na cidade, ao que parece, quando chegavam suscitavam logo os mecanismos de controle social, como lemos na nota

do jornal, exigindo uma intervenção da prefeitura.

Retomando a demanda médico-sanitária acerca das construções e moradias na cidade, identificamos a exigência de um certificado que atestava as condições das edificações para habitar. Numa nota publicada no *Vanguarda*, o médico Raimundo Diniz Veloso orientava os proprietários de obras quanto à cobrança:

Distrito Sanitário de Jacobina –  
AVISOS

A fim de evitar prejuízos e aborrecimentos aos senhores proprietários e construtores, esclareço que qualquer casa só pode ser ocupada com o respectivo “habite-se”, fornecido após a fiscalização sanitária. É aconselhável, pois, que antes de qualquer reparo ou construção, o responsável procure o Pôsto de Higiene onde será devidamente instruído acerca dos requisitos exigidos pelo Código Sanitário em vigor.

Jacobina, 11 de julho de 1957.

Dr. Raimundo Diniz Veloso –  
Chefe do Distrito (VANGUARDA, 20/07/1957, p.4).

A questão das construções e habitações na cidade entrou na mira do saber médico e passou também a ser invocada por outros atores sociais, legitimando o discurso de outros sujeitos sobre o espaço urbano, no caso, os jornalistas. Na edição de número 405 do *Vanguarda*, em nota na primeira página, o redator Floriano Mota elogiava a atuação do novato diretor do distrito sanitário:

Está Fazendo Cumprir as Exigências do Código Sanitário

O novo diretor do Centro de Saúde desta cidade, dr. Raimundo Diniz Veloso, está fazendo cumprir o que exige o Código Sanitário, no tocante ao "habite-se" das casas residenciais e dos alvarás de funcionamento para os estabelecimentos comerciais, como sejam: bar, confeitaria, padaria etc.

O dr. Raimundo Veloso já iniciou também a campanha contra a criação de suínos no perímetro urbano (VANGUARDA, 17/08/1957, p.1).

Acompanhando, ou melhor, reforçando os preceitos higienistas, já que fazia questão digna de registro e elogio, o jornalista entoava o coro com as medidas do médico-sanitarista de intervenção nas moradias, espaços comerciais e hábitos da população. A preocupação com a higiene das habitações e dos espaços urbanos tornava-se também uma obsessão por parte da imprensa. Dessa maneira, os médicos-sanitaristas operavam um esquadrinamento minucioso e justificavam sua intromissão nas residências e estabelecimentos comerciais, sujeitos à fiscalização dos funcionários do distrito sanitário, para ter o funcionamento autorizado. Sem o "habite-se" não poderia se habitar ou comercializar na cidade, pelo menos era o que a norma ditava.

O Código Sanitário funcionava como um dispositivo na estratégia de gestão da cidade utilizado pelos médicos e apropriado pelo discurso dos jornalistas a fim de regulamentar os usos dos espaços públicos e privados. No entanto, esses preceitos e proibições parecem não ter agradado à população. Em texto publicado numa coluna da quarta página do *Vanguarda*, o diretor do

distrito sanitário respondia o envio de uma carta anônima de um morador. O enunciado apresentava uma intriga em torno da licença de "habita-se" de uma edificação e uma carta sem identificação criticando as ações dos guardas sanitários:

A Quem Interessar Possa

Recebi na terça-feira, 23 dêste, uma carta sem assinatura, denunciando as atividades dos guardas sanitários dêste Pôsto de Higiene. Inicialmente não deveria tomar conhecimento da mesma, porque aquele que se escuda sob o anonimato não merece atenção; mas como eu só gosto de trabalhar à base de confiança, levo ao conhecimento do autor da aleivosa carta que as injúrias assacadas contra a moral dos referidos guardas não procedem, pois no Pôsto de Higiene existem cópias do "Habite-se" a que o mesmo se refere. O dito "Habite-se" recebeu o número 32 e foi concedido no dia 8 de outubro do corrente ano.

Inúmeras vezes tenho pedido, por todos os meios, a cooperação de todos a fim de facilitar a minha ação, em benefício da coletividade. Mas, cooperação por meios escusos, como este, não é a cooperação por mim solicitada, e sim baixeza, vileza, e denuncia a falta de responsabilidade moral de quem emprega tais expedientes.

Meu amigo, já tenho recebido denúncias através de populares e agido na devida conta, sem que os autuados tenham conhecimento donde partira a denúncia; gostaria que a sua queixa fosse feita pessoalmente, porque só assim ficaria patente a sua boa vontade de zelar pelos princípios sanitários da cidade em que vive, mas, na forma em que foi feita bem pode ser instrumento de uma vindita, de uma vingança pessoal, o que não interessa à minha ação administrativa. Seja honesta e apareça!

Jacobina. 24 de outubro de 1956.

Dr. Evandro Campos de Oliveira –  
Chefe do Distrito Sanitário de  
Jacobina (VANGUARDA,  
27/10/1956, p.4).

A partir do lugar de autoridade de saúde na cidade e do espaço da coluna no jornal, o sanitarista Evandro Campos de Oliveira vinha a público apresentar sua versão, com o objetivo de convencer os leitores do periódico da justeza da sua atuação e dos funcionários do distrito sanitário. Todavia, na sua manifestação, o diretor deixava demonstrar que as exigências de higienização das habitações, necessárias para o certificado de “habite-se”, desempenhadas pelos servidores do distrito sanitário estavam de alguma maneira aborrecendo alguns moradores. O pronunciamento no jornal do médico-sanitarista apontava para conflitos entre as atividades dos guardas sanitários com a população. O autor da carta, talvez temendo retaliações, usava dessa tática, de enviar de forma anônima, sem correr o risco de ser identificado, manifestava sua insatisfação.

Entre os textos da campanha educacional difundida pelos médicos na cidade, um esclarecia as funções da polícia sanitária, nesse incluía artigos do Código Sanitário comentados. Citamos os trechos a seguir, assim teremos uma noção dessas exigências para as habitações, executadas pelos guardas, que estavam causando a repulsava de algumas pessoas:

Art. 387 – A polícia Sanitária constará da inspeção dos prédios, lugares e logradouros públicos, da vacinação anti-variólica e da profilaxia geral e especial das doenças transmissíveis.

Como se vê, o guarda sanitário, longe de ser um polícia repressivo, tem uma função altamente social e, como zeloso guardião da saúde coletiva, merece o acatamento e respeito de toda a população. No desempenho da sua árdua missão, fiscaliza, aconselha e previne, visitando tôda (sic) a cidade em busca daquilo que possa trazer doença ou incomodidade ao público.

Art. 388 – Essa polícia será executada regular e permanentemente quer nas épocas normais, quer durante o desenvolvimento de epidemias.

Mais vale prevenir que remediar. Por isso o guarda sanitário está sempre vigilante, a fim de deter qualquer surto incipiente; surto esse (sic) que, por desconhecimento ou teimosia, pode surgir em sua própria casa, caro leitor, e se alastrar por tôda a cidade.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> POLÍCIA SANITÁRIA -  
Dr. E. Oliveira.  
Vanguarda,  
22/09/1956. Nº 362.  
p.4.

Em seguida, continuava a citar e comentar outro artigo:

Art. 389 – A Polícia Sanitária tem por fim evitar a invasão e propagação das doenças transmissíveis, prevenir ou corrigir os vícios de construção de prédios, no que disser respeito aos interesses da saúde pública, bem como as faltas de seus proprietários, locatários ou moradores, e descobrir os casos de notificação compulsória.

Eis a razão por que vimos insistindo, e insistiremos sempre, na questão da higienização das habitações. Um prédio como vício de construção (ausência de sanitários, piso permeável, sem reboco, etc), não só é prejudicial aos seus moradores, como também à tôda

coletividade, pois pode tornar-se um viveiro de vetores das doenças transmissíveis (IB. p. 4).

Por fim, concluía: “Mesmo na ausência de qualquer destas doenças ninguém poderá negar a entrada, em casa, dos guardas sanitários, nem assim recusar a vacinação anti-variolica, o que constitui crime de lesa humanidade.”<sup>21</sup>

Pela descrição da legislação, os guardas sanitários atuavam de maneira permanente e executavam um conjunto de atividades de caráter profilático na cidade – como um corpo, o qual devia ser prestado cuidados constantes, a fim de mantê-lo saudável. Assim, adentravam as casas e estabelecimentos para definir normas e fiscalizar o cumprimento, aplicavam vacinação e procurava verificar se os ambientes forneciam ventilação, penetração de luz solar, se possuía sanitário, se as paredes eram rebocadas e o piso era impermeável, se tinham algum doente<sup>22</sup> ou qualquer outro fator que possibilitasse a proliferação de doenças.

No entanto, não apenas as moradias na cidade entraram na mira dos médicos, foram também objetos de interferência outros aspectos da vida urbana. A higienização da cidade devia acontecer tanto no domínio dos espaços públicos como dos privados. Na ótica sanitária, Jacobina se apresentava como um corpo sobre o qual deviam ser executadas medidas de profilaxia. Em nota, o *Vanguarda*, incansável defensor do cumprimento das medidas sanitárias, em junho de 1956, apresentou as ações do médico Evandro Campos de Oliveira:

Importantes Medidas Tomadas Pelo Chefe do Distrito Sanitário

O atual chefe do Distrito Sanitário desta cidade, dr. Evandro Campos de Oliveira, tem tomado uma série de medidas úteis em favor da saúde da população local.

Dentre essas medidas podemos citar a proibição da criação de suínos no perímetro urbano; o exame do gado em pé e da carne destinada ao consumo da população; a exigência de atestado de saúde a todos os marchantes, panificadores, empregados em armazéns e em estabelecimentos congêneres; a fiscalização das padarias, concedendo prazo para que os seus proprietários satisfaçam as exigências do Código Sanitário; a fiscalização direta dos gêneros nas feiras livres, etc. Ao mesmo tempo, vem s.s. ampliando os serviços na sede do Distrito Sanitário, com atendimento a maior número de clientes e a realização de palestras de educação sanitária, a cargo dos médicos e dentistas do Distrito (Ib. p. 4)

O médico-sanitarista buscava regular uma série de atividades na cidade, a partir do seu saber passava a normatizar diversas práticas da população, exercendo um poder na vida cotidiana das pessoas. Assim sendo, as intervenções do médico procediam no sentido de eliminar a criação de animais no espaço urbano, em manter a conservação da higiene dos alimentos vendidos, de preservar as condições de salubridade dos ambientes de comércio e exigir atestado de saúde dos trabalhadores urbanos. Por um lado, agia-se interditando e vigiando os ambientes e as práticas dos cidadãos, por outro, procurando educar a população, de acordo com as regras do seu saber.

Contudo, para o *Vanguarda* era necessário que o médico cuidasse

<sup>21</sup> POLÍCIA SANITÁRIA - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 22/09/1956. Nº 362. p.4.

<sup>22</sup> É o que no texto o médico designa de notificação compulsória. Incluía uma série de doenças que deviam ser avisadas de maneira obrigatória às autoridades sanitárias. Cf. Polícia sanitária dr. E. Oliveira. Vanguarda, 22/09/1956. Nº 362. p.4.

de analisar, sobretudo, as carnes vendidas na cidade:

É preciso que o dr. Evandro Oliveira mande, também, examinar as bancas em que os marchantes cortam a carne nos dias de feira, pois, estas ficam expostas ao tempo, nos fundos das casas residenciais, durante tôda a semana e, nos dias de sábado, são postas nas feiras nas mesmas condições em que se encontram, empoeiradas e sujas de esterco de animais domésticos (VANGUARDA, 30/06/1956, p.1).

O abatimento, o transporte e o comércio de carne eram normatizados pelas posturas municipais, uma série de artigos do código em vigência estipulavam regras e procedimentos que deviam ser adotados no sentido de garantir o asseio da carne. De tal modo, era organizado um conjunto de preceitos, implicando em multa para os que não seguissem as normas. Assim, determinava-se o horário que devia acontecer o abate; proibia-se a matança fora do espaço determinado pela prefeitura; estabelecia-se que o animal a ser abatido fosse examinado por um médico ou um preposto municipal; normatizava-se o modo como devia ser conduzido e o material empregado no transporte; aplicava-se multa para quem vendesse ou mandasse "vender carne ou vísceras de gado enfermo de qualquer espécie, ou que tenha sido encontrado morto"; determinava-se que os açougues deveriam ser mantidos limpos e asseados e a carne exposta em ganchos apropriados; proibia-se que pessoa com doença contagiosa vendesse carne; definia que só era permitido o

comércio de carne no local instituído pelo prefeito e que os comerciantes do produto deviam transportá-lo em caixões com tampas forradas de zinco (JACOBINA,1933. p.4-5).

Naqueles anos, o cuidado com a carne tornou-se objeto de preocupação, vigilância e controle dos médicos-sanitaristas e da imprensa. Numa edição posterior, em outra nota, o jornal tecia comentários elogiosos acerca da atividade do médico Evandro Oliveira:

Fomos informados de que, na última quinta-feira, amanheceu doente e logo depois morreu um dos bois que se encontravam no curral da matança para ser abatidos, naquele dia, e que, se não fosse a vigilância do chefe do Distrito Sanitário, local, dr. Evandro Oliveira, a carne do referido animal seria vendida à população desta cidade.

Graças ao zelo e a dedicação do atual Chefe do Distrito Sanitário, que nos dias do abate, amanhece no Matadouro de lanterna em punho – qual novo Diógenes – a examinar da cabeça aos pés os animais que vão ser abatidos para o consumo, deixamos de comer carnes podres como essa que acima nos referimos.

Prestigiemos, pois, o novo Chefe do Distrito Sanitário desta cidade!<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Evitou a Venda da Carne Podre! - Vanguarda, 01/09/1956. N.º359.p.1

Na sua habitual forma de tentar intervir no cotidiano da cidade, através dos seus textos, o jornal corroborava com a ação do sanitarista, descrevendo a iniciativa do médico de maneira heroica, uma verdadeira saga em prol dos cuidados de higiene com a carne de gado comercializada para a população. Todavia, mesmo com essas medidas e normas para o condicionamento da carne, observa-

se que a implantação das exigências sanitárias encontrava entraves nas próprias condições estruturais da cidade. Neste contexto, Jacobina ainda não dispunha de um matadouro público moderno e nem de um mercado municipal, dispositivos funcionais para a organização e conservação do asseio e da higiene, que deviam ser estabelecidos para o comércio de carne.

As duas obras eram as mais desejadas para a cidade, sendo reivindicada a construção de ambas.<sup>24</sup> Em 1955, o vereador Leonídio Soares da Rocha Neto, em sessão da Câmara Municipal, recomendava: "Indico ao Sr. Prefeito Municipal, ouvido o plenário, a necessidade de serem construídos na cidade de Jacobina, o mais breve possível, um Matadouro Municipal e um Mercado Público" (LIVRO, 1955, p. 178-179). Porém, ambas as obras só foram construídas anos depois, na gestão do sucessor de Orlando Oliveira Pires, o médico Florivaldo Barberino (1959-1963).

Na ausência de ambientes adequados e de acordo com as normas sanitárias, o comércio de carne era realizado semanalmente no espaço da feira livre. A praça não era pavimentada e nos dias de chuva transformava-se num ambiente lamacento. Num texto publicado numa coluna na primeira página, ocupando, portanto, uma função de destaque, o *Vanguarda* criticava as condições do ambiente da feira: *É Um Atentado à Saúde do Povo A Realização das Feiras na Praça Getúlio Vargas*. O texto relatava que os comerciantes da Praça Rio Branco e da rua Dr. Pedro Lago tinham

interesse na transferência da feira livre para aqueles dois logradouros, inclusive fizeram um abaixo-assinado solicitando a modificação. Contudo, foram contrariados com a recusa do prefeito. As citadas ruas tinham passado por melhoramentos, foram pavimentadas e saneadas. Possivelmente, desejava o alcaide manter afastado daquele espaço saneado e embelezado o aspecto característico da feira livre, marcado pela heterogeneidade de corpos e movimentos, com barulho de vendedores gritando, presença de odores nem sempre agradáveis para os olfatos mais refinados, de sujeira e de animais. Enfim, o avesso do que era defendido para aqueles logradouros centrais. Dessa maneira, o jornal pronunciava-se sobre o assunto:

Não discutimos as razões que teve o governador da comuna para indeferir o pedido dos referidos comerciantes, entretanto, reconhecemos não mais ser possível a realização das feiras na praça Getúlio, devido o repugnante lamaçal que faz ali. De duas uma: ou s.s. manda construir logo o Mercado Público ou manda calçar a referida praça, pois, a continuação das feiras naquele local, nas atuais condições, é um grande atentado à saúde do povo (VANGUARDA, 13/07/1957, p.1).

Para o olhar educado dos redatores da nota, as condições físicas do ambiente causavam "aversão", devido à desagradável presença de lama, e era uma ameaça à saúde pública. A resolução da questão passava pela pavimentação da praça e a construção de um mercado municipal. Em síntese, a imagem da feira elaborada pelo jornal

<sup>24</sup> Em 1960, um artigo na primeira página criticava a situação. Segundo o texto, dos problemas urbanos enfrentados pela cidade naquele momento, a construção do mercado e do matadouro público eram os mais imprescindíveis. Cf. Dependem Autorização da Câmara de Vereadores: Mercado e Matadouro. Vanguarda, 10/07/1960. N.º506.p.1

apresentava aquele espaço de sociabilidade e comércio popular enquanto um ambiente que devia ser ordenado, materializado em um novo cenário com elementos urbanísticos e arquitetônicos que permitissem uma normatização e oferecessem condições de salubridade e estética. De tal modo, o espaço da feira aparecia contrastando com a imagem de cidade desejada para Jacobina naqueles anos. Em um breve deslocamento das ruas Senador Pedro Lago e Praça Rio Branco, que haviam sido urbanizadas, até a Praça Getúlio Vargas, num dia de feira, o caminhante se defrontava com o cenário reverso, com o movimento e o barulho de vendedores e fregueses negociando produtos dos mais diversos, a visão e o odor das carnes e vísceras expostas à venda em meio aos animais e pessoas.

Em 1957, assumiu as funções de chefe do distrito sanitário de Jacobina, por designação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, o médico Raimundo Diniz Veloso.<sup>25</sup> O *Vanguarda* apresentava nesses termos a expectativa de atuação do sanitário na cidade: "A população jacobinense espera do dr. Raimundo Diniz Veloso urgente medida de repressão contra o desenfreado criatório de animais soltos no perímetro urbano, bem como contra os banhistas no Rio do Ouro" (VANGUARDA, 13/07/1957, p.1). A preocupação do jornal com relação à criação de porcos no ambiente urbano parece justificada pelo medo de contágio de doenças de que a carne do suíno pudesse ser portadora.<sup>26</sup> Em outra nota, os editores do periódico divulgaram que na cidade de Feira de Santana as

autoridades sanitárias tinham recomendado à população evitar o consumo da carne de porco e na de Alagoinhas tinham proibido devido à doença que estava vitimando os suínos.<sup>27</sup> Em defesa da saúde pública, o saber médico devia interditar esses costumes populares na cidade, como a criação de suínos dentro do perímetro urbano. Iniciativa que parece ter tido pouco sucesso, se considerarmos as repetitivas notas do jornal denunciando a presença de porcos e outros animais pelas ruas.

Quanto aos banhos nos rios que cortavam a urbe, a prática tomava contornos de uma diversão, de parte da população, principalmente quando o volume das águas aumentava com as chuvas. Ao que parece, a proibição médica atuava no sentido de evitar a poluição das águas dos rios, que eram utilizadas para uso doméstico da população, já que a cidade ainda não dispunha do serviço de água encanada.

Além de objeto de controle por parte do saber médico, os banhos de rio eram regulados pela legislação municipal. O código de posturas, no artigo 60 normatizava: "Só é permitido lavar roupas, animaes, tomar banho, no rio Itapicurú, da 3ª ponte do rio do Ouro para baixo, sob pena de 20\$000 de multa" (JACOBINA, op.cit. p. 4-5). O citado artigo das posturas municipais delimitava os usos das águas dos rios, no caso dos banhos, circunscrevia um espaço específico, fora da visibilidade das ruas principais da urbe. Possivelmente, os costumeiros banhos de rio passaram a contrariar a imagem de cidade desejada para Jacobina por certos

<sup>25</sup> Assumiu as Funções o Novo Chefe do Distrito Sanitário - Vanguarda, 13/07/1957. N.º400.p.1

<sup>26</sup> A carne do suíno, por vezes, ocorria de ser portadora de uma larva (cisticerco) nociva à saúde humana.

<sup>27</sup> A Carne de Porco é Vector de Doenças. Vanguarda, 08/09/1956 N.º.360 p.1

grupos sociais, sendo, portanto, coibidos.

Presentes no cenário urbano, os banhos nos rios foram citados nas narrativas memorialistas de Amado Honorato de Oliveira sobre personagens e episódios pitorescos da cidade.<sup>28</sup> Numa das suas narrativas, sobre José Francisco dos Santos, apelidado de “Bucha de Canhão”, descrevia o costume dos banhos no rio, realizada pelo citado sujeito e outros praticantes:

Nas épocas chuvosas, quando o Rio Itapicuru “tomava água”, todos o via atravessando de um cais ao outro com braçadas fortes ou deixava que a correnteza forte o levasse até o Pontilhão da Bananeira, onde encerrava o nado constante e voltava correndo para encetar a nova façanha, com início na Ponte Rocha Pires.

Entre os nadadores que gostavam das enchentes, uns pulavam da ponte, enquanto outros se deitavam sobre câmaras de ar e desciam o rio ao bel prazer da correnteza. José Francisco dos Santos enfrentava a força das águas nadando com destreza dos seus braços.<sup>29</sup>

O local citado do banho era interdito pelo código de posturas<sup>30</sup>, o que indica que as práticas permaneceram, escapando dos dispositivos de normatização, empregados pela administração da cidade. Desse modo, se, por um lado, o gestor municipal procurava modificar as estruturas materiais da cidade, pavimentando, saneando, limpando as ruas centrais, por outro, os médicos buscavam também eliminar determinadas práticas presentes no cotidiano, a exemplo das citadas acima. Tarefa nem sempre exitosa.

A atenção às questões sanitárias na cidade ampliava-se, identificamos ainda uma nota de cobrança de um registro expedido pelos médicos que autorizava o funcionamento dos estabelecimentos de gêneros alimentícios e barbearias:

Distrito Sanitário de Jacobina  
AVISO

O Chefe do Distrito Sanitário de Jacobina está avisando aos senhores negociantes de gêneros alimentícios industriais, assim com barbearias etc. que, de acôrdo com os seus artigos 986 e 1337 do Código Sanitário do Estado, deverão, até o dia 31 do corrente mês, renovar o “Registro de Licença”, dos mesmos estabelecimentos.<sup>31</sup>

Pela legislação sanitária vigente, esses estabelecimentos tinham que renovar anualmente o registro mencionado; uma maneira que os médicos procuravam utilizar para manter os espaços e as atividades adequados às normas de higiene. Além das exigências sanitárias voltadas aos citados ambientes, as medidas de profilaxia na cidade estendiam-se ao corpo dos indivíduos, aos empregados domésticos e do comércio, que a cada ano deviam passar por um exame – uma inspeção médica – com o objetivo de atestar as condições de saúde do sujeito (BAHIA, op. cit. p 313, 314). De acordo com o aviso:

Os empregados de estabelecimentos de gêneros alimentícios serão inspecionados no Centro de Saúde. Os resultados dessas inspeções (Carteira de Saúde), deverão ser exibidas às autoridades sanitárias, quando estas os exigirem nas suas visitas de rotina.<sup>32</sup>

<sup>28</sup> Nos dois opúsculos que foram consultados, por diversas vezes, as narrativas biográficas escritas por Amado Honorato de Oliveira mencionavam cenas da sua infância e idade adulta, de banhos nos rios que cortavam a cidade. Cf. OLIVEIRA, Amado Honorato de. Contos e crônicas. (Impresso encadernado). Disponível no Centro Cultura Edmundo Isidoro Santos. OLIVEIRA, Amado Honorato de. *Um nome em foco*. Jacobina: Gráfica Maxicopy, 2001.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Amado Honorato de. “Bucha de Canhão” – Juazeiro – BA, julho de 1999. In: Contos e crônicas. p.15. (A numeração da página segue a sequência da organização dos textos organizados no volume.)

<sup>30</sup> A ponte Francisco Rocha Pires começou a ser construída em 1960, na gestão de Florivaldo Barberino. Cf. Iniciada a Construção da Ponte Rocha Pires. O Jornal, 31/01/1960. N.º4.p.2

<sup>31</sup> Distrito Sanitário de Jacobina – AVISO – Jacobina, 18 de janeiro de 1958. Dr. Raimundo Diniz Veloso – Chefe do Distrito. Vanguarda, 14/01/1958. N.º427. p.4.

As medidas defendidas e executadas pelos diretores do distrito sanitário e seus pressupostos apontam que estava em prática uma tentativa de oferecer à cidade um aspecto cada vez mais higienizado – o que implicava no emprego de novos materiais e equipamentos nas habitações e no condicionamento de novos hábitos e costumes, ou seja, na modificação de antigas formas de morar e viver na cidade. Entretanto, algumas notas no *Vanguarda* nos sugerem que a procura por impor e normatizar os procedimentos de abate do gado e a comercialização da carne e de outros alimentos não significava seu pleno domínio. Desse modo, relatava o jornal *Vanguarda*:

um açougueiro desta cidade abateu um boi, na última quarta-feira, com um quesito no fígado e vendeu toda sua carne à população local que, ignorando o criminoso fato, comprou e consumiu a mesma!

Na feira de ontem verificou-se idêntico atentado à saúde do povo. Contou-nos um cidadão aqui residente que mandou um garoto comprar um quilo de fígado na feira e, quando o recebeu, constatou que o produto se encontrava totalmente podre! Então, levou o fato, imediatamente, ao conhecimento do dr. Raimundo Veloso, chefe do Distrito Sanitário desta cidade, que foi com o referido cidadão à banca de vísceras e obrigou a sua proprietária a atirar fora o restante do produto! Todavia, a carne do mesmo animal doente já havia sido vendida aos consumidores!

Urge uma enérgica providência por parte da Saúde Pública, no sentido de evitar que continuem a ser vendidas carne e vísceras podres à nossa indefesa população.<sup>33</sup>

Apesar das pretensões sanitaristas buscando higienizar e disciplinar o espaço urbano, a cidade não cessava de produzir movimentos contrários. As práticas desviantes afloravam como uma verdadeira hidra e multiplicando-se pelas ruas – fugiam dos mecanismos de normatização, não deixavam enquadrar-se, burlavam a vigilância. Em edição ulterior, outras situações foram registradas nas páginas do *Vanguarda* envolvendo o comércio de carnes e de alimentos. Numa nota, o jornal anunciava: *Apreendida a Carne de Um Boi Ervado, na Feira Desta Cidade* (VANGUARDA, 11/01/1959, p.1).O texto relatava o caso do açougueiro Bertulino, que teve a metade da carne de um boi apreendida por um guarda do distrito sanitário, na feira livre. Segundo a narrativa do periódico, o citado comerciante estava vendendo a carne de um boi que havia morrido por ter comido uma erva venenosa. Para o jornal, tratava-se de prática corriqueira do citado açougueiro: “Consta que o açougueiro Bertulino é habituado a ‘aproveitar’ carne de gado ervado para vender nas feiras livres desta cidade” (VANGUARDA, 11/01/1959, p.1).Na mesma edição do texto anterior, em outra nota, era divulgada ainda a apreensão de *Manteiga e Requeijão Fabricado Com Sebo Animal* (VANGUARDA, 11/01/1959, p.1).De acordo com o texto publicado, tratava-se também de uma apreensão dos funcionários do distrito sanitário; dessa vez, a ocorrência era relacionada a produtos derivados do leite, um dos alimentos que era alvo dos sanitaristas, na campanha educacional desenvolvida na cidade. O caso, apresentado pela

<sup>32</sup> Distrito Sanitário de Jacobina – AVISO – Jacobina, 18 de janeiro de 1958. Dr. Raimundo Diniz Veloso – Chefe do Distrito. Vanguarda, 14/01/1958. N.º427.p.4.

<sup>33</sup> Carne Cara e Deteriorada Vendida à Nossa População! – Vanguarda, 23/11/1958. N.º471.p.1

narrativa do jornal, tratava-se de: “vários quilos de manteiga e de requeijão fabricados à base de sebo de animal! A manteiga era vendida em latas de 20 quilos nesta e nas praças vizinhas e até para fora do Estado. O requeijão era vendido a granel aqui e alhures (VANGUARDA, 11/01/1959, p.1).

As medidas sanitárias desenvolvidas em nome da higiene e da saúde pública procuravam impor uma nova ordem no espaço urbano, os médicos e seus auxiliares de trabalho passaram a executar ações de fiscalização nas moradias, nos estabelecimentos comerciais e intervenções nos espaços públicos, combatendo determinadas práticas da população citadina, como a criação de animais no perímetro urbano e os banhos de rios, interferindo nas maneiras de morar, nos hábitos e costumes da população presentes na paisagem urbana. De

tal modo, a procura por instituir uma “ordem” sanitária na cidade almejava produzir um ambiente salubre, habitado por corpos saudáveis e úteis, como também moldava o que podia ser visto ou não nas ruas, definindo uma estética para a urbe. Apesar disso, como apontamos, a ação dos médicos-sanitaristas foi marcada por conflitos e práticas de burla às exigências, a cidade não funcionava seguindo as regras desenhadas pelos dispositivos de higienização e normatização da vida urbana. As sucessivas tentativas de disciplinar as práticas apareceram enquanto indício de que aquelas ruas caracterizavam-se pelo movimento indisciplinado. Em outras palavras, pelos comportamentos vistos como desviantes ou indesejáveis – sobre o quais os mecanismos de ordenação buscavam incessantemente controlar ou excluir da visibilidade das ruas.

## Fontes

BAHIA. Sub-directorias, postos de Higiene e de saneamento rural. Capítulo I. Seção I. Generalidades. p.440-411 Código Sanitário do Estado da Bahia. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

CÓDIGO Sanitário do Estado da Bahia, O. Decreto N.4.144 de 20 de Novembro de 1925, que regulamentou a Lei n.1811 de 29 de Julho de 1925. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933.

LIVRO de Atas da Câmara de Vereadores de Jacobina. Livro de Atas. Nº 2. De 05/12/1948 a 24/11/1955. Arquivo Público Municipal de Jacobina – APMJ.

VANGUARDA, 1956 - 1959

## Referências

- ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky: suportes materiais na construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968)*. Anais: 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vera%20Lucia%20Cortes%20Abrantes.pdf>.
- \_\_\_\_\_. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonsky sobre o trabalho feminino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20,n.1,jan.-mar.2013,p.289-306. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n1/15.pdf>
- ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e casebres na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitaria. In: *Cidades e experiências modernas*. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. FERNANDES, Paula Rejane. (Org:).Campina Grande. EDUFCG, 2010.p.57-84
- ARAÚJO, J. D. de; et al. *Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil*. Saúde pública. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext)
- BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-Ba (1930-1960)*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. Tradução: Jorge Hagime Oseki. In: Espaço e Debate nº 34. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo. 1991.p.39-54.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. (Org:) DEL BRENNA, Giovanna Rosso Rio de Janeiro. Index, 1985.p. 599-611.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. Org: Marcos Cezar Freitas. São Paulo. Contexto, 2007. p. 237-258.
- \_\_\_\_\_. Permanência e ruptura no estudo das cidades. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.2. N.1. 1993. Disponível em: [www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322/298](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322/298)
- BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. "Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950". In: *Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador, Eduneb, 2009.p.15-30.
- BURITI, Iranilson. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: *Cultura e Cidades*. ANDRADE, Joel Carlos de Souza e et al.(Org:). Campina Grande. EDUFCG, 2009.p.191-214.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *O Serviço Especial de Saúde Pública: Políticas Internacionais e Respostas Locais. História em Revista, Pelotas, v. 11, dezembro/2005.p. 37-61.*

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3º edição. Petrópolis. Vozes, 1998.*

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.*

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.*

CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. nº 35, julho/dezembro, 2007. p 253-270.*

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. *Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento local: o caso de Jacobina/Bahia. Faculdade de Arquitetura. UFBA. Salvador, 1995. (Dissertação de Mestrado). p. 79-133.*

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder. (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.*

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis. Vozes, 2009.*

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I. A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988*

JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado Sertanejo, garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2005. (Mestrado em História Social).*

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meios dos periódicos. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky. (Org:). 3.ed. São Paulo. Contexto, 2011.p.111-153.*

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci. (Jacobina 1955-1963). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2007. (Dissertação de Mestrado).*

OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano. (Org.) *Culturas Urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região. Salvador, Eduneb, 2009.*

PERROT, Michelle. *Maneira de Morar. História da vida privada. Vol.4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. PERROT, Michelle. (Org:) Tradução: Denise Bottmam; Bernardo Joffily. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.p.284-301.*

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis. In: Rev. Bras. Hist. vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007. p.11-23.*

PINHEIRO, Eloísa Petti. *O caso da cidade do Salvador. In: Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2.ed.Salvador : EDUFBA, 2011.p.175-266.*

ROCHE, Daniel. *Histórias das coisas banais: nascimento do consumo (séc. XVII – XIX). Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro. Rocco, 2000.*

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1985.
- REZENDE, Eliana Almeida de Souza. *A cidade e o sanitarista imagens de um percurso*. In: Proj. História, São Paulo, (21), nov. 2000.p.265-279..
- RONILK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp, 1999.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *A História do conforto na cidade de São Paulo*. Revista Anos 90. Porto Alegre. Nº 14, dezembro de 2000. p. 162-183.
- SENNET, Richard. *A Carne e a pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro. Best Bolso, 2008.p.261-288.
- SILVA, Fabiana Machado da. *O Trem das Grotas: a ferrovia Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)*. Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. (Org.). *Populares na Cidade: Vivências de trabalho e de lazer*. João Pessoa. Ideia, 2011.
- VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Tradução: Isabel St. Aubyn. Editorial Fragmentos. Lisboa.1985.
- VIEIRA, Daniela Nunes Silva. *Novas perspectivas: modernização em Jacobina (1930-1940)*. Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Campus IV. Jacobina, 2011. (Monografia de graduação).

Recebido 18/07/2015

Aceito 28/10/2015

## **CORPO, SAÚDE E TRABALHO: O(S) DISCURSO(S) ANARQUISTA E SOCIALISTA EM RELAÇÃO AO(S) CUIDADO(S) DE HIGIENE EM PORTO ALEGRE (1900-1910)**

**Eduardo da Silva Soares<sup>1</sup>  
Gláucia Vieira Ramos Konrad  
(UFSM)<sup>2</sup>**

### **Resumo:**

Anarquistas e socialistas matem elaborações teóricas sobre a sociedade e o seu futuro. Pontuam elementos que qualificam a má condição dos trabalhadores em oposição à situação dos burgueses. Então surgem as preocupações em relação às doenças, saúde e capacidade de trabalho em seus escritos. Tais pensamentos são elencados em seus jornais e transmitidos com as suas valorizações para o(s) seu(s) público(s). Logo, é determinante vislumbrar quais as propostas abordadas em relação ao bem estar físico e mental como também sobre outros tipos de doenças, tais como a tuberculose. Para isso, a leitura dos periódicos é contrastada com a bibliografia existente deste movimento operário, das ideologias anarquistas e socialistas e da história da saúde. Nesta produção encontra-se um universo de constatações e observações a respeito do(s) imaginário(s) caracterizados por linhas críticas que objetivam a construção de uma consciência de classe, a qual fomenta e organiza a luta de classes protagonizada por estes trabalhadores.

**Palavras-chave:** Movimento Operário; Anarquistas e Socialistas; História da Saúde.

### **Abstract:**

Anarchists and socialists keeps theoretical elaborations about the company and its future. Punctuate elements that qualify the poor condition of workers as opposed to the situation of the bourgeois. Then

come the concerns about diseases, health and ability to work in his writings. Such thoughts are listed in their newspapers and transmitted with its comments to the (s) is (s) audience (s). Therefore, it is crucial glimpse which proposals addressed in relation to the physical and mental well being as well as other types of diseases, such as tuberculosis. For this, the reading of journals is contrasted with the existing literature of this labor movement, anarchist and socialist ideologies and health history. In this production is a universe of findings and observations about (s) Fantasy (s) characterized by critical lines that aim to build a class consciousness, which promotes and organizes the class struggle carried by these workers.

**Keywords:** Labour Movement; Anarchists and Socialists; History of Health.

### **INTRODUÇÃO**

No ano de 1907, o periódico libertário *A Luta* de Porto Alegre publica a reflexão sobre a doença tuberculose e a sua relação com a miséria. Percebem-se então alguns fatores que levam grupos de militância política a refletirem sobre as condições de higiene, economia doméstica e de moradia entre os "populares". Na verdade, a partir da leitura de um jornal designado *Voix du Peuple*, da Suíça, é constatado que morrem na Hungria cerca de 140.000 pessoas, anualmente, de tuberculose, e destes, *a imensa maioria pertence à classe trabalhadora* (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 1).

Aqui há o elo que conecta os interesses dos anarquistas com os assuntos relativos à saúde pública. No caso, a morte de tantos trabalhadores que sofrem com a situação das fábricas, dos cortiços e

<sup>1</sup> Mestrando em História (UFMS)/CAPES. E-mail: eduardosoares@rocketmail.com

<sup>2</sup> Professora de História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

da ausência de saneamento. Os discursos dos editores dos jornais cruzam com o cientificismo vigente entre os médicos do período. Logo, algumas motivações para tantas mortes, e de operários, são levantadas a partir de três grandes eixos de problemas a serem tratados. São eles: 1) mau arejamento; 2) nutrição insuficiente; e 3) o alcoolismo (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 1).

Ao pensar que a saúde é assunto que aparece nos jornais, tem-se então, a compreensão de que este é um elemento que compõe as preocupações sociais da época, e que é primordial para a análise das relações que pessoas interessadas em discursos dotados de ideologia possuem em consideração ao tratar do corpo. Para isso, é necessário verificar quais as condições materiais existentes na cidade de Porto Alegre do início do século XX e cruzá-las com os pronunciamentos publicados no periódico *A Luta* (anarquista) e *A Democracia* (socialista).

Logo surgem alguns questionamentos, afinal, quais as doenças, ameaças vitais e posicionamentos em relação ao tratamento, prevenção e trato dado por parte dos agentes do *Estado* tidos por estes anarquistas e socialistas? Deste modo, o artigo articula-se em dois capítulos, onde no primeiro são observadas as condições e no segundo os seus discursos conforme a realidade por eles apresentada e (re)valorizada.

PORTO ALEGRE, TRABALHO E HIGIENE

Porto Alegre está crescendo e se desenvolvendo economicamente. As fábricas são abertas com

operários oriundos de diversas localidades. No espaço fabril, os trabalhadores devem (com)portar-se conforme um jogo de normas sociais que determinam fronteiras em relação à saúde pública e privada. Entende-se então, público como o espaço da rua e de contato(s) entre as pessoas e como privado, a casa em seu âmbito doméstico e individual, em síntese, do corpo.

Identificar os componentes e sua posição social é extremamente relevante para a verificação da prevenção e salubridade dos espaços ocupados. Logo, Isabel Bilhão (1999) (2005) aponta que a identidade operária é traçada dentro da valoração do trabalho. Assim, os operários são os construtores de toda riqueza existente, e em Porto Alegre é possível evidenciar tais características dadas ao conceito de trabalho a partir dos periódicos anarquista e socialista, sendo o primeiro representando *A Luta* e os segundos no *A Democracia*.

A exploração na jornada de trabalho é outra característica essencial para a compreensão de "quem são estes anarquistas e socialistas". Estes, dizem-se representantes do proletariado. Discordam em alguns aspectos e concordam em outros. Logo, é possível perceber as rivalidades e solidariedades existentes neste movimento operário. Neste sentido, há a disputa pela liderança da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), eventos em benefício a um trabalhador enfermo ou em prol de alguma *sociedade operária*.

A dominação no ambiente de trabalho é crucial para o tipo de relação que estes anarquistas e

socialistas traçam entre as classes sociais. Sandra Pesavento (1988) (1992) aponta que os burgueses tramam uma série de elementos que dão conta de disciplinar os trabalhadores. Então, é possível perceber que a presença do patronato está para além da fábrica, colaborando para associações mutualista onde também se fazem presentes, costumeiramente como presidentes.

Há ainda escolas para as crianças dos operários, as quais fecham em períodos de greves e mantêm algum "capataz" para atentar aos ensinamentos ofertados às crianças. Estes fatos são denunciados pelos libertários. E mais, eles mantêm uma circulação de ideias que preenchem a luta de classes por diversas localidades. Em Porto Alegre não é diferente, e Caroline Poletto (2011) aprofunda esta questão apontando que a preocupação não é apenas a de informar, mas também de instruir os trabalhadores a partir de textos e imagens.

A iconografia é repleta de componentes que contrastam a realidade social com o projeto de sociedade defendida. Portanto, estas reflexões giram de cidade para cidade, de grupo para grupo e de pessoa para pessoa. A fé é apontada como um problema moral, e a religiosidade como a principal destruidora da capacidade humana de racionalizar e utilizar da lógica na vida e nas relações de poder entre os burgueses e o proletariado.

A capacidade de compra, alimentação, vestimenta e moradia são fatores que apontam mais que status, mas também as

probabilidades de uma vida saudável e de boas expectativas enquanto ao corpo e trabalho. Silva (2010) ao abordar sobre as condições de habitação e alimentação do operariado contribui para a hipótese de que a luta das *agremiações operárias* não visam apenas à melhoria econômica por si, mas sim, através e a partir dela a possibilidade de emancipação intelectual, bem-estar físico e mental.

Estas preocupações consistem em identificar o tipo de experiência que estes operários possuem. Assim, as relações ligadas ao espaço são tratadas a partir das reflexões que englobam "a distribuição desigual de recursos materiais na sociedade" a qual fomenta e *torna os trabalhadores um grupo muito vulnerável às incertezas da vida, a resposta a isso é a constituição de redes comunitárias, a formação de identidades locais, envolvendo relações familiares e de vizinhança*. Ainda dentro desta lógica, a questão da experiência e métodos envolve o *desenvolvimento de inúmeras estratégias de sobrevivência, que o historiador não deve olvidar em nome de uma suposta primazia conferida às lutas desenvolvidas nos locais de trabalho* (BATALHA, SILVA, FORTES, 2004: p. 14).

O *cotidiano* destes operários é de trabalho intenso, ou em outras palavras, de *exploração* excessiva. O trabalhador até 1906 passa mais de 10 horas por dia na fábrica. A jornada é intensa, conforme é perceptível nas páginas dos periódicos aqui problematizados. Em 1906 há a greve que diminui a jornada de trabalho para 9 horas. Fato este que não significa que todas

classes concordam, dito isto entre os trabalhadores.

Afim de exemplificar, utiliza-se da publicação de um artigo dos socialistas a respeito de "o que é o trabalho", o qual acaba apresentando um pouco de o que entendem como *exploração*. Expõem, então que

Um pão é pois a soma da qual são parcelas o suor derramado pelo homem que prepara a terra, planta, cuida e faz a sega; do trabalho de outro que à sociedade forneceu pela inteligência máquinas para o fabrico da farinha; do padeiro que perdem a noite em amassar a farinha, e ainda, do entregador que contribui para a nossa vida, sem falarmos na Natureza que fez crescer a planta.

Por tanto, para que em nossa mesa possamos saborear esse pão sem sentirmos o sangue subir às nossas faces é preciso que derramemos o nosso suor, é preciso que trabalhemos.

Todos os que assim não fazem, todos os mais que não trabalham, não passou de exploradores dos seus irmãos, que vivem sem produzir e que são portanto indignos (A DEMOCRACIA, 21 de julho de 1907, p. 4).

A partir do exemplo do pão, que é alimento básico, os socialistas apontam outra série de elementos que podem ser cruzados com as reflexões levantadas por K. Marx. Porém, este texto não cita o seu nome. Mas a natureza dos pensamentos são pontos levantados pelo movimento socialista do mundo inteiro. Em outras palavras, os socialistas apresentam a realidade com pessimismo, quando:

Como é triste ser pobre nesta terra! E dizer-se que esta é a sorte, que isto é, em regra geral, o que acontece ao proletário, a este que labora de sol a sol, mal alimentado,

doente, às vezes, e que, produzindo muito, embora, não ganha, se quer, o necessário para poder colocar-se a coberto da miséria! (A DEMOCRACIA, 14 de maio de 1905, p. 1).

Identifica-se então que os pronunciamentos são negativos em relação à condição geral dos trabalhadores porto-alegrenses. As péssimas condições e a intensidade do trabalho facilitam que os operários adquiram doenças de vários tipos. Muitas vezes o lugar de trabalho é tido como insalubre por não ter boa circulação de ar e entrada de luz solar.

É interessante aqui também observar, por que revelador deste aspecto de extrema exploração do operário pelo capital, que a introdução das máquinas (da tecnologia) em nada veio a reduzir a jornada deste trabalhador, já que a exploração do mesmo continuou se dando através do que Marx chama de "*mais valia absoluta*" (pelo extensão das horas trabalhadas) e não pela "*mais valia relativa*" (pela intensificação do trabalho em um menor tempo) (ARAVANIS, 2005: 60).

A situação é que os operários tem jornada de 10 a 12 horas diária. As mudanças iniciam em 1906 após a greve que paralisa as atividades da cidade. Desta batalha há a aprovação da diminuição para 9 horas por dia. O que é uma vitória de um lado, acarreta outras pressões pelo outro. Alguns operários são demitidos, outros sofrem ameaças e aos poucos a vida cotidiana retoma a sua normalidade.

As demissões são arbitrarias, e a insegurança é alvo de uma iniciativa dentro do acordo que finda

a citada greve, porém, é possível encontrar algumas denúncias nos periódicos supramencionados. Assim, encontram-se nas crônicas e artigos outros tipos de elementos, os quais apontam o inverno e a situação de subsistência como fatores que resultam na baixa imunidade das pessoas. Deste modo, a exploração no trabalho é o acréscimo desta realidade por eles apresentada, onde os operários estão à mercê de todas as mazelas sociais.

Além disso, os acidentes de trabalho também amedrontam o cotidiano dos operários. Na lógica do período, os operários possuem apenas “os braços” para vender no mercado de trabalho, logo, se ficam inaptos, não conseguem levar o sustento para casa. Neste contexto, cuidar do corpo e da saúde é armar-se para a luta de classes.

## **DOENÇAS, PREVENÇÕES E O CORPO APTO PARA A LUTA**

A afirmativa de que a preocupação pela saúde do trabalhador está no eixo central das apreensões anarquistas e socialistas pode ser justificada pela presença de tópicos em *estatutos* de suas organizações. Então, cita-se como exemplo o *Estatuto da Liga Operária Internacional* de 1896, a qual, contém em seu artigo 27 a suma de que *a Liga criará uma caixa de socorros para beneficiar os seus associados* (ESTATUTO DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONAL, 1896 *apud* PETERSEN, 2001: 98).

Esta *caixa de socorros* possui fins específicos. Ele pode ser utilizado, conforme artigo 29, *a) de enfermidade; b) de forçada desocupação, exceto nos casos de*

*greve em que só poderão ser auxiliados por autorização da assembleia geral;* (ESTATUTO DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONAL, 1896 *apud* PETERSEN, 2001: 99). Mas quais são as doenças e necessidades de utilização deste *caixa*?

Pesavento indica a existência da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, dividida entre vários tipos de profissionais, onde alguns se destacam e conquistam certo status social e outros ocupam as fileiras por vagas de empregos nas diversas fábricas existente na localidade. Para a autora, os pobres e operários *se encontram, nas ruas, nas fábricas, visitando as exposições industriais, contemplando eles também as vitrines e lembrando, incomodamente, que as benesses da sociedade moderna não eram equanimemente distribuídas* (PESAVENTO, 1992: 8).

E a vulnerabilidade enquanto ao potencial de afeto à doença sofre o impacto da não distribuição igualitária das riquezas sociais. As condições insalubres pode significar o contato com vários tipos de possíveis contágios. Deste meio, uma doença que aparece com ênfase é a *varíola*:

A nós operários, principalmente, no lar de quem os casos de moléstias, sejam elas quais forem e tenham caráter grave ou benigno, são sempre uma calamidade, cumpre não confiar cegamente em medidas do governo apenas, e sim acautelarmo-nos, enquanto é tempo de fazê-lo.

[...] o governo não manda publicar notícia alguma, a respeito, na sua imprensa. O certo, o indubitável, o indiscutível, é que a moléstia já se manifestou no seio da população da capital.

E por isto, acreditando prestar um bom e oportuno serviço aos nossos leitores, transcrevemos, a seguir, as indicações dos meios de prevenir a varíola e que encontramos em um opúsculo recém publicado no Rio de Janeiro.

Ei-las:

O contágio da varíola se realiza pelo contato *imediato ou mediato* do indivíduo não imune com o doente, que é a única fonte do vírus.

A matéria infectante existe no conteúdo das pústulas, nas crostas e nas escamas, oriundas das pústulas, na secreção nasal, na saliva, no sangue.

O contágio é enérgico, difusivo, abundante e persistente; adere fortemente aos locais, aos objetos e às roupas.

A varíola é contagiosa em qualquer de seus períodos, parecendo certo que o é mais facilmente no período de secas.

Na prophylaxia, o elemento principal é a vacinação e revacinação a intervalos regulares.

A imunidade conferida pela vacina é maior durante o primeiro ano, diminuindo gradativamente nos cinco a sete anos seguintes; daí o preceito da revacinação ao cabo desses prazos. A vacinação deve ser feita durante o primeiro ano de vida, aos sete, aos quinze, aos 22 anos, e, depois, de 10 em 10 anos.

Mesmo quando a vacina, por antiga, já não confira imunidade absoluta contra a varíola, ainda assim ela tem o poder de modificar os acometimentos da moléstia, tornando-os benignos.

Em investigações feitas na Inglaterra sobre 11036 casos de varíola, verificou-se que a mortalidade nos não vacinados foi de 36,6% ao passo que nos vacinados foi de 5,2%!

A vacinação, com bom resultado, de um indivíduo três dias depois de ter ele se exposto ao contágio impedirá o desenvolvimento da moléstia; feita 5 a 6 dias depois, ou impedirá a manifestação mórbida ou tornará benigno o ataque.

A imunidade conferida pela vacina antivariólica não se manifesta imediatamente depois de feita a vacinação: somente 9 a 14 dias depois de aplicada a vacina é que a imunidade aparece.

Este fato, que é comum a todas as vacinas, explica porque muitas vezes a varíola se declara em indivíduos recentemente vacinados, mas nos quais a imunidade produzida pela vacina não teve ainda tempo de se desenvolver (A DEMOCRACIA, 11 de junho de 1905, p. 1-2).

Este é um modelo de publicação que torna possível averiguar o tipo de discurso existente em relação á doença e ao tratamento como prevenção. Deve-se imunizar-se, assim como também os pares. A precaução em nome de prevenção é outra soma importante a ser atribuída neste discurso. Os trabalhadores, através do conhecimento, tornam-se capacitados para administrar os cuidados dos enfermos e cautelar-se para que o vírus seja extinto de seu lar.

Mas esta luta não ocorre apenas de forma individual. A união dos trabalhadores através de *sociedades operárias* é o caminho para a solução dos graves problemas enfrentados por estes. E a partir do exemplo supracitado, ou seja, do *Estatuto da Liga Operária Internacional* é possível ver que as associações se preocupam com a saúde dos seus sócios. E soma-se ainda que:

Uma sociedade operária forte poderá e deverá defender os seus membros contra os abusos de certos patrões, contra violências da polícia, contra o poder dos ricos que em sua maior parte só sabem

engovalhar, fazer pouco caos dos pobres operários, esquecendo-se, entretanto, de que [ilegível] o trabalho dos [ilegível] foi que se formaram as suas riquezas:

Uma sociedade operária forte, dirigida por companheiros de ideias claras, inteligentes, sinceros, francos e corajosos, será a vossa garantia sempre, a honra e a glória da vossa classe, e servirá para conseguir trabalho para o associado que se desempregar, para prestar-lhe ajuda monetária quando ele cair na desgraça de uma doença ou ficar invalidado para poder ganhar com que manter-se, servirá para a defesa das famílias dos proletários sujeitos, muitas vezes aos assaltos dos senhores de alto coturno que entendem dever satisfazer seus maus instintos seduzindo mulheres e filhas de gente pobre;

Uma sociedade operária, em suma, forte pela união, bem orientada, e cujos membros em sua maioria tenham rigorosa compreensão dos direitos que nos sonegam, servirá para, afinal, difundir a instrução no seio do elemento trabalhador, elevar muito a classe, torna-la respeitada e temida, porque certos grandes personagens poderosos, em geral, só respeitam o que lhes mete medo, dar-lhe representação digna fazendo com que ela tenha influência na direção dos negócios públicos, por intermédio de *trabalhadores mesmo*, e não de membros de outras classes que se pretendam fazer *protetores dos trabalhadores* sem entretanto terem conhecimento próprio que é a vida destes e do que eles precisam (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1905, p. 1-2).

Então, o associativismo é uma estratégia que os operários buscam para a luta de classes. E dentro da agenda de atividades destas *sociedades* constam reuniões de debate sobre a *lei de responsabilidade sobre acidentes* (A DEMOCRACIA, 1 de maio de 1905, p. 4). Ainda nesta luta, a *União*

*Operária* de Rio Grande protagoniza com seus sócios uma *sessão, convocada para tratar-se de enviar ao Congresso Nacional uma representação pedindo a aprovação e decretação do projeto Medeiros e Albuquerque sobre acidentes no trabalho* (A DEMOCRACIA, 7 de maio de 1905, p. 3).

Deste projeto é interessante destacar que ele é datado de 1904, e estabelece que acidente do trabalho é causado *pelo trabalho ou pelas condições em que ele tem lugar, ou ainda pelos meios de exploração usados* (BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO, 1916: 572 *apud* MOURA, 1993: 169). E

Em 1908, o projeto Graccho Cardoso considera acidente em seu artigo 3a , "tão somente a ação súbita de uma causa exterior repentina e violenta afetando o organismo externo ou interno do operário, bastante para produzir uma incapacidade imediata que estorve ou embarace o livre exercício de sua atividade", excluindo, "em princípio, todas e quaisquer moléstias profissionais provenientes da própria natureza do trabalho ou contraídas durante o seu curso normal" (MOURA, 1993: 169).

A preocupação por uma legislação que dê ao *Estado* a função de amparar os necessitados é uma pauta presente nas discussões dos socialistas. Por isso, é possível presenciar algumas abordagens que citam a existência do debate entre deputados ou o "alto escalão da política". Em contraposição, os anarquistas creem que a solidariedade de classe é suficiente para vencer este papel do *Estado*.

Muitas vezes as doenças são adquiridas em ambientes externo ao da fábrica. A tuberculose pode ser um exemplo. Em um texto denominado como *o último trabalho* publicado em 1907 é possível ver na literatura anarquista como a presença da doença se faz presente.

Uma jovem trabalhadora está sentada em uma pobre oficina de costura.

É uma dessas jovens, belas e desgraçadas, filhas do amor e da miséria, que aos centos existem nas grandes capitais.

O rosto da jovem é pálido, tem a palidez dos lírios enfermos, porque a terrível inimiga – a tísica – imprimiu em suas faces o selo da tristeza...

É noite, muito tarde, a lâmpada que parece enferma também, ilumina com luz de esmola. Sobre o regaço da jovem trabalhadora há um vestido branco de noiva rica que é apertado pelas mãos anêmicas, já sem vida, enquanto por essa alvura corre um fio de sangue que lhe cai dos lábios roxos. O último talvez daqueles pobres pulmões que não puderam resistir ao peso de tantos vestidos de noivas abastadas!

A verdade é que surpreendemos no trabalho a um cadáver!

Ah, a alegre desposada! Como não ficarás quando souberes amanhã que o teu alvo vestido foi manchado pelo fio de sangue onde o patologista encontrará os indícios do bacilo de Koch?

Não será verdade, que, ao receberes essa notícia lágrimas de impaciência queimarão tuas frescas faces; que teus nervos sofrerão estremecimentos de ódio; que te ajeitarás como uma víbora e amaldiçoarás a pobre tuberculosa que no momento supremo não teve a precaução de desviar a cabeça para que o fio de sangue não se perdesse em trágicas espirais no meio dos lindos e finos bordados e rendas e das riquíssimas sedas? (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 3).

O drama libertário apresenta a operária caracterizada como mártir. Neste contexto, é necessário trabalhar para sobreviver, e a desposada sabe reconhecer a importância social da trabalhadora? A narrativa não permite afirmar categoricamente, mas os indícios contidos apresentam a ideia contrária ao reconhecimento.

Em outras palavras, a vida dura faz com que os operários trabalhem até os seus últimos suspiros de existência. Como já mencionado, o corpo pode ser percebido como uma arma para a luta de classes, e cuidá-lo é abastecer as fileiras de resistência anarquista e socialista. Neste sentido, surge uma campanha contra o alcoolismo.

Este tipo de bebida é tido como a *mais funesta que inventada pelo homem* (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 1). Em suma, o álcool *faz* o operário doente. Deste modo, o *álcool destrói todos os nossos órgãos: estomago, coração, vasos sanguíneos, fígado, pulmões e o cérebro* (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 1). E ainda, *faz de um individuo são e robusto, um tuberculoso* (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 1).

Outro temor em relação à saúde do corpo entre anarquistas é apresentado na estação do inverno. Se ele pode ser agradável para os ricos, é desagradável para os pobres. Em outras palavras, se o trabalhador sofre com o frio, o rico, em suas lareiras fica a mercê de ótimas sensações. Na literatura é possível vislumbrar a relação de medo com este tipo de clima.

O prenúncio da chegada do período gélido afeta as relações de trabalho, onde a partir dos acordos desenvolvidos pós a greve de 1906 os horários são (re)distribuídos pelas estações do ano, sendo que no verão se pode trabalhar até mais tarde e no inverno deve-se concluir as atividades mais cedo. Mas o caso é que quando há frio, este *alimenta-se iracundo dos desgraçados que a injustiça social expulsou cruel e fria, como o frio, do banquete da vida* (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 3-4).

Ao pobre que não é detentor de muitas roupas, ou pelo menos boas para o clima, o *frio* o faz tremer, chorar e *geme, geme e cai, chora e abisma-se, treme e morre como a débil folha em baixo dos pés* (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 3-4). Mas como a maioria dos textos publicados em seu jornal, os libertários dotam este com o teor pedagógico, onde a seguinte questão é lançada: *Porque não têm todos iguais meios, mas mesmas peles e as roupas? O frio do corpo é horrível – corta e mata, mas o frio do coração é ainda mais cruel, seca os sentimentos e afoga as ânsias da vida* (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 3-4).

Estes diferentes tipos de *frios* é que fazem os operários porto-alegrenses preocuparem-se e sofrerem entre junho a setembro, ou seja, no inverno do hemisfério sul do globo terrestre. Então, a partir da produção com o intuito didático desta literatura, é possível encontrar pensamentos do seguinte modo:

O inverno é um tirano. Os pobres o temem; os ricos lhe sorriem. Por sua vez o Inverno sorri aos ricos e encara aos pobres com torvo e duro

olhar. Os ricos precisam do sono depois da orgia, e da *cocote* depois da esposa. O Verão brinda aos ricos com a frescura de suas praias, com o perfume de seus campos, com a alegria de seus dias de ouro e com a majestade augusta de suas noites azuis. O inverno oferece-lhes delíquios amorosos na penumbra aromatizada e quente das alcovas nupciais, oferece-lhes excitações febris nos grandes centros e nos clubes de jogo; oferece-lhes os seus teatros, os seus cafés-concertos, os seus cassinos, os seus bordéis... E oferece-lhes mais ainda. Oferece-lhes o prazer esquisito de estarem abrigados enquanto os outros tiritam de frio de estarem enxutos, enquanto aos outros as roupas empapadas aderem-lhes às carnes, de passear as suas carruagens pelas ruas encharcadas onde os outros caminharam a pé, descalços e seminus, sob um céu implacável (A LUTA, 15 de agosto de 1908, p. 3).

Evidencia-se, deste modo, a denúncia da condição material e com esta, o sofrimento e dificuldades no inverno. O corpo e a saúde compõem o universo de preocupações publicadas pelos anarquistas e socialistas. Se alguns olham para o clima de forma romântica, em contraposição, existem estes relatos que apontam o sentido contrário, o da tristeza e melancolia.

Logo, enquanto que o rico passeia em suas carruagens os operários estão trabalhando para que haja esta possibilidade. Na luta de classes, onde os burgueses e o proletariado disputam a hegemonia do poder, podem coexistir e cruzarem-se nas ruas, onde são duas expressões distintas, entre os primeiros é *a expressão de alegria* e entre os segundos aparece *a expressão de angustia*, estas duas manifestações *refletem*

perfeitamente o estado atual da sociedade, desta sociedade criminosa, onde a dor de uns produz a satisfação de outros e onde a satisfação destes gera o ódio daqueles (A LUTA, 15 de agosto de 1908, p. 3).

A diferencial social influencia em tudo, desde a vulnerabilidade causada pela alimentação, moradia e capacidade de vestir-se adequadamente até ao tratamento e possibilidades de cura das doenças. A constatação da situação das pessoas não são menos prezadas pelos redatores dos periódicos aqui tratados. Neste sentido, apresenta-se José Miguel Duarte, sapateiro residente em Porto Alegre. Casado e pobre. São estas as características contidas no seu registro fúnebre. José Miguel passa desde agosto enfermo, e mais, com isso

Impossibilitado de prover à subsistência; e não fora o espírito de companheirismo dos trabalhadores da fábrica de calçados de Calisto Grandi e do cortume Ferreira, Costa & Cia., que desde aquele mês até esse fatal dia o auxiliaram pecuniariamente, e o pobre operário tuberculoso há mais tempo teria morrido – porém à mingua de todo o necessário para a sua manutenção (A DEMOCRACIA, 28 de fevereiro de 1907, p. 4).

No mais, a solidariedade acaba sendo apresentada como a maior ferramenta de resistência e ajuda mútua entre os operários. Mas outra arma a ser utilizada é o conhecimento, ou ainda, o racionalismo ligado ao cientificismo. É necessário saber o que ocorre com a vida social e com a natureza. A lógica serve para tudo. Nesta

perspectiva é que surgem publicações explicando a sociedade e a “natureza das coisas”.

A tuberculose, por exemplo, dentre os que impossibilitam o operário para o trabalho, parece ser o inimigo mais cruel. Mas existem outros riscos, como por exemplo a peste bubônica. Para além da informação, os leitores do jornal *A Democracia* tem a possibilidade de aprender e combater os transmissores de tal peste.

E prosseguindo do mesmo modo reproduzimos, a seguir, indicações dos meios preventivos da terrível peste bubônica que, como asseverou o *Correio*, já tem feito aqui algumas vítimas.

São estas:

A peste é produzida por um germen denominado – bacilo de Kitasato e Yersin.

Esse bacilo é encontrado no suco e mais raramente no pus dos bubões, nas polpa dos gânglios linfáticos mesmo na ausência de bubões, na urina, na saliva, às vezes no sangue, raramente nas fezes.

A peste é moléstia comum ao homem e a certas espécies outras de animais (gatos e em geral todos os roedores).

Os ratos especialmente são de uma exagerada susceptibilidade ao vírus pestoso.

Os ratos pesteados infeccionam as pulgas que os parasitam.

O bacilo encontra-se ainda sobre o solo das regiões infeccionadas, mormente quando há neles imundícies e matéria orgânica em decomposição.

As fontes de vírus pestoso são, portanto, o homem doente, os ratos pesteados e o solo infeccionado.

A penetração do germen se faz pela pele e pelas mucosas, pelas vias respiratórias e pelo tubo digestivo.

Pela pele, e este é o modo mais frequente de infecção, a peste se transmite por meio das picadas das pulgas e outros parasitas

infeccionados provenientes do homem ou dos ratos.

A intermediação dos insetos (pulgas, moscas, percevejos, piolhos, formigas, mosquitos, etc.) na transmissão da peste é importante.

Os meios profiláticos consistem em isolar o doente, desinfetar o lugar em que permaneceu, assim como toda a habitação, matar os ratos aí existentes e exterminar os insetos, principalmente as pulgas e, esse é o principal recurso na vacinação antipestosa.

A eficácia da vacina antipestosa tem sido sempre comprovada.

A vacinação deve ser precedida do exame médico do paciente que deve alvejar sobretudo a verificação do estado de funcionamento dos aparelhos orgânicos encarregados da destruição e eliminação dos tóxicos.

Em épocas epidêmicas, convém proceder-se à imunização pelo soro **vaccínico (sic)**, injetando-se simultaneamente com a dose de vacina apropriada 2 a 5 c. c. de soro anti-pestoso.

Os indivíduos que estiverem em contato com focos pestíferos devem receber a inoculação preventiva do soro (5 a 10 c. c.) que deve conferir uma imunidade imediata (A DEMOCRACIA, 18 de junho de 1905, p. 2).

As considerações são retiradas do jornal *Correio do Povo*, o que fica implícito no início do artigo. Mas o que interessa não é a fonte, mas o conteúdo que motiva os socialistas a (re)publicarem-no em seu periódico. Deste modo, os leitores encontram mais de um acesso a estas informações, e sabem então como prevenirem-se, protegerem-se, tratem-se e exterminarem com as possibilidades de continuidade da peste.

Um ponto é pertinente de ser elencado, é a discordância da

participação dos agentes do Estado na manutenção da vida social dos cidadãos. Já que para os socialistas o Estado deve prover a proteção, amparo e prevenção destes tipos de doença a partir de intervenções na construção do saneamento básico. E terá, entre os anarquistas, o discurso maior de denúncia e de dicas para a melhoria da vida dos trabalhadores através de um melhor ambiente de trabalho, de moradia e alimentação.

Os vícios são combatidos e sofrem a mesma interferência em seus discursos. Porém, infelizmente não é possível levantar muitos exemplos, pois as linhas são (de)limitadoras do espaço ocupado neste artigo. Portanto, pontua-se a necessidade de efetuar-se maiores estudos que contrastam as condições dos trabalhadores porto-alegrenses com os discursos e métodos de prevenção de doenças ligados à ideologias que tem em seu cerne elementos cientificistas do período.

Então, neste breve capítulo é possível evidenciar que as preocupações com o corpo e com a saúde estão presentes nos discursos anarquistas e socialistas. E apesar de possuírem "olhares distintos" sobre o futuro da sociedade, ambos articulam-se na prevenção de enfermidades entre os seus pares operários.

Percebe-se, em linhas gerais, que o corpo é mais que domínio individual. Os escritos sugerem que o corpo deve ser perceptível em nível público, onde a preocupação com a doença e as possibilidades dela vir a ser uma epidemia pode significar um limite maior que este, então, o corpo como arma e ferramenta do operário serve para a luta de classes. Neste

sentido, a salubridade deve ser permanente, já que a luta é diária.

Deste modo, o corpo operário em seu aspecto mais amplo, significa força produtiva. A partir desta lógica, entende-se que há um sentido positivado da relação dos elementos que compõem a realidade social com o(s) sujeito(s). Portanto, se há a realização de atividades dentro do domínio da fábrica, gerando riquezas para o patronato, é então, nas *organizações classistas* que as forças são concentradas para uma eventual futura liberdade. Enfim, um motivador para a luta pela diminuição da jornada de trabalho deve-se ser percebida através

da intenção de buscar capacitar fisicamente o corpo do operário para a luta contra o capital. Acreditava-se que caso o corpo do operário não estivesse fisicamente exaurido pelo excesso de trabalho, ele teria mais condições de desenvolver atividades mentais, o estudo e o pensamento, que eram considerados como de extrema importância à luta operária (ARAVANIS, 2005: 120).

Por fim, evidencia-se que a saúde e o bem estar são pautas levadas por anarquistas e socialistas que significam mais do que a saúde pública, são encarados como possíveis armas para a luta de classes e melhoria(s) salarial(is). O corpo bem nutrido, descansado e com a mente instruída é a grande elevação da sociedade. Este, enfim, parece ser o discurso que eleva o corpo ao status de arma de luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que o debate em relação ao corpo, saúde e bem-estar é primordial para a

compreensão do tipo de discurso abordado por anarquistas e socialistas de Porto Alegre. Disso, percebe-se a existência do medo da enfermidade, já que isto impossibilita o operário de conseguir os meios de subsistência para si e família. Portanto, as discussões contêm aspectos econômicos também.

Outros elementos interessantes a serem observados é a existência de artigos e parágrafos dedicados à organização de *caixas de socorros* dentro dos *Estatutos das sociedades operárias*. Logo, a resistência engloba as questões de saúde, e os trabalhadores possuem nestas *sociedades* uma possibilidade de recursos de defesa, já que o *Estado* não tem legislação efetiva que dê conta aos acidentes de trabalho e operários que paralisam por estarem enfermos.

Finalmente, o corpo e o bem-estar são vistos como ferramentas de capacitação, qualificação e componente eficaz para as fileiras da luta de classes. Deste modo, é provável que as discussões tenham saído das linhas dos jornais e preenchido os espaços das *sociedades operárias* com debates pedagógicos a respeito dos cuidados e atenções à saúde.

## REFERÊNCIAS

A *DEMOCRACIA*, Porto Alegre, 1905-1907  
A *LUTA*, Porto Alegre, 1907-1908.

ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890 a 1917)*. Porto Alegre, Tese de Doutorado (Doutorado em História): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)*. Porto Alegre: Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

\_\_\_\_\_. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906 - 1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Higiene e segurança do trabalho em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: em torno da definição de acidente do trabalho*. R. História, São Paulo, 1993, p. 163-179.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da república*. 2. Ed. - Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja a nossa pátria!": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

SILVA, Nauber Gavskida. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2010.

Recebido 23/03/2015

Aceito 19/04/2015

## IMAGENS DA MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO TEATRAL: SERTÃO, URBANIZAÇÃO E PROGRESSO NA CUIABÁ DOS ANOS 1940 PELA OBRA DE ZULMIRA CANAVARROS<sup>1</sup>

Antonio Ricardo Calori de Lion<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o processo de modernização na cidade de Cuiabá-MT por meio da produção cultural de Zulmira Canavarros, nos anos 1940. Em meio ao processo de mudanças estéticas na arquitetura da capital mato-grossense durante o Estado Novo, Zulmira Canavarros se firmou enquanto personalidade influente no cenário cultural cuiabano. Objetivamos uma reflexão deste período da história de

*Onde está a "verdade" da obra: na vida "vívada" do marceneiro ou nos romances que ele inspirou?*

- Robert Paris «A Imagem do Operário no Século XIX pelo Espelho de um "Vaudeville"»

*Em todo o nosso Estado, o regime permaneceu sob um só governo. A*

O teatro em Mato Grosso conta com uma história secular. Desde o começo da colonização do estado, houve representações teatrais que faziam parte de festejos e comemorações<sup>3</sup>.

No decênio de 1940 as representações teatrais tiveram um espaço próprio com a inauguração do Cine-Teatro Cuiabá, porém não há muitos registros de apresentações.<sup>4</sup> Foram representadas no Cine-Teatro Cuiabá do ano de 1942 ao ano de 1944 duas grandes peças. A primeira, chamada *Cala a Boca*

Mato Grosso pelo âmbito da cultura. **Palavras-chave:** Modernização; Zulmira Canavarros; Teatro Mato-grossense.

**Abstract:** This article aims to analyse the process of modernization in the city of Cuiabá-MT by means of cultural production of Zulmira Canavarros, in the years 1940. Amid the process of aesthetic changes in the architecture of Mato Grosso's capital during the Estado Novo, Zulmira Canavarros stands while influential personality in the cultural scenario cuiabano. Aim a reflection of this period in history of Mato Grosso for the field of culture.

**Keywords:** Modernization; Zulmira Canavarros; Mato Grosso Theatre.

*administração Júlio Müller – João Ponce de Arruda, após uma série de seis interventores e um governador falecido em meio ao período, estabilizou a máquina administrativa e projetou um longo período de paz, trabalho e progresso.*

- Maria de Arruda Müller «Cuiabá ao longo de 100 Anos»

*Etelvina* levada aos palcos em abril de 1942 e *O Maluco da Avenida* em junho de 1944. Até o período em que esta pesquisa ocorreu – 1945 – não encontramos nos periódicos da época nenhuma menção a peças representadas em Cuiabá.

Porém, existem no acervo da família Rodrigues na Casa Barão de Melgaço em Cuiabá, um caderno com vários esquetes<sup>5</sup> e outros manuscritos com roteiros de peças teatrais que nos levam a acreditar que houve sim apresentações cênicas em Cuiabá durante a primeira

<sup>1</sup> Este artigo é parte do resultado do projeto *Arte e Cultura em Mato Grosso: A construção de um discurso de identidade mato-grossense entre o Moderno e a Tradição* apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso. Foi coordenado e orientado pela prof.<sup>a</sup> Thaís Leão Vieira.

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (FCL UNESP/Assis). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo nº 2014/16749-3. Integrante do grupo de pesquisa Arte.com. antonio\_calori@hotmail.com

<sup>3</sup> "O fato de, em meados do século XIX, em pleno sertão mato-grossense, em uma pequena vila de cerca de 500 habitantes representarem-se peças de teatro, inclusive o mais famoso tema da literatura dramática portuguesa, demonstrava, desde logo, que a prática tinha profundas raízes na tradição local: já então havia mais de duas décadas que o Brasil estava independente, e uma que não havia mais nenhum português na província, pois durante a trágica rusga de 1834 foram mortos ou abandonaram a região os últimos. Sobrevivera-lhes, entretanto, a tradição teatral popular portuguesa." (MOURA, 1976, p. 31) "Foram os reinóis de origem citadina que trouxeram para Mato Grosso o teatro. Não os brasileiros de outras regiões. Menos os bandeirantes ou sertanistas de São Paulo.

metade da década de 1940, mesmo não havendo registros oficiais disto.

As peças e esquetes pesquisados apontam para uma mudança na dinâmica cultural da cidade, da maneira de se falar do estado, quicá uma tentativa de transformação da realidade cultural em que estavam imersos. Desta maneira, o olhar lançado para essa produção artística por nós será de analisarmos o contexto de sua produção bem como o lugar de onde se está falando, ou seja, as intenções presentes nesses textos teatrais, tendo sido apresentados ou não para uma plateia. O que de fato é relevante, neste aspecto, é a construção ideológica dos entremeios dos enunciados expostos nas falas, das cenas.

Neste artigo, utilizaremos esses textos teatrais e esquetes escritas por Zulmira Canavarros<sup>6</sup> para discutirmos a questão das mudanças nos hábitos e modos de vida com o processo de modernização cultural em que o Estado Novo almejou para Mato Grosso nos anos 1940. Esses textos teatrais nos servirão de contraponto a uma documentação tida como "oficial", ou seja, todas aquelas fontes produzidas pelo Estado e Instituições que mostram sua visão do processo histórico. Desta forma, os textos teatrais de Zulmira Canavarros nos dão as bases para lançarmos luz a uma outra visão sobre a História de Mato Grosso.

Ao pesquisarmos as peças teatrais que compõem o acervo artístico de Dunga Rodrigues na Casa Barão de Melgaço, nos deparamos com vários títulos já enumerados na dissertação de Viviane Gonçalves da

Silva Costa (2007) e então pudemos ler e analisar os textos teatrais em uma perspectiva crítica em que o contexto modernizador aclamado pelo jornal *O Estado de Mato Grosso* estava em processo, em fins dos anos 1930 e início dos anos 1940.

Desta forma, tentamos buscar as apropriações que perpassassem como tema alguma crítica ou valorização do período estudado e dos fatos em curso neste momento histórico, colocando a representação teatral como parte intrínseca do processo de reflexão sobre a questão da modernização cultural projetada sobre Cuiabá.

As peças escolhidas têm como protagonista a figura do caipira. Discutem valores sociais, estigmatiza as personagens, trazem o elemento rural para a trama como sendo ignorante, ora astuto, mas o cerne do debate nas cenas é o posicionamento da sociedade diante desses sujeitos postos à margem do processo modernizador. "A artista narrou aspectos do cotidiano, dando voz a um personagem do segmento social marginalizado, "o caipira". Traz a fala de um homem humilde, "da roça", para tratar de temas importantes como desigualdades sociais, relações de trabalho e questões de família" (Ibidem, p.75).

Para Viviane Costa, Zulmira Canavarros destaca a figura do caipira como ponto de discussão entre o processo de mudança urbana e a marginalização desta figura de "homem simples". Na passagem acima mencionada da dissertação de Viviane Costa, a autora afirma que Zulmira Canavarros dá voz ao caipira que está à margem da sociedade, discutindo assim questões sociais e

[...] Homens do século e da corte, eles queriam, a toda força, modificar e atualizar os costumes dos colonos." (Idem, p. 14)

<sup>4</sup> Isso se deve, segundo Maria de Arruda Müller ao "trabalho para desmontar a tela de exibição cinematográfica, [com isso] fez restringir apenas a esta modalidade [...]." (MÜLLER, 1994, p. 69)

<sup>5</sup> A palavra usada no caderno de Dunga Rodrigues é *sketch*, mas durante todo este capítulo usaremos a forma aportuguesada do termo para *esquete*. Segundo Patrice Pavis "o *sketch* é uma cena curta que apresenta uma situação geralmente cômica, interpretada por um número reduzido de atores sem uma caracterização rigorosa ou um enredo repleto de aventuras, enfatizando os momentos divertidos e subversivos. O *sketch* é sobretudo um número de atores cômicos que interpretam um personagem ou uma cena com um texto humorístico e satírico nos espetáculos de variedades, no cabaré, na televisão, e no *café teatro*. Seu princípio motor é a sátira, as vezes literária (paródia de um texto conhecido ou de um personagem célebre), as vezes grotesca e burlesca (no cinema e na televisão) da vida contemporânea [...]. (Tradução nossa). (PAVIS, 1998, pp. 426-27)

talvez criticando a organização desta sociedade em que está inserida.

As leituras realizadas por Viviane Costa das peças e esquetes donde constrói sua análise da obra de Zulmira Canavarros, mostra-se frágil se tratando da interpretação para construir uma reflexão sobre a sociedade da época e a relação entre Zulmira Canavarros e seu tempo histórico. Podemos apontar para uma falta de conteúdo mínimo na análise da obra de Zulmira Canavarros, e podemos afirmar isto por não haver um interesse maior na análise das entrelinhas da obra de Zulmira Canavarros, como pode ser observado na terceira parte da dissertação mencionada intitulada de "Sopros de delicadeza nas peças de Pitu" (COSTA, 2007).

No trabalho mencionado, Zulmira Canavarros é exaltada como uma "mulher sem fronteiras, que conciliou a administração da vida no lar com os anseios da vida pública e que ainda hoje vem sendo lembrada por alguns músicos pela sua "genialidade" e "criatividade" ao compor peças musicadas" (Ibidem, p. 76). O reforço da ideia de que Zulmira Canavarros fora uma mulher "a frente de seu tempo" está presente em toda a dissertação de Viviane Costa. Não podemos deixar de creditar elogios pelo trabalho desempenhado em levantar dados e compilar documentos, principalmente sobre o espólio cultural de Zulmira Canavarros.

Sendo assim, almejamos traçar com os esquetes aqui presentes, uma reflexão do tempo histórico de Zulmira Canavarros, sobretudo utilizando os textos teatrais escritos por ela para

tecermos uma interpretação do discurso modernizador tão propagado na década de 1940 por seus conterrâneos. O aparato da análise desses esquetes é o próprio contexto histórico em que sua autora está imersa, em que estes textos cênicos estão repletos de ambiguidades e discursos. Do uso da linguagem coloquial até o cenário e as condições em que estão dispostos na hierarquia social, os personagens se contrapõem ao elemento modernizador burguês projetado para Cuiabá.

No esquete *Só Pra Num Perdê* o caipira apresentado na cena, faz um debate importante sobre a questão do casamento e seu valor social. Entre outras peças e esquetes, *Dos Males o Menor* apresenta também a figura do caipira,

[...] aborda questões relativas às transformações nos modos de viver e morrer em Cuiabá na primeira metade do século XX, a partir da visão de mundo da autora, transformações estas que, de modo geral, são frutos de um processo de industrialização, urbanização e higienização que trazia como novidades novas formas de amar, viver, morrer e pensar. (Ibidem, p.77)

## **Graças a Deus e Só Prá Num Perdê: o contexto modernizador nos textos teatrais de Zulmira Canavarros**

Ao nos voltarmos para os textos teatrais da produção artístico-cultural de Zulmira Canavarros e Dunga Rodrigues na Cuiabá dos anos 1940, notamos que houve um possível desenvolvimento do diálogo entre personagens caipiras, do meio

rural, com pessoas da cidade, de áreas urbanas.

No esquete *Só Pra Num Perdê* que pode ter sido escrita em [1943?], há um diálogo entre um caipira e um outro personagem masculino chamado Almofada, onde neste último há clara referência a um rapaz de classe média, citadino. Este esquete acontece em cena única, ocupando duas páginas, apenas, do caderno de *Sketchs* de Zulmira Canavarros<sup>7</sup>. Compõe a história apenas os dois personagens já citados, o Caipira e Almofada que seguem um diálogo sobre casamento. O esquete começa com as seguintes falas:

Almofada- (vem da Direita, e encontra com um Caipira que vem da esquerda) Ó meu caro senhor, quem sabe o senhor pode me dar um conselho.

Caipira- Se vuncê péde, eu dô, pruque conseio é cumo áua, só se dá-se a quem péde. Pode desarroia a língua e fala que eu iscuito.

Almofada- O senhor acha, que eu devo me cazar?

Caipira- Home, prá te fala que eu acho, eu num acho, e num sei si eu devo acha, o não. (CANAVARROS, 1944, p. 63)

Nos primeiros trechos, já sabemos que o contexto que se desenrolará será sobre um pedido de conselho sobre a dúvida de Almofada em se casar ou não. A característica do esquete é ser uma cena de curta-duração, talvez cômico afim de apresentar um tema cotidiano, social ou cultural.

É importante ressaltar as origens da autora, já que como agente deste processo em que nos debruçamos a estudar, ela fez parte da elite mato-grossense que

relacionava a modernização e o progresso como forma a alcançar a *civilidade* e tentar acabar com o estigma da barbárie e de sertão para Mato Grosso.

O conceito de *sertão* mato-grossense é discutido por Lyliá da Silva Guedes Galetti que faz apontamentos fundamentais para compreendermos a discussão em torno da mentalidade em que se fundamentava as origens das paragens sertanejas dos *confins da civilização*:

Ao longo do século XIX e parte do XX, o termo sertão continuou a designar grandes áreas do interior do território brasileiro, fosse porque desconhecidas, insuficientemente povoadas e/ou não completamente integradas à dinâmica capitalista moderna que se implantava na região da economia cafeeira, fosse porque habitadas por nações indígenas arreadas ao contato com o processo civilizatório em andamento no país. (GALETTI, 2012, p. 207)

Com as políticas valorativas do *trabalho* para construir uma nação nova, um "Estado novo", a Marcha para o Oeste segue com a colonização do sertão do Centro-Oeste dos anos 1930 para a década seguinte. A produção teatral então passa a estar ligada de alguma maneira com as questões vividas neste período e os ideais políticos em torno da "conquista" de novos hábitos, pelo que notamos, está presente cada vez mais pela propaganda.

Zulmira Canavarros estava se pronunciando de dentro do Grêmio Literário Júlia Lopes, que estava ligado politicamente com as famílias de governantes da época, tais como

<sup>7</sup> A caligrafia dos manuscritos deste caderno não é de Dunga Rodrigues segundo nota apresentada no início do documento, o que leva a crer que se trata de Zulmira Canavarros, já que em algumas peças que estão no caderno levam a assinatura dela.

Maria de Arruda Müller e a própria Dunga Rodrigues que mantinha ligação pessoal com a família Müller, sendo seu pai – Firmo Rodrigues – major de artilharia do Exército Nacional e escrevera peças teatrais em parceria com Zulmira Canavarros. (COSTA, op. cit.,)

Seguindo o texto do esquete *Só Pra Num Perdê* há no diálogo uma figura de linguagem presente nas falas do Caipira que aponta para uma aparente reflexão sobre o casamento como uma posição política, tanto sendo para um lado ou para outro:

Almofada- Eu desejo saber a sua opinião. Devo me cazar?

Caipira- Devê, deve, eu num sei si deve, ou num deve.

Almofada- O senhor ficou engasgado com o meu pedido?

Caipira- Chá. Deus quando tira os dentes, abre a guêla, quanto mais...

Almofada- Quanto mais o que?

Caipira – Quanto mais a porquerê do casamento. Eu tô acostumado a lutá cum essas imundícias.

Almofada- Eu estava mesmo sabendo que esse assumpto não é para qualquer, é um assumpto fino, requer talento, inteligências.

Caipira- Óia,vuncê num me ofende, proque eu num me abaixo a essa baxeiza. Casá é a merma coisa que compra fumo.

Almofada- Como assim...

Caipira- Tá cráro, só mermo quem num qué incherdá.

Almofada- Explique melhor.

Caipira- Escuita. Vuncê gostô d'uma moça.

Almofada- Gostei. Ela é um anjo.

Caipira- Num me atrapáia. Vuncê gosta da moça, vai na casa dela, e fais a pidição.

Almofada- Espére ahi, o casamento depende de pensar bem.

Caipira- Puis é, vunce iscóie uma que se dá cum seu jeito, pide e casa, num é assim memo.

Almofada- É. E d'ahi?

Caipira- Ahi é que é a merma coisa que compra fumo. As primera vórta vuncê pita cum gosto, tá munto bom, mais o resto...Chá...Vuncê pita prá num esperdiça. (CANAVARROS, op. cit., p. 64)

O diálogo termina com esta última fala do Caipira fazendo uma analogia entre o casamento e o fumo. Esta metáfora pode ser compreendida como uma forma de mostrar um lado político na tomada de decisão. O caipira mostra-se como opositor a escolha do casamento como uma decisão de extrema importância e revolta-se dizendo ser "essas imundícias". Definindo o casamento desta forma, ele revela seu posicionamento frente a uma questão delicada para a época – a constituição da família. Em outros textos teatrais como na peça *O Maluco da Avenida*<sup>8</sup>, Zulmira Canavarros discute a configuração da família, como estando em uma derrocada na sociedade modernizada, modificada e parecidos que há uma tentativa de resgate do elemento familiar como sendo o seio da sociedade cristã e "correta" que deveria pautar a vida do homem e da mulher.

Porém, o maior diálogo não está sendo o casamento como uma escolha política ou não, neste esquete o que devemos nos policiar para compreendermos são as características dos personagens e como eles são pensados para seus diálogos. Disto, abordamos a questão da escolha do caipira para compor a cena como sendo um homem com ideias de mudança, em que para ele o casamento não tem valor, é "sujo", coloca-se ele contra a constituição do

<sup>8</sup> "Peça de teatro que se desenrola na cidade do Rio de Janeiro, família em que os papéis impostos socialmente estão invertidos, o pai não tem o "respeito" da família, é humilhado pela sogra e o genro; esposa e filha não se importam com o que ele pensa, fazem o que querem. Álvaro e Gusmão contribuem para a desmoralização de Artur, que pede apoio do médico para ajudá-lo a sair dessa situação. A peça discute as transformações na família, a partir do momento em que o "pai" deixa de exercer seu papel social de provedor." (COSTA, op. cit., p. 153)

núcleo familiar, da família como instituição sagrada.

Esta discussão da imagem do caipira provocada no contexto que está inserido, na construção do personagem neste esquete será pormenorizada mais adiante, pois apresentaremos ainda outras cenas do esquete *Graças a Deus*.

No esquete *Graças a Deus* o caipira aparece como um serviçal ignorante, desinformado e atrapalhado em suas funções no ambiente de trabalho. Segundo Viviane Costa "a peça discute a relação entre patrão e empregado, com a finalidade de demonstrar que o empregado não tinha nenhum direito trabalhista" (COSTA, 2007, p. 150).

Este esquete possui uma cena longa – se comparada com *Só Pra Num Perdê*. A cena acontece em uma sala, descrita no enredo como "bonita e bem arrumada" (CANARROS, op. cit., s./p). O protagonista se chama Serafim e é um caipira que trabalha para o coronel Tiburcio.

Toda a história articula os outros personagens com falas rápidas e sempre em crítica a Serafim, que é acusado de fazer tudo errado nos trabalhos em que é incumbido a realizar. Apenas a personagem D. Maria, matriarca da família, é que gosta de Serafim e o classifica como "corajoso e bem mandado, não responde mal..." (idem).

O esquete conta com cinco personagens: o Coronel Tiburcio, sua esposa D. Maria, sua filha D. Lucia, seu genro Dr. Pedro e o Serafim, seu empregado. O enredo é construído com as falas de Serafim repletas de efeitos sociolinguísticos por meio da utilização da linguagem coloquial,

mostrando desta forma, a intenção da autora de revelar neste personagem a simplicidade nas características *caboclas* dele.

Cel. Tiburcio - (entra chamando) Serafim!..Eu tenho que dar um jeito nesta casa...Serafim!...

Serafim (entrando) - Prompto patrão...Prompto seu Coroné.Tô aqui..

Coronel - Porque é, que voce fala tudo errado? Prompto, Baptista, redempção...

Serafim - Quano eu era piqueno, o professô me incinô que a gente déve de sê inconomico e num desperdiçá nada. Si as gente escreve p, r, o, m, prom, p, t, o, como que eu vô esperdiça o p.

Coronel - Tu és burro, caboclo...

Serafim - Si eu fosse um caboclo burro, é que era ruim. (idem)

O diálogo travado entre o coronel e o caipira, revela o preconceito que Tiburcio tem em relação aos modos de Serafim. Neste aspecto, o mal uso da língua e a "economia" que Serafim faz não utilizando a letra *p* em palavras que na época da escrita deste esquete ainda existia em palavras que se suprimia o seu som, coloca a confusão e o nível de instrução do personagem, também fazendo uma relação com o ensino e sua aparente ignorância no uso da norma culta da língua portuguesa.

No diálogo, o coronel Tiburcio tenta indicar o uso correto da letra *p* em palavras que não se deve aparecer seu som:

Coronel - Quem te insinou a dizer: Prompto?

Serafim - foi meu professô, ele disse prá num esperdiça e eu num quero esperdiça o P. Eu falô com todas letra.

Coronel – Você é um errado...como você diz o seu nome?

Serafim – Serafim Baptista.

Coronel – O p. não se pronuncia. Entendeu?

Serafim – Então o nome do seu genro vai mudá?

Coronel – Porque? Ele se chama Pedro.

Serafim – Não senhô, o P. num se pronuncia. Ele se chama Édro.

Coronel – Você é um imbecil. (idem)

A contestação por parte de Serafim quando Tiburcio lhe diz que a letra *p* não deve-se pronunciar indica uma resistência do *caboclo* em aprender o que seu patrão indica, ou ainda podemos interpretar que esta resistência se vale pela opção de Serafim em discordar do coronel, em vista de uma inversão na relação subjugada<sup>9</sup> em que o trabalhador está referente ao seu patrão.

O uso da linguagem coloquial para caracterizar a relação entre Serafim e o coronel Tiburcio, traz a fala do cotidiano e provoca o uso da ironia para discutir a relação entre patrão e funcionário. A questão que se coloca aqui, nesta parte da cena, está associada com o estereótipo do caipira, construído nos dois esquetes já analisados. Sobre esta discussão, Larissa de Oliveira Neves discute acerca do uso da linguagem coloquial no contexto teatral:

O uso da linguagem coloquial, elaborada a partir do tipo social a quem a personagem visa representar, favorece, essencialmente, a sua caracterização, ao ressaltar as personalidades cômicas criadas a partir de elementos da realidade cotidiana. A crítica teatral do século XX, como vimos, esqueceu-se, de certa maneira, dessa qualidade primordial das personagens das comédias de Azevedo, ao privilegiar

um ponto de vista negativo, baseado na falta de introspecção psicológica das mesmas; porém, mesmo sem o aprofundamento psicológico — exigência de dramas ou tragédias, mas, de maneira alguma, essenciais nas comédias de costumes ou nas burletas — a veracidade dos caracteres os aproxima do real, facilitando a crítica social alcançada através do humor. As aventuras vividas pela família de Eusébio, por exemplo, embora caricatas, baseavam-se em situações comumente vividas no dia-a-dia da Capital. (NEVES, 2006, p. 45)

Na discussão sobre a obra de Artur Azevedo, Larissa Neves traz o uso do coloquialismo na língua para evidenciar o uso da classe popular brasileira. Desta forma, podemos notar uma produção teatral no final século XIX e início do século XX que corrobora para a formação do estereótipo do caipira que está presente na obra de Zulmira Canavarros:

Os primeiros trabalhos evidenciam a tendência para a exploração cênica dos costumes populares brasileiros. Em *A Filha de Maria Angu e Abel Helena*, por exemplo, há cenas que se passam em festas típicas de pequenas cidades: na primeira, a festa do Divino; na segunda, uma festa literária também sob os auspícios da Igreja local. Os Noivos, cujo enredo desenvolve-se em uma fazenda, apresenta músicas de raiz (o lundu, o jongo), além de hábitos comuns no interior, como brincadeiras de prendas e a reza da Ave Maria, às seis horas da tarde. Há uma perceptível diferença qualitativa entre as primeiras operetas e as burletas. A constante experimentação nos diferentes gêneros ligeiros (operetas, paródias, revistas) possibilitou melhor singularização dos tipos cômicos nacionais e aprimoramento no uso

da linguagem coloquial, além da criação de tramas mais consistentes, verossímeis e sem lacunas. (ibidem, p. 181)

Este resgate apontado por Larissa Neves sobre o Teatro de Revista e de costumes na obra de Artur Azevedo, nos diz muito sobre a construção do personagem em seu universo de experiências. O uso desses elementos populares na cena teatral está presente desde grandes peças encenadas no Rio de Janeiro e evidentemente há influências no contexto da produção artística no Brasil na primeira metade do século XX.

Quando nos referimos ao caipira, partimos da definição dada por Antonio Candido (2010) e citada por Ivan Vilela em que o debate está desde a formação cultural brasileira pelas diferentes matrizes étnicas. A diversidade cultural dada pelo território nacional, é discutida por Antonio Candido para a construção do conceito de cultura caipira e suas características em sua formação histórica:

É impossível falar no caipira sem nos remetermos a Antonio Candido. Este estudioso dedicou uma extensa pesquisa ao tipo regional *caipira*. Em seu clássico *Os Parceiros do Rio Bonito* (1975), Antonio Candido mostra, a partir dos processos históricos e sociais da colonização do Sudeste brasileiro, a formação de uma cultura caipira, fruto inicialmente da miscigenação do branco português com o indígena brasileiro. Esta cultura posteriormente incorporou alguns elementos da cultura africana presente no Centro Sul. O processo de formação da cultura caipira confunde-se com a própria colonização do Brasil. Bandeirantes – como foram chamados os

pioneiros a adentrarem em terras brasileiras, muitas vezes eles mesmos mestiços de índia com português, *mamelucos*, abriam frentes no interior, posteriormente ocupadas por pequenos agricultores que aos poucos foram fundindo sua maneira de viver com a dos povos que já habitavam a terra. Assim, foi se moldando uma cultura peculiar em seus vários aspectos: culinária, língua, costumes, valores, técnicas de trabalho, etc. (VILELA, 2004, p. 174)

É importante percebermos que a figura do *caboclo* já citada anteriormente neste capítulo, está associada ao colono nato da terra, e o caipira distingue-se do *caboclo*, que apresenta “origem predominantemente indígena”(CANDIDO, op. cit., p. 81). No esquete *Graças a Deus* o coronel Tiburcio se refere a Serafim como um *caboclo* em alguns momentos na cena, porém o estereótipo presente ali tanto pela relação patrão-empregado, quanto pela caricatura do personagem principal no uso da linguagem coloquial faz referência ao caipira. Na análise de Larissa Neves o caipira

[...] no ambiente rural não é engraçado, ele está no seu lugar natural; o humor surge da “insociabilidade” entre grupos com normas distintas para a vida em conjunto. Artur Azevedo, leitor de Martins Pena, conhecia a tradição do cômico; com seu talento para o risível, soube utilizar plenamente a oposição campo-cidade a fim de criar episódios engraçados e, ao mesmo tempo, criticar situações freqüentes na Capital, com as quais se incomodava. No Rio de Janeiro da virada do século, os problemas urbanos vislumbrados por Martins Pena ganham relevo diante do crescimento desenfreado da cidade; em A Capital Federal, os obstáculos

para a adaptação dos tipos roceiros à vida do Rio de Janeiro já adquirem uma enorme dimensão. As dificuldades surgem, principalmente, nos episódios dos quais participam Eusébio e Benvinda, as duas personagens do campo que procuram se adequar ao modo de vida citadino, com o qual deparam repentinamente: o riso advém do contraste entre os dois caipiras e seus novos companheiros; desse confronto surge a crítica aos contratempos e conflitos vivenciados pelos habitantes da Capital. (NEVES, op. cit., p. 168)

A imagem do caipira explorada no teatro apontada por Larissa Neves, nos dá indícios de que a obra de Zulmira Canavarros estava sendo pensada também em um panorama teatral conectado ao teatro da capital federal neste momento. A forma caricatural esboçada por Zulmira Canavarros em ambos os esquetes, traz à baila o contexto de um contraste entre o rural e o urbano presente nas obras analisadas. Os esquetes aqui apresentados podem ser 'dicotomizados' entre o arcaico e o moderno pela representação das esferas do rural no personagem do caipira e no urbano pelos personagens do coronel e sua família e do personagem Almofoada, no esquete *Só Pra Num Perdê*. Esta questão de um *estigma* dado pela civilização urbana ao elemento *caipira* está relacionado a sua cultura e também ao modo como este homem moderno o vê. Na discussão feita por Antonio Candido, o elemento urbano se sobrepõe ao caipira (cultura rústica), colocando-o em uma supressão de seus hábitos:

[...] E aqui podemos indicar que o processo de urbanização- civilizador, se o encararmos do ponto de vista

da cidade - se apresenta ao homem rústico *propondo* ou *impondo* certos traços de cultura material e não material. *Impõe*, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; *propõe* a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana.

[...] Assim, a proximidade dos centros urbanos, a sua penetração nas zonas rurais, tipo de atividade econômica, a qualidade da terra, o sistema de trabalho e de propriedade são alguns elementos que, combinados de modo diverso, condicionam a reação adaptativa. (CANDIDO, op. cit., p. 218)

A discussão acerca deste elemento *urbanizador* citadino, revela um ideal modernizador. Essas consequências da modernização relegam à cultura rústica a incorporação da urbanização. Segundo Antonio Candido, "[...] todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade" (ibidem, p. 225). Esta reflexão nos traz a metáfora utilizada por Anthony Giddens em que a modernidade seria comparada ao Carro de Jagrená<sup>10</sup> que "[...] esmaga os que lhe resistem, e embora ele às vezes pareça ter um rumo determinado, há momentos em que ele guina erratically para direções que não podemos prever" (GIDDENS, 1994, p. 124).

A figura do caipira apropriado pelo teatro revela-se assim perante a uma cultura urbana, se tratando da

<sup>10</sup> O autor usa esta metáfora fazendo relação a um carro que carregava uma entidade na tradição religiosa hindu. Enquanto o enorme carro passava, as pessoas se atiravam sob suas rodas.

cidade. Desta forma, a exploração do caipira no teatro está associada diretamente com esta discussão de Antonio Candido e a simbolização do

que representara o caipira para a sociedade da época, neste caso, os anos de 1940.



**Figura 01** - "O caipira, sua casa, seu meio de locomoção. Bofete | SP | 1948." (CANDIDO. 2010).



**Figura 02** - O ator Manuel Durães como um caipira na década de 1920. In: ANTUNES, Delson. *Fora do Sério* – Um panorama do teatro de revista no Brasil. Rio de Janeiro: Funarte, 2004, p. 241.

A figura do ator Manuel Durães, um cômico que interpretara o tipo caipira no teatro de revista e operetas, nos ilustra como se construía o personagem de um *rústico*. Não dispomos de fotografias nem imagens das peças teatrais representadas em Cuiabá de autoria de Zulmira Canavarros, mas usaremos as Figuras 01 e 02 para discutirmos esta apropriação acerca do estereótipo do caipira.

A caricatura do personagem está associada ao desleixo de sua aparência, bem como a ligação entre roupas e higiene. Como citado por Antonio Candido na obra aqui discutida por nós, o Jeca Tatude Monteiro Lobato é uma representação caricatural do caipira paulista nas dimensões do seu fazer cultural e social apontando a preguiça “[...] que seria um traço fundamental do caipira responsável pelo baixo nível da sua vida” (CANDIDO, op. cit., p. 84).

A figura ilustra um tipo presente na construção da imagem do caipira pelo teatro nacional no século XX, não dissociando a estética que podemos observar nas Figura 01 e 02 da estética que imaginamos ao lermos os esquetes de Zulmira Canavarros. Desta forma, a clarividência nesta discussão está na conexão artística entre o teatro que se realizava em Cuiabá em fins da década de 1930 e do decênio de 1940 e a produção teatral carioca. Não podemos dizer que a qualidade (em relação a crítica teatral da época) seria igualmente comparada, já que não dispomos da análise desta recepção, por não determos fonte documental para isso.

O que nos é importante nesta discussão é a forma como está presente esta figura caricata do caipira nos esquetes de Zulmira Canavarros. As relações sociais observadas também são de extrema importância para interpretarmos à luz de um documento que jamais seremos os primeiros a termos acesso – como é um texto teatral – relacionadas ao seu tempo histórico de produção e principalmente os agentes deste processo e suas ligações com o fazer de seu presente.

Desta forma, partimos para a análise de como estão presentes as relações sociais entre os personagens do texto analisado. A questão do *trabalho* é uma delas, na qual é o fio condutor entre o personagem Tiburcio e Serafim, construindo um enredo do começo ao fim com a trama se fechando em torno do mundo do trabalho, discutindo a partir da figura do trabalhador caipira, ora chamado de *caboclo* pelo coronel.

A questão trabalhista neste esquete aparece pelas várias contestações em que a família do coronel apresenta para Serafim por seu trabalho. Valendo-se apenas de suas afirmações contra as acusações de um mal trabalho, o personagem se vê em um problema onde tudo que acontece ao seu redor é culpa sua e não há ninguém que possa confirmar que os erros não foram executados por ele.

Dr. Pedro – (Entra zangado)  
Serafim, quem amassou o balde de carregar leite?

Serafim – Num sei sêo Dotô. Num fúi eu...Eu anganto.

Coronel – Diga a verdade, idiota...

Serafim – Num fúi eu.

Dr. Pedro – Foi o Serafim mesmo. Coronel, eu vi quando ele foi buscar o leite.

Serafim – Eu fui buscar o leite, mais num fúí eu que massei o bárde.

Dr. Pedro – É você mesmo. Tenho certeza. (sái)

Serafim – Tudo mar feito desta casa, fala logo que fui eu.

Coronel – Você é um idiota...

Serafim – Num sô Dotô, óia bem pra mi, e veja si eu pareço com isso. (CANAVARROS, op. cit. s/p)

Não só nesta cena aparece a relação trabalhista entre o personagem Serafim e a família do coronel Tiburcio. Em outro momento, a esposa do coronel entra em cena contestando Serafim por ter matado sua roseira.

D. Lucia – (entra zangada) Serafim, você matou minha roseira, com o seu modo de molhar as plantas jogando a água muito de cima.

Serafim – Eu?!...Isso intriga que tão fazeno de mi pra asenhora.

D. Lúcia – É voce mesmo, que faz todo mal feito aqui de casa. (sai)

Coronel – Se aparecer qualquer coisa mal feita aqui, você vai para a rua, entendeu?

Serafim – O quê que o senhô quer dizê cum isso?

Coronel – que voce deixará de ser meu empregado, se aparecer mais uma coisa mal feita, aqui dentro desta casa. (sai)

Serafim – Ó meu Deus, tenha pena deste seu fio, que num tem prônde i...Num dexa nada saí mal feito, sinão é qui pago. (sai). (idem)

No diálogo acima transcrito, há um reforça da relação trabalhista entre Serafim e a família de Tiburcio. Os erros que o *caboclo* é acusado de cometer são apontados com muita hostilidade, nem dando a ele o direito de defesa. Mesmo ele dizendo não ter cometido nenhuma das “coisas mal feitas” de é que acusado, o

coronel o ameaça de demissão caso haja uma nova reclamação.

Há nestes diálogos uma construção acerca da imagem do trabalhador da terra, aquele que é submisso ao patrão, e este, não lhe dá direitos nenhum. A política trabalhista de Getúlio Vargas implementada nas décadas de 1930 e 1940 colocavam novas leis para “melhorar” a condição de trabalho de operários e camponeses. A arbitrariedade que existia nas relações trabalhistas entre coronéis e colonos nas terras mato-grossenses está sendo referenciada neste esquete.

Não por acaso, Zulmira Canavarros tece uma crítica ao regime trabalhista de servidão em que se encontrava em muitos lugares no estado de Mato Grosso até a década de 1940. Sobre isso, Isabel Cristina Martins Guillen (1999) discute sobre as relações de colonos e empregadores no sertão mato-grossense em fins do século XIX e primeira metade do século XX, usando como ponto de discussão a Companhia Mate Laranjeira. Sobre esta questão, Isabel Guillen aponta que:

Ao deter o controle sobre as terras ervateiras através dos contratos de arrendamento assinados com o governo de Mato Grosso, a Matte Laranjeira procurou implantar uma política de “espaços vazios”, ou seja, impedir de qualquer forma que houvesse a ocupação das terras sob seu domínio por pequenos proprietários ou posseiros. Tal política possibilitava não só uma melhor organização da produção da erva-mate, mas também visava impedir que os trabalhadores dos ervais se tornassem produtores independentes. Contratualmente,

tinha a Companhia a prerrogativa de determinar as formas de ocupação da região, sendo-lhe facultado o direito de expulsar quem se estabelecesse na zona dos ervais sem sua autorização. A manutenção de uma política de "espaços vazios" tornou-se uma estratégia vital para a Companhia, facilitando o controle e a vigilância sobre os ervais e as formas de trabalho, baseadas na escravidão por dívida. (ibidem, p. 150)

Esta situação em que o trabalhador estava submetido pela Mate Laranjeira era sabida por outros estados brasileiros. Isabel Guillen apresenta um trecho de uma obra literária que aborda a questão das condições de trabalho em que viviam estes colonos:

Nacionalmente, a Companhia tinha já sua imagem associada à escravidão por dívidas e aos maus-tratos que infligia aos coletores de mate. No romance Parque Industrial, de Patrícia Galvão, publicado em 1932, um personagem afirma que as autoridades, ao incentivarem a migração para o campo, queriam ver os trabalhadores morrerem de chicotadas "na mate- laranjeira". (ibidem, p. 161)

A Marcha para o Oeste através da propaganda, disseminou a necessidade em levar trabalho e mão-de-obra para os sertões do Centro-Oeste. A imagem de um novo país, "moderno", "evoluído", só seria possível pelo progresso e valorização do "mundo do trabalho". O "homem novo"<sup>11</sup> em que se acreditava no governo do Estado Novo era o cidadão trabalhador, mas para tanto eram necessárias políticas afirmativas de trabalho.

A ideologia do trabalho após 1930 era de levar o país a um novo panorama social e econômico, e assim, começam a trabalhar na consolidação das leis trabalhistas. O objetivo desta nova ordem política e social era de "promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz do país [...]" (GOMES, 1982, p. 152). Essa construção de um homem novo está associada ao ideal progressista de um Brasil moderno, deixando o arcaico, as heranças coloniais no passado.

O trabalho no governo Vargas nos anos 1930/1940 tinha que ser positivado, pregando a dignificação do homem. O trabalhador ideal para essa "nova nação" era o trabalhador disciplinado e ligado com os objetivos do Estado:

[...] para o Estado Nacional, a resolução da questão social inclui todos os problemas de caráter econômico e social que dizem respeito ao bem estar do povo, pois para o governo Vargas, o trabalho não é simplesmente um meio de "ganhar a vida", mas sobretudo um meio de "servir à pátria". (ibidem, p. 156)

A imagem de um novo trabalhador, de uma nova relação trabalhista fazia parte da modernização do arcaico. Sair do *velho* e ir para o *novo* representaria assim, uma abordagem do trabalho como condição do progresso. A discussão então que fazemos, pelo contexto da modernização cultural é a da imagem contraposta do *novo cidadão* que o Brasil precisava. Todavia, existia aqueles grupos que disseminavam ainda a considerada *barbárie* pelo estado, disputas

<sup>11</sup> O regime, instrumento do laboratório humano que naquele momento se impunha, iniciou então sua tarefa construtiva de uma nova nação e do Homem Novo, através de meios que rapidamente começariam a ser definidos. (CANCELLI, 1994, p. 18)

políticas, com violência e impunidade:

Desse modo, o que no imaginário social aparece como sertão tem uma história tecida na luta pela terra, em que posseiros e pequenos proprietários tramaram derrotar uma grande companhia e impor um novo sentido ao propalado progresso; e em que o conflito armado aparece travestido de banditismo, e de bandidos aqueles que lutaram pela posse da terra. (ibidem, pp. 168-69)

Partimos daqui para a discussão sobre a representação do personagem Serafim no esquete *Graças a Deus* pelo prisma da reflexão sobre o perfil do trabalhador presente ali e o contexto sócio histórico da produção do texto teatral.

Este personagem representa o trabalhador rural necessitado de instrução e aprendizado para desempenhar as atividades do seu emprego com um mínimo de atenção e eficiência. Adonia Antunes Prado (1995) argumenta em seu trabalho *Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo* sobre a necessidade em se criar escolas<sup>12</sup> rurais no campo em que “[...] o objetivo com mais frequência imputado à escola rural era de formar mão-de-obra especializada ao seu meio, dissolvendo possíveis sonhos de êxodo e migração para as cidades” (ibidem, p. 13).

A retenção do homem no campo elaborada pelo governo estava associada a Marcha para o Oeste que criaria as colônias agrícolas e fazia das cidades um ponto de apoio no “desenvolvimento” econômico da região. A formação da

mão de obra passa a ser assunto importante quando há esta intenção em instruir o trabalhador para não emigrar às áreas urbanas.

A imagem deste homem do campo é justamente a imagem – como já discorremos anteriormente – a algo *antimoderno*. Como aponta Adonia Antunes Prado:

O homem rural era visto à beira da animalidade. A representação que os textos faziam era a de homens e mulheres ignorantes ao extremo, sujeitos a todo tipo de submissão: religiosa, profissional e sanitária. O homem do interior era visto como um bugre que queimava, devastava e destruía riquezas e a escola, que não fazia seu papel de ensinar o amor à natureza, o conhecimento do valor da agricultura, bem como técnicas que conferissem maior produtividade ao trabalho [...]. (ibidem, pp. 21-22)

Desta imagem, de como o homem do campo era visto, podemos notar que o esquete escrito por Zulmira Canavarros não está distante da formulação das mentalidades da época sobre o trabalhador rural:

O homem do campo era visto como triplamente incapaz: não sabia e não podia cuidar de sua saúde, de reger seu trabalho no sentido de torná-lo produtivo ou viver conforme valores civilizados. Essas características tornavam, no entender de alguns, “a população rurícola brasileira” muito pouco valiosa, social e economicamente falando. À escola, porém, caberia um papel fundamental, como já se observou. Ela formaria o homem e encaminharia “a formação do braço produtor”. (ibidem, p. 22)

Mesmo que seja uma discussão acerca do trabalho rural e as imagens que se tinha deste

<sup>12</sup> Sobre esta discussão, Laci Maria de Araújo Alves discute a criação de cem escolas em um único dia em Mato Grosso durante a Intervenção de Júlio Müller. O progresso associado ao ensino e a escola como palco deste “desenvolvimento” econômico e ideal modernizador aparece no contexto de disciplinar o trabalhador do campo. (ALVES, 1998)

trabalhador *caboclo*, não podemos deixar de apontar para uma crítica à relação entre patrão e empregado, na qual a sociedade da época por fazer juízo do homem do campo estaria sim à mercê de uma exclusão social.

Deste modo, no esquete não há apenas um reforço do estigma que o trabalhador rural detinha por parte da sociedade urbana, mas está presente também uma discussão mínima acerca desta imagem de "homem incapaz"<sup>13</sup> elaborado pelo discurso cidadão da época.

A figura do coronel presente na peça pelo personagem Tiburcio, está referenciando toda uma discussão acerca do coronelismo e mandonismo que existiam no meio rural (e também urbano, segundo algumas concepções) durante a primeira república. O conceito de coronelismo debatido por José Murilo de Carvalho em seu artigo *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual* (CARVALHO, 1997) demonstra que a relação entre o coronel e o Estado estava alocado em uma organização política, presente também nos sertões mato-grossenses:

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do

reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. (ibidem, p. 02)

As relações entre o proprietário rural e o seu subalterno é a forma do controle e poderio do trabalho entre o patrão e seu funcionário expressos no esquete de Zulmira Canavarros pelos personagens Tiburcio e Serafim. A forma como é colocado o autoritarismo na figura do coronel Tiburcio nos dá as características do mandonismo, também apontado por José Murilo de Carvalho:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. (ibidem, p. 03)

Nesta perspectiva, a intriga construída no esquete de Zulmira Canavarros traz inúmeras visões de sua sociedade, que ao nosso ver, demonstram questões presentes no cotidiano da época no contexto de desejo de mudanças econômica, política e cultural para Mato Grosso a

<sup>13</sup> O esquete *Graças a Deus* tem seu desfecho com um diálogo entre o coronel Tiburcio e Serafim. Tiburcio diz a Serafim que será avô e em resposta a revelação do coronel, Serafim diz: "Ó meu Deus, tenha pena de mim...Meu S. Benedito me acude, num dexa a cegonha trazê alguma cousa mar feita, sinão vão pensa que eu é que fiz". Esta fala revela a preocupação de Serafim pelas acusações de que trabalha mal e faz referência a uma conversa entre o coronel Tiburcio e sua esposa D. Maria, onde Tiburcio diz: "Não quero saber de nada, a primeira coisa mal feita que aparecer, ele será despedido". Serafim escuta a conversa escondido em um canto da sala, o que provoca medo pela demissão em uma possível outra acusação por seus "erros" em seu trabalho. O título do esquete está associado ao enredo pelo fato de que Serafim permaneceria em seu trabalho na casa do coronel Tiburcio "graças a Deus" e não por seus méritos. (CANAVARROS, op. cit., s./p)

partir do ideal de progresso de Getúlio Vargas e a Intervenção de Júlio Müller, no qual também pudemos observar.

Na obra de Zulmira Canavarros, podemos notar que há presença marcante do elemento regional provindo principalmente da cultura popular. Em ambos os esquetes analisados neste capítulo, pudemos extrair a discussão sobre a representação do caipira e de outros arquétipos da cultura local durante o período mencionado. Claro que não podemos deixar de mencionar que suas grandes representações no Cine-Teatro Cuiabá foram peças do Teatro de Revista adaptadas por ela e que tiveram sua origem no Brasil.

Contudo, o debate que se faz necessário em parte de sua obra teatral analisada por nós é a questão da relação de seu fazer artístico com os interesses e ligações políticas que estava inserida. O lugar de onde se fala e se produz é ponto intrínseco na análise do fazer artístico de Zulmira Canavarros. Para Viviane Costa:

Embora na época estivesse reservado à mulher apenas o papel de mãe, a representação mais perfeita e idealizada para definir a esfera a que a mulher deveria estar ligada, Zulmira Canavarros viveu nas fronteiras do público e do privado, logo, para aquele período, uma mulher sem fronteiras. Porém, mesmo dedicando grande parte de sua vida à arte, não chegou a abdicar totalmente da vida familiar, exercendo o papel de mãe e esposa, no âmbito da esfera privada. (COSTA, op. cit., p. 72)

A afirmação da autora citada traz Zulmira Canavarros enquanto uma protagonista de seu tempo que

apesar do fazer público também estava ligada às atividades domésticas no âmbito privado. É necessário apontarmos esta discussão, pois a artista que trazemos para refletirmos nesta pesquisa não estava realizando uma obra tão “contestadora” da sociedade de seu tempo. Ela estava apresentando uma produção artística e cultural ligada aos ideais da época, mas com críticas a modelos de relações sociais daquele período. E isso soa como ambíguo para nossas observações sobre sua produção teatral. Segundo Benedito Pedro Dorileo, Zulmira Canavarros se inspirou “acentuadamente na zona rural com cantos folclóricos num entremeio de sabor ameríndio e lundu, com inserção de danças e canções brejeiras ou maliciosas [...]” (DORILÊO, 1976, p. 23).

Sabemos que Zulmira Canavarros mantinha ligações tanto pessoais quanto profissionais com a família Müller. Segundo Viviane Costa, “por volta de 1930, a convite do interventor Júlio Strubing Müller, ocupou a cadeira de professora de Música e Canto Orfeônico do Liceu Cuiabano, aposentando-se na carreira do magistério” (COSTA, op. cit., p. 67). Suas críticas tecidas nos textos teatrais, estão sendo escritos de dentro do processo modernizador implementado pelo Estado Novo. Porém, não desconsidera a tradição sócio histórica e cultural que vai dimensionar a sua obra de cunho político e ambíguo.

Podemos apontar algumas considerações acerca do contexto modernizador em que se encontra também as obras teatrais de Zulmira Canavarros: seu processo artístico e

principalmente a ligação entre a autora, sua obra e os contatos políticos do governo do Estado faziam parte de um amplo projeto que almejava conquistar, através da propaganda e no uso da cultura o progresso para Mato Grosso. Deste modo, a ambiguidade garante as contradições na obra da autora.

## Referências:

- ALVES, Laci Maria Araújo. *Nas Trilhas do Ensino (Educação em Mato Grosso: 1910-1946)*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- ANTUNES, Delson. *Fora do Sério – Um panorama do teatro de revista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004
- Canavarros, Zulmira. Graças a Deus. In: RODRIGUES, Dunga. Comédias e SKETCHS. In: *Patrimônio Vivo de Firmo e Dunga*. Universo de Interesse 255 – Teatro, caderno. Cuiabá: Casa Barão de Melgaço, s./d.
- \_\_\_\_\_. Só Prá Num Perdê. In: RODRIGUES, Dunga. Comédias e SKETCHS. In: *Patrimônio Vivo de Firmo e Dunga*. Universo de Interesse 255 – Teatro, caderno. Cuiabá: Casa Barão de Melgaço, s./d.
- CANCELLI, Elizabeth. O Contrapiso e a Violência. *O Mundo da Violência; a polícia na era Vargas*. 2ª ed. Brasília: UnB, 1994.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, vol. 40, nº 2, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em fevereiro de 2014.
- CHARTIER, Roger. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-92.
- COSTA, Viviane Gonçalves da Silva. *Zulmira D'Andrade Canavarros: uma mulher sem fronteiras na Cuiabá da primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.
- DORILÊO, Benedito Pedro. *Egéria Cuiabana*. São Paulo: Gráfica Vaner Bicego, 1976.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A Construção do Homem Novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et al. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Luta Pela Terra nos Sertões de Mato Grosso. In: *Estudos Sociedade e Agricultura* 12, abril de 1999.
- GUINSBURG, Jacob, et. all. *Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo: Perspectiva, Sesc SP, 2006.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 37ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.
- MOURA, Carlos Francisco. *O Teatro em Mato Grosso no Século XVIII*. Belém: SUDAM, 1976.
- MÜLLER, Maria de Arruda. Vida Social. In: \_\_\_\_\_; RODRIGUES, Dunga. *Cuiabá ao Longo de 100*. Cuiabá, FIEMT, 1994.

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

NEVES, Larissa de Oliveira. *As Comédias de Artur Azevedo: em busca da história*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

PAVIS, Patrice. *Diccionario del Teatro*. Barcelona: Paidós Ibérica S.A, 1998.

Prado, Adonia Antunes. Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura 4*, 1995.

VILELA, Ivan. O Caipira e a Viola Brasileira. Pais, José Machado. (Org.). *Sonoridades luso-afro-brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

Recebido 02/09/2015

Aceito 30/09/2015

## AS SOMBRAS DAS IMAGENS: A GUERRILHA URBANA NO CARIRI CEARENSE EM 1967

Assis Daniel Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, analisamos as construções de imagens divulgadas pelo *Jornal Unitário* sobre as intervenções militares nos espaços urbanos caririense em 1967. Essas visavam, principalmente, desorganizar e exterminar a formação de guerrilheiros nesse território. Neste intuito, confrontamos os discursos imagéticos mesclados nas páginas dessa imprensa para perceber os jogos de manipulação visual dos espaços urbanos nas matérias jornalísticas, as estratégias de convencimento e as construções de imagens positivas dessas ações militares. Enfim, essas imagens fabricadas sobre a guerrilha urbana no Cariri foram feitas para realçar o signo de fortaleza do regime em voga, convencer os cearenses que essa intervenção era em prol do bem da nação e fomentar uma política de silenciamento dos caririenses sobre esse fato.

**Palavras-chave:** Guerrilha urbana do Cariri, imagens, *Jornal Unitário*.

**Abstract:** This article analyzes the construction of images published by the *Journal Unitário* on military interventions in caririense urban areas in 1967. These were aimed mainly to disorganize and exterminate the formation of guerrillas in the territory. To this end, we confront the imagery speeches merged pages in this press to realize the games visual manipulation of urban spaces in newspaper articles, the persuasion strategies and positive images of buildings such military action. Anyway, these images produced on the urban guerrilla in Cariri were made to highlight the regime fortress sign in vogue convince Ceará that this intervention was to promote the good of the nation and

foster a policy of silencing caririenses about this fact.

**Keywords:** Urban guerrilla Cariri, images, *Journal Unitário*.

Neste artigo analisamos as construções imagéticas<sup>2</sup> feitas sobre as ações militares contra a Guerrilha urbana no Cariri cearense em 1967. Verificamos, assim, como nos espaços urbanos centrais dessa região se construíram uma resistência ao golpe civil-militar, principalmente nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha. Para isso, avaliamos as matérias e fotografias que procuravam presentificar essa investida armada contra os guerrilheiros no Cariri. Nesse intuito, averiguamos as publicações divulgadas pelo *Jornal Unitário*, pois essa imprensa fora a única em registrar esse acontecimento.

Essa imprensa foi criada em 1903 por *João Brígido* na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Vendida a *Assis Chateaubriand* no ano de 1940 e incorporada aos *Diários Associados*. Tinha uma publicação diária e de amplo alcance estadual, como também uma quantidade considerada de correspondentes nas principais regiões do Estado. Ao atrelar-se ao grupo dos *Diários Associados* ganhou em qualidade estética, de propaganda e circulação no Estado e fora dele, contudo, perdeu a sua característica de um jornal que defendia ideais contrários aos propalados pelo governo da época.

Em suas seções encontramos uma parte dedicada ao interior do Estado, nelas as notícias sobre o sul

<sup>1</sup> Historiador e filósofo, mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP). E-mail: historiaassis47@yahoo.com

<sup>2</sup> Segundo Albuquerque Júnior (2006), olharmos a construção imagético-discursiva seria tomar as "fontes não como documento, nem como fonte de prova, mas tomá-las como material de trabalho, como monumentos a serem destruídos e reconstruídos, ou seja, construímos os parágrafos com enunciados e imagens retiradas dos próprios textos em análise, tomando-os para nós, utilizando-os como nosso, pelo método de bricolagem e de torção, dessacralizando essas fontes, pondo estes enunciados para funcionarem de outro modo" (2006: 31).

cearense eram colocadas e propagadas. Consideramos importante ressaltar a mudança que ocorrera em seus quadros editoriais e jornalísticos depois de ser adquirida por Chateaubriand. Tendo em vista, que esse empresário possui um *lugar social* (CERTEAU, 1982) de destaque e usava-o para defender seu grupo e ideais. Para Motta (2000), Assis Chateaubriand era defensor de um anticomunismo que postulava sua posição nas bases de uma defesa a nação e não comungava com os ideais ditos por ele de antipatrióticos-comunistas. Essa concepção perpassou suas matérias publicadas nos jornais de São Paulo, mas também estava presente e conduziu a posição dos Diários Associados em relação ao golpe Civil-Militar em 1964. Conforme Motta,

Assis Chateaubriand, célebre pela capacidade de cunhar expressões marcantes, elaborou em 1935 uma imagem que expressava bem o sentimento de certos setores da sociedade, especialmente das camadas dirigentes. Contra o comunismo deveria ser estabelecida uma "união sagrada", consagrando as forças "sãs da nacionalidade em torno do governo, para que o "inimigo" pudesse ser derrotado" (MOTTA, 2000: p.57).

Esse jornal, à época, era o que mais circulava no interior e capital do Estado. Portanto, a sua adesão e consumo pelo público letrado cearense indicava a influência dela no cultivo e formação de sua opinião. Tal destaque se verificou perante o público leitor cearense por meio da verificação do número de tiragens feitas mensalmente, sua tarifa por unidade

(4, 00 Cruzeiro) e seu número de páginas<sup>3</sup>, precisamente 8 páginas podendo ser majoradas ao acoplá-la outras necessidades editoriais. Esses dados balizam a sua força editorial e de consumo nas terras cearenses. Ao se vincular aos Diários Associados de Assis Chateaubriand se favoreceu construindo para si uma maior visibilidade nacional, como também assinalou nitidamente as suas posições políticas e sociais concernentes ao golpe Civil-Militar em 1964. Nesse escopo, essa imprensa possuía dois jornalistas correspondentes no Cariri, que se responsabilizaram pelos registros fotográficos e narrativos desse evento.

As fotos e matérias analisadas, neste trabalho, foram às publicadas por esse jornal e derivadas de várias seleções dos seus produtores, como também do departamento oficial da União responsável pelo controle dessas publicações. Os correspondentes dessa imprensa eram Teixeira Cruz e Felizardo Cardoso.

Essa imprensa apoiou e aderiu ao golpe militar no Ceará em 1964. Registrou-o com preleções escritas a fim de atingir os seus leitores, empregou os recursos imagéticos, fotográficos e as artes da visualidade gráfica para comover, persuadir e edificar uma imagem de salvadores da terra cearense para os cadetes legalistas.

Buscamos analisar, neste artigo, a construção imagética da guerrilha urbana no Cariri cearense em 1967. Nesse fito arrolamos as imagens-fotografias e sua relação de sentido com as imagens-textos. Para isso, não seguimos o viés da leitura

<sup>3</sup> Outros jornais cearenses figuravam nas redes de relações com o *Jornal Unitário*, por exemplo, o *Correio do Ceará* e *O Cruzeiro*. Servia, outrossim, como divulgador desses jornais e magazines que não detinham a sua tradição editorial que, por sua vez, proporcionava-lhe um público consumidor cativo.

orientada pela legenda, contrapomos esses dois discursos, verificamos o uso dessas imagens como simbologia do poder (BOURDIEU, 2009) e a sua construção como instrumento de prova forjado pelo Jornal *Unitário* em favor dos militares.

13 de novembro de 1967

As intervenções militares contra a guerrilha urbana no Cariri se principiaram no dia 13 de novembro de 1967 e, segundo o *Jornal Unitário*, em 17 de novembro de 1967, os guerrilheiros foram “tangidos do Cariri em tempo rápido e vencendo alguns obstáculos já se dirigem a Salgueiro. Os cercos nos morros, as lutas junto às pontes, as carreiras na caatinga, as batalhas em campo aberto favorecem as forças legalistas” (UNITÁRIO, 17/11/1967, p.08).

As cidades que compunham a região do Cariri cearense eram consideradas espaços urbanos propícios para a organização de uma resistência ao golpe Civil-Militar por causa da sua centralidade territorial em relação às capitais do Nordeste. Como também, a sua força de atração e congregação dos camponeses nordestinos acoplados ou não as ligas camponesas. Isso se fomentou por causa da crença, dessa população, em Padre Cícero Romão Batista. Para o Serviço Secreto do Governo (SSG), essa especificidade espacial caririense serviria para o encontro desses sujeitos que poderiam se encontrar nesse território para dialogar, planejar e traçar ações políticas contra o golpe de 1964. Para prevenir uma possível construção em seus espaços urbanos

de uma provável reação ao golpe civil-militar, o SSG prendeu alguns suspeitos de subversão no Cariri, por exemplo, em Juazeiro do Norte foram feitas “15 prisões” em 1965 (UNITÁRIO, 15/09/1965, p. 06).

Assim sendo, essa atitude visava prevenir essa região de uma presumível reação ao golpe, tendo em vista que era um lugar privilegiado para o encontro dos guerrilheiros pertencentes às várias partes do Nordeste brasileiro. Como também, como um ponto estratégico devido a sua distância da capital do Estado, dos órgãos de repressão e controle da União. Além disso, as suas fronteiras territoriais com o Pernambuco, Piauí e Paraíba eram desprotegidas e beneficiavam a emanção de grupos interestaduais para um contragolpe.

Em 1967 o SSG ratificou ao governo estadual e local da existência no Cariri de um foco de guerrilheiros nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Missão Velha. Não o enquadramos como sendo eminentemente urbano, nem tampouco rural, fora, então, uma mistura de ambos<sup>4</sup>. Contudo, neste artigo, analisamos a sua reação urbana em relação à investida do exército para destruir a sua organização nessas três cidades citadas. Dentre os espaços urbanos caririenses, destacamos Juazeiro do Norte e Crato, pois eram os seus centros urbanos mais prósperos e possuidores de um *status* em suas dimensões demográficas, econômicas e políticas concernentes aos demais municípios do Cariri. Essas duas cidades possuíam um proletariado incipiente, pois a modernização de suas indústrias era recente, ou seja,

<sup>4</sup> Conforme Queiroz, a resistência ao golpe civil-militar no Cariri cearense não possuía uma fase única, “contrariamente, ela apresentou diversos rastros. Para uns, tratava-se de uma luta democrática, ou seja, o bom combate pelas liberdades políticas; para um segundo grupo, talvez a aspiração fosse até de vulto menor, quem sabe somente o desmonte de um sistema geral de censura em toda linha; para um terceiro, a luta democrática era inseparável da estratégia de superação do regime social. Não descartamos duas outras possibilidades: a de uma resistência combinada com certa resignação a aspectos do regime, ou seja, ambígua e inconsequente e outra - comum entre artistas- que era levar a cabo atividades que objetivamente as colocavam em um quadro geral de suspeição, emperrando-os a uma crítica ao regime, ainda que lânguida e declaradamente matizada” (2010: p.23).

estava sendo movida paulatinamente com a sua eletrificação feita pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1961. Contudo, nelas existia uma organização da classe dos artesãos e dos funcionários públicos. Essas associações poderiam se juntar com os outros grupos urbanos existentes e fomentar uma resistência, tal era o medo do SSG.

O proletariado não tinha a veemência cogente para perpetrar a conflagração socialista no Cariri, ou seja, enquanto adutor dessa ação revolucionária. Os camponeses caririenses, não obstante, nos anos de 1960 constituíam a força que sustinha economicamente essa região e os seus rumos sociopolíticos. Essa revolução em moldes marxistas, partira do campo em parceria com a cidade, este tendo como principais sujeitos o pequeno número de operários existentes e os setores médios urbanos assalariados. A influência das ligas camponesas do estado de Pernambuco na organização da guerrilha no Cariri, segundo o Unitário (UNITÁRIO, 09/11/1967, p.08), fora importante, como também os movimentos realizados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Cariri cearense<sup>5</sup>.

As fotografias feitas sobre a campanha intervencionista dos militares contra a guerrilha urbana nessa região foram postas em uma zona peculiar no Jornal Unitário, figurando muitas vezes no cerne da página, detentor de um tamanho representativo a fim de demonstrar seu valor e lhe possibilitar uma boa visualização aos seus leitores. Em consonância com isso fizeram uma descrição minuciosa sobre elas e o

que representavam. Essa miscelânea entre foto e discurso se arquitetou para induzir a leitura de seus consumidores, fortaleceu a prédica oficial do golpe, usou do recurso visual como símbolo de ações positivas feitas pelos legalistas e enfatizou a imagem negativa de subversivos aos guerrilheiros.

Portanto, o IV exército chamado "Espírito de Guararapes" chegou ao Cariri para exterminar esse foco de guerrilheiros urbanos e assolar a sua organização em 1967. Para isso, fizeram um cerco nestas três frentes: 1- A partir do centro-sul cearense o "exército de Guararapes" invadiu o Cariri pelas terras cearenses; 2- Pelo sertão Pernambuco; 3- Pelo Piauí. Esse exército era constituído por mais de 1000 soldados e tinha em sua composição 721 soldados recrutados em Fortaleza, 264 de Teresina e 581 de São Luiz do Maranhão (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08).

Nesse sentido, essa imprensa conferiu visibilidade à força bélica que foi utilizada nessa ação de repressão a resistência ao golpe Civil-Militar. Esse jornal analisado aqui verificou que não era eficaz apenas o anúncio desses instrumentos, mas presentificá-los ao seu público consumidor e intimidá-lo por meio de imagens-fotografias e evidências de seu poder simbólico (BOURDIEU, 2009). O ano de 1967 constituiu-se em um momento de asseverações e volubilidade desse regime. Demonstrar, assim, naquele momento robustez era vestígio de que havia dissídio, complô e que não existia uma unanimidade em alusão a essa intervenção.

<sup>5</sup> Para Montenegro, as ligas camponesas foram "criadas pelo Partido Comunista desde a década de 1940, mas com atuação pouco expressiva, embora bastante vigiada pela polícia, ganham uma nova dinâmica" a partir do encontro com o advogado Francisco Julião e "transformam-se, segundo grande parte da imprensa, dos políticos e mesmo da sociedade civil, numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo à "paz agrária" dos latifundiários" (2008: p.14).

Essa situação se mitigou quando o governo adotou um caráter efetivamente ditatorial com o AI-5 (1968). A partir desse ato institucional a carência de apoio das entidades civis e religiosas não poderia mais abalar, tal como incidiria em 1964 a esse governo. Entretanto, no contexto sociopolítico do recorte temporal aqui estudado, para esse regime era necessário convencer aos brasileiros do caráter positivo e agregar-lhe um capital simbólico, por exemplo, divulgando essa intervenção como um movimento em prol da pátria. Tais estratégias se manejaram para logr-lo, como o jogo feito com símbolos imagéticos de asseveração de seu poder institucional. Para Rivière, ao símbolo se adjudica um valor que orienta a ação dos indivíduos, como também, situa-o na "ordem da comunicação" e do movimento do social em suas estruturas cotidianas. Sua tarefa vai para além da enunciação do fato, ele promulga-o, o dar vigor e vivacidade. Conforme ele,

Através da imaginação simbólica, o espírito se emancipa do real e confere às coisas e acontecimentos um segundo sentido figurado de insuspeitada profundidade. Nem fantasista nem gratuita, a sobrecarga simbólica, que respeita um código semântico e sintático de origem social ecoa profundamente no psiquismo, na medida em que aciona o imaginário. O Heil Hitler valoriza a imagem do chefe carismático. Ele indica a mesma obediência dos dois nazistas que se saúdam. O vigor do gesto sacode o corpo inteiro e manifesta a determinação da vontade para defender uma causa (RIVIÈRE, 1989: p.219).

Esse movimento imagético dos símbolos através das fotografias e discursos engendraram percepções mentais simbólico-sociais, notadamente em relação à Guerrilha urbana no Cariri. Essas, por sua vez, amoldaram-se na ênfase em exprimir a força militar e exposição do caráter negativo da guerrilha, assentando-a como opositora a Deus e ao Estado. A imagem I se apresentou ao leitor a partir do entrelaçamento entre os recursos linguísticos, a língua e a imagem. Sendo intitulada de "Canhões contra Guerrilhas" trazia o seguinte mote: "Os caminhões do 10º GO foram transportados de trem para o Cariri a fim de combater os guerrilheiros que infestam os brejos caririenses e parte do sertão de Pernambuco" (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08).

Nessa fotografia averiguamos o movimento do corpo das máquinas de guerra, ou seja, a saída desse arsenal bélico de Fortaleza ao Cariri, nas outras verificamos o deslocamento somático dos soldados e sua exposição como o objeto de sacrifício. Para explanar o poderio militar dos legalistas expõem ao leitor à imagem da saída desses canhões de um lado para o outro, a ida pelos trilhos simbolizava a presteza do exército brasileiro em pelejar contra a resistência ao regime em voga. Isso, por outro lado, representava uma situação de guerra, de terror e de poder militar que procurava evidenciar sua força armamentista. Isso se fez primeiramente para serenar os seus aliados e demonstrá-los que o exército estava dominando a circunstância e laborando por uma investida que pudesse aboli-la.

Segundo, amedrontar os guerrilheiros e disseminar imagens pejorativas pela imprensa escrita e radiofônica dessa região. Esse

segundo meio de comunicação era enfatizado pela sua extensão e uso massificado na zona rural caririense.

## IMAGEM I



**FONTE:** UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08.

A sua visualidade imagética deveria promover um impacto, fomentar medo e intimidar os cearenses que se filiavam a guerrilha urbana no Cariri. Essa imagem acima foi alocada pelos editores do jornal e vinculada a esta matéria: "Derrota espera Guerrilha no campo do Salgueiro" (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08). Dessa maneira, essa imprensa incitou ao seu leitor a uma lógica racional de expectativas de uma vitória rápida e esmagadora contra os guerrilheiros. Utilizando dessa estratégia de convencimento por meio da exposição de seu poder armamentista, nessa construção imagética o exército se destacava pela sua função de promovedor e

provedor da ordem, já os guerrilheiros eram postos imageticamente como seu oposto.

Destacamos que em outras matérias do Jornal *Unitário* exprimiram que essa intervenção tencionava ser rápida, mas por causa das resistências em alguns espaços urbanos nessa região se tornou mais longa do que o apetecido pelos seus líderes. Por exemplo, para essa imprensa, isso se ocorreu devido algumas emboscadas dos guerrilheiros ao grupo responsável por trazer as armas e alimentos para o Exército de Guararapes que tinha sua base na cidade de Iguatú<sup>6</sup>. Conforme os correspondentes dessa imprensa no Cariri, os militares

<sup>6</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967: p.08.

agiam vagarosamente, pois “suspeitavam que os “guerrilheiros” agissem disfarçadamente” e atacassem o acampamento general “de surpresa”. (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08).

Emparelhado com essa fotografia outras duas foram inseridas em seu término, uma procurava corroborar as suas manobras feitas logo após as intervenções militares nas cidades do Cariri e a outra era a foto dos generais que realizaram essa ação. A primeira utilizava do momento da ritualidade cívica, do desfile militar, do canto do hino e da elevação da bandeira nacional para fomentar a concordância dos caririenses a esse movimento militar. Essas fotos foram auferidas em um espaço mais alto. Isso também possibilitou ao fotógrafo apreciar os pelotões militares e a população ao seu redor. O desejo da ordem e disciplina do exército perpassava visualmente por essas construções imagético-discursivas a

fim de ratificar a fortaleza dessa instituição na vida dos brasileiros nos anos de 1960. A visão dessa imprensa, portanto, corroborava com o regime civil-militar e buscava criar certo consenso/integração da nação para justificá-lo.

Entretanto, as pessoas presentes nessas fotos não estavam ali em um *habitus* (BOURDIEU, 2009) cotidiano, nem apáticas em relação ao acontecido. A protrusão do cotidiano das cidades caririenses com essas festividades militares não denotava que a presença de uma massa urbana nessas manifestações era sinal de apoio ao golpe (1964). Portanto, os motins nesse dia, os protestos pelas mortes dos jovens guerrilheiros, não irromperam nas fotos, pois as seleções do ângulo, do foco e das tonalidades sociais e subjetivas perpassaram o olhar do fotógrafo, do editor das matérias e os interesses dessa imprensa.

## IMAGEM II



**FONTE:** UNITÁRIO, 14/11/1967, 08.

Os corpos humanos desse exército se apresentavam nessas fotografias para ilustrar e vivificar a sua imagem de disciplina, organização e robustez. As crianças no lado direito do pelotão central da foto figuram-se espantadas e surpresas. Percebemos também que ao seu lado têm-se soldados que não estavam engajados na realização desse ritual militar, mas procuravam manter a ordem da multidão presente. Esses espaços urbanos estavam sendo limpos e ordenados através de uma imposição e reforço imagético-discursivo que reforçava um grupo e a sua permanência no governo do país. O terror assolou a formação educacional dos jovens dessa região, o silêncio e a submissão a uma estrutura hierárquica de organização se colocou como o principal modelo valorativo na formação dos

caririenses e brasileiros. Os oficiais que participaram dessa investida no Cariri cearense, a saber, foram estes: o Coronel Sotero Rocha (comandante), Ten. Cel. Pedro Teófilo, o Coronel Carlindo Simão e Coronel Torres de Melo, General Dilermando Monteiro, Coronel Hermani Moreira de Castro e o Capitão Virgílio Ney Gomes de Borba (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08).

Esse jornal também empreendeu a (re) invenção de imagens pejorativas construídas em um imaginário discursivo e visual que se propagava nos jornais da imprensa escrita e radiofônica, como também nos púlpitos das igrejas sobre a figura dos guerrilheiros no Cariri. Segundo Queiroz (2010), a Igreja Católica no Cariri cearense apoiou o golpe de 1964 e cultivou meios de defender os interesses da classe dominante na região. Por

exemplo, os padres responsáveis pela paróquia de Nossa Senhora das Dores em Juazeiro do Norte fizeram caminhadas em consonância com a *Marcha* feita em São Paulo em prol da Família, de Deus e Pátria em 1964.

Esse exemplo colocado por Queiroz (2010) é ilustrativo, pois essa cidade era a maior no sul do cearense nos anos de 1960, como também a importância dessa paróquia como um centro de peregrinação em honra ao Padre Cícero Romão Batista e a Nossa Senhora das Dores (padroeira de Juazeiro do Norte). Para esse historiador e sociólogo, ao assumir como seu pároco administrador o Padre Murilo de Sá Barreto em 1967 indicava o caráter conservador e a vinculação da diocese e dessa igreja local ao regime<sup>7</sup>. Pois esse sacerdote enquanto auxiliar do Monsenhor José Alves de Lima, pároco dessa paróquia até 1967, realizou “em Juazeiro do Norte, quatro grandes manifestações” e “utilizou a força moral da igreja para trazer um exército de marchadeiras às ruas” (QUEIROZ, 2010: p.123).

No dia 14 de novembro de 1967 outras fotos foram publicadas por essa imprensa, essas demonstraram ao leitor o final do embate, as operações realizadas pelo “Exército de Guararapes” e as reações dos guerrilheiros a essa investida. Na mescla de imagens e discursos, fotos e legendas, enfatizava a atividade salvadora desses soldados e figuraram imagneticamente os guerrilheiros como inimigos. Por exemplo, no slogan de duas fotos estão escritas as seguintes enunciações: 1-

“Soldados preparam um comboio para novas batalhas no Crato. Poucos instantes depois eles entraram em luta, que hoje chegará a seu clímax, com a derrota da maior parte do contingente inimigo” (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08); 2- “Veículos das tropas legais se movimentam pela zona do Cariri, levando homens para combater os guerrilheiros” (UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08). Juntamente a figuração fotográfica dessa guerrilha, levamos em consideração a sua construção e os seus usos por essa imprensa. Então, a seguinte questão é pertinente: Como relacionamos, neste trabalho, história e fotografia?

Para Kossoy, a fotografia emana da ação do homem, de suas escolhas, dos meios aplicados para realizá-la, da volição, dos procedimentos e artifícios manejados à realização dos registros visuais. Nesse quadro se arrolam uma dada representação plástica às tecnologias responsáveis pela sua objetivação, que após 1945 com a aceleração dessas técnicas e as transformações consolidadas em seu campo enquanto arte se popularizou e tornou-se objeto de reflexão. Conforme ele, carecemos ao pensar a fotografia situá-la nestes três estágios: 1- intenção; 2- “O ato do registro que deu origem à materialização da fotografia”; 3- “os caminhos percorridos por esta fotografia” (KOSSOY, 2001: p.40)

Esse objeto como fonte histórica, consoante Kossoy (2001), não pode ser só apreendido em seu aspecto de realidade, de factualidade e no momento particular congelado pelo clique da câmera fotográfica. Entretanto, mormente, envolto de

<sup>7</sup> Consoante Queiroz, “quando Murilo de Sá Barreto assumiu a função de vigário da matriz de Nossa Senhora das Dores, em 1967, já consolidara o seu nome, não apenas o do religioso, mas o do intelectual tradicional, um representante ideológico das classes dominantes, e acima de tudo, um conciliador entre as frações da política oficial do município” (QUEIROZ, 2010: p.123).

uma "imaginação criadora" e de "incurções puramente estéticas" (Id., p.49). Para ele, duas vias podem nortear o estudo das visualidades fotográficas, a saber, a história da fotografia e a história por meio da fotografia.

Ponderamos, neste trabalho, que havia uma inter-relação significativa entre a estrutura do texto e das imagens, ou seja, a manipulação da leitura do outro, do leitor e do receptor da visão desse jornal sobre o golpe. Enquanto fotografias contidas dentro da imprensa elas não possuíam a exposição do nome de seus fotógrafos, contudo, entendemos, por sua vez, que essas imagens urbanas foram mediadas por fios culturais e sociais. Portanto, a construção imagética sobre a guerrilha urbana do Cariri se constituiu de uma relação entre o presente e o passado, pelas tramas dos diferentes produtores e interventores, que as selecionaram e atribuiu sentido em 1967. Conforme Barthes,

A fotografia de imprensa é uma mensagem. A totalidade dessa mensagem constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. A fonte emissora é a redação do jornal, o grupo de técnicos, dentre os quais uns batem a foto, outros a escolhem, a compõe, a tratam, e outros enfim a intitulam, preparam uma legenda para ela e a comentam (BARTHES, 1982: p.13).

Essas ações militares no Cariri cearense se minutaram nas imagens-discursos como exemplo e sinônimo de eficácia desse exército em alusão a resistência<sup>8</sup> alojada nessa espacialidade. As fotografias encontradas sobre esse combate se

compunham de legendas e resguardavam a identidade dos fotógrafos que as fizeram. Dessa forma, ficamos impossibilitados em pensar sobre as influências das técnicas fotográficas de seus autores. Contudo, verificamos que elas eram utilizadas prioritariamente pelo jornal como elemento de prova, símbolo de verdade e sinal que ficaria no tempo para demonstrar essa façanha de uma dada libertação caririense dos guerrilheiros. Essa pretensão fotográfica subjaz em outras, a saber, em um resquício do outro negado, da denúncia de malfeitores, nos traços de sua existência, de sua reação no interior cearense e a construção de um sentimento de aversão por alguns habitantes do Estado a essa campanha.

A partir disso, circunscrevemos este artigo na segunda via, ou seja, pensamos através das imagens fotográficas e discursivas as ações militares contra a guerrilha urbana no Cariri cearense (1967). Dessa maneira, compreendemos que elas foram abrolhadas com o fito de ratificar ao leitor dado acontecimento. Para isso, optaram pelo modelo do registro nos moldes de documentário, colocaram em segundo plano o recurso da pose e esquadrinharam flagrar os momentos de ações e de prélio. Portanto, a ideia de dar a perceber o movimento nas imagens corroborava o uso do corpo dos oficiais e policiais para fomentar a sua imagem de heroísmo e do arsenal bélico que possuíam<sup>9</sup> para os caririenses e cearenses.

Conforme Barthes (1982), a fotografia é um artefato híbrido, ou seja, é um produto criado por um

<sup>8</sup> Conforme Gaskell (1992), a fotografia é um instrumento visual pelo qual fatos e acontecimento de um passado e de um presente-passado atualmente estão sendo colocado em circulação no campo visual das pessoas, seja em seus ambientes de trabalho, lazer, convívio privado ou público. Essa acessibilidade está relacionada com o caráter emocional que envolve a ação de fotografar e ser fotografado, ou seja, "a fotografia traz em si uma relação material e causal com seu sujeito" (GASKELL, 1992: p.263). Dessa forma, consideramos sugestiva e pertinente esta chamada de atenção em relação ao papel do fotógrafo nessa rede de interações sociais pensada por Gaskell: "Pode-se argumentar que a ideia do "olho inocente" não é mais defensável e que a câmera é sempre uma presença intrusa" (Id. p.266).

aparelho técnico, mas também manuseado pelo homem nesse fazer. O mover desse instrumento pelo fotógrafo lhe agrega o caráter cultural, histórico e social, pois é ele que o elege, baliza e produz a partir de suas expectativas, desejos sociais e profissionais. Por exemplo, é ele que escolhe o seu *status* como arte ou produto do mercado, submetendo-o ou não ao seu campo do conhecimento. A fotografia, para ele, é produto e objeto, por isso, requer uma metodologia e carece de uma análise singular, isso não denota que essas duas características não estejam relacionadas. Mas, para viabilizar o estudo e torná-lo exequível é necessário decorrer dessa maneira, contudo não se esquecendo de sua existência relacional. Outra questão assentada por ele é que a estrutura fotográfica não está apartada de outras estruturas, como o texto. Elas possuem lugares diferentes, mas se complementam, produzem sentidos juntas e separadas. Essa bricolagem de linguagens também fora erigida pelo Jornal *Unitário* para expor as informações das intervenções militares no Cariri cearense.

Essa indução da linguagem escrita, em sua ordenação e estruturação discursiva, agenciou um detalhamento da imagem, uma exposição de elementos que associava ao visual os sentidos por ela cogitados. Essa imagem e organização do exército, naquele momento, representava a eficácia da SSG, do acometimento direto ao movimento de guerrilheiros que se disseminavam no Cariri cearense. Marcou-se pelo movimento, pela penumbra dos corpos urbanos em

uma ação efetivamente prática dessa missão contra a guerrilha urbana nessa espacialidade e reverberou a sua versão desse fato como sendo a verdadeira.

O fito dessa incumbência por esses militares se embasava a partir do sentimento de que estavam desempenhando o seu papel de protetores da pátria e de mantenedores da harmonia nacional. Essas imagens-discursivas perpassaram a feitura das matérias e fotografias sobre a guerrilha no Cariri. Elas reforçavam igualmente a ideia da realização de uma dada cruzada contra os ditos comunistas e agregaram-na aos ideais católicos, políticos e econômicos. Segundo Motta (2000), estes dois momentos foram fortes para energizar algumas imagens pejorativas ao comunismo: 1- sua propagação e perseguição nos anos de 1930; 2- década de 1960. Esses, por sua vez, instituíram-se no âmago de dois regimes ditatoriais na história do Brasil, ou seja, o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar.

Essa documentação fotográfica visibilizou certo clímax na batalha e confronto direto entre os guerrilheiros e o exército no sul do Ceará. Tendo abatido uma parte dos guerrilheiros do Crato, essa força oficial de intervenção dispersou aqueles que fugiam de Missão Velha e Juazeiro do Norte, adentrando-se nos brejos cratenses. Procuravam então passar a fronteira do Ceará em direção a Pernambuco para procurar apoio dos guerrilheiros desse estado. Contudo, a estratégia de impugnação se perpetrou para deixá-los sem subterfúgio, para isso a formação do exército para o ataque às guerrilhas e seus armamentos foram

<sup>9</sup> Consoante Monteiro, "a fotografia é uma convenção do olhar e uma linguagem de representação e expressão de um olhar sobre o mundo. Nesse sentido, as imagens são ambíguas (por sua natureza técnica) e possíveis de múltiplas interpretações (em relação ao meio através do qual elas circulam e do olhar que as contempla). Por isso, para a sua interpretação, são necessárias à compreensão e a desconstrução desse olhar fotográfica, através de uma discussão teórico-metodológica, que permita formular problemas históricos e visuais, no sentido de que a dimensão propriamente visual do real possa ser integrada à pesquisa histórica". (2012: p.13).

financiados pelos Estados Unidos da América. Em relação a essa ajuda estadunidense, segundo Jornal Unitário, os aviões que seriam utilizados para combater as guerrilhas chegaram a Pernambuco no dia 15 de setembro de 1965 e que esse arsenal bélico vinha da ajuda estadunidense, ou seja, eram "cinco aviões norte-americanos equipados com metralhadoras e outras armas especializadas na guerra guerrilha". (UNITÁRIO, 15/09/1965, p. 06).

Temos também a presença nesse jornal de fotografias que realçavam tal arsenal militar. Essa figuração imagética da força armamentista se utilizou para comover ao leitor pelo impacto visual e simbólico da guerra, outra estratégia também foi à imagem do

soldado abatido, símbolo da doação da vida dos militares pelo bem da pátria. Portanto, essa ação evidenciava o movimento do corpo do soldado e seu engendramento como símbolo desse momento de intervenção das forças armadas. Nesse momento, avigoraram-se, igualmente, as imagens pejorativas divulgadas sobre os guerrilheiros no Cariri e mobilizaram-se as redes de solidariedade em torno do exército e as imagens de soldados abatidos no campo de batalha. Tais imagens, contudo, escolheu-se para dar visibilidade aos sacrifícios e a doação que o Exército de Guararapes fizeram no campo de batalha, principalmente em Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

## IMAGEM IV



FONTE: UNITÁRIO, 14/11/1967, p.08.

Essa imagem nos propiciou conferir que houve no Cariri cearense uma resistência armada e essa agiu, em primeiro plano, como defesa já que o exército invadiu essa região para desmobilizar a o processo formativo de seus integrantes. Esse prélio sucedeu em Crato e se efetuou contra, segundo o Unitário, os "guerrilheiros comunistas". Essa segunda palavra se utilizou tanto no texto escrito, como se figurou em gestos e cenas nas fotografias para objetivar a primeira. Portá-la de sentidos temporais e ligá-la as imagens anticomunistas forjadas no Estado Novo favorecia a sua recomposição, dava-lhe aceção e visibilidade. O discurso oficial, portanto, compenetrado aos cearenses que essa ação das forças armadas se fizera com o propósito de salvar os caririenses e cratenses dos comunistas.

Para isso, não pouparam munição e nem contingente militar para desmobilizar essa guerrilha, por exemplo, chegaram ao Cariri cearense nesse período 22 viaturas para fortalecer o Exército de Guararapes. Esse montante militar não amedrontou a resistência desse grupo, resultando em uma defrontação entre esses dois grupos que ocasionou a morte de soldados e guerrilheiros. O exército, entretanto, conseguiu restituir o número dos soldados abatidos, por exemplo, segundo o Unitário, "durante a realização dos combates, as "guerrilhas" já fizeram várias baixas às forças regulares" (UNITÁRIO, 14/11/1967: p.08). Porém, os guerrilheiros não desfrutavam dessa possibilidade e isso os enfraqueceu.

Estando, assim, os guerrilheiros acudados e com uma impactante diminuição de seu grupo, procuraram fugir dessa região e adentrar os brejos pernambucanos. Para isso, os aglutinados em Missão Velha foram em direção ao Juazeiro do Norte para depois partirem para o Crato, cidade adjacente a Pernambuco. Mas, as tropas legalistas se agruparam em algumas cidades dessa fronteira para cercá-los e impedir a fuga, como Salgueiro. Para o Unitário,

Ao final das manobras a 10ª Região Militar realizará concentração cívico-militares nas localidades de Crato, Juazeiro, Picos e Caxias, todas inéditas nestas localidades. Os "guerrilheiros" vencidos e convencidos da fragilidade de seus pontos de vista, reintegrados no clima de patriotismo sadio tomarão parte nestas concentrações, ombreados com as "tropas vencedoras". A partir das 8 horas do dia 13 de novembro o comando da 10ª Região Militar, para fazer face ao desenvolvimento das operações e maior felicidade de controle estabelecerá em Iguatú o seu posto de comando avançado de onde partirá para o Cariri, permanecendo até o final das hostilidades. Participarão da luta contra as guerrilhas no Nordeste as tropas do segundo Distrito Naval e da terceira zona Aérea, ambos sediados na capital pernambucana (UNITÁRIO, 09/11/1967, p.08).

Nesse confronto que se deu na cidade do Crato alguns guerrilheiros morreram, outros fugiram ou foram presos. A suas memórias, então, foram camufladas e olvidadas pelo discurso oficial e pela experiência traumática de algumas famílias caririenses, embaciadas pelas imagens negativas

que se tinham do comunismo e de seus adeptos. Procurar versar sobre essa questão na história do Cariri contemporâneo seria, destarte, mexer em reminiscências confusas e que demandaria a emersão em um sentimento de padecimento, tortura e medo.

Essa política do esquecimento se erigiu mediante duas instituições da época que possuíam prestígio no Cariri, a saber, em primeiro lugar a Igreja Católica local, com o seu discurso anticomunista, que o propagava em seus meios de comunicação, na formação intelectual dos caririenses e em suas ações pastorais nas comunidades rurais e urbanas<sup>10</sup>. E finalmente, o exército, que estabeleceu vários artifícios para precaver uma sacralização dessa resistência e dos guerrilheiros no sul do Ceará, por exemplo, para o Unitário, “depois da derrota dos guerrilheiros os militares integrantes das operações pronunciarão palestras e conferências nas cidades invadidas, de lutas em guerrilhas e promovendo a fragilidade do enunciando aulas de civismo ponto de vista daquele tipo para o povo” (UNITÁRIO, 11/11/1967, p.08).

Esse saber-poder do exército promoveu o controle dos corpos e a clausura dessa memória. Isso foi atrelado ao discurso anticomunista da Diocese do Crato que em sua imprensa oficial, o Jornal A Ação<sup>11</sup>, e ações pastorais nas comunidades eclesiais de base procuraram ressaltar a sua posição contra os ideais comunistas. Em relação a essa investida militar no Cariri esse jornal católico colocou esta nota:

[...] ESPÍRITO DE GUARARAPES desenvolverá o tema de uma conflagração geral no Nordeste por guerrilheiros que obedecem a planos de subversão e incutirá no ânimo dos soldados os ideais de um autêntico patriotismo, caracterizando-se assim mais por uma ação psicológica do que mesmo teste de armas e táticas de combate (A AÇÃO, 04/11/1967, p.01)(grifos nossos).

Enfim, essa imprensa defendeu para os seus leitores que as ações do Exército de Guararapes seriam preventiva e formativa dos jovens caririenses contra os ideais comunistas. Contudo, essa dada “ação psicológica” não foi feita somente com palestras para a comunidade civil, mas com a promoção de uma invasão armada dessa legião no Cariri e suas manobras visavam desmobilizar a formação de guerrilheiros que acontecia nesse espaço. Para isso, empreenderam duas investidas, uma por meio educativo e a outra pela força bélica.

### Considerações finais

Neste artigo, analisamos a construção imagético-discursiva feita sobre a Guerrilha urbana no Cariri cearense pelo Jornal Unitário em 1967. Em nossa análise confrontamos fotografias e os registros escritos procurando tecer uma narrativa sobre esse acontecimento. Como também analisar a construção e forjamento dessas imagens como estratégia de justificar e convencer os cearenses dessa intervenção militar no sul do Estado. Essa não se deu apenas como “ação pedagógica”, como divulgado pelo Jornal A Ação, mas se

<sup>10</sup> A Diocese do Crato, à época tinha como Bispo Dom Vicente de Araújo Matos, além das ações pastorais (o apoio de D. Vicente na criação no sul do Ceará dos sindicatos dos trabalhadores rurais), possuía como elemento essencial de divulgação popular das ideias anticomunistas propagadas pela Igreja estes seguintes equipamentos que atingiam todas as classes sociais, desde o mais intelectual ao camponês analfabeto cariense: Rádio Educadora do Cariri, o Jornal A Ação, a Faculdade de Filosofia do Crato, o Hospital São Francisco, os colégios católicos (Por exemplo, Colégio Santa Tereza) e o Seminário São José.

<sup>11</sup> O Jornal A Ação foi fundado em 1939 pela Diocese do Crato no Ceará. Tinha também além do projeto de civilidade cristã o objetivo de combater as ideias e ideais comunistas na região. Para isso, divulgavam o modelo de organização do operariado como base na Encíclica *Rerum Novarum* (escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891). Essa cartaainda reforçava o direito a propriedade e o modelo de família monogâmico-patriarcal. Nessa imprensa, além das manchetes relativas à Igreja Católica e as divulgações pertinentes a essa Diocese, temos colunas de matérias feitas sobre a vida ordinária regional e os acontecimentos político-econômicos que marcaram as suas cidades.

ligou a manobras de perseguição aos guerrilheiros residentes em Juazeiro do Norte, Missão Velha e Crato.

As fotografias sobre esse evento heroificaram esse exército e realçaram suas intervenções como uma missão patriótica. Que, para isso, propendia reeducar alguns jovens caririenses considerados pelo discurso do regime de então desvirtuados do modelo de educação patriótica. Portanto, espalhavam a sua imagem sanadora dessa condição e figuravam-se como os únicos que poderiam reabilitar esses jovens das amarras ideológicas dos comunistas. Averiguamos na documentação analisada que desde 1964 o SSG estava perquirindo essa região cearense e olhava-a com suspeita. Um exemplo disso foram as prisões ocorridas antes de 1967 no Cariri e que visavam prevenir a formação de um foco de reação ao governo.

Em 1967 as prisões de suspeitos que estavam cometendo ações ditas subversivas pelos militares não foram suficientes para acalmar os ânimos no sul do Ceará. O SSP organizou uma intervenção *in loco* para extirpar a formação de guerrilheiros que acontecia em algumas de suas cidades. Essa, por sua vez, laborou-se em duas vertentes: 1- uma armada, que ejetava dessa região os líderes e formadores da Guerrilha; 2- realizar ações educativas, que disseminava seus ideais e combater os comunistas através de uma divulgação imagético-discursiva que permitia movimentar ícones pejorativos do comunismo forjados em vários momentos históricos e por diferentes instituições, como a Igreja Católica.

Assim sendo, o registro fotográfico feito pelo Jornal Unitário sobre a Guerrilha do Cariri cearense propendeu presentificar e heroificar os militares, vigorar e defender sua versão sobre esse fato para os cearenses e influir em sua construção visual e mental sobre a reação dos guerrilheiros ao golpe. Nas matérias dessa imprensa os militares colocaram os resistentes a sua implantação da ordem como um mal para a sociedade. Essa região era vista como suja, infectada, um foco perigoso que colocava em xeque a manutenção da ordem nacional, tendo em vista a sua centralidade geopolítica, socioeconômica e seu prestígio, força econômica e política concernente aos estados nordestinos.

## Fontes

Jornal *UNITÁRIO*, 1966-1967.

Jornal *A AÇÃO*, 1967.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteiras: História espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

\_\_\_\_\_. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru- São Paulo: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.

ALBURQUERQUE, Marli Brito; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v.3, n.3, p.297-305, 1987.

BAITZ, Rafael. A América de papel. In: *História Revista*, v. 3, n. 1/2, p. 79-91, 1998.

\_\_\_\_\_. Fotografia e nacionalismo: a revista the National Geographic Magazine e a construção da identidade Nacional Norte-americana (1895-1914). In: *Revista de História*, v.153, n.2, p.225-250, 2005.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FICO, Carlos. Estados Unidos e América Latina na Guerra Fria. In: FICO, Carlos. *O grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo; O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: editora UNESP, 1992.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*, v.8, n.12, p.97-115, 2006.

\_\_\_\_\_. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. In: *Anos 90*, v.15, n.28, p.151-168, 2008.

\_\_\_\_\_. Imagem do Espaço, imagem da história: A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. In: *Tempo*, v.2, n.3, p.135-148, 1997.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. In: *Saeculum-Revista de História*, v.18, n.18, p.11-31, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 315f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*, v.10, n.10, p.7-28, 1993.

QUEIROZ, Fabio José Cavalcanti de. *Padre, Coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militar 1964-1985*. 2010. 351f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

\_\_\_\_\_.SANTOS, Derivaldo; COSTA, Frederico. Contrarrevolução burguesa e padrão de modernização: um debate sobre uma via brasileira de afirmação do capitalismo. In: *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, v.5, n.5, p.136-149, 2014.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

\_\_\_\_\_.*Os rituais profanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Recebido 21/09/2015

Aceito 10/10/2015

## Formação das favelas numa capital planejada: Belo Horizonte e Região Metropolitana

Francis Albert Cotta<sup>1</sup>  
Wellington Teodoro da Silva<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo analisa o processo de constituição de favelas na cidade de Belo Horizonte e em sua Região Metropolitana situando-o historicamente. A pesquisa que resultou nesse trabalho revelou que o planejamento da capital mineira não comportou os empobrecidos. Eles não encontraram alternativa além de formar bolsões populacionais com baixa ou nenhuma presença do Estado. Será demonstrado que o crescimento do êxodo na direção das cidades, sobretudo a partir de meados do século XX, somada à formação inadequada para o novo ambiente produtivo das grandes indústrias desses migrantes vindos do meio rural, fez fracassar o projeto positivista e higienista de planejamento da cidade.

**Palavras-chave:** Favelas, políticas públicas, História do Brasil Contemporâneo.

### Abstract:

This article analyzes the favelas formation process in the city of Belo Horizonte and its metropolitan region situating it historically. The research that resulted in this work revealed that the planning of the state capital did not involve the impoverished. They found no alternative but to form poverty sites with little or no state presence. It will be demonstrated that the growth of the exodus towards the cities, especially from the mid-twentieth century, combined with inadequate training for new productive environment of the great industries of these migrants from rural areas, did fail the project positivist and hygienist planning city.

**Key-words:** Slums, public policy, history of Brazil Contemporary.

### 1. INTRODUÇÃO

O estudo das favelas brasileiras necessita de maiores diálogos entre as distintas áreas do conhecimento, com destaque para a História, Sociologia, Antropologia e Geografia Urbana. A exigência de diálogos entre diversas áreas é necessária para toda a situação urbana, seguramente. No entanto, os bolsões de pobreza possuem uma tensa dialética entre a exclusão dos espaços formais de satisfação e poder urbanos, de um lado, e, de outro, a elaboração de estratégias de sobrevivência de sujeitos que necessitam operar a inteligência de maneira singular para garantir a sobrevivência numa situação de toda sorte de adversidades. Esses lugares e seus moradores são a antítese da sociedade ampla que não opera no sentido da sua incorporação regular.

Inicialmente lança-se o olhar para o processo histórico de formação das primeiras favelas em Belo Horizonte, procurando identificar os meandros de sua institucionalização e consolidação. Em seguida, trata-se dos processos de ocupação das áreas periféricas de Belo Horizonte e a formação das favelas em bairros suburbanos e em cidades vizinhas, a partir da realocação de indivíduos vindos de favelas estabelecidas em espaço centrais da Capital Mineira.

A hipótese com a qual se trabalha é que existe uma relação entre o estabelecimento das *favelas periféricas* (isso quando se considera Belo Horizonte como o centro) e a construção dos conjuntos

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFMG. Residência pós doutoral em História Social da Cultura pela UFMG. Pós doutorado em Direito Penal e Garantias Constitucionais. Universidad Nacional de La Matanza. Argentina. Professor na Faculdade de Direito da Fundação Pedro Leopoldo. Minas Gerais. Contato: francis.eod@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Religião – UFJF. Estágio Pós-doutoral em História na UFMG. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. Contato: wteodoro@pucminas.br

habitacionais para indivíduos de baixo poder econômico e/ou provenientes de áreas desapropriadas em Belo Horizonte na década de 1980. Por questões relacionadas ao não pagamento das mensalidades dos imóveis, transferência das moradias, não adaptação às novas instalações e crescimento familiar não planejado, os primeiros moradores dos conjuntos habitacionais e/ou seus familiares invadiam áreas próximas aos conjuntos formando várias favelas. Em alguns casos, por falta de acompanhamento e fiscalização dos órgãos competentes; definição de parâmetros claros de ocupação e construção; inadimplência com as companhias fornecedoras de água e energia elétrica, e falta de manutenção nos imóveis - construídos com materiais de baixa qualidade - certas regiões dos conjuntos habitacionais adquiriram características de favelas.

Para a análise do processo de *favelização* na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte serão estudados os casos dos conjuntos Palmital e Morro Alto. A margem desses conjuntos habitacionais estão favelas como: Caldeirão do Diabo, Mangue Seco, Marcelão, Alto do Cruzeiro, e Vila Hasa, além de outros pequenos conglomerados situados no eixo Vespasiano - Santa Luzia, localizados nos bairros São Cosme, São Damião e Santa Clara.

## 2. Belo Horizonte: a capital planejada

Criada para ser a nova capital do Estado, no lugar de Ouro Preto, Belo Horizonte surge em um momento em que a elite mineira busca se adaptar à realidade da recém criada República. Insere-se

dentro do projeto de modernidade brasileira de forte inspiração positivista, mantenedora e fomentadora da tradição autoritária da política brasileira. Com efeito, as primeiras três décadas desta cidade insere-se no contexto da Primeira República que

representa uma fase importante da adaptação das estruturas econômicas, sociais e políticas brasileiras ao estágio de desenvolvimento capitalista nacional e internacional, à expansão da ideologia liberal e aos conflitos das novas forças sociais em emergência (LE VEN, 1977. P. 7)

Autoritária e positivista em seu planejamento e arquitetura, Belo Horizonte desvela, sob um olhar mais atento, as idealizações da elite política, econômica e científica mineira em seus traçados: avenidas e ruas paralelas. Cruzamentos a 90 ou 45 graus. Cidade geométrica. Higiênica. Funcional. Circundada pela avenida do Contorno e cortada pela avenida Afonso Pena - larga e reta - como sentido do progresso. O sentido da história. Era como deveria ser.

Belo Horizonte foi fundada oficialmente em 1897. Sua criação possibilitou a criação de um novo patamar produtivo urbano-industrial com o reposicionamento de novos agentes econômicos no Estado e na Nova Capital. Em suas primeiras décadas a cidade possuía dois setores principais de atividades econômicas. O primário, predominado pelas produções de café, milho, arroz, mandioca, batata, vinho e verduras. Havia também criação de gado, sobretudo nas fazendas do Estado e aves. O setor industrial envolvia a lida com a produção têxtil,

metalúrgica, materiais não metálicos, alimentação, madeira, couros e peles, mobiliário, material de transportes e gráfica. Entre 1914 e 1930, aproximadamente, houve notável crescimento do setor terciário.

Após a Revolução de 1930, Belo Horizonte buscou inserção na nova estratégia econômica adotada pelo governo brasileiro, sobretudo a partir de 1937. Nesse momento, tornou-se premente a necessidade da construção de um parque industrial que comportasse o estabelecimento de indústrias pesadas, fundamentais para o desenvolvimento e segurança nacional. A capital mineira encontrou-se, assim, em uma situação privilegiada, uma vez que foi criada pelas próprias mudanças do cenário político e econômico do país. O processo de industrialização impulsionou um novo padrão de acumulação da economia brasileira. Surgiram novas possibilidades de investimento em indústrias ainda não presentes no Brasil.

Entre os meados das décadas de 1940 e 1960, Belo Horizonte continua sua inserção nas estratégias do governo federal e consolida sua posição de pólo econômico e centro urbano de projeção nacional. Durante a década de 1950, o pólo industrial brasileiro consolida-se devido, fundamentalmente, à política protecionista implantada em 1953 em todo o país. O pólo industrial da Grande Belo Horizonte também tem seu crescimento consolidado durante essa década. Desde sua fundação, a industrialização de Belo Horizonte esteve sob direcionamento estatal, que na carência de capitais privados suficientes para a implantação do capitalismo industrial moderno em

Minas Gerais, tomou para si a função de fomentador econômico. E inseriu-se sempre dentro das estratégias adotadas pelo governo federal.

## **2. FAVELAS NA CAPITAL DAS MINAS GERAIS**

As favelas de Belo Horizonte surgiram a partir de fins do século XIX com a construção da nova capital das Minas Gerais. Pensada para ser uma cidade administrativa, não se vislumbrou uma região que acomodasse todos os trabalhadores da construção civil, vistos como uma mão de obra temporária. A eles foi reservado um acampamento com capacidade para apenas 200 pessoas. Em decorrência surgiram cafuas e barracos nas proximidades dos canteiros de obras.

Em 1895, antes mesmo de ser inaugurada, Belo Horizonte contava com duas áreas de invasão, localizadas no Córrego do Leitão e Alto da Estação, com cerca de 3000 pessoas. Tal situação ocorria com a permissão tácita do governo, que se preocupava em garantir a mão-de-obra necessária às construções. Conforme avançava o projeto de construção da Capital, em virtude de especulações nas áreas mais centrais e dotadas de infra-estrutura, exige-se uma nova postura da Prefeitura em relação às áreas invadidas. Em 1902 criou-se a *Área Operária* e operacionalizou-se a primeira remoção de favelas. (GUIMARÃES, 1991).

A *Área Operária* tornou-se insuficiente para receber os trabalhadores. A população mais pobre e trabalhadora foi empurrada para a periferia, que foi sendo

ocupada desordenadamente. Quando determinada área se valorizava, em virtude do crescimento da Cidade, os trabalhadores eram obrigados a se transferirem para outras regiões mais distantes e sem infra-estrutura, geralmente onde se necessitava de mão-de-obra.

Inicialmente as favelas localizadas fora da região central de Belo Horizonte, por não comprometerem o modelo de cidade da nova Capital, estariam fora da ação controladora da Prefeitura. Nessa lógica todas as favelas que estavam na região nobre foram removidas (GUIMARÃES, 1991).

Na década de 1930, nova concepção se impõe: conter a desordem urbana e promover o desenvolvimento da cidade. O discurso oficial sustentava a remoção das favelas, mesmo aquelas localizadas fora da região nobre da cidade, com objetivos urbanísticos e de saneamento. Pela primeira vez associa-se a ideia de "periculosidade" às favelas. Elas são vistas como locais de focos de epidemias e de criminalidade. Escapam da ação da Prefeitura aquelas localizadas em regiões de difícil acesso e que não eram do interesse de mercado. A despeito das ações implantadas pelo governo, existiram resistências e

várias favelas permaneceram (QUADRO I).

Nos anos 40 com o crescimento acelerado da população inicia-se a constituição de várias favelas em municípios próximos à Belo Horizonte, especialmente em Contagem, onde achava-se a Cidade Industrial. Nessa época assistiu-se o processo de reabertura política e a constituição das Uniões de Defesa Coletiva e a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte<sup>3</sup>. Em 1955 é criado o Departamento de Bairros Populares, órgão da Prefeitura de Belo Horizonte. A remoção da população favelada somente se fazia mediante a construção de conjuntos habitacionais. Na prática construiu-se apenas um único conjunto habitacional. O processo de remoção permaneceu nos moldes antigos, em que se utilizava estratégias como o corte do abastecimento de água e luz como forma de minar a resistência dos moradores.

No início dos anos 60 foi proposta a construção de uma grande área de conjuntos habitacionais destinada a receber a população favelada de Belo Horizonte, além da urbanização de quatro favelas localizadas na cidade. Com o Golpe Civil-Militar de 1964 nenhuma proposta foi operacionalizada.

<sup>3</sup> AFONSO, Marisa Resende; AZEVEDO, Sérgio de. Poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, Malori (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Emergências e perspectiva. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 111-139.

**QUADRO I**  
**SURGIMENTO E REMOÇÃO DAS PRIMEIRAS FAVELAS DE BELO HORIZONTE**

Favela	Localização	Surgimento	Remoção	Observações
Alto da Estação	Santa Tereza	1895	1902	Após a remoção formou a Favela da Barroca.
Córrego do Leitão	Barro Preto	1895	1902	Após a remoção formou a Favela da Barroca.
Barroca	Barro Preto	1902	1942	Existiu por 40 anos na região central de Belo Horizonte. Denominada a "Latolândia" da Capital. Seu deslocamento ocorria ao longo da Av. Olegário Maciel. Em 1942, localizava-se no bairro Guitierrez, onde foi construída a Assembléia Legislativa. Após a expulsão formam a Favela dos Marmiteiros e o Morro do Querosene.
Praça Raul Soares	Barro Preto	1910	1935	
Pedreira Prado Lopes	Lagoinha	1920	1942	Após sua remoção em 1942, novo núcleo surgiu em 1945.
Perrela	Santa Efigência	1920	1982	
São Jorge (Morro das Pedras)	Jardim América	1922		
Pindura Saia	Cruzeiro	1930		
Senhor dos Passos	Lagoinha	1930		
Acaba Mundo	Sion	1935		
Alto do Vera Cruz	Vera Cruz	1935		
Palmital	Lagoinha	1935		
Universidade	Santo Agostinho	1935		
Santo André	Lagoinha	1935		
Buraco Quente	Carmo-Sion	1940		
Cabana do Pai Tomaz	Vista Alegre	1941		
Marmiteiros	Padre Eustáquio	1942		
Morro do Querosene	Luxemburgo	1942		
Pombal	Serra	1944	1982	
Edgar Werneck	Horto Florestal	1945	1982	

Pau Comeu (Aparecida)	São Lucas	1948		
Buraco do Peru	Carlos Prates	1950		

**Fontes:** TEULIÈRES, 1957; VEM, 1975; GUIMARÃES, 1992.

Sob o Governo dos Militares, centrado no *direito da propriedade*, a favela torna-se objeto de ação policial. Nessa época foi criado um órgão oficial para a remoção de favelas em Belo Horizonte. No espaço de 12 anos (1971/1983) a Coordenação de Habitação de Interesse Social (CHISBEL) atuou em 423 áreas da cidade, de onde removeu 10 mil barracos, cerca de 44 mil pessoas. Os moradores removidos recebiam indenizações insuficientes, o que provocou o surgimento de novas favelas em regiões mais distantes e o adensamento das existentes.

As enchentes de 1979 e 1982, somadas à rearticulação dos movimentos de favelados e ao processo de reabertura política, colocou a questão das favelas sob outro enfoque. Com a criação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MG) reconheceu-se, mesmo que implicitamente, o direito da população favelada permanecer nas áreas invadidas.

As ações do PRODECOM baseavam-se em um planejamento participativo implementado juntamente com as associações comunitárias. Atuava em ações de urbanização e legalização da posse da terra, atividades desenvolvidas com o auxílio pela CHISBEL e do

Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) – órgão do Estado encarregado do planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O comportamento do poder público frente à questão das favelas pautou-se em duas ações: 1º) a desocupação dos terrenos acompanhada ou não de programas de lotes urbanizados ou da construção de conjuntos para abrigar as famílias; 2º) a permanência da população favelada no local, a urbanização, a regularização do espaço e a legalização da posse da terra.

A abertura da possibilidade de permanência das favelas existentes em áreas públicas e urbanizáveis, significou o seu adensamento e verticalização das moradias. Concomitantemente o crescimento da população levou à continuidade de invasão de outras áreas e à formação de novas favelas em locais mais distantes, localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

### 3. DE BELO HORIZONTE PARA A PERIFERIA

As favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte se encontram nas denominadas *áreas de expansão urbana* - espaços em que

ocorre o processo de crescimento de uma aglomeração urbana, no qual interagem os mecanismos de procura por novas áreas residenciais, comerciais ou industriais. Esse processo é condicionado por diversos fatores, dos quais um dos mais influentes são a qualidade e direção das vias de circulação, atraindo o crescimento da mancha urbana e transformando-se no seu eixo de expansão.

Para este estudo nota-se que a rodovia MG 10 – via de ligação entre Belo Horizonte e o Aeroporto de Confins, atualmente conhecida como Linha Verde - passa pelo Conjunto Habitacional Morro Alto; e dá acesso, secundariamente, ao Conjunto Palmital.

Na década de 1980 os conjuntos habitacionais Morro Alto (Vespasiano) e Palmital (Santa Luzia) receberam diversas famílias oriundas de favelas de Belo Horizonte, algumas desalojadas em virtude de enchentes que assolaram os moradores do Perrela.

Com o passar dos anos vários moradores retornaram às antigas moradias. Outros repassaram as casas e apartamentos para terceiros – que possuíam empregos fixos - e com o dinheiro recebido invadiram áreas nas proximidades dos conjuntos, construindo seus barracos. Por fim, existe um terceiro grupo de moradores que mesmo inadimplentes com suas prestações não abandonam suas residências.

O não pagamento de contas de água e energia elétrica e o consequente corte no fornecimento levou a muitos moradores a realizarem os chamados “gatos” - furto de água e energia elétrica. A

falta de manutenção preventiva em alguns imóveis conduziu à sua degradação. Atrela-se a isso a baixa qualidade do material utilizado na construção dos conjuntos habitacionais.

A alteração das estruturas físicas das casas sem o devido acompanhamento e fiscalização dos órgãos competentes levou à descaracterização dos imóveis e uma hiperdivisão de sua pequena área, cerca de 25 m<sup>2</sup> por residência. A falta de controle da natalidade e a gravidez precoce são fatores complicadores que tem reflexos imediatos na questão habitacional. Muitas residências comportam até quatro famílias. Em alguns casos os acréscimos e mudanças nas casas afetam a estrutura física dos imóveis fragilizando-os.

As invasões de áreas em torno dos conjuntos habitacionais proporcionaram o surgimento de várias favelas. As encostas foram utilizadas para construção de barracos sem um mínimo de estrutura necessária para sua permanência. No tempo das chuvas os barracos não suportam e descem ladeira abaixo. Além dos prejuízos físicos várias famílias perderam alguns de seus membros em decorrência dos desabamentos. A despeito das tragédias familiares, por falta de opção os moradores reconstróem seus barracos e permanecem nas áreas de risco.

A falta de infra-estrutura básica ainda é um problema que assola os moradores das favelas próximas aos conjuntos habitacionais. A maioria dos aglomerados não é servido por sistema de esgoto, nem tampouco existem vias urbanizadas.

É recente o sistema de fornecimento de água e energia elétrica. Em virtude das inadimplências os cortes nos abastecimentos são constantes e a maioria dos moradores se serve de “gatos”. Por esse crime, tipificado como furto qualificado, não poucos moradores já foram condenados pela justiça.

A *geografia das favelas* por suas especificidades e dificuldades de acesso seduzem os cidadãos infratores que para lá se deslocam e permanecem de forma provisória a estabelecer contatos com indivíduos de outros aglomerados. A entrada de veículos para atendimento de emergências é limitada devido a falta de vias trafegáveis e pela dinâmica de localização dos barracões.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de políticas públicas que envolvessem, de forma integrada e sistêmica, os municípios de Belo Horizonte, Vespasiano e Santa Luzia teriam contribuído para o processo de favelização das regiões próximas aos conjuntos habitacionais Morro Alto e Palmital. Por muitos anos as vilas permaneceram, e em algumas regiões permanecem, sem um mínimo de infra-estrutura para as moradias. São relativamente recentes as ações dos governos municipais no sentido de incentivar a implantação de pequenas indústrias, o que representa a amenização do problema do desemprego, especialmente para mulheres e jovens.

Nota-se que além de Vespasiano e Santa Luzia outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Contagem, Betim e Ibirité, e mesmo em alguns bairros periféricos da Capital o

processo de favelização nas proximidades dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB, resguardadas as especificidades locais, segue um padrão semelhante. A esse respeito veja a relação entre os anexo I e II.

A não realização de obras de infra-estrutura por parte de vários municípios da RMBH levou com que determinadas comunidades se mobilizassem de melhorias na qualidade de seu espaço. Nesse sentido, exemplar é o caso dos moradores da Alameda Jasmim, núcleo localizado entre a Vila Hasa e Favela do Marcelão, nas proximidades do Conjunto Morro Alto. Os moradores, grande parte formada por trabalhadores da construção civil e ligados entre si por laços de parentesco, realizaram, através de mutirão, a rede de esgoto e a pavimentação da rua principal do aglomerado. Além dessas ações, construíram na saída da vila um local coberto, feito de madeira, onde os moradores da comunidade pudessem esperar o ônibus coletivo. Construíram ainda, com madeira oriunda de construções antigas, uma cesta coletiva para depósito provisório e posterior recolhimento do lixo.

Nessas comunidades identificam-se as reapropriações dos espaços. Eles se tornam lugares repletos de sentidos e mediadores de experiências. Viver e apreender as vilas e favelas é mais que simplesmente nelas morar e trabalhar: a sociabilidade e o cotidiano das relações acabam criando sentimentos de pertencimento e, ao mesmo tempo, de afastamento da cidade.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Marisa Resende; AZEVEDO, Sérgio de. Poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, Malori (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Emergências e perspectiva. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 111-139.
- CUNHA, Flávio Saliba. Urbanização de favelas e bairros de periferia: considerações sobre a experiência do PRODECOM em Belo Horizonte. In: ENCONTRO ANUAL DA AMPOCS, 6. 1982, Friburgo. Friburgo: ANPOCS, 1982.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LE VEN, Michel Marie. *Classes Sociais e Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1977.
- RIBEIRO, Núbia B. *et. al. Becos da memória, desenhos da cidadania - Pedreira Prado Lopes: a Vila no trajeto de sua história oral*. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, 2001.
- SILVA, Regina Helena A & SOUZA, Cirlene C. Múltiplas identidades: entre morros e asfaltos. In: FRANÇA, Vera. R. V. (org.) *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ZALUAR, Alba & ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- TEULIÈRES, Roger. Favelas em Belo Horizonte. *Boletim Mineiro de Geografia*, n.1. p. 7-37, jul. 1957

## ANEXO I

### VILAS OU FAVELAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

REGIÃO	NOME DA VILA	APELIDO
<b>BARREIRO</b>	Alta Tensão I e II	Bairro das Indústrias
	Antenas	Vila Mangueiras
	Atila de Paiva	Vila Joana D'Arc
	CEMIG	
	COPASA	
	Independência I, II, III, IV	Vilinha Independência
	Marieta I e II	Vilinha
	Piratininga	
	Presidente Vargas I	
	Tirol I, II e III	
	Vila Bernadete	
	Vila Formosa	
	Vila Nova dos Milionários	
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	
<b>CENTRO SUL</b>	Acaba Mundo	Mala e Cuia
	Bandeirantes	Ápia
	FUMEC	
	Morro do Querosene	São José
	Nossa Senhora de Fátima (Aglomerado da Serra)	Cafezal
	Nossa Senhora Aparecida (Aglomerado da Serra)	Pau Comeu
	Nossa Senhora da Conceição (Aglomerado da Serra)	Cafezal
	Novo São Lucas	
	Santa Isabel	
	Santa Lúcia (Aglomerado Barragem)	Barragem
	Santa Rita de Cássia (Aglomerado Barragem)	Papagaio
	Santana do Cafezal (Aglomerado da Serra)	
	Vila Estrela (Aglomerado Barragem)	
	Vila Marçola (Aglomerado da Serra)	Cabeça de Porco
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	
<b>LESTE</b>	Alto Vera Cruz	
	Belém	
	Boa Vista	Mariano de Abreu
	Buraco Quente I, II	Vila Dias
	Caetano Furquim	Souza Aguiar
	Cônego Pinheiro	
	Cônego Pinheiro A	

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

	Grota	
	João Alfredo	Pedreira da Pompéia
	Nossa Senhora do Rosário	
	Paraíso	
	Rock In Rio	Vila olaria
	São Geraldo	
	São Rafael	
	São Vicente	Buraco Quente
	União	
	Vila da área	
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	
<b>NORDESTE</b>	Aarão Reis	
	Beira Linha	
	Carioca	
	Dom Silvério	
	Esplanada A	
	Guanabara	
	Inestan	Humaitá
	Nova Cachoeirinha III	
	Nova Cachoeirinha IV	
	São Benedito	Presidente Vargas
	São Gabriel	
	São Paulo	Praça da Associação
	Tiradentes/Concórdia	
	Três Marias	
	Triba	
	Universitários	
	Vila Coqueiro da Paz	Vila da Paz
	Vila Maria	Gorduras
	Vila de Sá	
	Vila Ipiranga	Caixa D'Água
Vila do Pombal		
Vista do Sol		
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	
<b>NOROESTE</b>	31 de Março	CICOBE
	Alvorada	Antenas/ Tancredo Neves
	Antena	
	Califórnia	Sovaco das Cobras
	Coqueiral	Vila Paz / Pé do Morro
	Delta	João Pinheiro
	Jardim Montanhês	Jardim Alvorada/ Manacás
	Lorena	

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

	Maravilha I, II, III	Santa Maria
	Marmiteiros	São Vicente
	Nova Cachoeirinha I, II	
	Oeste	
	Peru	
	Prado Lopes	Pedreira
	PUC	
	Santo Antônio	
	São José A ( Av. Pedro II)	
	Senhor dos Passos	Buraco Quente
	Sport Club I, II, III, IV	Cidade Industrial
	Sumaré/ Inferninho	
	Vila Real	Maloca
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	
<b>NORTE</b>	1º de Maio	
	Baronesa de Santa Luzia	Biquinhas
	Boa União	
	Clóris	Bacurau
	Minaslândia	1º de Maio/São José
	Parque da Aviação	Biquinhas
	Ribeiro de Abreu	
	São Tomás/ São Bernardo (Aglomerado)	
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>	
<b>OESTE</b>	Antena (Aglomerado Morro das Pedras)	
	Barão Homem de Melo I, II, III, IV, V, VI	
	Betânia I, II, III, IV e V	Bairro das Indústrias
	Cabana do Pai Tomás	
	Chácara Leonina (Aglomerado Morro das Pedras)	Alpes
	Guarata	Ambrosina
	Imbaúbas	
	Leonina	
	Nova Gameleira I, II	Nova Gameleira
	Santa Sofia ( Aglomerado Morro das Pedras)	
	São Jorge I (Aglomerado Morro das Pedras) Rua Bento	
	São Jorge II (Aglomerado Morro das Pedras) Cascalho	
	São Jorge III (Aglomerado Morro das Pedras) Lixão	
	São José I, II, III, IV, V, VI	Divinéia/ Madre Gertudres

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

	Tereza Cristina I, II	Gameleira / Sovaco das Cobras
	Ventosa	Cercadinho
	Vila Nova Paraíso	Vila Dona Geralda
	Vista Alegre	Nova Cintra
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	
<b>PAMPULHA</b>	Aeroporto	Santa Cruz
	Novo Ouro Preto	
	Paquetá	
	Santa Rosa	
	Santo Antônio	
	São Francisco	
	Suzana I, II	
	Vila Isabel	
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>	
<b>VENDA NOVA</b>	Apolônia	Parque Jardim Leblon
	Copacabana I	
	Flamengo	
	Jardim Leblon	Itamarati
	Nossa Senhora Aparecida	
	Nova América	
	Santa Mônica	Mãe dos Pobres
	São João Batista	
	São José / Céu Azul	Vila dos Anjos
	Serra Verde	
	SESC	Vilarinho
	Universo	Copacabana II
Várzea da Palma	Itamarati	
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>138 VILAS</b>	

Fonte: Plano Diretor de Belo Horizonte – URBEL.

## ANEXO II CONJUNTOS HABITACIONAIS EM BELO HORIZONTE

REGIÃO	NOME	APELIDO	REGIÃO	NOME	APELIDO
<b>Barreiro</b>	Jatobá I	Vila Santa Rita	<b>Noroeste</b>	Jardim Filadélfia	Buraco da Cobra
	Jatobá II	Vila Pinho		<b>Norte</b>	Floramar
	Jatobá III	Vila Castanheira	Mariquinhas		-
	Jatobá IV	Vila Maria	Jardim Felicidade		-
	Bonsucesso	Conjunto Ferrara	Zilah Souza Sposito		Jaqueline
<b>Centro Sul</b>	Santa Maria	-	Providência		-
<b>Leste</b>	Taquaril	-	<b>Pampulha</b>	Ribeiro de Abreu	-
	João Pio de Souza	América/Fazendinha		São Francisco de Assis	Trevo/ Braúnas
	Mariano de Abreu	-	Confisco	-	
<b>Nordeste</b>	Paulo VI	-	<b>Venda Nova</b>	Minas Caixa	-
	Capitão Eduardo	-			
TOTAL - 21 conjuntos habitacionais.					

**Fonte:** Plano Diretor de Belo Horizonte. URBEL.

Recebido 16/09/2015

Aceito 17/10/2015

## ITINERÁRIOS CAMPINENSES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: PERCURSOS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS

João Paulo França<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente artigo traça itinerários possíveis da cidade de Campina Grande, Paraíba, relativos à primeira metade do século XX. Percursos, memórias e territórios se desvendaram a partir do uso de fontes históricas, tais como jornais de época, propagandas, fotografias, enfim, meios que nos permitiram fazer conjecturas, aproximações e contar uma versão do passado que, se não pode ser apreendido em sua integralidade, pode ser descrito a partir da verossimilhança do vivido. Como um *flâneur* que sai as Ruas em busca das vivências e territorialidades, sentindo-se a vontade no mundo urbano, faremos exercício semelhante junto às fontes inquiridas para compreender fragmentos do passado campinense.

**Palavras-chave:** Percurso – Memória – Território

### Abstract:

This article traces possible itineraries of the city of Campina Grande, Paraíba, for the first half of the twentieth century. Pathways, memories and territories are uncovered from the use of historical sources, such as time of newspapers, advertisements, photographs, finally, means that have enabled us to make assumptions, approaches and tell a version of the past that can not be grasped in its completeness, can be described from the likelihood of living. As a *flâneur* out the search in Streets of experiences and territoriality, feeling comfortable in the urban world, we will do similar exercise next to sources surveyed to understand the campinense last fragments.

**Keywords:** Route - Memory - Territory

### 1 – Introdução

Caminhando pelas Ruas centrais de Campina na atualidade, certamente poucos param para refletir ou se questionar sobre a forma como tais espaços foram construídos arquitetônica e simbolicamente. Aquele que ainda possui a sensibilidade, ou mesmo, o “tempo disponível” de parar e sentar em um dos bancos da Praça da Bandeira, Praça Clementino Procópio ou mesmo no Calçadão da “Cardoso Vieira”, pode fixar os olhos nos edifícios e casas comerciais e observar frontões da primeira metade do século XX, muitas vezes escondidos e “sufocados” por trás de placas publicitárias, emaranhados de fios elétricos e tantas outras coisas que encobrem aquelas fachadas que um dia foram edificadas para mostrar suntuosidade e trazer a sensação de que a cidade acompanhava *pari passu* as mudanças do mundo moderno.

Olhar para tais edificações pode trazer à tona uma série de memórias e recordações que podem revelar as vivências e territorialidades dos indivíduos no espaço. Sendo assim, procuramos nas fontes pesquisadas, percursos que poderíamos seguir por algumas das Ruas centrais da cidade tendo em vista que são para as mesmas que os memorialistas voltam mais intensamente sua atenção, afinal, foram nesses espaços onde os mesmos vivenciaram boa parte de suas experiências diárias.

Para compreender as transformações históricas do espaço urbano de Campina Grande na primeira metade do século XX

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Email: joao.paulo@ifrn.edu.br.

recorremos ao método de “flanar” pela cidade, por intermédio das fontes. *O Flâneur ou o ato de Flanar como método e metodologia de análises dos espaços urbanos revela uma postura de análise miúda, em que o centro de preocupação está estabelecido nos processos cotidianos e na percepção diretamente vinculadas àqueles que vivem na cidade* (NÓBREGA, 2010: 166).

Assim, encontramos em Walter Benjamim e seus estudos sobre Baudelaire, aquilo que procuramos compreender acerca deste personagem da cidade, o ‘flâneur’:

O flâneur, com a sua capacidade de observação, consegue identificar as questões mais diversas na dinâmica da cidade, ele não só a observa, mas, interfere astutamente, pois, é frente à cidade um detetive, um investigador ou algo parecido. Os atributos do flâneur são de fundamental importância para estabelecer os vínculos, identificar as falhas, ou seja, para recompor, ainda que mentalmente, os diálogos próprios à cidade e ao meio que ela evoca. (...)

O observador – diz Baudelaire – é um príncipe que, por toda a parte, faz uso de seu incógnito. Desse modo, se o flâneur se torna sem querer detetive, socialmente a transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade. Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. Assim, o detetive vê abrirem-se à sua autoestima vastos domínios. Desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta coisas em pleno voo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista (BENJAMIM apud NÓBREGA, 2010: 164-165).

Portanto, estamos neste momento assumindo a postura do ‘flâneur’ com o objetivo de apreendermos um pouco da dinâmica das Ruas campinenses. Seguimos desta forma, os passos de cronistas como João do Rio, ou Lima Barreto, que com caderneta e lápis na algibeira saía às Ruas e subúrbios do Rio de Janeiro para captar esta espécie de pulsação da cidade (RIO, 2007; BARRETO, 1995). Também, assim o fez Gilberto Freyre, quando ao longo do ano de 1924, percorreu ao lado do irmão Ulisses, montado em sua bicicleta inglesa, boa parte dos Logradouros do Recife, procurando *reminiscências mouriscas nas Ruas velhas do Recife* (ARRAIS, 2008: 405). Como destaca Arrais, podemos percorrer a cidade por meio da evocação dos sentidos, e particularmente, do olhar e do olfato, para compreendermos o espaço das Ruas:

O narrador exercita seus sentidos na contemplação das Ruas, dos Largos, praças e sobrados e na absorção dos odores que escapam das velhas janelas, impregnam os sentidos e arrancam vagas, mas marcantes “sugestões” daquele que se entrega à experiência de percorrer a cidade (ARRAIS, 2008: 404).

Partindo das memórias de indivíduos podemos traçar diferentes percursos pelo espaço urbano de Campina Grande. E ao caminhar por tais espaços presenciamos não só construções físicas, edifícios, ruas e praças, mas passamos a conhecer os diferentes territórios construídos. Como nossa fonte em sua maioria trata-se de escritos de memorialistas, devemos mais uma vez compreender o lugar social da fala destes

moradores locais. São geralmente pessoas de elite que rememoram suas experiências vividas nos diferentes tempos e lugares da cidade, o que não nos impede de ampliar nossa interpretação e por uma via oposta fazer conjecturas acerca da participação dos indivíduos que consideramos populares nestes mesmos eventos rememorados pelo escritor de uma camada social mais abastada (CERTEAU, 1982).

*Antes de iniciarmos nosso itinerário pelas Ruas campinenses nesta nossa narrativa do passado, se faz necessário destacar que o faremos a partir das fontes disponíveis pelo método de "flanar" livremente pelas Ruas e territórios construídos. Usamos a noção de território porque, como adverte Rolnik, o território é uma noção que incorpora a noção de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território (ROLNIK, 1992: p. 28).*

Significativo são também os usos dos jornais de época, propagandas e memórias para esta visão do passado. Todavia, não percamos de vista as ressalvas no tocante a estas fontes feitas por Sousa:

Os jornais consultados dificilmente escapam do universo (...) referido (bacharéis, médicos, religiosos e letrados diversos, que são também os novos políticos, ligados quase sempre por laços de parentescos ou enlances matrimoniais aos velhos e tradicionais coronéis e proprietários de terra). Seus proprietários, gerentes, redatores e articulistas faziam parte do mesmo rol: são

políticos, proprietários rurais e comerciantes, intelectuais a esses vinculados por laços diversos e deles dependentes na maioria das vezes. Talvez um ou outro não tivesse relação de dependência com os grupos que economicamente dominavam, sendo antes os seus esteios, no sentido de mudar sua mentalidade e comportamento para aproximá-los dos chamados valores modernos. (SOUSA, 2001: 57).

*É visível como os jornais campinenses do período investigado são de certo modo porta-vozes de alguns setores da sociedade da época. São jornais que, via de regra, estavam vinculados a determinados segmentos políticos e sociais locais. Diante deste quadro cabe o registro quanto à aparição dos populares neste tipo de fonte. Certamente os mesmos não aparecem de maneira direta, mas podemos encontrá-los indiretamente em confrontos com as autoridades ou mesmo desenvolvendo atividades que iam de encontro àquelas desejadas e decantadas por técnicos, políticos e letrados como modernas.*

Quanto à noção de memória, recorreremos a Lucilia Delgado que considera o conceito de memória como *abrangente e polifônico em todas as suas potencialidades*. (DELGADO, 2006:40). Observando Margarida Neves, temos melhor compreensão:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a

sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (NEVES, 1998: 218 apud DELGADO, 2006:40).

Por fim, é importante mencionar que fazemos uso da fotografia neste itinerário. O encontro com as diversas imagens da vida de Campina Grande nos levou a uma nova percepção do passado. As crônicas escritas ganharam profundidade e cenários concretos por meio das fotografias. No entanto, é importante fazer determinadas ponderações sobre o uso que aqui fazemos desta fonte. Como nos ensina Eduardo França de Paiva, as imagens:

Associadas a outros registros, informações, usos e interpretações, se transformam, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado. Essas imagens são, geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço (PAIVA, 2006: 13-14).

Com esse desejo de conhecer o passado por meio das imagens que tivemos acesso, fazemos importante ressalva no sentido de afirmar que, apesar da liberdade inicial que temos para interpretá-las, não estamos por cair no campo do ficcional. Nosso compromisso nos leva a respeitar as evidências históricas, afinal, estamos produzindo uma interpretação de

cunho histórico do passado de Campina Grande por meio de suas Ruas, e não um Romance literário.

Recorremos a R. S. Berral para expressar a compreensão acerca de "crônica visual" que utilizamos:

Entendemos que a imagem, particularmente a fotografia, provoca no espectador algumas reações de natureza sensorial.

Em vista disso, as imagens abordadas daqui por diante serão tratadas como índices-documentos portadores de registros visuais de cenas do passado das cidades e das memórias particulares afetivas daqueles que se deixaram fotografar. Sendo um artefato de reprodução da memória do homem, elas se mostraram como simulacros visuais encadeados de sugestões dispostas entre o que se vê e o que se sente, a suscetibilidade e o desejo.

Assim sendo, a imagem é uma forma de discurso, é um produto cultural, cuja técnica torna-se suscetível a manipulações e outros tipos de interferências. (...). Ela não traz em si, apenas, a realidade do instante fotografado, mas também outros momentos, o que faz, necessariamente, uma produção de múltiplos significados em seu contexto de produção e de exposição (BERRAL, 2009: 28-29).

Portanto, como nos adverte Eduardo de Paiva, *a imagem, ela também, ao ser lida a posteriori pelo historiador, pelo especialista, pelo leigo é reconstruída a cada época. A ela, no conjunto ou nos detalhes, são agregados novos significados e valores* (PAIVA, 2006: 18). Neste caso, se temos um instante do passado congelado pela lente de um fotógrafo, também temos uma imensa janela de possibilidades de explicação dessa imagem.

A partir das conjecturas que nos é lícito fazer, estamos de certo modo produzindo uma narrativa do passado, que se aproximaria da verossimilhança dos fatos ocorridos (GINZBURG, 1991). Neste caso, faremos determinadas "considerações" para uma melhor compreensão do mundo vivido por nossos personagens. Este "percurso imaginário" será baseado nas fontes disponíveis e metodologia já citada, seguindo também os passos e estilo de Fraya Frehse. (FREHSE, 2005: p. 93-152).

A seguir, passamos ao nosso "itinerário imaginário" pelas Ruas Centrais de Campina Grande na primeira metade do século XX, pois, obviamente trata-se de um passeio "imaginário", tendo em vista que não vivenciamos de maneira concreta os fatos que estamos a narrar. Entretanto, das fotografias, dos jornais de época, dos escritos de memorialistas e vozes de lembranças passadas, podemos encontrar personagens e acontecimentos que

estão a chamar nossa atenção ao longo da caminhada.

## 2. O "Olho da Rua": Sociabilidades e Vivências em Campina Grande nos Anos Iniciais do Século XX.

Começando nossa caminhada pelo "percurso imaginário" que estamos dispostos a fazer pelas Ruas de Campina Grande, nos "encostamos" à sombra das gameleiras da Rua Grande (Hoje Rua Maciel Pinheiro). Logo, nosso colaborador, Cristino Pimentel, nos diz em sua narrativa que o leito deste Logradouro, com suas gameleiras, poeirenta, com cavalhadas, topadas de boi, entrudos, feiras, cinemas, procissões, retretas, carnavais e comícios, foi testemunha de tudo que aconteceu em Campina Grande no início do século XX (PIMENTEL, 1956).

Estamos com sorte! Nossa porta de entrada da Rua é justamente um dia de festa no longínquo ano de 1912. Observemos:



FOTOGRAFIA 01- Imagem de Procissão em 1912 na Rua Maciel Pinheiro

**FONTE:** Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

O leitor mais atento, certamente, perceberá que a Rua ainda não era calçada e havia a

demarcação de locais na procissão, com mulheres nas fileiras e parte dos homens fora da fila, mostrando um

pouco dos lugares diferenciados ocupados pelos indivíduos naquela procissão religiosa. Também é perceptível a presença de crianças, o que certamente indicaria o ensinamento desde cedo das doutrinas e tradições cristãs. Neste momento, "falando baixo", em respeito ao cortejo que passa, nos pede a palavra Hortênsio de Souza Ribeiro para mostrar possível explicação de uma imagem como a presenciada na fotografia 01:

A banda musical "União", com seus instrumentos reluzentes, os músicos metidos nas suas fardas bem engomadas, enchia os compassos das suas marchas harmoniosas os ares campinenses, enquanto longas filas de irmandades, de cruz alçada, abriam o grande préstito, que era ladeado por Vicente Correia, Jesuíno e João Ribeiro, sob a direção quase prussiana do Vigário Sales.

Ao entardecer, recolhia-se a procissão, havia te Deum, e logo mais a noite se queimava em vistoso fogo de artifício,... no Paço Municipal, tinha lugar o leilão em benefício do término das obras da Matriz. (RIBEIRO, 1979: 198).

Conjecturamos que este era um dia atípico, com tamanha aglomeração de pessoas. Não temos como precisar qual seria a comemoração Religiosa daquele momento, mas, para ser registrada pela lente do fotógrafo e a tamanha celebração, é bem provável que estivéssemos a assistir uma das procissões da Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, realizada dia 08 de dezembro.

"Respeitosamente", nos pede a palavra Epaminondas Câmara para questionar se realmente tal imagem seria de 1912, como está exposto no

Museu Histórico de Campina Grande. Segundo o mesmo, em virtude das brigas e assassinatos, inclusive um na porta da casa do "prussiano" Vigário Sales em 1904, situada na esquina do largo da matriz com a Rua Maciel Pinheiro, fizeram com que fossem suspensas naquele ano as festas religiosas da semana-santa e da padroeira em 08 de dezembro, só voltando a ser realizada em 1914, dez anos depois, em 23 de dezembro (CÂMARA, 1998: 86).

Neste momento, intervimos na discussão dos memorialistas para esclarecer que a datação exata da fotografia não é impossível de fazê-la, tendo em vista não haver pistas do fotógrafo e do período exato de sua obra. Entretanto, isto não diminui ou é empecilho para compreendamos o passado que nos é possível conhecer a partir das fontes. Neste sentido, como estamos seguindo as evidências, nos é lícito conjecturar que o passado poderia ter sido da forma como nossos memorialistas estavam a narrar (DAVIS, 1987).

Ao passo que a Banda a "União" diminui a intensidade de seu som, e a procissão passa, se junta a nossa "conversa" Antonio Pereira de Moraes, que nos apresenta o território construído da "Festa da Padroeira". Eis o relato:

Nas décadas de 20 a 30 as festas de fim de ano eram realizadas em homenagem a padroeira da cidade, N. S. da Conceição. Estendia-se a festa, desde a frente da matriz até parte da Rua Maciel Pinheiro, dobrando pela casa da esquina, que era a residência de Monsenhor Sales, e ia até a esquina da Simeão Leal. Aquele trecho que sai para a Peregrino de Carvalho, ainda não

existia, era completo de residências (...). Uma parte bem interessante e curiosa da festa era a famosa Lagoa de Roça aos lados da igreja. Eram barracas feitas de palhas, onde serviam comidas e bebidas. Os frequentadores eram, na maioria, boêmios e gente de menor nível econômico. Quando se via gente mais importante em Lagoa de Roça, era para o encontro de algum amor clandestino. A elite da cidade frequentava os pavilhões localizados no centro da rua principal, aquém da matriz, feitos a capricho, forrados de tabuas e cercado de gradis e bem cobertos (...). Da matriz até o grupo escolar Sólon de Lucena (hoje reitoria), ficavam as barracas com prendas e sorteios, roletas e jogos com prêmios em mercadorias(...) Terminada a novena, na matriz, ficava o povo no passeio, que ia desde a frente da igreja até o Palace Hotel, duas casas depois da residência do Dr. Acácio de Figueiredo. (MORAES, 1985. p. 42-43).

*Sobre esta festa religiosa em sua gênese, o autor nos mostra que havia a "famosa Lagoa de Roça" aos lados da igreja, sendo frequentada por "boêmios e gente de menor nível econômico". A elite frequentava os "pavilhões", localizados no centro da Rua principal. O autor traça toda uma cartografia da ocupação e das hierarquias dos espaços da festa, mas não deixa de transparecer que "gente importante na lagoa de roça" ia para o "encontro de algum amor clandestino". cremos que tal passeio e romance era percebido e censurado pelas camadas mais altas da sociedade.*

*Entretanto, se o autor narra esta possibilidade, podemos ampliá-la e imaginar que o inverso ocorreria, com populares "perturbando" a "tranquilidade" dos pavilhões. Num*

*espaço da frente da matriz até parte da Rua Maciel Pinheiro, "dobrando" na esquina da residência de Monsenhor Sales e indo a esquina da Semeão Leal, muitas vidas e histórias se cruzavam, independentemente da vontade de uma determinada camada social.*

Circulando entre os Pavilhões ornamentados e fazendo várias pontes junto a "lagoa de roça", "acabamos por amanhecer" o dia em tais divertimentos. Como um 'flâneur' pela cidade, ao que tudo indica, demorará um pouco até compreendermos melhor os territórios construídos por seus moradores, por isso, procuremos hospedaria naquela Campina Grande de início do século XX.

O redator do Jornal *O Campina Grande* nos sugere o "hotel dos viajantes", do "digno major João Ribeiro", que acabava de "dotar esta cidade de uma optima casa de pasto (...) localizado na Praça do Commercio (atual Maciel Pinheiro) em higienico e confortável sobrado de sua propriedade" (*O CAMPINA GRANDE*, 02/05/1909, p. 4). Apesar das boas referências do redator, nos chama a atenção o cronista Cristino Pimentel, que poderíamos encontrar um ambiente mais popular, no Beco de Zé Bernardino, (atual Rua Monsenhor Sales). Explica-nos:

José Bernardino (...) Seu hotel era o mais popular e conhecido da cidade, e a sua verve também. Chegou a se popularizar pela sujeira e pelo trato original que dava aos hóspedes. No seu hotel os porcos e as galinhas comiam por debaixo da grande mesa, beliscando os pés dos comensais, e seu cachorro cinzento tinha regalia de hóspede, ao seu lado. A cozinha era tão perto das

cocheiras de animais que os cavalos metiam as cabeças pela janela para darem um bom dia a dona Dondom, de boa natureza, igual ao marido. (PIMENTEL, 1956: 88).

Pois bem, se estamos procurando a pulsação popular das Ruas de Campina Grande, cremos que estamos bem localizados, afinal, tamanha "interação" com a natureza e os animais não encontraríamos naqueles idos de fins da primeira e início da segunda década do século XX. Aproveitando este clima amistoso, "senta-se" à grande mesa da cozinha do Hotel de José Bernardino, o Senhor Hortênsio de Souza Ribeiro e nos narra as peripécias do Dr. Maranhão, alcunha do rábula "excêntrico" que militava nos ambientes jurídicos da época:

Raro foi o homem de destaque da sociedade campinense que não experimentasse as ferretoadas agudas da língua do capitão Maranhão. Possuía um modo particular de achincalhar o indivíduo que lhe decaía da simpatia: deixava sistematicamente de o chamar pelo nome próprio e, estivesse onde estivesse, só lhe declinava o nome substituindo-o pela alcunha mais antipática.

Algumas amostras dos seus epítetos depreciativos: o chefe político Cristiano Lauritzen era o "cara de cifrão"; o juiz da comarca, Dr. Paulo Hipácio da Silva, o "tripeiro podre"; o vigário da freguesia, monsenhor Luiz Francisco de Sales Pessoa – "cabeça de zero"; o coronel João da Silva Pimentel, abastado comerciante naquela cidade – "pimenta buena"; o notável advogado João Antonio Francisco de Sá – "joça-sapo", vulgo "João Timbau", o cel João Lourenço Porto, antigo chefe do partido liberal – "João Égua"; o delegado de polícia João Porto – "João Porco"; o presidente da comarca e capitalista

Lino Gomes da Silva – "bigode de pau"; Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, afamado médico campinense – "doutor Chabau"; o professor Clementino Gomes Procópio – "frasco de veneno"; o secretário da Câmara major José Martins Guimarães – "João bodão"; o Dr. José Honorato da Costa Agra – "fuso doido"; o cel. Francisco Afonso de Albuquerque – "perua preta", etc. etc. (RIBEIRO, 1979, p. 232-233).

A lista que o memorialista nos traz é enorme e bastante peculiar. Não seria exagero afirmar que a mesma é muito interessante no sentido de termos outra porta de entrada naquela sociedade tão "sisuda" dos "livros e fotos oficiais". Apesar dos risos que não conseguimos esconder, Hortênsio lembra-nos que o "advogado" faleceu em 1924 na "*mais extrema pobreza em Campina Grande, e jaz hoje, numa tumba desconhecida*" (RIBEIRO, 1979: 233). Não seria de se prever destino diferente para quem, por mais "verdadeiro" que fosse, desagradasse a tantos "ilustres" campinenses.

Já que estamos próximo da "Barbearia Lucena", aproveitemos para dar uma passada na mesma, afinal, o anúncio de seu proprietário nos chama a atenção:

O proprietário deste bem montado estabelecimento sita a travessa da Independência nº 1 avisa aos seus frequentes e assignantes, que acaba de receber belíssimo sortimento de perfumarias e algumas machinas modernas para sua arte e dispendo d'um pessoal habilitado encarrega-se com toda perfeição de pentiados para homens e senhoras. Campina Grande. Manoel Lucena (O *CAMPINA GRANDE*, 31/01//1909, p. 4).

Não se preocupe o nobre leitor com a temporalidade. Nosso Manoel Lucena ainda configuraria com sua barbearia por muitos anos nos anúncios de jornais campinenses, como nos informa Euclides Villar, que ainda o citaria no Almanaque para o ano de 1932, atendendo no mesmo endereço da Rua da Independência, hoje Rua Monsenhor Sales. “Sentado” conosco nos bancos da barbearia, Epaminondas Câmara “puxa” assunto acerca do que se falaria naqueles ambientes do fim do século XIX e início do século XX:

Só se ouvia falar de tempestades que arrombavam açudes; em chuvas de pedra que matavam rebanhos; em coriscos que cortavam baraúnas e matavam vaqueiros; em onças que devoravam caçadores; em caboclos que se escondiam nas camarinhas; em salteadores que se emboscavam nas estradas; em almas penadas que mostravam botijas de dinheiro ou pediam orações, no espírito maligno – satanás, que se escondia no interior das casas, disfarçados num bode ou num cachorro; (...) em ladrões de cavalos que assaltavam os almoceves; em capangas que matavam à traição; nas epidemias que dizimavam famílias inteiras; no horror das secas; na falta d’água para o gado (...) na carestia da vida (...) (CÂMARA, 2006: 93).

Analisando atentamente o memorialista, podemos ter importantes pistas para compreender o que se conversava no dia a dia destes ambientes na cidade. O autor está inserido em seu tempo, anos 1940, e rememora o que outras pessoas em outras temporalidades vivenciaram. Com certeza, muito do

presente foi transposto para preencher as lacunas do passado. Todavia, a livre imaginação dos campinenses em relação ao sagrado ainda perduraria bastante, antes da efetivação do serviço de Luz elétrica na sede do Município. Porém, antes de visitarmos este evento, façamos uma caminhada em linha reta ao poente, saindo desta Rua da Independência, para a Rua Felizardo Leite, atual Rua João Pessoa.

Paremos no ano de 1913, no dia de São João, 24 de junho, pois uma novidade estava levantando poeira naquela parte da cidade, e não era fogueira, mas uma partida de *football*<sup>2</sup>. Passemos a palavra para que Mario Vinicius nos explique melhor:

Na manhã do dia 24, ele [Bióca] e mais um grupo de amigos, entre os quais Tertuliano Souto, Severino Almeida (Cabeçada), Venâncio e José Eloy, dentre outros, realizaram o primeiro treino de futebol em nossa cidade, na Rua Felizardo Leite, atual Rua João Pessoa, em frente ao hotel do Sr. Sulpino Colaço (posteriormente, neste local seria construído o Edifício pernambucano) (...) O entusiasmo dos jovens era evidente, muito embora a habilidade no jogo deixasse muito a desejar. (...) De repente, surge o delegado da cidade, o Alferes Joaquim Henriques, seguido de uma patrulha. Sob a alegação de que não admitia ninguém nu pelo meio da rua (os rapazes usavam calções um pouco acima dos joelhos), o responsável pela ordem, que era temido por sua valentia, toma um sabre das mãos do cabo da patrulha e fura a bola, determinando que o pessoal se dispersasse (MEDEIROS, 2006: 30-31).

O delegado não estava para brincadeira naquela manhã de junho.

<sup>2</sup> Segundo Mário Vinicius, em 1910 chegou uma bola de borracha à Campina Grande, mas se realizou apenas um “animado jogo no Colégio do Professor Clementino Procópio”, sem obedecer a nenhuma regra do esporte. (MEDEIROS, 2006: 30).

Mesmo que Bióca não tenha desistido de levar o futebol à frente em Campina Grande, muitos outros embates entre os praticantes do esporte bretão e autoridades existiriam ainda. “Chegam-nos” aos ouvidos os fortes reclames da Redação do Jornal *O Século*, sobre o “Football nas Ruas”, já no ano de 1928. Vejamos o que reclamam os articulistas:

As ruas da cidade estão se transformando em campos de football. Em todas as nossas ruas, mesmo nas mais movimentadas, os improvisados amadores do belo jogo bretão batem bola, quebram vidraças, rebentam telhados e, melhor ainda, desrespeitam as famílias com dietérios e palavrões, capazes de provocar terremotos e outros perigosos phenomenos seismicos. A polícia (...) A Prefeitura (...), esses dois intangíveis poderes temporaes deviam ver a arraia meuda estragando na rua todos nossos fóros de cidade culta, com semelhante atentado à ordem pública e as póstumias municipaes (...) Temos recebido aqui constantes pedidos para que se faça esta reclamação, apelando ao mesmo tempo as autoridades, a fim de que seja tomada u’a medida repressiva à prática do football nas ruas (...) (*O SÉCULO*, 27/10/1928, p. 4)

Esperamos que o “pacato leitor” não tenha ficado “corado” de vergonha por termos convidado-o a presenciar tal insatisfação do repórter do Jornal *O Século*. Temos aqui uma pista do que seria uma diversão popular naqueles anos iniciais do século XX. Estaria o articulista do jornal realmente falando em nome dos cidadãos, ou na verdade, de certa camada social dominante, que não aceitaria que aquela diversão popular tomasse

conta das Ruas? O que para o repórter seria a “arraia miúda” que estaria estragando “nossos foros de cidade culta”? Perguntas difíceis de ter uma resposta única, entretanto, que nos levam a questionar acerca dos territórios que estavam sendo construídos e confrontados no cotidiano da cidade no período analisado.

Depois de uma jornada futebolística tão acirrada, busquemos uma nova posição nos bancos das gameleiras da Rua Grande. Enquanto o futebol engatinhava na ‘Rainha da Borborema’ não nos esqueçamos que o mundo enfrentava na segunda década do século XX a Primeira Guerra Mundial. “Apontando” para a fachada do Cine Apolo, Epaminondas Câmara nos convida a contemplar a multidão que tomou conta das Ruas de Campina Grande, no dia 11 de outubro de 1918 para celebrar o fim daquele conflito:

Regozijados pelo término da guerra mundial, os habitantes da cidade percorreram as ruas da cidade em passeata, acompanhados pelas bandas de musica locais – Filarmônica “Epitácio Pessoa” e Charanga “Afonso Campos”, - discursando durante o percurso o senhor Ernani Lauritzen, Lino Fernandes, Gilberto Leite, José Faustino Cavalcanti e Lino Gomes da Silva. O comercio fechou as portas e à noite houve animado baile no cinema Apolo (CÂMARA, 1998: 89).

Os acontecimentos e as notícias da guerra levavam as pessoas a ocupar a Rua, quebrando a monotonia do cotidiano. Interessante desta passagem do memorialista é a lembrança da animação da caminhada feita pelas duas bandas musicais, que geralmente viviam em

disputa, haja vista cada uma pertencer a um partido político diferente da cidade. O autor não nos mostra as Ruas da caminhada, ou mesmo nos indica as palavras dos populares, mas certamente não coube apenas aos homens das letras citados, a agitação e empolgação pelo momento vivido naquela tarde de outubro de 1918.

Nas três primeiras décadas do século XX ficamos na Rua Maciel Pinheiro já era garantia de se ver "tudo" que haveria de mais dinâmico na urbe. Desta forma, "encostado" em dos casarões do Século XIX que ainda existia neste Logradouro antes das reformas empreendidas nas décadas de 1930 e 1940, contemplemos a imagem:



FOTOGRAFIA 02 - Chegada da Energia Elétrica em Campina Grande no dia 29 de Setembro de 1920.

**FONTE:** Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

### Praticamente

toda a população presente ao evento foi "enquadrada" na lente do fotógrafo que nos legou esta imagem. Não temos dúvida que este foi um dia de alegria para a população campinense, que certamente assistiu a toda uma programação social para acolher a chegada deste equipamento de conforto. Todavia, foi uma melhoria "do mundo moderno" que não atingia ou privilegiava todas as camadas sociais. Percebemos, além dos ternos brancos, e das fardas impecáveis dos soldados, tipos populares, com roupas mais simples, inclusive, crianças e adolescentes de pés descalços, que fazem parte do cenário. A "sensibilidade" dos indivíduos certamente não era a

mesma, dependendo muito da forma como este compreendia e lia o mundo ao seu redor.

As condições materiais do atendimento do serviço de energia passam a partir de então a fazer parte das conversas diárias dos moradores da Urbe. Contudo, naquela tarde e noite muito se confraternizou na cidade, como nos diz a Sra. Elvira Carlos do Nascimento: "A luz chegou em Campina Grande em 1920. Eu tava com 08 anos de idade. Foi muita festa, muito foguetão. Foi bonita a festa"<sup>3</sup>.

Mal passou a euforia inicial da chegada da luz elétrica, em 1920, já temos os redatores do Jornal *A Gazeta do Sertão*, de 1923, nos

<sup>3</sup>Depoimento da Sra. Elvira Carlos do Nascimento, aposentada, para o Documentário *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa História*. Diretor: Carlos Alberto Xapeu. Campina Grande, 2010.

falando de uma mudança de atitude nos costumes locais. Vejamos:

Queremos alludir ao facto, injustificável deveras, de não estar sendo obedecida a lei que determina o fechamento do comércio, às 7 horas em ponto. Obs. "os rapazes" que trabalham reclamam que prejudica seus estudos a noite o fator do comércio não fechar às 7 horas. Além disso é um descumprimento a lei que reconhece "os declináveis direitos da laboriosa classe caixeiral" (*A Gazeta do Sertão*, 08/12/1923, p. 2).

As camadas abastadas da sociedade e os cronistas podem ter saudado a chegada da luz elétrica como um passo importante de Campina Grande no sentido de modernização, contudo, para os trabalhadores, mais iluminação passou a significar mais horas de trabalho, sendo desrespeitados os "declináveis direitos da laboriosa classe de caixeiros". Também o estudo a noite passa a ser uma realidade naquela sociedade que até alguns anos "dormia" logo nas primeiras horas da noite, após o pôr do sol.

Igualmente ao 'flâneur', encontramos diferentes transeuntes no espaço da Rua. É interessante observarmos como os poetas populares passam a inserir o mote da péssima qualidade da luz em sua poesia. Os redatores do Jornal *O Rebate* "nos chamam" para denunciar a precariedade da luz em Campina Grande. Observando que a fórmula de criticar a empresa de Luz tem repercussão junto à população, observemos o seguinte mote de K. H. Fogo: "No mundo tudo melhora,

menos a luz de Campina". Eis os versos:

Com a crise tudo chora/ é um verdadeiro inferno  
mas, vindo cedo o inverno/ tudo no mundo melhora;  
os flagelados, que outrora/ se maldesiam da sina  
seguindo a sua rotina/ vão procurar o seu lar,  
Tudo pode melhorar/ Menos a luz de Campina  
(*O Rebate*, 12 de novembro de 1932, p. 1).

Muitos outros versos poderiam ser mostrados para ilustrar esta forma irônica do jornal *O Rebate* requerer melhorias para um dos equipamentos de conforto, símbolo do mundo moderno, que é a luz elétrica. Entretanto, enquanto um 'flâneur', nos deleitamos com este jeito popular de se requerer mudanças para a cidade.

Já sabemos: O nobre leitor já está se perguntando se as sensibilidades de Campina Grande nos anos iniciais do século XX giravam em demasia sobre os equipamentos de conforto, como a luz elétrica. A julgar pelas inúmeras reportagens dedicadas a temática, nos diferentes jornais, de épocas distintas, podemos conjecturar que nos bancos de praças, mesas de bilhares, escritórios e outros pontos de sociabilidade, certamente, seria um dos principais motes das conversas, pois, parte das camadas abastadas da população estavam sempre a questionar se a luz da cidade estaria a "altura" de seu desenvolvimento.

Aproveitando que estamos na Rua Grande, Francisco Maria se apresenta mais uma vez a nossa

narrativa, por este “passeio imaginário”, para nos apresentar mais pistas de como as camadas abastadas desenvolviam suas territorialidades na Rua Maciel Pinheiro. Este memorialista relata de forma saudosa suas idas a loja “*Modas e Confeções Rocha*”, nesta Rua, onde fazia sua roupa, sob medida, de linho branco, “*condição essencial para o jovem se considerar elegante*”. Neste local, jovens da mesma condição social põem em dia as conversas e fazem os planos para as “*matinais do 31, na retreta do Esial*” (MARIA FILHO, 1978: 75-76).

O passeio perscrutador está a um bom tempo “parado” na Rua Maciel Pinheiro. Sabemos. E já estamos escutando rumores e palavras de questionamento: onde estariam os populares neste nosso caminhar? Pois bem, prezado leitor, nossa fonte é escassa para contarmos uma história daqueles que não frequentavam cinemas, não tinham condições monetárias de fazer compras nas lojas mais refinadas da Rua Grande ou mesmo não eram alfabetizados para participar dos círculos restritos que produziam e consumiam os jornais de época. Entretanto, nas conjecturas que podemos fazer encontramos determinados sujeitos históricos que deram vida ao espaço urbano<sup>4</sup>.

Ao presenciar tal afirmativa, nos “grita ao pé do ouvido” Manoel Vieira, conhecido por Manuel carga d’água. Este não caiu no esquecimento, mesmo sem uma só

palavra sua no Jornal *O 15 de Novembro*, de 1908. No dia 11 de dezembro, Manoel Vieira foi acusado de “*vibrar diversas punhaladas*” em seu cunhado, que aparece apenas com o nome Jovino tal. O fato aconteceu nas proximidades do açude Velho.

Não há dúvida de tratar-se de uma contenda entre populares, quer seja pelo subúrbio que residiam, quer seja pelos seus nomes, identificado com o trabalho (Manoel carga d’água), ou mesmo desconhecido o sobrenome (Jovino “tal”). Com a morte de Jovino, Manoel foge e, apesar do repórter mencionar que “*seja capturado, são os nossos votos*”, até agosto de 1909, último número do jornal que tivemos acesso, o mesmo ainda estava a levar a vida como foragido (*O 15 de Novembro*. 20/12/1908, p.3).

Se estamos dispostos a encontrar populares, vamos continuar a percorrer caminhos e Ruas adjacentes ao centro da Cidade. Assim, mesmo com nossas “roupas empoeiradas”, façamos uma visita ao Caminho da Estação, conhecida posteriormente por Rua Irineu Joffily, que apesar de ver instalada em 1926 uma linha de bondes para carregar passageiros e, principalmente algodão, das Ruas das Areias (João Pessoa) e dos Armazéns (Marquês do Herval) para a Estação de trem, tal maquinaria e trilhos foram retirados em 1927 (CÂMARA, 1998: 103-104). Observemos a imagem nº 03, da Rua Irineu Joffily, na década de 1930:

<sup>4</sup> Várias pesquisas têm recorrido aos processos-crimes para completar tal lacuna da história. Contudo, este não foi o *corpus* documental que pesquisamos para a produção da presente interpretação histórica. Sobre o uso de processos-crime, ver: SOUSA, 2001: 193.



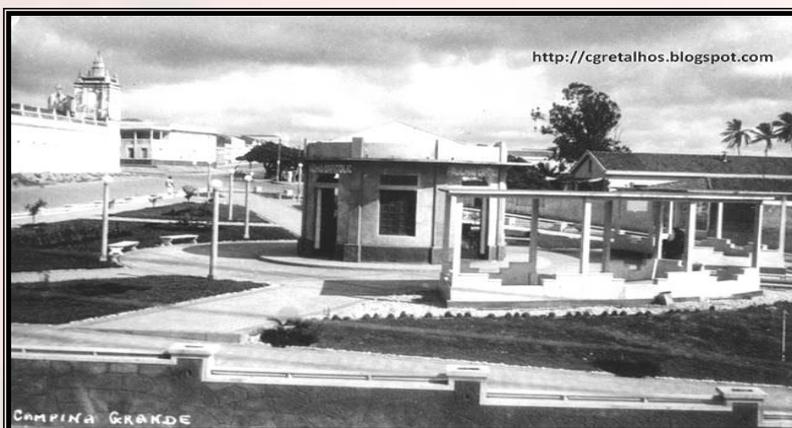
FOTOGRAFIA 03 – Imagem da Rua Irineu Joffily  
**FONTE:** Site Retalhos históricos de Campina Grande

Não resta dúvida que circulamos agora por um espaço popular. A Rua sem calçamento, profundas valas nas portas dos moradores e as próprias fachadas e calçadas das casas dispostas de maneira irregular é o cenário. Não adianta “chamar” pelo popular que está nesta imagem, o mesmo está com “pressa”. Seria um trabalhador em direção ao serviço? Seria uma visita de cortesia em dia de domingo? Infelizmente não temos como responder. Será que nosso transeunte estaria descuidado e não percebeu o momento de registro

fotográfico na Rua, ou o mesmo fez questão de não aparecer “de frente” neste registro? O personagem da imagem nº 03 não parece interessado em posar para uma foto em Rua tão descuidada pela administração municipal<sup>5</sup>.

Após encontrarmos esses fragmentos de vida dos populares, nos reportamos ao “andarilho” leitor, para que, de onde nos encontramos neste instante, “caminharmos em linha reta” com direção ao nascente para observarmos a tranquila Praça Clementino Procópio em fins da década de 1930:

<sup>5</sup> É importante destacar que no canto inferior direito há uma inscrição provável da data da fotografia. Ilegível, conjecturamos ser 8, ou seja, agosto de 930 ou 936, o que indicaria o ano 1930 ou 1936. No Museu Histórico e Geográfico encontra-se, além desta imagem, outra de um período próximo com a Rua já devidamente calçada. Optamos por esta por compreendermos que a mesma explicita melhor a situação das Ruas adjacentes ao Centro da Maciel Pinheiro no período estudado.



FOTOGRAFIA 04: Praça Clementino Procópio (1936-1940)  
**FONTE:** Site Retalhos históricos de Campina Grande

"Sentemos" nos bancos do pitoresco coreto central. Logo de saída, Epaminondas Câmara se "prontifica" a nos informar detalhes desta Praça que estava tão bem cuidada no momento da fotografia. Nos diz que ela foi inaugurada em 25 de janeiro de 1936, sendo para isto demolida a "Cadeia Nova" que existia no lugar (CÂMARA, 1998:124).

"Participando eufórico" desta conversa, Cristino Pimentel saúda o Prefeito e nos afirma que aquela paisagem foi de certo modo fruto de uma intensa campanha realizada pelos letrados locais, por meio dos jornais. Ao longo dos anos os reclames só aumentavam no sentido de se exigir que fosse feita tal obra para aquele espaço do Centro da Urbe. Diz-nos Cristino:

Bravo Dr. Pereira Diniz! Muito Bravo! (...) pela bela solução dada ao caso da área da cadeia. O seu ato só podemos classificar de justo, enquadrou-se perfeitamente nas aspirações dos cidadãos que desejavam e ansiavam por um 'cantinho' aprazível para tomar seu salutar banho na piscina da alegria (...) como fazem os venturosos habitantes das capitais e de algumas cidades nossas vizinhas que possuem logradouros<sup>6</sup>.

Contemplando a paisagem, vemos a esquerda o templo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que viria a ser demolido na década de 1940. É uma Praça que se encontra a princípio vazia. Seria este o motivo que estaria levando o arrendatário do Pavilhão localizado no centro da mesma a querer "*transpassá-lo a quem desejar fazer negócio com o mesmo*"? De qualquer forma o leitor que se interessasse em "*fazer*

*negócio*" poderia, como revela um anúncio, procurar o proprietário "*todos os dias, das 9 as 11 e das 2 às 22 horas, no referido pavilhão*" (*Voz da Borborema* de 06/10/1937, p. 5).

Temos aí uma pista do período de andança e ocupação de tal espaço pelos moradores de Campina Grande, inclusive, adentrando o período da noite até às 22 horas, com o Pavilhão aberto.

Por hora, neste instante "congelado" pelo fotógrafo da imagem nº 04, nesta Praça só observamos um transeunte no passeio e um casal no coreto, (estariamos a atrapalhar esta conversa?). Este casal certamente poderia servir de inspiração para nosso combativo cronista Cristino Pimentel. Este observava que naquele espaço era "*onde costumava a mocidade em todas as tardes e noites alegres cochichar com as namoradas catitas, a vista dos focos elétricos*" (PIMENTEL, 1958: 251).

Gostaríamos de aproveitar mais, este "clima de romance" observado por nosso cronista, todavia, a percepção da mesma cena em tempo diverso poderia ter outra conotação. Se no momento próximo a inauguração há a benevolência do memorialista em saudar "*o cochichar*" dos namorados sob a "*vista dos focos elétricos*", cerca de uma década depois, observando o mesmo cenário, porém "deteriorado" pela ação do "tempo" e dos "costumes", encontramos o "indignado" editor do *Jornal O Momento*, na Coluna "Isto acontece em Campina Grande" que nos faz a seguinte reclamação:

<sup>6</sup> PIMENTEL, Cristino. *Cousas da Cidade*, s/j., s/d., s/p. Determinadas crônicas, a exemplo desta, foram pesquisadas e fotocopiadas pelo historiador Fábio Gutemberg a partir do acervo particular do próprio cronista e dispostas no SEDHIR/CH/UABG/UFCG. Desta forma, encontramos recortes de jornais que muitas vezes não é possível identificar qual o órgão que o publicou ou mesmo as referências em relação a datação, por isto, as abreviaturas s/j – sem jornal- s/d – sem data- s/p – sem página.

Enquanto não se inaugura a chamada Praça da Fonte Luminosa e sua respectiva iluminação, os namorados indecorosos continuam 'agindo' na velha Praça Clementino Procópio, onde as cenas de 'democracia do amor' são praticadas abertamente num flagrante desrespeito às famílias e sob a protetora fiscalização da polícia (*O Momento*, 24/09/1950, p. 7).

A Praça era a mesma, porém, os territórios e costumes mudaram bastante com o passar dos anos. Já não observamos o mero "cochicho", mas cenas de "democracia do amor" que eram protagonizadas pelos casais que usavam tal espaço. Esta não seria uma imagem adequada de uma cidade "progressista" e "dinâmica", na visão do editor do *Jornal O Momento* e de alguns membros das camadas mais ricas da sociedade.

Por hora, "descansemos" um pouco nos bancos da Praça jardinada de 1936 que tanto encantava os letrados da época, afinal, acabamos de fazer uma longa caminhada histórica por mais de três décadas do passado campinense.

Retomemos em seguida o "fôlego" para continuarmos nossa jornada.

### **3. O "Prolongamento da Rua": Expansão Territorial e Sociabilidades em Campina Grande nas Décadas de 1930 e 1940.**

Campina Grande passa por intensas transformações nas décadas de 1930 e 1940. A riqueza do "ouro branco" (algodão) traz importantes divisas econômicas para uma determinada parte da sociedade,

segregando outras tantas camadas sociais. Neste "prolongamento da Rua" assistimos a expansão territorial da cidade para longínquos subúrbios à época, como os Bairros de São José, Prata, Bodocongó, José Pinheiro.

Nosso ato de flunar exige agora um pouco mais de fôlego. Certamente "a bicicleta" que Gilberto Freyre (ARRAIS, 2008: 405) usava em Recife nos seria bastante útil para vencer, em Campina Grande, os pouco mais de "quatro quilômetros quadrados de edificação compacta, em forma de triângulo, de cujos lados partem, como compridas excrescências, bairros e Ruas em todas as direções. Esta a razão por que ela tem sete quilômetros de nascente ao poente e cinco de norte a sul" (CÂMARA, 1988: 155).

Desta forma, "levantemos" do confortável banco da Praça Clementino Procópio e recomeçemos o nosso "passeio imaginário". Caminhando em linha reta para o poente já é possível "ouvirmos" as máquinas trabalhando, contudo, é bom nos protegermos, pois a "poeira" originária da fábrica do Sr. Brito Lyra tem causado grandes transtornos para os moradores de diversas Ruas adjacentes a Rua Irineu Jóffily. O Redator do *Jornal Voz da Borborema* nos pede a palavra para explicar melhor o que estava se passando naqueles dias de 1937:

O conhecido industrial Brito Lyra, tem instalado em prédio da Rua Irineu Joffily, um maquinismo de beneficiar o sub-produto do algodão, aos quaes a guria do comercio denomina "bezouro" e "piolho", respectivamente (...)

Todos os operários empregados no penoso serviço dessas machinas progressistas, porém, mortíferas, são geralmente atacados do mal de consupção. É raro o trabalhador de bezouros, que não termine tuberculoso (...) Pobres operarias, lavadeiras e engomadeiras, residentes em casebres localizados na Rua que fica por traz do referido bezouro, estão impossibilitados de ganhar o pão quotidiano, porque não podem trabalhar no seu mister, com a poeira intensa que se despende do bueiro da fabrica, sujando de maneira impiedosa o seu mortificante serviço. Os habitantes das Ruas 13 de Maio, Tiradentes, Irineu Joffily, Solon de Lucena e Otacílio de Albuquerque, vivem atacado de u'a gripe permanente, a tossir de rebentar, com o algodão desfeito em pó a se infiltrar por toda parte danificando ainda moveis e utensílios das residências (...)(*Voz da Borborema*, 06/10/1937, p. 3).<sup>7</sup>

Deixamos o repórter a vontade para fazer esta longa explanação sobre o problema do "besouro" do industrial Brito Lyra, por que, além das informações de ordem clínica e prática desta questão, o mesmo acabou por nos oferecer importantes territórios da ocupação dos moradores desta região da cidade. Encontramos um mundo de populares formados não só por trabalhadores prestes a contrair tuberculose em virtude do beneficiamento do "subproduto" do algodão. "Operárias, lavadeiras e engomadeiras" também constroem aí seus territórios e buscam sua sobrevivência junto das águas dos Açudes Velho e Novo. Esta nossa "parada na caminhada" foi bastante significativa para compreender um pouco deste mundo de vivências e sobrevivência dos populares em Campina Grande no período visitado.

Deixando por hora o mundo do trabalho, nos chama a atenção um dos jornalistas locais que um cortejo fúnebre estava passando naqueles idos de 1937. Nos "recolhamos" ao batente de uma das calçadas da Rua Vidal de Negreiros e fazamos a leitura da nota do jornal *Voz da Borborema*, do dia 04 de agosto de 1937:

Falece repentinamente, a jovem professora Normanda Henrique. (...) O cortejo fúnebre, saindo da casa onde se deu o óbito, à rua Vidal de Negreiros, dirigiu-se para nossa matriz, onde o Cônego Delgado, vigário da paróquia fez a encomendação do corpo. Dai, a carreta foi conduzida até o cemitério do Carmo por jovens estudantes do Instituto Pedagógico (*Voz da Borborema*, 04/08/1937, p. 6).

Esta nota, a princípio, poderia passar despercebida em uma leitura apressada, contudo, este não foi um acontecimento qualquer para àquela sociedade. "Aproxima-se" de nosso passeio o cronista Hortênsio de Sousa Ribeiro, e nos relata sua crônica publicada no número seguinte do Jornal *Voz da Borborema*. Com tais informações poderemos encontrar alguns territórios e Ruas que são usadas por uma parcela da população campinense naquela tarde de agosto de 1937.

"Nota do dia"

A luz de inverno da tarde que desce, fico a olhar o enterro de Normanda Joffily, da Avenida João da Mata, uma das ruas mais lindas de Campina Grande. Enquanto a nossa vista condoída se estende pela fila extensa de crianças das escolas e senhoritas da sociedade campinense que vão conduzindo a pequena

<sup>7</sup> Ver também CABRAL FILHO, 2009: 110.

morta (Normanda tinha apenas 17 anos!) para o cemitério do Carmo, (...). O dia findava (...) o cortejo mortuário longamente desfilou pela praça onde está agora a estátua de João Pessoa, estendeu-se pela rua Vidal de Negreiros, endireitou pelo flanco da Praça Clementino Procópio, Praça do Rosário, e finalmente guiou através da rua João Pessoa em demanda do campo Santo. O esquife branco era conduzido à mão por entre alas de alunas e colegas de Normanda (...) naquele ultimo passeio através das ruas de Campina Grande (...) (Jornal *Voz da Borborema*, 07/08/1937, p. 1).

Seguindo os passos do cortejo da jovem Normanda “naquele último passeio através das Ruas de Campina Grande”, podemos encontrar algumas peculiaridades<sup>8</sup>. Conjecturamos que boa parte da população campinense ocorreu ao local onde morava, a Rua Vidal de Negreiros, o que pode nos indicar que a condição social de Normanda era elevada, haja vista não só o local de sua residência, mas ainda o fato de seu corpo ter sido levado para a igreja matriz. Outra pista da condição social da jovem professora foi a longa crônica que a mesma recebe na primeira página do jornal.

Quando o autor se refere àqueles que seguiam o cortejo, faz questão de destacar a “*fila de crianças das escolas e senhoritas da sociedade campinense*”. Certamente Normanda tinha relacionamentos estreitos nas camadas mais elevadas da sociedade, afinal, ela teve uma educação que a permitiu ser professora, tendo menos de 17 anos de idade. Enfatizamos que o cortejo seguiu pelas principais Ruas da cidade, por entre praças,

despertando a atenção daqueles que estavam a desenvolver suas atividades por estes locais, mas não tinham o tempo, a permissão ou o desejo de acompanhar este “passeio” fúnebre. O espaço onde se desenvolve a ação é o mesmo, todavia, a percepção dos indivíduos e os territórios construídos por estes, certamente são diferentes.

Infelizmente não temos imagens do cortejo fúnebre da jovem professora, no entanto, nos é lícito imaginar que a tranquilidade da Rua Vidal de Negreiros foi quebrada naquela tarde, ocorrendo para este local um grande número de pessoas que foram prestar sua homenagem à família. Conjecturamos que o choro e a tristeza inerente a morte, se ampliam neste caso, haja vista a pouca idade da falecida. Com certeza, toda uma rede de solidariedade se construía nesse momento de dor da família.

Com pesar, vamos “deixando” o cortejo fúnebre da jovem professora, mas continuamos nossa caminhada pelas Ruas campinenses. Afastando-se do Centro, passemos a acompanhar de maneira panorâmica mais uma multidão reunida nas Artérias da cidade, desta feita seguindo uma romaria. Eis o relato de Hortênsio Ribeiro:

Frei Damião  
Da janela de casa onde presentemente estou residindo (rua 13 de maio, nº 78), em Campina Grande, eu contemplo, na companhia de alguns amigos, a multidão devota que, seguida de Frei Damião, serpêa e se desdobra, numa massa compacta, inflectindo por cima do talude do açude Novo, em demanda do santuário de N.S. da Guia, onde suponho se realizou a

<sup>8</sup> É importante destacar que apesar dos endereços diferentes citados entre a notícia do dia 04 de agosto e a crônica de 07 de agosto, trata-se do mesmo episódio e do mesmo lugar de ação. O velório aconteceu na Rua Vidal de Negreiros e foi acompanhado a certa distância por Hortênsio Ribeiro que ficou “a olhar o enterro de Normanda Joffily, da Rua João da Mata”, que faz esquina com a referida Rua Vidal de Negreiros, não havendo contradição no ambiente que se desenvolveu este episódio naquela tarde de 1937.

pregação da tarde de domingo ultimo. Quase tudo mulheres (...). Vai para muitos anos que os olhos de Campina Grande não contemplam cena mais empolgante que a da tarde de domingo, em que tantos olhares materialistas admiravam conosco um povo imenso a caminhar, sob um sol inclemente asphyxiado por nuvens de poeira, agitando bandeirolas brancas ao ar livre, guiados por um pobre frade mendicante, a entoar louvores a Deus, num coro uníssono que acordava nos nossos ouvidos desiludido os ecos longínquos da infância maravilhosa do cristianismo (*Voz da Borborema*22/09/37, p. 1).

O ato de flunar nos permite apreender as diferentes sensibilidades do mundo urbano. Se antes, presenciávamos uma multidão que de forma "triste" levava o corpo

de uma jovem professora para o cemitério, agora, encontramos outra multidão, provavelmente, com pessoas comuns àquela do cortejo fúnebre, mas com outra motivação: "entoando louvores" que "empolgam" àquela tarde de domingo.

Seguindo uma das muitas romarias de Frei Damião pela cidade, o encontramos passando pela Rua 13 de Maio, seguindo por sobre o "talude do Açude Novo" em direção a igreja de Nossa Senhora da Guia, no "distante", à época, bairro de São José. Contemplemos uma imagem que bem poderia nos dar a dimensão visual deste percurso:



FOTOGRAFIA 05 – Imagem da Rua 13 de Maio

**FONTE:** Site Retalhos históricos de Campina Grande

Nesta fotografia nº 05, feita a partir da Rua 13 de Maio, temos uma noção do caminho descrito por Hortênsio de Sousa Ribeiro. Os coqueiros de Zé Rodrigues e o balde do Açude Novo ligavam o centro da cidade ao subúrbio do Bairro de São José. É possível observar na fotografia ao fim da estrada de barro, aspectos que lembram a torre e as imediações da

Igreja de Nossa Senhora da Guia (seta amarela que inserimos).

O leitor pode encontrar neste percurso uma série de apontamentos acerca do cotidiano campinense. Inicialmente, vemos o caráter mais "popular" da multidão descrita por Hortênsio, haja vista, não está em demanda da Matriz no Centro, mas indo para um subúrbio até então, o

citado Bairro de São José, em um templo que não era dos mais frequentados pelas elites. Outra característica dessa romaria é o fato das pessoas que a acompanhava serem em sua maioria mulheres. Este relato de Hortênsio Ribeiro pode de certo modo nos revelar que homens e mulheres tinham territórios diversos quando o assunto era religião. Passa-nos a impressão que a mulher não temia enfrentar as adversidades de uma romaria para rezar não só por si, mas, muitas vezes, por filhos e companheiros que ficavam em casa, ou estavam a desenvolver outras atividades.

Provavelmente, os seguidores da romaria tinham uma condição social diferente daqueles acompanhantes do cortejo da jovem professora falecida. É uma multidão a

*"caminhar sob um sol inclemente, asfixiado por nuvens de poeiras"*, agitando bandeiras, de certo modo *"clamando aos céus"* por suas vidas. Todavia, em uma cidade que possuía toda uma rede de sociabilidades e relações próximas de parentesco e de trabalho, seria possível haver um processo de "circularidade" de culturas, com elementos de uma determinada camada, sendo abstraído e resignificado por outra. Não seria regra termos de forma tão rígida uma diferenciação social que não permitisse o contato e a as vivências entre diferentes membros da sociedade (GINZBURG, 1991).

Agora, atravessemos o talude do açude Novo e observemos o templo que seria o provável destino da procissão liderada por Frei Damião naquela tarde de domingo:

<sup>9</sup> Informações prestadas pelo colaborador Jobedis Magno de Brito Neves em entrevista ao site [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com), acesso em 10 de setembro de 2011.



FOTOGRAFIA 06 - Imagem da Igreja da Guia no Bairro de São José

**FONTE:** Site Retalhos históricos de Campina Grande

O templo da Igreja da Guia, localizada hoje na Praça do Trabalho, no Bairro de São José foi construído em 1917, e segundo relatos de moradores antigos do bairro, foi um fator de atração e de convívio social nas suas imediações, que ajudaram a criar as vivências em torno daquele subúrbio campinense. O estilo do

templo era pobre, com paredes grossas e imediações em terra<sup>9</sup>. Os frequentadores seriam menos abastados, como vemos na imagem nº 06, onde se destaca um homem simples, com seu animal de carga nas imediações da capela, nos mostrando o caráter popular dos territórios construídos pelos

moradores do lugar em torno daquela capela do subúrbio.

Tudo bem. Não precisa o leitor “não tão devoto” se irritar com nossa insistência em “pararmos” em eventos religiosos. Porém, não nos esqueçamos de que parte da vida das pessoas girava em torno do sagrado e da participação nestes eventos que traziam consigo também o viés dos laços de solidariedade do vivido.

Mudaremos nosso itinerário neste instante, mas cremos que seja melhor taparmos os olhos (ou abriremos mais?), pois da redação do Jornal *O Momento*, nosso ardoroso repórter defensor da moralidade está por falar alto. “Diz-nos”: *Isto acontece em Campina Grande (...) menores entre 16 e 18 anos, todos os domingos, banham-se em plena nudez nas mansas águas do Açude Velho (...)*(*O Momento*, 08/10/1950, p. 2).

Cremos que o repórter, não estava a exagerar nas suas considerações acerca dos usos dos jovens das “mansas águas” do Açude Velho. Encontramos um poeta dando sustentáculo ao que o mesmo afirmava. Vejamos a “inocente” quadrinha de época, de autoria de M. Lyra Torres, parte de um folheto de 1941, intitulado “A morte do coronel Salvino”, descrevendo a “entrada no céu” deste coronel:

(...) Do fundo do Açude Velho/  
Muitas almas tem subido  
P’ra contar aqui no céu/ O que ali  
tem sucedido:  
Quantos seres inocentes/ Têm ali  
submergido.  
E muitas moças bonitas/ Que se  
fingem de donzelas  
Têm posto naquele açude/ O fim das  
suas novelas

Deixando, ali, sob as águas/ Muitas  
criancinhas belas (...)  
(SYLVESTRE, 1993: 19).

Ao que as fontes indicam, fizemos um itinerário que acabamos por encontrar um dos divertimentos proibidos, mas que era bem frequentado pelos moradores da cidade, inclusive, para encontros “secretos”, pois, muitas “moças bonitas que se fingem de donzelas” tem posto “naquele açude o fim das suas novelas”, e aí o leitor compreenderá que nem sempre tais “novelas” tiveram um “final feliz” (SYLVESTRE, 1993: 19).

Por este ambiente campinense, próximo a estação de trem, teríamos um bom espaço de sociabilidade, em especial, após a inauguração do cais que circula o mesmo, a partir de 1942<sup>10</sup>. Teríamos a passear, a luz do dia, algumas daquelas “moças bonitas que se fingem de donzelas” e dão novo significado às águas do Açude Velho?(SYLVESTRE, 1993: 19). E os populares, como utilizariam tal espaço? Mais uma vez lançamos nossas perguntas. “*Rachando as palavras*”<sup>11</sup>, temos uma voz que nos pede permissão para traçar um possível cenário daquela região no período. Escutemos:

Desde 1930 que eu cheguei em Campina Grande até hoje e aprendi a nadar naquele Açude Velho com 16 anos, que eu ia morrendo afogado quando tava aprendendo a nadar. Também depois que aprendi a nadar atravessava ele duas vezes por dia. A água ali chegava a esse meio de rua todo. Ali foi aterrado pelo Dr. Vergneaud Wanderlei, um prefeito que teve em Campina Grande. Ali na Caranguejo passava um carro pelo outro apertado. Tudo

<sup>10</sup> Para melhor compreensão dos usos deste espaço do Açude velho ver: CABRAL FILHO, 2009: 67-69.

<sup>11</sup> Os relatos orais de memória que fazemos uso neste trabalho têm seu significado histórico, tendo em vista que nos auxiliam a construir nossa narrativa do passado, a partir das imagens, percepções e experiências acumuladas pelos indivíduos que fazem suas narrativas. Esta metodologia tem sua importância e validade histórica, obviamente, feitas as ressalvas necessárias, “rachando as palavras” ditas. Sobre esta questão Ver: MONTENEGRO, 2010.

aquilo foi aterrado. Ele fez o cais. Hoje tem uma estatua dele lá em frente ao São Vicente de Paula. A lavadeira de roupa lavava roupa na porta da CAVESA, dali da CAVESA até Zé Pinheiro tudo era mata, tinha uma parte lá embaixo que tomava banho despido, aonde tem as estátuas de Luiz Gonzaga. Ali era uma verdadeira praia no dia de domingo. Todo mundo tomando banho lá, despido no açude. Nesse tempo a água era limpa porque não entrava esgoto da cidade, era água limpa que corria das chuvas e entrava no Açude Velho.<sup>12</sup>

O que hoje o Sr. Manoel Francisco de Menezes diz que era uma brincadeira salutar naquelas tardes de domingo dos anos 1930 e 1940, à época era motivo de reclamação por parte da imprensa, como observamos na reportagem do Jornal *O Momento*. Desta forma, cruzamos varias visões acerca do mesmo espaço físico. Para o Poder público este é um local de investir em seu embelezamento, com a construção do cais, pois, o visitante que chegava a estação de trem ou mesmo da capital passaria por tal ambiente. Para lavadeiras era o local de ganhar o pão com suas lavagens de roupas. Para determinados jovens era o ambiente da diversão semanal com banhos ao ar livre, já para o letrado e colunista aquele era um espaço que mereceria uma maior intervenção moral por parte das autoridades no sentido de coibir as práticas não condizentes com o que os mesmos compreendiam como costumes 'familiares'. Mais uma vez o espaço é o mesmo, mas os territórios construídos são bastante díspares.

Antes de continuarmos nosso "passeio imaginário", aproveitemos às margens do Açude Velho, onde

diversas pessoas certamente passavam um bom tempo a conversar descontraídas enquanto caminhavam por aquele espaço. "Circulando", procuramos apurar os nossos ouvidos de 'flâneur'. Cristino Pimentel "nos pede" um instante de atenção para nos explicar que por estes ambientes públicos poderíamos flagrar o momento de "cavaqueação" na cidade:

Na vida, nessa borborinhada vida do século vinte, fantaziada e cheia de maravilhas: rádio, cinema (...), não há quem não tenha e não dê 'cavaco'. Cavaqueia-se com tudo. Então nessa Campina Grande, talvez por ser uma cidade cosmopolita, o 'cavaco' é mais sério do que se imagina. Até duas compridas unhas que seu Getúlio do cinema conserva serve para cavaqueação (...). Em outro grupo o 'cavaco' era com as cousas da cidade; com seus melhoramentos, inclusive o miquitório (...). Falaram de um triângulo descalço existente em frente ao '31'. Sabiam eles, até, que aquilo tem dado tratos à bola dos prefeitos (...). Cavaqueavam, também, com o cais e a imundice do Açude Velho; com os jardins da Rua Afonso Campos, e com a iluminação. Ah! A nossa luz (...)<sup>13</sup>.

"Observando" que estamos a "flanar" entre "cavaqueações", J. Guimarães nos diz que isto era corriqueiro, tratando-se de "costumes do nosso povo". E completa:

Há nesta terra, como em todas as terras, um público que sabe de tudo que se passa, desde o cenário da sociedade aos recessos mais íntimos do lar (...) já houve quem designasse esse público de 'tesoura social' (...) esse 'público gazeta' 'corta' a pele de todos que perambulam por esta cidade afora

<sup>12</sup> Depoimento do Sr. Manoel Francisco de Menezes, aposentado, para o Documentário *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa História*. Diretor: Carlos Alberto Chapéu. Campina Grande, 2010.

<sup>13</sup> Cavaqueação In: PIMENTEL, *Cousas da Cidade, s/j.,s/d.,s/p.*

(...). Deste modo sabe-se o Manoel quantas calças tem, quantos paletós e quantos chapéus possui; o Alfredo quanto deve no estabelecimento do Severino, o que come e o que bebe o pobre Jeremias; o Joca quantas namoradas arranhou no Parque Changai, com qual delas vai casar, o dia do casamento, o figurino do vestido de noiva, o estilo da cama, se o colchão é de molas, se tem cortinado, a comodidade dos aposentos da casa onde irá residir, enfim, todo esse público conhece e advinha (...). É um público assombroso, arrasador e mexiriqueiro. Um público que fala. Que só sabe falar (*O Momento*, 24/09/1950, p. 5).

É visível que este nosso ato de flunar por entre conjecturas permitidas pelas fontes é bastante revelador no tocante as vivências e sociabilidades construídas dia após dia na cidade 'cosmopolita' de Campina Grande na primeira metade do século XX. Entretanto, apesar do adjetivo grandioso em relação ao progresso material da urbe, compreendemos que a mesma continua com seus hábitos de longas datas anteriores, de 'cavaqueação' por intermédio da 'tesoura social' dos habitantes locais.

Certamente, em outros ambientes também encontraríamos este tipo de comportamento social. Por isto, o leitor deste nosso "passeio imaginário" pelas Ruas campinenses não irá agora dispensar um breve descanso nos 'Bares da cidade'. Como estamos iniciando nossa passagem por estes recintos, vamos "gastar" inicialmente, nossos recursos em um ponto "chic". "Rumemos" em direção ao Centro, especificamente, no Largo do Rosário e adentremos na Confeitaria Petrópolis, e escutemos o repórter da

*Voz da Borborema* explicar como foi sua inauguração em 1937:

Sua inauguração domingo passado nesta praça (...) A hora aprazada, centenas de espectadores e famílias de nossa elite social ali afluíram, para assistir à estréia da "Petrópolis" que vai ser um ponto chic de reunião do que melhor possui a sociedade campinense (*Voz da Borborema*, 18/ 08/1937, p. 3).

Local onde deveria se encontrar o que de "melhor existia na sociedade campinense"?

Conjecturamos que gente mais humilde não seria bem vinda? Ao que entendemos a afirmativa do repórter da *Voz da Borborema* foi cumprida, pois este passou a ser um ponto de encontro preferido dos mais abastados do lugar, inclusive, com as suas portas sendo abertas para autoridades e políticos de passagem por Campina Grande. Aproveitemos que estamos bem instalados em uma das mesas deste ponto "chic" e peçamos uma garrafa da "rainha das cervejas", a "cerveja Petrópolis" como sugere a propaganda (*A Batalha*, 04/04/1935, p. 2). Se não tomar álcool, peça algum produto da "Companhia Antartica Paulista", anunciada como a que tem a "supremacia na venda de cervejas e bebidas sem álcool" (*O Século*, 19/10/1928, p. 3). Com nossas bebidas, apreciemos a narrativa do redator da *Voz da Borborema*:

O governador Raphael Fernandes [do Rio Grande do Norte], em companhia do governador Argemiro de Figueiredo [governador paraibano], visita Campina Grande. (...) A despeito da má luz que a Empresa nos ofereceu, S. Exia

mostrou desejo de fazer um passeio a pé pela cidade. Acompanhado do governador Argemiro de Figueiredo e de numerosos amigos, o nosso ilustre visitante percorreu diversas das nossas principais artérias, havendo tomado democraticamente uma chicara de café na confeitaria Petrópolis, que há esta hora estava repleta dos mais prestigiosos elementos da sociedade local (...) (*Voz da Borborema*, 25/09/37, p 1).

Infelizmente neste itinerário não podemos seguir todos os passos dos governadores e comitivas, tendo em vista que o autor da nota não nos ofereceu o nome das Ruas por onde caminharam as autoridades. Contudo, pelo desfecho que teve tal caminhada, feita "à noite" e "a pé", com as limitações impostas pela qualidade da luz da cidade, podemos antever que foi um passeio breve e, possivelmente, apenas pelas artérias mais urbanizadas do centro da cidade<sup>14</sup>.

A "democrática xícara de café tomada na Confeitaria Petrópolis" de certo modo nos dá a pista de quais impressões às elites locais desejavam que o visitante levasse consigo para o Rio Grande do Norte. Certamente a estética e a higiene de alguns dos bares e casas comerciais da cidade não se enquadravam no perfil do que os indivíduos mais abastados da elite local consideravam dignos de ser representativo de Campina Grande. O aspecto, o odor e as características mais humildes de algumas das Ruas não seriam "dignas" de serem apreciadas pelos visitantes. Portanto, era melhor evitar tais ambientes, levando o governador e sua comitiva aos territórios que as elites locais construía e julgavam ser o que

melhor representaria a 'Rainha da Borborema'.

"Puxa uma cadeira" e se junta a nossa mesa o jornalista A. Rodolpho. Eufórico letrado 'bairrista', o mesmo começa a falar de "Campina Grande e o seu desenvolvimento", dizendo que estava de regresso da Capital e ao voltar, em Campina tinha a "impressão de se encontrar num ambiente de maior movimento e de igual espiritualidade" (*Voz da Borborema*, 26/02/1938, p. 3). É óbvio que ficamos um pouco "desconfiados" com a afirmativa de um membro de uma camada abastada da sociedade que vivia a "enaltecer" e apresentar uma visão pouco crítica da urbe. Todavia, continuando a explicar o "desenvolvimento" de Campina, o repórter arremata sobre o estabelecimento que nos encontrávamos:

A Confeitaria Petropolis é um estabelecimento que muito honra a Campina Grande, não só pela sua magnífica instalação, mas especialmente pela sua selecta frequência. Em frente à fachada da Petropolis divisa-se em elegante cartaz o bem redigido jornal diário ULTIMA HORA órgão informativo de noticias locais, dos estados e de todo o país (Id. p. 3).

Percebe-se assim, que aquele era um ambiente com uma clientela bem definida: a elite campinense. Por hora, nos afastemos um pouco deste espaço e sigamos em busca de ambientes mais populares, afinal, tomar uma "democrática bebida na Confeitaria Petrópolis" não era nada barato. Caminhemos! Francisco Maria

<sup>14</sup> Sobre a qualidade da luz em Campina Grande, há inúmeras reclamações por parte dos letrados, em suas crônicas e reportagens locais. Para compreender melhor o que se passaria em Campina Grande em tal época, vejamos o que diz uma das crônicas de Cristino Pimentel: "quem quer que transite por Campina à noite, boa impressão não terá da nossa iluminação. Há ruas, como por exemplo, a Peregrino de Carvalho, e a Praça Lauritzen que só em a gente passar causa medo, devido a escuridão. Nessa praça pode-se fazer "bicho" sem o perigo de ser descoberto". In: PIMENTEL, *Cousas da Cidade*, s/j.,s/d.,s/p. Certamente estas são ruas em que as autoridades locais não levariam visitante tão ilustre.

nos “puxa pelo braço” e nos diz ter um bom lugar “popular” para tomarmos outra bebida: no Beco dos Bêbados, especificamente na venda de Zé Quinca, que tem um singelo nome popular:

O “sindicato dos bebos” É o refúgio dos boêmios pobres. De vidas sem destino, sem amanhã. A “sede” é a venda de “Zé Quinca”, no “Beco de Zé Barbosa de Menezes”, embora, em suas “andanças” sinuosas, a “organização” ocupe toda a extensão da tradicional ladeira. Ali predominam os pintores de parede. Bebem, brincam, sonham e sofrem (...). O “sindicato” é o mundo de todos. Unidos pela cana. Pelo sofrer. Pelo amor. (MARIA FILHO, 1978 :19).

Estamos mais a vontade, pois, nos encontramos na virada da primeira metade do século XX no refúgio dos “boêmios pobres”. Temos aqui um território construído por uma clientela bem “distinta” da sociedade campinense, os populares, os pintores de parede. “Em pé” mesmo, ao “pé do balcão”, passa a nos fornecer informações de sua pesquisa no ano de 1983 o articulista Severino Machado. Após entrevistar o próprio Zé Quinca, “com palavras macias, meio cambaleando, falando compassado, num dos bancos da farmácia Central,” Severino nos dá pistas sobre aquele “sindicato”<sup>15</sup>.

Em sua origem, em 1932, a “Casa Feliz” de propriedade de Zé de Quinca vendia tintas, mas que, nas palavras de um frequentador, “ora, ali vendia mesmo, pra valer, muita cana e muita gente boa ia tomar sua bicada lá”. A fama do estabelecimento foi confirmada por um “homem das letras”: *havia sábado que quase não se podia*

*dormir em minha rua, o emboca, com passagem dos bêbados que vinham de lá* (Id. p. 7). Confirmada a fama do local, só nos resta pedir uma dose da cana “Chora na rampa”, porém, nos adverte Severino Machado ter escutado de Zé Quinca a história do Negro “Caliça”, que:

Ia comprar um remédio para o filho doente e tendo feito uma aposta que beberia duas garrafas de cana, da marca “Chora na rampa”. E dessa cana braba, morreu... Um dia apareceu, ali, morto e para espanto de seus companheiros, fora embora mais uma vítima da cachaça (Id. p. 7).

Sei que o leitor ‘flâneur’, parceiro desta longa caminhada, pode ter ficado um pouco pensativo com o destino do negro “Caliça”, contudo, não temos tempo para lamentações, ‘paguemos a conta’ e nos despeçamos de Zé Quinca, afinal, o mesmo tem “seu jeito” de cobrar em público, como fez determinada vez com um “advogado importante” que ao entrar na venda, foi logo interpelado na vista de todos: *lembra-se que tem uma conta a saldar? Envergonhado e chateado o mesmo retruca: pois veja quanto é, e aqui não entro mais!*(Id. p. 7).

Os códigos de sobrevivência e de comércio aqui são outros, pois, na “cabeça” de nosso vendedor de tintas e aguardente, quem “deve”, “paga”, e não precisa cerimônia nenhuma para se fazer a cobrança, afinal, o mesmo já conhecia a sua clientela, que sempre voltaria por que precisava das tintas para os trabalhos e da cana para a embriaguez que os fazia ‘sonhar’ com uma vida menos dura que aquela do cotidiano. Para Zé Quinca não

<sup>15</sup> O articulista, professor Severino Machado produziu uma série de reportagens sobre a “origem” e a “história” de algumas Ruas de Campina Grande. Pela leitura, percebe-se que o mesmo utilizou fontes por nós também pesquisadas, como as memórias e Crônicas de autores como Francisco Maria e Cristino Pimentel. Todavia, em virtude da proximidade temporal com a primeira metade do século XX, o mesmo conseguiu informações privilegiadas de moradores destas Ruas, como é o caso do próprio Zé Quinca, que se encontrava em idade avançada à época. Ver: Ruas de campina: Trav. Neco Belo IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do *Jornal Diário da Borborema*, 13/11/1983. p. 7.

custava cobrar a dívida, pois, já era acostumado a lidar com uma clientela importuna, que mais das vezes deixava “no prego” suas contas, sem recordar das mesmas ou de como tinham saído do estabelecimento em direção às suas casas.

Ir a um bar e “perder” o rumo da volta não seria algo tão impossível de acontecer. Nosso “acompanhante” Cristino Pimentel nos pede a palavra e das suas memórias de menino nos narra o que “viu” na Rua do Açude Novo em sua “meninice”:

Não me sai da lembrança, e a todo momento estou como a escutar, através do fio maravilhoso da recordação, a voz grossa e mal entoada do ferreiro Manoel Grosso, em serenata na porta de sua mulher, depois de uma bebedeira que causou o rompimento, que durou oito dias, num dia de sábado, quando saiu de casa dizendo que ia ao açougue comprar um quilo de fígado para o almoço dos molequinhos, e só voltou 36 horas depois trazendo, de fato, o pedaço de fígado já fedendo. A porta se fechou e o negro velho, bêbado, teve de amargar o chão duro da tenda fazendo da safra travesseiro. E triste, triste cantava:

“Vem vê Candinha cumo a noite é bela

E as estrelas Cuma briam no céu,  
E a roseira se cobre de oivaio  
Cuma a noite se cobre cu véu...”

A porta tornara-se a abrir no oitavo dia, quando o “cantor apaixonado” comoveu a alma da mulher com essa modinha:

“O pobre tem objeto de ouro  
O rico diz que é de cobre,  
No mundo vale quem tem  
Tu me desprezas meu amor  
Porque sou pobre” ... (PIMENTEL, 1956: 32).

Como sempre, o informado Cronista de boa memória nos traz

uma riqueza de detalhes das vivências e das territorialidades do passado de algumas Ruas de Campina Grande. Como estamos ‘flanando’ pela urbe por intermédio destas reminiscências do que nos foi legado pelos escritos e memórias, observamos que há passagens como esta que não temos como afirmar se ocorreu “tal qual” se narra, inclusive, com os versos decisivos para que o casal “reatasse” sua convivência após oito dias. Entretanto, é provável, e nos é lícito conjecturar que tal desavença tenha ocorrido, pois não seria nada anormal em uma sociedade marcada pelos embates entre casais.

Por hora, “sentemos” a calçada, aproveitando a sombra que se projeta, e refletimos sobre este “Prolongamento da Rua” em Campina Grande. Se no último período do século XIX e início do século XX morar na cidade, era sinônimo de “viver na Rua”, percebe-se agora este “prolongamento da Urbe”. Aumenta o espaço físico construído, acompanhado das novas sensibilidades que surgem na cidade que passa a ter além do Centro, outros ambientes de convivências e de sociabilidades. Novos percursos, memórias e territórios passam a existir na cidade.

#### 4 – Considerações Finais

Ao longo do presente texto, procuramos captar por meio das fontes disponíveis itinerários campinenses na primeira metade do século XX. Convidamos o leitor a fazer percursos pelas ruas da cidade e observar as intensas transformações que marcaram a

memória dos habitantes locais, que nos legaram suas impressões por meio de depoimentos, imagens, jornais de época, enfim, uma rica porta de entrada para o estudo da urbe.

Assim, esperamos contribuir com a percepção que a cidade pode, e deve ser estudada a partir de percursos, memórias e territórios, que em conjunto com as fontes disponíveis nos legam importantes crônicas visuais de suas Ruas. Esta visão múltipla é o que enriquece a pesquisa histórica e torna possível enveredarmos pelos diferentes espaços, pelas diferentes vivências no cotidiano dos moradores da cidade moderna, por isto é importante ressaltar a importância e os variados redimensionamentos que podemos dar ao estudo da modernidade urbana.

## 5 – Fontes

*A Batalha*, 1935.  
*A Gazeta do Sertão*, 1923.  
*O 15 de Novembro*, 1908.  
*O Campina Grande*, 1909.  
*O Momento*, 1950..  
*O Rebate*, 1932.  
*O Século*, 1928.  
*Voz da Borborema* 1937.

## 6 - Referências

ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade IN: *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. MONTENEGRO, Antonio Torres et al – Co-Edição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 405.

BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BERRAL, R.S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande, EDUFCEG, 2009.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFCEG, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os Alicerces de Campina Grande*. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006, 3ª Ed., p. 93.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: MENEZES, Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução: BOTTMANN, Denise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREHSE, Fraya. Da várzea ao colégio, e pela Paulicéia toda IN: *O tempo das Ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 93-152.

GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: AMOROSO, Maria Betânia, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978.

MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Treze Futebol Clube: 80 anos de história*. João Pessoa, União, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, 187 p.

MORAES, Antônio Pereira de. *Vi,ouvi e senti. Crônicas da vida campinense e outras narrativas- versinhos de ontem e de hoje*. Campina Grande, s. e., 1985.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p.164-165.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens* Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2006.

- PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956.
- RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979, p. 232-233.
- RIO, João do, *A alma encantadora das Ruas – Crônicas*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007
- ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? IN: *Cidade e história*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992.
- SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 á queda do Estado Novo – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília, Senado Federal, 1993.
- SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese. (Doutorado em História). Universidade estadual de Campinas, 2001.

Recebido 18/09/2015

Aceito 01/10/2015

## ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE URBANA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA GESTÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE-PB

**Maria de Fátima Martins<sup>1</sup>**  
**Gesinaldo Ataíde Cândido<sup>2</sup>**

### Resumo

O espaço urbano municipal e suas formas de uso, precisam de mecanismos de gestão públicos e privados adequados e que sejam contributivos para sua sustentabilidade. Diante da necessidade de construir espaços urbanos sustentáveis, a gestão deve utilizar mecanismos que permitam o monitoramento das ações e resultados das políticas públicas, visando a qualidade do desenvolvimento urbano e a promoção de cidades sustentáveis. Os índices de sustentabilidade constituem instrumentos que permitem essa avaliação e monitoramento da gestão pública, fornecendo suporte ao processo de desenvolvimento urbano. O objetivo do presente artigo consiste em propor um Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal para análise da gestão urbana de Campina Grande-PB, tomando como base o Plano Diretor do Município. Para composição e operacionalização do índice, foram utilizados os indicadores e parâmetros de Martins (2012). Nesse sentido, o índice permite monitorar os resultados da gestão urbana municipal, a partir das diretrizes definidas no planejamento municipal, ou seja, o Plano Diretor (Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006, conforme estabelece o Estatuto da Cidade) e gerar informações úteis para a elaboração de políticas públicas que contribuam para melhorar a sustentabilidade do Município. O modelo foi desenvolvido para o Município de Campina Grande, mas pode ser aplicada a outros municípios, a partir do ajuste dos indicadores, adequando-os para as peculiaridades locais. Os resultados evidenciam que a dimensão

melhor avaliada e com alta contribuição para a sustentabilidade é a urbanística, no sentido da cidade dispor de infraestrutura básica de funcionamento com sistemas de abastecimento de água, energia, coleta de resíduos, esgotamento sanitário, transporte público, espaços públicos com áreas de lazer, entre outros. Enquanto as dimensões socio-econômica, político-institucional, ambiental e espacial apresentam média contribuição para a sustentabilidade urbana, evidenciando a necessidade de fortalecer as atividades econômicas locais como forma de gerar renda à população, tendo a preocupação de preservar os espaços naturais, reduzir os impactos das atividades humanas, gerenciamento dos resíduos e os recursos, a partir de uma gestão democrática e participativa viabilizada pela estrutura institucional e política disponível no Município.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade Urbana. Indicadores. Políticas públicas. Plano Diretor.

### Abstract:

The municipal urban context and its forms of use, needs of public and private management mechanisms adequate and are contributing to its sustainability. Faced with the need to build sustainable urban areas, management must use mechanisms for monitoring the actions and outcomes of public policies, aiming at the quality of urban development and the promotion of sustainable cities. Sustainability indexes are instruments which enable the evaluation and monitoring of public management, providing support to the urban development process. The aim of this paper is to propose a Municipal Urban Sustainability Index for analysis of urban management of Campina Grande-PB, based on the Director of the City Plan. For composition and operation of the index, indicators and parameters were used Martins (2012). In this sense, the index allows you to monitor the results of the municipal urban management, based on the guidelines set out in municipal planning, namely the Master Plan (Complementary Law No. 003 of 09 October 2006, as established by the City

<sup>1</sup>Doutora em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFCG.

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFCG. E-mail: gacandido@uol.com.br

Statute) and generate useful information for the development of public policies that contribute to improve the sustainability of the municipality. The model was developed for the city of Campina Grande, but can be applied to other municipalities, from the set of indicators, adapting them to local peculiarities. The results show that the best evaluated scale and with high contribution to sustainability is urban, towards the city have basic infrastructure operating water supply systems, energy, waste collection, sanitation, public transport, public spaces with play areas, among others. While the socio-economic, political and institutional, environmental and spatial dimensions have average contribution to urban sustainability, highlighting the need to strengthen local economic activities as a way to generate income for the population, with a view to preserving natural areas, reduce impacts of human activities, management of waste and resources, from a democratic and participatory management made possible by the institutional structure and policy available in the city.

**Keywords:** Sustainable Urban. Indicators. Public policies. Director Plan.

## Introdução

A construção do espaço urbano e o surgimento das cidades representam significativo aumento nos impactos das ações dos homens sobre os recursos naturais, em virtude das alterações dos ambientes naturais para a construção de novos ambientes dotados de infraestrutura e serviços para atender às necessidades de uma população aglomerada em um determinado espaço geográfico, que necessita de um conjunto de recursos naturais para manter a cidade funcionando adequadamente.

Toda a complexidade dos problemas presentes no meio urbano e suas diversas formas de percepção tem exigido uma compreensão sistêmica que permita uma visão

integrada e interdependente, englobando os ambientes naturais e construído, em busca de soluções que viabilize o processo de desenvolvimento das cidades em bases sustentáveis. Sendo assim, o ambiente urbano pode ser compreendido a partir da definição de Rheingantz (1990), que concebe o ambiente urbano como uma organização social complexa regida pela incerteza e pela possibilidade, construído por um conjunto de relações que se estabelecem entre suas partes, e que não se restringem apenas às relações entre suas medidas e seus materiais, mas englobam também valores e significados que surgem em função daquelas estabelecidas no ambiente urbano com seu entorno e habitantes.

Nessa perspectiva, pode-se entender o contexto urbano como um sistema complexo formado por uma estrutura de redes de relacionamentos, cuja dinâmica ocorre através das interações mediadas por relações de interdependência, exigindo que o processo de desenvolvimento reconheça a diversidade dessa estrutura e os objetivos distintos que orientam os modos de vida, de produção e de consumo da sociedade, bem como leve em consideração as diversas leituras em relação às cidades e a seus processos de desenvolvimento.

De acordo com Ultramarini e Pereira (1999), a cidade pode ser compreendida como um ambiente construído sobre um suporte natural preexistente, progressivamente transformado segundo determinadas lógicas que apresentam uma

distribuição dinâmica de usos e funções. Nessa mesma linha de pensamento, Benévolo (2003) afirma que uma cidade forma um organismo artificial inserido no ambiente natural, ligada a este ambiente por uma relação delicada, tendo em vista que respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, mas, em outros, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos.

A partir desses processos de intervenção e transformações, fica evidente a necessidade de uma gestão urbana orientada por princípios sustentáveis que permitam o desenvolvimento do espaço urbano com qualidade. Nesse sentido, Romero *et. al* (2004) ressalta a necessidade de gerenciar esses espaços e os processos sociais que o produzem e o modificam, com especial atenção para a evolução das soluções urbanísticas e a operacionalização dos conceitos de sustentabilidade no mundo urbanizado.

É importante ressaltar que há um distanciamento entre o que se pretende através do planejamento e das políticas públicas; o que se realiza mediante as práticas e as ações; e o que se alcança através dos resultados atingidos ou melhorias, em função da ausência de monitoramento do processo de desenvolvimento, que impedem uma continuidade das políticas para gerar resultados satisfatórios e duradouros. Nesse sentido, "os indicadores de sustentabilidade são medidas fundamentais para evidenciar os resultados das ações e práticas das políticas implementadas, apontando

novos cursos de ação que ofereçam opções mais adequadas do ponto de vista da sustentabilidade" (MARTINS, 2014, p. 220).

Para operacionalização da sustentabilidade urbana, torna-se necessário a definição de indicadores e dimensões orientados por um conceito de sustentabilidade abrangente à problemática urbana e adequados aos propósitos da investigação, mediante a definição de critérios de análise que permitam o monitoramento dos processos de desenvolvimento (MARTINS, 2012). Os aspectos conceituais da sustentabilidade e a problemática urbana constitui o ponto de partida para a identificação e criação de indicadores de sustentabilidade urbana, uma vez que os mesmos devem refletir os problemas do contexto urbano e gerar informações sobre as condições de sustentabilidade do processo de desenvolvimento urbano.

Vale salientar que existem instrumentos legais que orientam a gestão pública urbana, dentre eles destaca-se o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) que regulamenta os Arts. 182<sup>3</sup> e 183<sup>4</sup> da Constituição Federal e estabelece as diretrizes gerais para a política urbana e dá outras providências. Um dos principais instrumentos da gestão urbana municipal é o Plano Diretor do Município, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2001).

No presente estudo, considera-se objeto de investigação o Município de Campina Grande-PB, cujo Plano Diretor foi instituído pela Lei nº. 3.236, de 08 de Janeiro de 1996. Atualmente, a política de gestão

urbana do Município é regida pela Lei Complementar nº. 003 de 09 de outubro de 2006 que promove a revisão do Plano Diretor, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Cidade.

Dada a importância da avaliação e monitoramento dos resultados das políticas públicas e da gestão urbana para a sustentabilidade da cidade, o objetivo do artigo é propor um Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal para análise da gestão urbana de Campina Grande-PB, tomando como base as diretrizes e objetivos do Plano Diretor do Município. Para a composição e operacionalização do índice, utilizou-se os indicadores e parâmetros de Martins (2012) que permitem avaliar a sustentabilidade urbana de Campina Grande, a partir de parâmetros sustentáveis mínimos e máximos que geram índices que variam de insustentáveis a sustentáveis, numa escala entre 0 e 1. Para atender os propósitos do presente estudo, os indicadores foram selecionados e enquadrados em dimensões, a partir dos conteúdos definidos no Plano Diretor 2006.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deve ser revisado a cada 10 anos. De tal modo, o Plano do Município de Campina Grande que é de 2006 deverá ser reajustado no ano de 2016. Assim sendo, a relevância do presente estudo reside em verificar os resultados alcançados em relação ao que foi planejado, a partir dos objetivos definidos no plano para a gestão pública urbana do Município. As informações geradas sobre a sustentabilidade urbana evidenciada

através dos índices permitem uma avaliação dos resultados positivos e negativos das ações implementadas, servindo como suporte para a reavaliação do Plano Diretor e orientação para redefinição nas políticas urbana para consolidar o desenvolvimento em bases sustentáveis.

O artigo encontra-se estruturado com essa parte introdutória, seguido das sessões que abordam a temática espaço urbano e as questões da sustentabilidade, bem como, aspectos da gestão urbana e o Plano Diretor do Município de Campina Grande; os aspectos metodológicos; a proposição do modelo e a análise da sustentabilidade de Campina Grande; e por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

## **A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### ***O Espaço Urbano: a cidade como espaço construído e suas transformações***

A compreensão do fenômeno urbano envolve percepções e interpretações, que, somadas a um conjunto de interesses distintos presentes no espaço urbano, geram toda a complexidade que envolve o contexto urbano e estabelece as bases para o processo de desenvolvimento das cidades. Com base nessas considerações, é possível definir o espaço urbano como um ecossistema urbano, o qual, conforme o pensamento de Canepa (2007), se refere a um sistema complexo formado por elementos e funções que estão estritamente relacionados, a partir da interdependência e da associação

entre o meio natural e o construído, mediante a presença da atividade humana na transformação do meio natural.

Pode-se pensar no espaço urbano como aquele que agrega diversos elementos e relações de interdependência consideradas num espaço temporal, cujas perspectivas e discussões que o envolvem passam a figurar de forma bem diversificada, estando atreladas aos aspectos históricos da constituição da cidade, do processo de desenvolvimento adotado, das características específicas do espaço urbano, sejam físicas, biológicas, naturais ou químicas, e das formas de gestão e atuação para atender de forma equilibrada à população crescente e suas formas de consumo. Nesse sentido, Jacobs (2011) destaca a necessidade da compreensão dos princípios que fundamentam o comportamento das cidades, cujo êxito está em retirar o proveito máximo de suas vantagens, aproveitando os pontos fortes potenciais, de modo a não atuar contrário a eles.

Com base numa visão que incorpora a cidade e suas relações sociais, ela pode ser definida como a projeção da sociedade no espaço, a partir de uma estrutura urbana compreendida como o resultado da interação entre a população, o ambiente, a tecnologia e a organização social, em cuja análise deve-se reportar a formalização dos processos observados (CASTELLS, 2000). Nesse sentido, a cidade pode ser descrita como um espaço onde se colhem os frutos das rápidas transformações que a sociedade passou nas últimas décadas, que,

devido a fenômenos como a exaustão da economia industrial, globalização, diversidade cultural, transformação da composição familiar e avanços tecnológicos, têm-se a emergência por novos modos de vida que gerem novas formas de aglomeração urbana.

Ao pensar as cidades em busca de uma conclusão, um dos principais aspectos é saber que tipo de problema as cidades representam, podendo ser: problemas de simplicidade elementar; problemas de complexidade desorganizada e problemas de complexidade organizada. Para cada tipo de problema urbano há uma forma de análise (JACOBS, 2011). Nesse sentido, a atual problemática urbana global envolve um complexo número de problemas urbanos, todos se apresentando numa relação de interdependência, tornando-se evidente que a reorganização do espaço urbano passa necessariamente pela ampla percepção desses problemas, através de mecanismos que permitam uma análise mais consistente, a partir da compreensão dos mesmos em um contexto sistêmico que permita visualizar as principais interdependências.

Fatores como a industrialização, a produção, a circulação e o consumo de mercadorias, bem como a concentração populacional nas cidades – que se intensificou nos dois últimos séculos – tanto promoveram a explosão urbana quanto introduziram paulatinamente a degradação dos ambientes urbanos. Esta realidade contemporânea passou a exigir principalmente do

Estado iniciativas que visem o ordenamento do desenvolvimento dos aglomerados humanos e à intervenção no equacionamento dos problemas urbanos (MENDONÇA, 2001). Assim, o planejamento urbano tem a função de ordenar e ajustar estruturalmente o espaço urbano para absorver todo o dinamismo gerado pelo crescimento e pela expansão a fim de reestabelecer as bases materiais, humanas e sociais e de tornar a cidade um espaço propulsor da qualidade vida. Para tanto, o planejamento urbano precisa ser entendido como uma medida para minimizar os danos causados por tal expansão realizada de forma desordenada, ou seja, através de uma perspectiva *ex post* do problema.

Dessa forma, é exigida cada vez mais a necessidade do planejamento desses espaços para atender ao propósito de ser um lugar para viver bem, pois, de acordo com Rogers (2008, p. 7), “[...] a capacidade das cidades está sendo solicitada até o limite, sua expansão se dá em tal índice que os padrões tradicionais de acomodação do crescimento urbano tornaram-se obsoletos”. Nesse sentido, qualquer intervenção na busca pela solução dos problemas das áreas urbanas exige a percepção do processo de construção da identidade desse espaço, a compreensão das características atuais e das dinâmicas do processo de desenvolvimento adotado, visando à elaboração e à implementação de um processo de planejamento urbano que inclua os diversos aspectos relacionados à natureza da cidade em seus diversos

elementos, tornando-se relevante entender seus processos de crescimento e transformações para atender aos princípios do desenvolvimento sustentável.

## **As cidades e as questões da sustentabilidade urbana**

A cidade, sendo uma matriz complexa e mutável de atividades humanas e efeitos ambientais (ROGERS, 2008), pode ser entendida como um organismo que absorve os recursos e emite resíduos. Sendo assim, quanto maiores e mais complexas as cidades, maior será sua interdependência das áreas circundantes, e maior também a vulnerabilidade em relação às mudanças em seu entorno (TICKELL, 2008).

Considerando as diversidades, contradições e controvérsias nos conceitos de desenvolvimento sustentável, que apresentam semelhanças com os conceitos de desenvolvimento sustentável urbano, Costa (1999) defende que a noção de desenvolvimento urbano sustentável apresenta alguns conflitos teóricos, quais sejam: o conflito entre a trajetória da análise ambiental e a da análise urbana que, mesmo com origem em áreas diferentes, convergiram recentemente para a proposta de desenvolvimento sustentável; e o conflito entre formulações teóricas e propostas de intervenção, o que se tem traduzido no distanciamento entre análise social/urbana crítica e planejamento urbano. Com isso, é de grande importância considerar que a maioria das discussões teóricas acerca do desenvolvimento sustentável se refere ao desenvolvimento da

sociedade e não especificamente ao desenvolvimento urbano. Ademais, a adoção do conceito de desenvolvimento urbano sustentável faz-se muitas vezes com base nas práticas do planejamento urbano, sem questionar as formulações teóricas que lhe servem de suporte.

Considerando o atual cenário de profundas mudanças estruturais, as incertezas quanto ao futuro tem ocasionado a proliferação de modelos de gestão urbana e estratégias de desenvolvimento local como alternativas viáveis para o equacionamento dos problemas urbanos, fazendo surgir o conceito de "cidades sustentáveis" (COMPANS, 2009). Assim sendo, abrem-se novas perspectivas para a realidade das cidades, nas quais as mesmas devem ser pensadas como espaços de oportunidades tanto para as gerações atuais como para as futuras, possibilitando compreendê-las a partir do termo "cidades sustentável".

É relevante refletir que essa noção de cidades sustentáveis surgiu em função da conjugação da questão econômica, social, política e ambiental, em que o ambiente construído, definido pelos espaços edificados e livres, oferece diferentes possibilidades de desenvolvimento urbano (CANEPA, 2007), podendo ser visto como espaços onde é possível pensar num desenvolvimento em bases duráveis.

Para o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – UN-HABITAT, uma cidade é sustentável quando suas realizações e avanços em desenvolvimento social, econômico e físico são feitos para ser duráveis. Assim, uma

Cidade Sustentável possui uma reserva durável de recursos naturais dos quais depende o desenvolvimento, mantendo uma segurança durável diante de desastres naturais que possam ameaçar o desenvolvimento (UN-HABITAT, 2007), o que torna evidente a visão de sustentabilidade da cidade a partir da perspectiva da duração de seus recursos naturais e de suas produções.

Diante do exposto, uma cidade sustentável pode ser aquela que fornece um ambiente saudável, democrático e com possibilidades de trabalho para sua população, mediante um adequado gerenciamento de insumos bióticos, abióticos e antrópicos. Entretanto, para que seja considerada sustentável, a cidade deve seguir uma trajetória de desenvolvimento em que seu progresso no presente não ocorra às custas dos recursos das gerações futuras (BREMER, 2004).

Rogers (2008) destaca que, em nenhum espaço, a implementação da sustentabilidade pode ser mais poderosa e benéfica do que na cidade, devendo-se, pois, transformar no princípio orientador do moderno desenho urbano. Assim, para planejar uma cidade autosustentável é exigida uma ampla compreensão das relações entre diversos aspectos, quais sejam: os cidadãos, os serviços, as políticas de transporte e geração de energia, bem como todo seu impacto no meio ambiente local e na esfera geográfica mais ampla. Assim sendo, a cidade tanto pode se manifestar através de gestos planejados e de grande escala, como também através de

gestos espontâneos e em pequena escala, criando uma rica diversidade de vida urbana.

É evidente a relevância das cidades como espaço para a construção de suas próprias práticas sustentáveis, a partir da participação da população nesse processo, conforme coloca Magalhães (2006), ao afirmar que a noção de sustentabilidade vem sendo introduzida nos objetivos das cidades que se pretendem modelares e nos discursos dos agentes definidores da agenda dominante. Ademais, esta noção de sustentabilidade também pode estar contribuindo para os interesses de maior protagonismo por parte das cidades, como forma de responder às inquietações da população local em relação aos problemas ambientais, passando a buscar uma posição ativa em políticas tradicionais dos governos centrais.

A cidade sustentável procura promover um desenvolvimento sustentável que seja compartilhado, que beneficia os membros da sociedade e que autoriza o desenvolvimento natural dos ecossistemas, a fim de não comprometer as condições de vida das gerações futuras. Assim, o futuro das cidades dependerá em grande parte dos conceitos constituintes dos agentes relevantes na produção do espaço urbano (ACSELRAD, 2009). Complementando essa ideia, Canepa (2007, p. 73) destaca que "seria necessário que o governo rompesse com a tradição de fazer políticas públicas olhando apenas para si próprio, e decidisse perguntar à sociedade o que ela quer", mediante um processo participativo, de

corresponsabilidade, é que o governo poderá definir as demandas e ações para o desenvolvimento sustentável no âmbito local.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a busca pela sustentabilidade urbana passa pela necessidade de reestruturação da gestão urbana. De acordo com Bezerra e Fernandes (2000), essa reorganização deve ocorrer através da reestruturação do sistema e das formas organizacionais da gestão. Assim, para a transformação das cidades brasileiras em cidades sustentáveis faz-se necessário uma reformulação no desenho das políticas públicas de intervenção no território e nas áreas urbanas, com importância estratégica ao planejamento do desenvolvimento regional, fazendo com que essas cidades sejam parte integrante, dado os condicionantes regionais para a sustentabilidade.

Convém salientar neste ponto que, ao mesmo tempo em que aumenta a legitimidade do paradigma da sustentabilidade e sua pertinência para lidar com a especificidade do urbano, cresce a necessidade de selecionar indicadores e critérios para dar suporte à formulação, implementação e monitoramento dos resultados das políticas urbanas em bases sustentáveis (BEZERRA e FERNANDES, 2000). Assim, ao elaborar uma política urbana, é necessário a implementação de um sistema de informação orientado para a mensuração do desenvolvimento urbano (CASTRO BONAÑO, 2004), de modo que as informações geradas reflitam a realidade local para servir de apoio à

gestão, de tal forma a contribuir com o desenvolvimento das cidades de forma sustentável.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a promoção de cidades sustentáveis passa pela necessidade de se construir sistemas com informações que permitam monitoramento das ações locais, visando à avaliação do desenvolvimento das cidades para construir as bases sustentáveis que permitam dar apoio à gestão local. Sendo assim, os sistemas de sustentabilidade urbana constituem ferramentas imprescindíveis para subsidiar tais localidades na construção de uma proposta de desenvolvimento que tenha como base a sustentabilidade do espaço urbano.

Assim, diversos sistemas de sustentabilidade urbana já foram construídos como forma de mensurar e avaliar a sustentabilidade do espaço urbano, e, conforme se renovam ou aumenta a dimensão dos problemas urbanos, novos sistemas e indicadores passam a ser construídos e utilizados, tanto em nível global como específicos para a realidade de cada nação ou espaços urbanos. Martins e Cândido (2015b) elenca alguns sistemas de sustentabilidade urbana, tais como: Programa de Indicadores Urbanos do Habitat, Programa de Indicadores Urbanos Globais, Indicadores de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Sistema Nacional de Indicadores das Cidades (SNIC), Índice de Sustentabilidade Urbana, Sistema de Índices de Sustentabilidade Urbana (SISU), Índice de Qualidade de Vida Urbana dos Municípios Brasileiros (IQVU-BR),

Sistema Integrado de Gestão do Ambiente Urbano (SIGAU), Modelo de monitoramento do nível de sustentabilidade urbana (MARTINS, 2012), entre outros.

Como se pode observar, diversos sistemas de indicadores já foram construídos para mensuração e análise da sustentabilidade urbana, cada qual com seus objetivos específicos e para espaços geográficos distintos. Cada espaço urbano apresenta peculiaridades e problemas urbanos que refletem nos níveis de sustentabilidade. Nesse contexto, a gestão pública urbana é estruturada para atender a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, no que se refere a política urbana, através da Elaboração do Plano Diretor com a participação democrática, aspecto este que permite a incorporação dos problemas urbanos no processo de planejamento da Cidade de Campina Grande.

## **Gestão urbana do Município de Campina Grande: Plano Diretor**

O Município de Campina Grande, situado na Serra da Borborema, ocupa uma área territorial de 594,179 Km<sup>2</sup> (1,05% do Estado da Paraíba), sendo o 19º maior em termos de área territorial no Estado da Paraíba. O município situa-se no Agreste paraibano entre o litoral e o sertão, estando a 112,973 km de distância de João Pessoa, a Capital do Estado, que apresenta uma altitude de aproximadamente 551 metros.

O Município de Campina Grande tem uma população de 385.213 pessoas, representando 10,23% da população total do Estado

da Paraíba. A distribuição dessa população é de 367.209 residentes na área urbana, e 18.004, no meio rural, resultando num grau de urbanização equivalente a 95,3% da população em relação ao total, o que significa uma alta concentração da população nas áreas urbanas, evidenciando um desequilíbrio na distribuição da população no espaço territorial do município. O município apresenta uma densidade demográfica de 648,31 pessoas por km<sup>2</sup>, sendo o 4º mais populoso do Estado (IBGE, 2010).

De acordo com o Estatuto da Cidade, as cidades com uma população acima de 20.000 habitantes tem a obrigatoriedade de elaborar um Plano Diretor que oriente a política urbana, devendo ser revisado a cada 10 anos. Campina Grande enquadra-se nessa obrigatoriedade e instituiu seu Plano Diretor em 1996 pela Lei nº. 3.236, de 08 de Janeiro de 1996, tendo sido revisado para atender o Estatuto da Cidade pelo Lei Complementar nº. 003 de 09 de outubro de 2006.

O Plano Diretor é conceituado como "um conjunto de normas e diretrizes técnicas, reunidas para o desenvolvimento global do Município, conforme almejado pela comunidade local, sob os aspectos físico, social, econômico, ambiental, cultural e administrativo". Assim sendo, é o instrumento básico que orienta a atuação da administração pública e da iniciativa privada, visando assegurar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população, a partir dos princípios da democracia participativa e da justiça social. Além

disso, estabelece ações para a estruturação do espaço urbano, sendo fundamental para a implementação da política de desenvolvimento urbano municipal (CAMPINA GRANDE, 2006). Nesse sentido, o plano foi elaborado com a participação democrática e estabelece a política de gestão urbana do Município de Campina Grande, enfatizando a cidade em sua função social, os aspectos da sustentabilidade e a necessidade de estabelecer uma gestão democrática.

Com base nessas considerações, ressalta-se que a gestão urbana está orientada pelos seguintes objetivos, definidos em função dos problemas do Município: ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável; reconhecer a diversidade espacial; ampliar os espaços públicos; manter e ampliar os programas de preservação do patrimônio natural e construído; promover e garantir o direito à moradia digna; promover o acesso às políticas públicas e aos equipamentos e serviços públicos; definir intervenções urbanísticas; recuperar para a coletividade a valorização imobiliária; assegurar ampla mobilidade (CAMPINA GRANDE, 2006).

A partir desses objetivos, a gestão urbana está pautado em diretrizes, conforme estabelecido na Lei Complementar nº. 003 de 09 de outubro de 2006 (CAMPINA GRANDE, 2006): promoção de condições de habitabilidade; implementação de estratégias de ordenamento da estrutura espacial do Município; melhoria da qualidade do ambiente

urbano; ordenação e controle do uso e ocupação do solo; a proibição da utilização inadequada e da retenção especulativa de imóveis urbanos; garantia da efetiva participação da sociedade civil no processo de formulação, implementação, controle e revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande; promoção e fortalecimento da dinâmica econômica de forma compatível como padrão de sustentabilidade ambiental; promoção e fortalecimento da dinâmica econômica de forma compatível com padrão de sustentabilidade ambiental; a implementação da legislação para os

usos incompatíveis e inconvenientes, tais como os que afetam as condições de moradia, repouso, trabalho, segurança e circulação; promoção da mobilidade no Município, melhorando as condições de acesso a todas as regiões; e aplicação dos instrumentos urbanísticos e tributários para fomentar o pleno desenvolvimento do Município e para que a cidade e a propriedade cumpram as suas funções sociais.

Seguindo as orientações das diretrizes, o plano define os conteúdos da gestão urbana, conforme Quadro 1:

<b>Uso do solo</b>	
Macrozoneamento urbano e rural	Zona de Qualificação Urbana, Zona de Ocupação Dirigida, Zona de Recuperação Urbana, Zona de Expansão Urbana, Ocupação Rural.
Zonas especiais	Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, Zonas Especiais de Preservação – ZEP, Zonas Especiais de Interesse Urbanístico – ZEIU, Zonas Especiais de Desenvolvimento Industrial – ZEDI, Zonas Especiais de Desenvolvimento Agropecuário – ZEDA, Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – ZEDCT.
<b>Instrumentos de gestão do desenvolvimento urbano</b>	
Instrumentos de planejamento	Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei de orçamento anual, lei de uso e ocupação do solo da Macrozona Urbana, lei de parcelamento do solo da Macrozona Urbana, planos de desenvolvimento econômico e social, planos, programas e projetos setoriais, programas e projetos especiais de urbanização, instituição de unidades de conservação, zoneamento ambiental, plano de regularização das zonas especiais de interesse social.
Instrumentos jurídicos urbanísticos	parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, zonas especiais de interesse social, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir, operações urbanas consorciadas, consórcio imobiliário, direito de preempção, direito de superfície, estudo de impacto de vizinhança, licenciamento ambiental, tombamento, desapropriação, compensação ambiental.
Instrumentos de regularização fundiária	Concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos.
Instrumentos tributários financeiros	Tributos municipais diversos, taxas e tarifas públicas específicas, contribuição de melhoria, incentivos e benefícios fiscais.
Instrumentos jurídico-administrativos	Servidão administrativa e limitações administrativas, concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais, contratos de concessão dos serviços públicos urbanos, contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos, convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional, termo administrativo de ajustamento de conduta, <u>dação de imóveis em pagamento da dívida.</u>
Instrumentos de democratização da gestão urbana	Conselhos municipais, fundos municipais, gestão orçamentária participativa, audiências e consultas públicas, conferências municipais, iniciativa popular de projetos de lei, referendo popular e plebiscito.
<b>Objetivos e das diretrizes setoriais da gestão urbana</b>	
Mobilidade urbana	Definição dos objetivos, diretrizes e sistema de mobilidade urbana e constituição do Sistema Viário.

Habitação	Diretrizes da Política e programas Municipal de Habitação.
Meio ambiente	Definição dos objetivos e diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente, Avaliação do Impacto Ambiental.
Saneamento ambiental integrado	Definição dos objetivos e diretrizes da Política Municipal de Saneamento Ambiental Integrado, do Abastecimento de Água para assegurar a todo munícipe a oferta domiciliar, do Esgotamento Sanitário para assegurar à população o acesso a um sistema de coleta e tratamento adequado dos esgotos, do Manejo das Águas Pluviais e Drenagem Urbana, dos Resíduos Sólidos referente aos objetivos e ações do serviço público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e rurais.
Patrimônio cultural	Definição dos objetivos e diretrizes do Patrimônio Cultural.
Desenvolvimento econômico, científico e tecnológico	Definição dos objetivos e diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, definição dos objetivos e diretrizes da Política Municipal de Turismo.
<b>Gestão da política urbana</b>	
Sistema municipal de planejamento e gestão (SMPG)	Composição, objetivos e atuação do SMPG, Secretaria de Planejamento – SEPLAN como órgão central do sistema com suas atribuições e responsabilidades, e agentes setoriais de planejamento da administração direta e indireta e estruturas e processos democráticos e participativos.
Gestão democrática da cidade	Conferência Municipal da Cidade; Assembleias e fóruns do Orçamento Participativo; audiências públicas, debates e consultas públicas; iniciativa popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; Conselho Municipal da Cidade; Sistema Municipal de Informações em Planejamento Urbano.

Quadro 1: Principais conteúdo do plano diretor do município de Campina Grande

**Fonte:** Elaboração Própria com base no Plano Diretor de Campina Grande (CAMPINA GRANDE, 2006).

A partir do Plano Diretor do Município de Campina Grande, como instrumento obrigatório que orienta a administração pública, é possível estabelecer uma gestão urbana que assegure o desenvolvimento da cidade, em suas funções sociais, bem como da melhoria da qualidade de vida da população, orientados pelos princípios da democracia e justiça social, como forma de garantir os direitos de forma equitativa à sociedade. Sendo assim, é um instrumento essencial para o planejamento e sustentabilidade das cidades.

Quanto aos aspectos da sustentabilidade, o Plano Diretor de Campina Grande a define como “o desenvolvimento local equilibrado, nas dimensões social, econômica e ambiental, embasado nos valores culturais e no fortalecimento político-institucional, orientado para a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e

futuras” (CAMPINA GRANDE, 2006), a partir dos seguintes aspectos:

1. Promoção da cidadania, da justiça social e da inclusão social;
2. Valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;
3. Ampliação das oportunidades através do trabalho, da educação e da cultura;
4. Melhoria da qualidade de vida e na promoção da saúde pública e do saneamento ambiental;
5. Recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural e construído, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;
6. Potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes;

7. Participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social;
8. Ampliação e manutenção da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos;
9. Incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas geradoras de emprego, garantia do trabalho e renda.

Verifica-se que os conteúdos (Quadro 1) e os aspectos da sustentabilidade definidos do Plano diretor do Município estão alinhados com as estratégias prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras no documento que deu subsídio a elaboração da Agenda 21 brasileira (BEZERRA E FERNANDES, 2000), quais sejam: aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e o ordenamento do território; promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade; promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, a partir de tecnologias urbanas sustentáveis; e desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais, visando a sustentabilidade urbana.

Desse modo, tomando como base o Plano Diretor vigente, com foco para os aspectos da sustentabilidade urbana previsto nesse instrumento obrigatório de planejamento da gestão urbana (Lei Complementar nº. 003 de 09 de outubro de 2006), se propõe o Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal, a partir da definição das

dimensões, indicadores e critérios para análise da sustentabilidade de Campina Grande-PB, conforme procedimentos metodológicos definidos na sequência.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para atender ao objetivo proposto, foi realizada através de pesquisa bibliográfica uma revisão da literatura pertinente à temática: Sustentabilidade urbana, indicadores urbanos, cidades sustentáveis, bem como, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor do Município de Campina Grande. O estudo é classificado como pesquisa descritiva, devido a necessidade de descrever aspectos da problemática urbana do Município; e exploratória, em função do caráter pouco explorado da relação entre índices de sustentabilidade urbana e o instrumento de gestão urbana-Plano Diretor. A pesquisa é qualitativa, pois quanto a natureza dos dados e a forma de operacionalização dos índices é quantitativa e quanto a análise da sustentabilidade é qualitativa.

A pesquisa teve como objeto de investigação o Município de Campina Grande-PB. Assim, o Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal proposto tomou como base as diretrizes e os objetivos do Plano Diretor do Município. Para a composição do índice, utilizou-se os indicadores e parâmetros de Martins (2012), selecionados para atender os conteúdos do Plano Diretor 2006, sendo organizados a partir das dimensões: Urbanística, Espacial, Ambiental, Socio-econômica, Cultural e Político-institucional, no intuito de retratar a realidade e a problemática

urbana local. A partir das dimensões e seus respectivos indicadores, foram definidos os critérios de análise que orientaram a análise da (in)sustentabilidade urbana do município.

Para operacionalização do índice, também utilizou-se a metodologia de Martins (2012, p. 74), cujos índices foram padronizados e passam a assumir "valores no intervalo (0,1): quando está mais próximo de 0 (zero), indica que o índice está distante dos objetivos do desenvolvimento sustentável, e, quanto mais próximo de 1 (um), significa que atende ao objetivo para alcançar o desenvolvimento sustentável". Para calcular os índices para cada dimensão, utilizou-se a média aritmética.

Os critérios de valoração e análise dos índices seguiu os seguintes parâmetros: 0,00 – 0,29 baixa contribuição para a sustentabilidade urbana; 0,30 – 0,69 representado média contribuição; 0,70 – 1,00 alta contribuição para sustentabilidade. Assim, os índices acima de 0,70 representa a situação almejada para a sustentabilidade da cidade, aqui denominado marco para a sustentabilidade - limite aceitável. Como forma de facilitar o entendimento e interpretação dos resultados, os índices foram representados através de biogramas ou gráficos de radar,

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal: proposição do modelo de análise**

De acordo com o Plano Diretor de Campina Grande, a

sustentabilidade é um dos princípios fundamentais da gestão urbana do Município. Tendo os indicadores e os índices a função de realizar uma leitura da realidade, os mesmos fornecem informações que permitem o monitoramento dos resultados alcançados com a implementação de políticas públicas. Dessa forma, torna-se oportuno aqui definir um conjunto de dimensões e indicadores orientados pelo conteúdo do Plano Diretor do Município, tendo como suporte à análise, um conjunto de critérios definidos com base nos conceitos da sustentabilidade urbana, no intuito de verificar o nível de sustentabilidade da cidade, a partir das diretrizes e objetivos da gestão urbana do Município de Campina Grande. As informações servirão de subsídio para a avaliação e redefinição das políticas implementadas, bem como, novos conteúdos e prioridades a serem incorporadas.

Nesse sentido, é fundamental unificar as interpretações sobre a sustentabilidade através de um entendimento comum pelos diversos públicos envolvidos. Ao mesmo tempo, é necessário definir indicadores adequados, de modo que os mesmos permitam descrever as peculiaridades, características marcantes, identidade, potencialidades e fragilidades do contexto investigado (MARTINS, 2014).

O Quadro 2 apresenta o modelo conceitual com definição, descrição, critérios para as dimensões e orientação para a escolha dos indicadores.

<b>SUSTENTABILIDADE URBANA DE CAMPINA GRANDE</b>	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	A sustentabilidade da Cidade está relacionada aos aspectos demográfica espacial, socio-econômicos, ambientais, político-institucionais, culturais e urbanísticos, capazes de promover o desenvolvimento urbano equilibrado, visando a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.
<b>CRITÉRIO:</b>	A cidade será mais sustentável quanto melhores avaliados os aspectos demográficos e espaciais, socio-econômicos, ambientais, político-institucionais, culturais e urbanísticos parapromover o desenvolvimento urbano equilibrado.
<b>DIMENSÕES:</b>	demográfica espacial, socio-econômica, ambiental, político-institucional e urbanística.
<b>DIMENSÃO 1: ESPACIAL</b>	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Esta dimensão está relacionada ao distribuição do espaço e ordenamento do território urbano.
<b>CRITÉRIO:</b>	A Cidade terá melhor distribuição e ocupação do espaço urbano quanto melhor for a distribuição da população e atividades, bem como, as zonas especiais em seu espaço territorial.
<b>DIMENSÃO 2: SOCIO-ECONÔMICA</b>	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Esta dimensão está relacionada ao desenvolvimento econômico e social da cidade.
<b>CRITÉRIO:</b>	A Cidade terá melhor desenvolvimento econômico e social quanto melhor e mais equitativa for a distribuição das riquezas geradas no município, bem como, o acesso aos serviços à população para reduzir as desigualdades e a exclusão social.
<b>DIMENSÃO 3: AMBIENTAL</b>	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Esta dimensão refere-se a qualidade e equilíbrio do sistema ambiental no espaço urbano.
<b>CRITÉRIO:</b>	A Cidade terá melhor qualidade e equilíbrio ambiental quanto mais adequadas forem sua infra-estrutura urbana e suas práticas em busca do uso eficiente dos recursos naturais, geração de resíduos e efluentes.
<b>DIMENSÃO 4: POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b>	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Esta dimensão trata da existência de um suporte institucional que favoreça o desenvolvimento urbano e promova a gestão democrática, a cidadania e a justiça social.
<b>CRITÉRIO:</b>	A Cidade terá maior apoio institucional que promova o desenvolvimento urbano quanto mais existirem instituições atuantes no Município.
<b>DIMENSÃO 5: URBANÍSTICA</b>	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Esta dimensão refere-se aodesenvolvimento urbanístico, incluindo as preocupações com o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, no intuito de manter o equilíbrio entre os ambientes natural e construído.
<b>CRITÉRIO:</b>	A Cidade terá um desenvolvimento urbanístico adequado quanto mais eficiente for a legislação, as práticas, os investimentos voltadas para a expansão do espaço urbano e preservação dos ambientes natural e construído.

Quadro 2: Modelo de análise da sustentabilidade de Campina Grande

Fonte: Elaboração Própria (2015).

A partir dessas dimensões com suas descrições e critérios de análises, foram definidos os indicadores urbanos para a análise da sustentabilidade de Campina grande, conforme descritos no Quadro 3.

<b>LISTA DE INDICADORES URBANOS – CAMPINA GRANDE</b>	
<b>Dimensão</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Espacial</b>	Pressão demográfica - crescimento populacional, Razão entre população urbana e rural, Densidade demográfica, Déficit habitacional, Domicílios não ocupados no município, Pressão industrial, Pressão automotiva, Média de moradores em domicílios particulares ocupados, Extensão da rede de abastecimento de água(km), Abrangência do sistema de transporte coletivo(%), Percentual de domicílios no município com densidade adequada, Média de moradores em domicílios particulares ocupados, Extensão das unidades de conservação, Demarcação de Zonas especiais de interesse social.

<b>Socio-econômica</b>	Produto Interno Bruto per capita, Pessoal ocupado por domicílio, Proporção de pessoas (urbana) com rendimento mensal domiciliar per capita nominal de até 1/4 salário mínimo(=127,50) (R\$), Rendimento mensal domiciliar per capita urbano, População com auxílio do governo federal, Razão entre a população considerada inativa e a população potencialmente ativa, População em extrema pobreza, Proporção de pessoas consideradas potencialmente ativa(15-59 anos) que não sabem ler e escrever, População urbana alfabetizada (idade acima de 6 anos), Índice de segurança pública (efetivo da PM, PC, Bombeiros), Índice de Criminalidade (taxa de vítimas de acidentes de trânsito, de homicídios e de suicídios), Acesso a serviço de saúde, Domicílios com abastecimento de água - Rede geral, Domicílios com esgotamento sanitário - rede geral, Domicílios com destino do lixo - coletado, Domicílios com acesso a rede elétrica, Ônibus para cada 1.000 habitantes.
<b>Ambiental</b>	Consumo médio de energia elétrica urbana(kWh/cons), Consumo per capita de água(m3/hab), Perdas na distribuição de água(percentual), Índice de qualidade das águas (turbidez, cloro residual e coliformes fecais), Óbitos por implicações sanitárias (óbito por doenças infecciosas, parasitárias, endócrinas, nutricionais, circulatória, respiratória, digestiva, da pele e malformação), Quantidade per capita de resíduos sólidos domiciliar(hab/ano), População atendida com frequência de 2 ou 3 vezes por semana pelo serviço de coleta de RDO, Serviço público de coleta diferenciada de pneus velhos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de eletrônicos, pilhas e baterias, Déficit ecológico, Pegada ecológica do município, Monitoramento da qualidade do ar, Infrações ambientais com multas, Qualidade da frota de ônibus (limites de emissão de fumaça ).
<b>Político-institucional</b>	Despesas municipais (planejamento e orçamento, segurança pública, urbanismo, infra-estrutura urbana, habitação urbana, saneamento básico urbano, patrimônio cultural, cidadania), Receitas municipais (Razão entre receitas próprias e por transferências, Receitas municipais per capita ao ano), Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal(IFDM), Conselhos Municipais (transporte, Política urbana e Desenvolvimento Urbano, habitação, meio ambiente, segurança pública, patrimônio cultural), Participação Eleitoral, Gestão democrática (Plano diretor, orçamento participativo, fóruns de discussão, projetos na comunidade), Comissão de urbanização e legalização, Órgão ambiental (coordenação, fiscalização e controle), Órgãos de fiscalização do patrimônio, Secretaria municipal de planejamento urbano, Órgão que gerencia o sistema viário e transporte coletivo, ONG's, Legislação Existente (código ambiental, urbanística e ambiental, parcelamento do solo, zoneamento, preservação do patrimônio histórico e cultural, institui o programa de EA nas escolas), Normas (Código de Postura do Município, Normas para construção e edificações, normas para urbanização e regulamentação fundiária).
<b>Urbanística</b>	Sistema de abastecimento de água, Sistema de esgotamento sanitário, Sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos, Serviços de limpeza urbana, Unidades de processamento dos resíduos sólidos, tipo aterro sanitário, Projetos urbanos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Sistema Integrado de Transporte Coletivo, Média de ônibus por linhas, Edificações em andamento, Tombamento do Patrimônio histórico arquitetônico do município, Museu histórico e cultural, Integridade do patrimônio histórico e cultural, Reservas naturais preservadas e demais áreas, Plano de mobilidade urbana, Existência de áreas de públicas de lazer e esportes, Condomínios habitacionais para públicos especiais e de baixa renda, Percentual de domicílios ocupados nos aglomerados subnormais, Percentual de domicílios urbano adequado, considerando o tipo de saneamento, Proporção de crianças(0 a 5anos) residentes em domicílios com saneamento inadequado.

Quadro 3: indicadores urbanos para análise da sustentabilidade de Campina Grande

**Fonte:** Elaboração Própria (2015).

A lista de indicadores apresentada foram selecionados para a realidade de Campina Grande, como forma de analisar os resultados do planejamento da gestão urbana através do índice de sustentabilidade urbana da cidade. Como o Plano Diretor foi elaborado a partir da gestão participativa no intuito de contemplar a problemática do

Município, entende-se que a escolha dos indicadores orientados pelos conteúdos e apontamentos do plano refletem a realidade do município, ao mesmo tempo que permite avaliar os resultados obtidos com a implementação das ações previstas no plano e gerar informações sobre novas demandas e prioridades a

serem incorporadas na revisão, que deverá ocorrer no ano de 2016.

## Análise da sustentabilidade de Campina Grande

Foram analisadas as dimensões espaciais, socio-econômica, ambiental, política-

institucional e urbanística da sustentabilidade urbana, a partir de um conjunto de indicadores urbanos, verificando a contribuição que cada um apresenta para a sustentabilidade de Campina Grande, conforme mostrado na Tabela 1.

DIMENSÕES	INDICADORES	ÍNDICE	CONTRIBUIÇÃO
Urbanística	Sistema de abastecimento de água	1,00	Alta
	Sistema de esgotamento sanitário	1,00	Alta
	Serviços de limpeza urbana	1,00	Alta
	Unidades de processamento dos RS(aterro sanitário)	1,00	Alta
	Projetos urbanos do PAC	1,00	Alta
	Sistema Integrado de Transporte Coletivo	1,00	Alta
	Tombamento do Patrimônio histórico arquitetônico	1,00	Alta
	Museu histórico e cultural	1,00	Alta
	Plano de mobilidade urbana	1,00	Alta
	Áreas de públicas de lazer e esportes	1,00	Alta
	Condomínios habitacionais para públicos especiais e de baixa renda	1,00	Alta
	Crianças(0 a 5 anos) residentes em domicílios com saneamento inadequado	0,98	Alta
	Percentual de domicílios ocupados nos aglomerados subnormais	0,93	Alta
	Percentual de domicílios urbano adequado (saneamento)	0,87	Alta
	Média de ônibus por linhas	0,47	Média
	Edificações em andamento	0,32	Média
	Reservas naturais preservadas	0,00	Baixa
	Sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos	0,00	Baixa
Integridade do patrimônio histórico e cultural	0,00	Baixa	
Socio-econômica	Domicílios com acesso a rede elétrica	1,00	Alta
	Domicílios com abastecimento de água	0,98	Alta
	Rendimento mensal domiciliar per capita urb	0,97	Alta
	Domicílios com destino do lixo	0,95	Alta
	Razão entre a população inativa e a potencialmente ativa	0,94	Alta
	Proporção de pessoas potencialmente ativa(15-59 anos) que não sabem ler/escrever	0,91	Alta
	População urb alfabetizada (acima de 6 anos)	0,90	Alta
	Proporção de pessoas (urbana) com rend mensal domiciliar per capita de até 1/4 sm	0,83	Alta
	Domicílios com esgotamento sanitário	0,78	Alta
	População com auxílio do governo federal	0,70	Alta
	População em extrema pobreza	0,63	Média
	Ônibus para cada 1.000 hab	0,47	Média
	Acesso a serviço de saúde	0,39	Média
	Índice de segurança pública (efetivo da PM, PC, Bombeiros)	0,34	Média
	Pessoal ocupado por domicilio	0,24	Baixa
	Produto Interno Bruto per capita	0,23	Baixa
	Índice de Criminalidade	0,00	Baixa
Político-institucional	Gestão democrática	1,00	Alta
	Comissão de urbanização e legalização	1,00	Alta
	Órgão ambiental	1,00	Alta
	Normas ( Postura do Município, Normas construção e edificações, normas urbanização)	1,00	Alta
	Órgão que gerencia o sistema viário	1,00	Alta
	Legislação (código ambiental, urbanística e ambiental, parcelamento do solo, zoneamento, preservação do patrimônio histórico e cultural, institui o programa de EA nas escolas)	1,00	Alta

	ONG's	1,00	Alta
	Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal(IFDM)	0,74	Alta
	Participação Eleitoral	0,55	Média
	Conselhos Municipais	0,33	Média
	Receitas municipais	0,24	Baixa
	Despesas municipais	0,20	Baixa
	Órgãos de fiscalização do patrimônio	0,00	Baixa
	Secretaria municipal de planejamento urbano	0,00	Baixa
Ambiental	Óbitos por implicações sanitárias	1,00	Alta
	Pop atendida 2 ou 3 vezes por sem. serviço de coleta	1,00	Alta
	Índice de qualidade das águas (turbidez, cloro residual e coliformes)	0,98	Alta
	Qualidade da frota de ônibus (limites de emissão de fumaça )	0,95	Alta
	Infrações ambientais com multas	0,92	Alta
	Consumo médio de energia elétrica urbana(kWh/cons)	0,73	Alta
	Quantidade per capita de resíduos sólidos domiciliar(hab/ano)	0,09	Baixa
	Deficit ecológico	0,00	Baixa
	Consumo per capita de água(m3/hab)	0,00	Baixa
	Perdas na distribuição de água(percentual)	0,00	Baixa
	Serviço público de coleta diferenciada	0,00	Baixa
	Pegada ecológica do município	0,00	Baixa
	Monitoramento da qualidade do ar	0,00	Baixa
Espacial	Demarcação de Zonas especiais de interesse social	1,00	Alta
	Abrangência do sistema de transporte coletivo(%)	0,95	Alta
	Extensão da rede de abastecimento de água(km)	0,94	Alta
	Densidade demográfica	0,81	Alta
	Pressão industrial	0,69	Média
	Pressão demográfica - crescimento populacional	0,68	Média
	Domicílios não ocupados no município	0,46	Média
	Percentual de domicílios no município com densidade adequada	0,31	Média
	Pressão automotiva	0,20	Baixa
	Razão entre população urbana e rural	0,05	Baixa
	Extensão das unidades de conservação	0,00	Baixa
	Déficit habitacional	0,00	Baixa
	Média de moradores em domicílios particulares ocupados	0,00	Baixa
<b>Sustentabilidade urbana de Campina Grande</b>		<b>0,5896</b>	<b>Média</b>

Tabela 1: Índices de Sustentabilidade Urbana Municipal de Campina Grande

Fonte: Elaboração Própria (2015).

A **Dimensão Urbanística** é composta pelos indicadores sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, serviços de limpeza urbana, unidades de processamento dos RS (aterro sanitário), projetos urbanos do PAC, Sistema Integrado de Transporte Coletivo, tombamento do patrimônio histórico arquitetônico, museu histórico e cultural, plano de mobilidade urbana, áreas de públicas de lazer e esportes, condomínios habitacionais para públicos especiais

e de baixa renda, crianças(0 a 5 anos) residentes em domicílios com saneamento inadequado, percentual de domicílios ocupados nos aglomerados subnormais, percentual de domicílios urbano adequado (saneamento), média de ônibus por linhas, edificações em andamento, reservas naturais preservadas, sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e integridade do patrimônio histórico e cultural. O Gráfico 1 mostra os resultados.

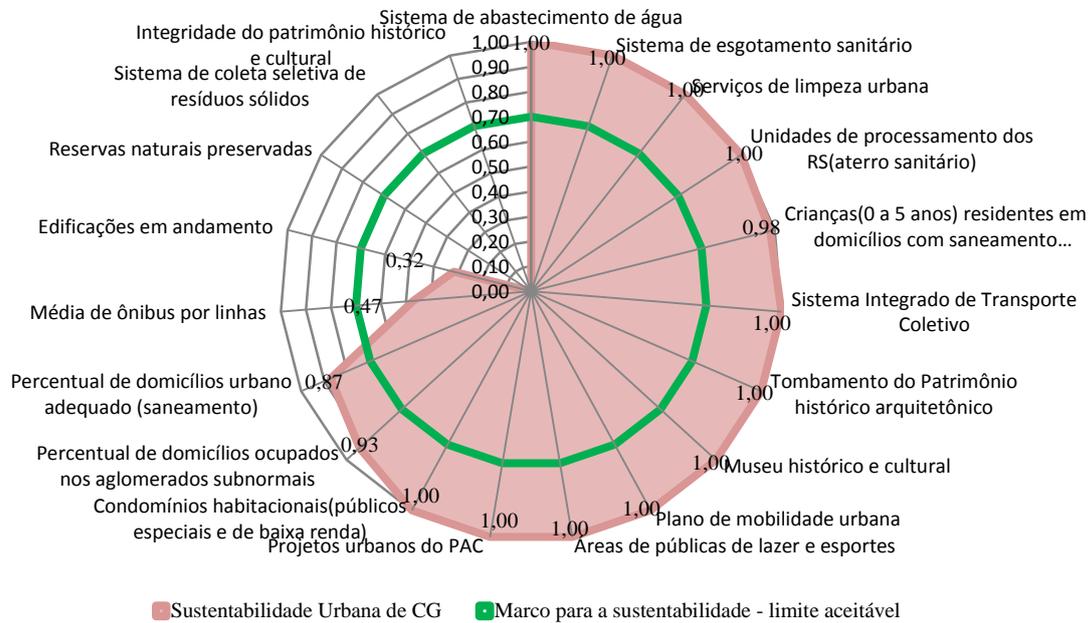


Gráfico 1: Índices da Dimensão Urbanística  
**Fonte:** Elaboração própria (2015)

Os resultados evidenciam que a maioria dos índices foram bem avaliados, destaque os referentes a existência de sistemas de abastecimento, esgotamento sanitário, sistema de transporte coletivo, existência de museus históricos, tombamento de patrimônio, plano de mobilidade urbana, bem como, a existência na cidade de áreas de lazer públicas e condomínios destinados a grupos especiais e de baixa renda. Quanto aos piores índices avaliados, verifica-se reservas naturais preservadas, sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e Integridade do patrimônio histórico e cultural. Os resultados mostram de forma enfática que a cidade de Campina Grande apresenta infra-estrutura que permite o acesso da população aos serviços básicos. Mais uma vez verifica-se um índice insatisfatório em relação as reservas naturais

preservadas no espaço urbano, como forma de manter o equilíbrio entre os aspectos naturais e construído e um ambiente em condições adequadas em termos qualidade de vida e com menor impacto ao meio ambiente. Outro aspecto que merece destaque é a inexistência de um sistema de coleta seletiva, cujos resíduos reciclados, em sua maioria sendo oriundos da separação pós descarte da população, sem nenhuma seleção prévia por tipo de resíduos, o que torna o processo mais demorado e com perdas de alguns resíduos. Quanto a integridade do patrimônio histórico e cultural, verifica-se que não há o empenho adequado da gestão pública para conservação do patrimônio da cidade, aspecto que compromete a identidade da cidade e o desenvolvimento em bases sustentáveis.

**A dimensão socio-econômica** é composta pelos

indicadores: domicílios com acesso a rede elétrica, abastecimento de água, destino do lixo e esgotamento sanitário, rendimento mensal domiciliar per capita urbano, razão entre a população inativa e a potencialmente ativa, proporção de pessoas potencialmente ativa(15-59 anos) que não sabem ler/escrever, população urbana alfabetizada (acima de 6 anos), proporção de pessoas (urbana) com rendimento

mensal domiciliar per capita de até 1/4 sm, população com auxílio do governo federal, População em extrema pobreza, ônibus para cada 1.000 hab, acesso a serviço de saúde, índice de segurança pública (efetivo da PM, PC, Bombeiros), pessoal ocupado por domicilio, Produto Interno Bruto per capita e índice de criminalidade, conforme Gráfico 2.

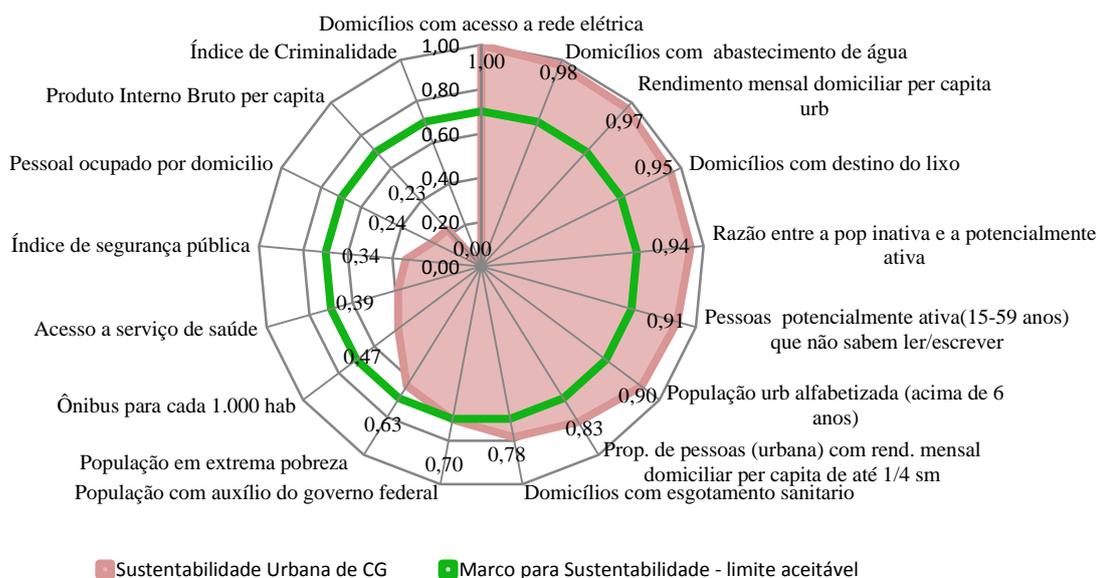


Gráfico 2: Índices da Dimensão Socio-Econômica

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Os resultados evidenciam que a maioria dos índices foram avaliados acima do limite de sustentabilidade definido, sendo domicílios com acesso a rede elétrica, abastecimento de água, rendimento mensal domiciliar per capita urbano, domicílios com destino do lixo, razão entre a população inativa e a potencialmente ativa, proporção de pessoas potencialmente ativa(15-59 anos) que não sabem ler/escrever,

população urbana alfabetizada (acima de 6 anos), proporção de pessoas (urbana) com rendimento mensal domiciliar per capita de até 1/4 SM, domicílio com esgotamento sanitário e população com auxílio do governo federal. Os índices piores avaliados foram: pessoal ocupado por domicilio, PIB e o índice de criminalidade. Essa dimensão mostra que a cidade apresenta infraestrutura básica para funcionar em termo de

acesso à energia elétrica, rede de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos urbanos. Quanto aos aspectos de renda, constata-se que a população no geral tem rendimento mensal domiciliar per capita urbano satisfatório, com uma proporção pequena de pessoas que recebem abaixo de  $\frac{1}{4}$  salários mínimos em relação a população total. Também sendo avaliados de forma satisfatória, as questões referentes a alfabetização da população. Verifica-se por outro lado, alguns índices preocupantes, tais como: o acesso aos serviços de saúde e de transporte público, da segurança pública e da criminalidade, bem como, o PIB do município e a quantidade de pessoas ocupadas nos domicílios, evidenciando fatores relacionados ao desemprego e baixa geração de riquezas relacionadas as atividades econômicas do município. É importante ressaltar que o Programa Bolsa Família tem reduzido

a população em extrema pobreza e aumentado a renda per capita da população.

A **Dimensão político-institucional** foi avaliada através dos indicadores gestão democrática, comissão de urbanização e legalização, órgão ambiental, normas (Postura do Município, Normas construção e edificações, normas urbanização), órgão que gerencia o sistema viário, legislação (código ambiental, urbanística e ambiental, parcelamento do solo, zoneamento, preservação do patrimônio histórico e cultural, institui o programa de Educação Ambiental nas escolas), ONG's, Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal(IFDM), participação eleitoral, conselhos municipais, receitas municipais, despesas municipais, órgãos de fiscalização do patrimônio e Secretaria municipal de planejamento urbano, como evidencia o Gráfico 3.

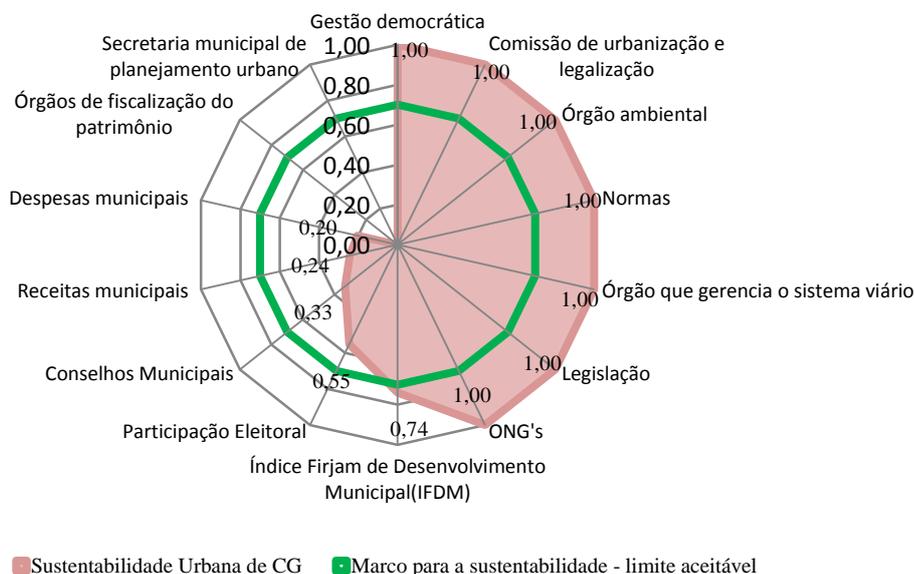


Gráfico 3: Índices da Dimensão Político-Institucional

**Fonte:** Elaboração Própria (2015)

Os índices melhores avaliados foram gestão democrática, Comissão de urbanização e legalização, órgão ambiental, normas (Postura do Município, Normas construção e edificações, normas urbanização), órgão que gerencia o sistema viário, Legislação (código ambiental, urbanística e ambiental, parcelamento do solo, zoneamento, preservação do patrimônio histórico e cultural, institui o programa de EA nas escolas), ONG's, Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal(IFDM). Por outro lado, os piores avaliados foram Órgãos de fiscalização do patrimônio, secretaria municipal de planejamento urbano, Receitas municipais e Despesas municipais.

Essa dimensão mostra as organizações, legislações, normas, bem como, os recursos disponíveis e utilizados para manter as políticas e práticas da gestão pública para o desenvolvimento da cidade, tendo a participação da sociedade nesse processo através da gestão democrática. Os resultados mostram a existência de um conjunto de normas, legislação e um conjunto de organizações que dão apoio a gestão urbana. No entanto, verifica-se pontos que merecem melhoramentos, tais como: aumentar as receitas e despesas voltadas para

o desenvolvimento urbano, sendo verificado também a inexistência de órgão de fiscalização do patrimônio cultural da cidade, no sentido de buscar a integridade do mesmo e garantir as origens e história da cidade, bem como, conselhos municipais de Política urbana e Desenvolvimento Urbano, de habitação, patrimônio cultural e segurança. É importante ressaltar que não foi considerado a atuação das instituições e a aplicação e cumprimento das normas e legislação.

A **Dimensão Ambiental** foi avaliada pelos indicadores óbitos por implicações sanitárias, população atendida 2 ou 3 vezes por sem. serviço de coleta, índice de qualidade das águas (turbidez, cloro residual e coliformes), qualidade da frota de ônibus (limites de emissão de fumaça), infrações ambientais com multas, consumo médio de energia elétrica urbana(kWh/cons), quantidade per capita de resíduos sólidos domiciliar(hab/ano), deficit ecológico, consumo per capita de água(m<sup>3</sup>/hab), perdas na distribuição de água(percentual), serviço público de coleta diferenciada, pegada ecológica do município e monitoramento da qualidade do ar. O Gráfico 4 mostra os resultados.

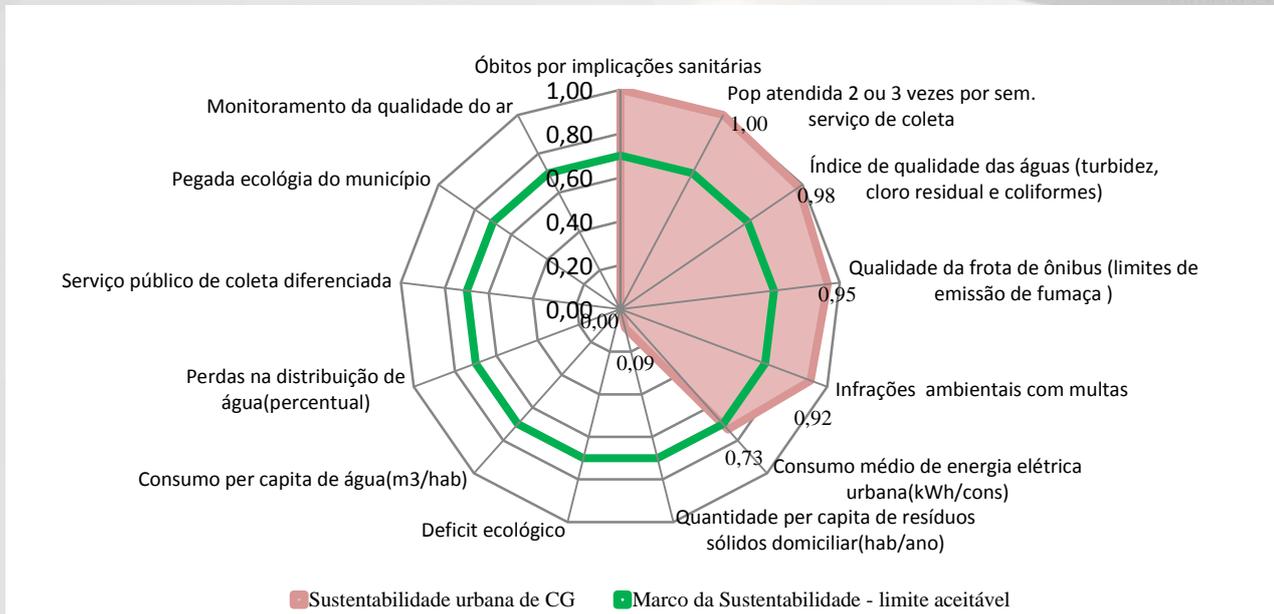


Gráfico 4: Índices da Dimensão Ambiental  
**Fonte:** Elaboração Própria (2015).

Verifica-se que apenas seis índices apresentaram resultados satisfatórios e com contribuição alta para a sustentabilidade, sendo: óbitos por implicações sanitárias, população atendida 2 ou 3 vezes por semana pelo serviço de coleta, índice de qualidade das águas (turbidez, cloro residual e coliformes), qualidade da frota de ônibus (limites de emissão de fumaça), infrações ambientais com multas, consumo médio de energia elétrica urbana(kWh/cons). Todos os demais índices foram avaliados como piores, obtendo 0,00 em sua grande maioria. Essa dimensão foi avaliada com média contribuição para a sustentabilidade urbana, sendo verificado alguns índices avaliados com baixa contribuição que exercem significativa influência na qualidade ambiental do espaço urbano, tais como: a quantidade alta de resíduos sólidos gerados na cidade e praticamente a inexistência de coleta diferencia para pneus, lâmpadas,

materiais eletrônicos, o alto consumo e as perdas na distribuição de água e por outro lado, o déficit ecológico (déficit de áreas de conservação no município) e a pegada ecológica do município que reflete a área de necessária para suportar os impactos causados pelas atividades humanas, entre outros aspectos ambientais que comprometem a qualidade ambiental e a qualidade de vida das pessoas no espaço urbano do município.

A **dimensão espacial** foi avaliada através dos indicadores demarcação de zonas especiais de interesse social, abrangência do sistema de transporte coletivo(%), extensão da rede de abastecimento de água(km), densidade demográfica, pressão industrial, pressão demográfica - crescimento populacional, domicílios não ocupados no município, percentual de domicílios no município com densidade adequada, pressão automotiva, razão entre população urbana e rural, extensão das

unidades de conservação, déficit habitacional, média de moradores em domicílios particulares ocupados e

média de moradores em domicílios particulares ocupados, conforme Gráfico 5.

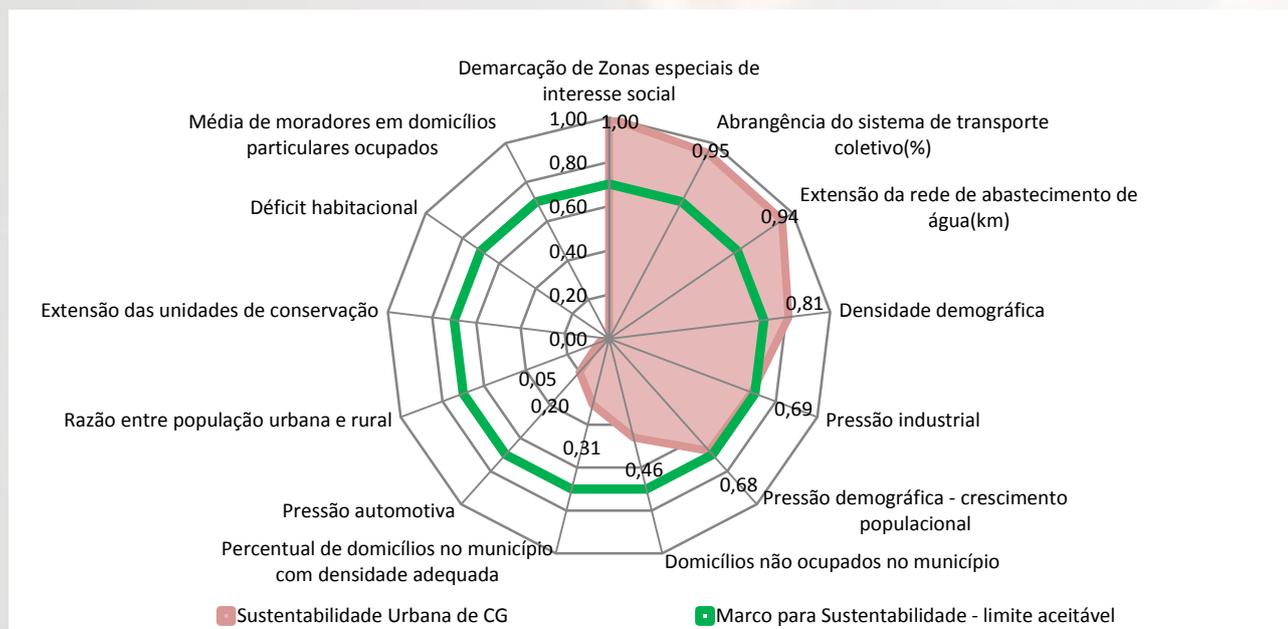


Gráfico 5: Índices da Dimensão Espacial

Fonte: Elaboração Própria (2015).

Verifica-se que os índices melhores avaliados acima do limite da sustentabilidade considerada no presente estudo foram: existência da demarcação de zonas especiais de interesse social, seguido da abrangência do sistema de transporte coletivo, extensão da rede de abastecimento de água e densidade demográfica. Já os índices piores avaliados estão relacionados a moradia, sendo: déficit habitacional e média de moradores em domicílios particulares ocupados. Esses resultados mostram que a cidade apresenta infra-estrutura em termos da existência de serviços básicos à população, tais como, a abrangência dos sistemas de abastecimento de água e transporte público que atende quase que a totalidade da população urbana. Por outro lado, verifica-se

que a cidade cresceu e apresenta-se déficit de moradias ou moradias com ocupação acima da quantidade de moradores adequada, ou seja, densidade inadequada. Verifica-se também que a cidade está com uma quantidade significativa de veículos em relação a população, expresso pelo índice de pressão automotiva. Ao mesmo tempo que mantém pequenas áreas de conservação na cidade em relação a área total urbana. Esses fatores apontam a necessidade da gestão pública rever os aspectos relacionados aos usos do solo, para buscar maior equilíbrio entre os aspectos construídos e os aspectos naturais, bem como, uma melhor distribuição da população e suas atividades no espaço urbano.

A partir dos resultados expostos, tem-se a sustentabilidade

urbana avaliada nas dimensões espacial, ambiental, socio-econômica,

político-institucional e urbanística, conforme Gráfico 6.

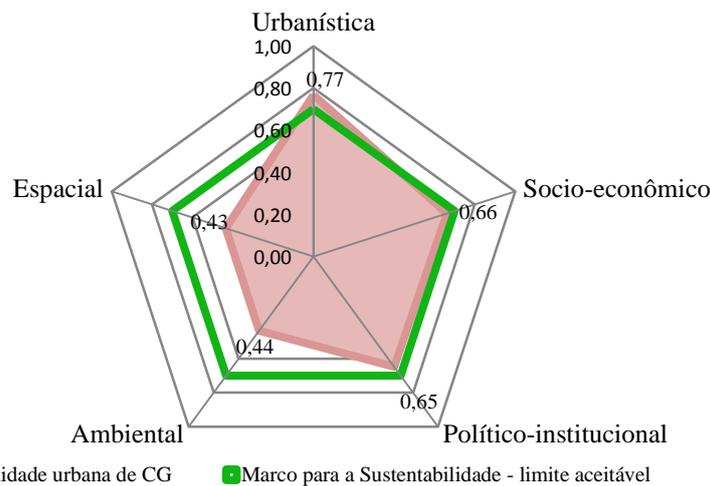


Gráfico 6: Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal de Campina Grande  
**Fonte:** Elaboração Própria (2015)

Verifica-se que a dimensão melhor avaliada e que encontra-se acima do limite definido para a sustentabilidade, ou seja, com alta contribuição é a urbanística. As dimensões socio-econômica, político-institucional, ambiental e espacial apresentam média contribuição para a sustentabilidade urbana. Nenhuma dimensão foi avaliada com baixa contribuição. É importante ressaltar que a dimensão urbanística trata de questões principalmente referentes a existência de infra-estrutura básica de funcionamento da cidade, não sendo verificado sua adequação para atender a quantidade de população residente no Município, considerando o atual processo de desenvolvimento da cidade. Além disso, destaca-se a necessidade de priorizar questões como conservação do patrimônio histórico e cultural, bem como, o patrimônio natural através da preservação das reservas naturais em detrimento a expansão e

processo de desenvolvimento urbano. Em relação aos aspectos socio-econômicos percebe-se a partir da análise dos índices que há uma necessidade de fortalecer as atividades econômicas locais como forma de gerar renda à população, visando reduzir a dependência do município em relação aos recursos do governo federal, bem como, melhorar as condições de vida em termos de acesso a moradia adequada e outros serviços básicos e essenciais. Quanto às questões ambientais, verifica-se a necessidade de preservar os espaços naturais, reduzir os impactos das atividades humanas, tendo melhor gerenciamento dos resíduos gerados e dos recursos, tais como: a água para atender a população. E em termos espaciais, há a necessidade de manter os espaços naturais no meio urbano, melhorando a distribuição da população e o acesso a programas habitacionais que

reduza o déficit habitacional e as moradias inadequadas e em áreas consideradas subnormais existentes no Município. Os aspectos políticos-institucionais, evidenciam um corpo de apoio através de conselhos municipais, legislação e normas disponíveis no município que requerem uma melhor atuação para proporcionar os melhoramentos necessários ao desenvolvimento e sustentabilidade da cidade.

Esses resultados apresentados, evidenciam as prioridades em cada dimensão a serem incorporadas no planejamento e gestão urbana para os próximos anos e que deverão ser discutidas no processo de revisão do Plano Diretor do Município. Aqui, foram listadas questões pontuais não atendidas pela gestão pública e que interferem na sustentabilidade urbana de Campina Grande. No entanto, a realidade do Município evidencia diversos outros problemas que emergem a cada dia e que afetam as condições de vida urbana e que interferem no processo de desenvolvimento do município. Essas questões deverão ser obtidas através da consulta e de uma gestão participativa junto à população para entender as prioridades em cada localidade do Município.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sustentabilidade urbana é uma temática abrangente e que gera amplas discussões que envolve diversos campos do conhecimento, isso porque os problemas urbanos são diversos e em constante mudanças, sendo ainda peculiar ao universo urbano investigado e suas principais características, aquelas que originárias da próprio espaço e de

sua identidade, quanto aquelas que emergem do próprio processo de desenvolvimento urbano. Dada essas questões, fica evidente que as atuais condições de sustentabilidade atual dependem das decisões, políticas e práticas adotadas ao longo da história e construção do espaço urbano. Assim, torna-se relevante encontrar mecanismos de avaliar e monitorar os resultados do processo de desenvolvimento adotados pelos gestores municipais.

O presente artigo propôs um Índice de Sustentabilidade Urbana Municipal para análise da gestão urbana de Campina Grande-PB, tomando como base o Plano Diretor do Município, cujo índice foi composto por cinco dimensões, sendo: Espacial, Socio-econômica, Ambiental, Político-institucional e Urbanística e um conjunto de indicadores urbanos que retratam a realidade local. O modelo de análise da sustentabilidade urbana proposto utiliza um conjunto de indicadores escolhidos com base nos apontamentos do Plano Diretor, na literatura sobre sustentabilidade urbana e na problemática do Município.

Os resultados da análise da sustentabilidade urbana de Campina Grande evidenciam que a dimensão melhor avaliada e com alta contribuição para a sustentabilidade é a urbanística, no sentido da cidade dispor de infra-estrutura básica para seu funcionamento com sistemas de abastecimento de água, energia, coleta de resíduos, esgotamento sanitário, transporte público, espaços públicos com áreas de lazer, entre outros. Mesmo assim, necessita-se de melhoramentos, especialmente

para adequar as necessidades da população às ofertas de serviços urbanos, habitação, segurança pública, qualidade dos transportes públicos, emprego e renda, entre outros. As dimensões socio-econômica e político-institucional foram avaliadas com média contribuição para a sustentabilidade, onde a gestão pública deve fortalecer as atividades econômicas do Município, como forma de gerar renda e emprego, melhorar a participação no PIB e reduzir a dependência em relação aos recursos do Governo do Federal, seja diretamente para a gestão pública municipal, com através da bolsa família, que configura-se como principal renda para muitas famílias.

As dimensões espacial e ambiental também foram avaliadas com média contribuição, sendo verificado a necessidade de incorporação de medidas para melhor gerenciar os recursos e os espaços naturais em relação ao ambiente construído. Nesse processo, é importante valorizar a cultura e a identidade do espaço, no sentido de buscar harmonizar o ambiente construído com os aspectos do espaço natural, históricos e culturais, visando menor impacto das atividades humanas no meio ambiente e na sociedade. Nesse contexto, o papel da gestão pública urbana é conduzir o processo de desenvolvimento, considerando as implicações da sustentabilidade para a qualidade de vida da população das áreas urbanas, no sentido de construir uma cidade que tenham possibilidade de crescer sem acumular os problemas típicos do crescimento urbano desordenado,

tais como: violência, pobreza extrema, doenças e outras condições inadequadas de vida urbana.

Constata-se que o estudo permite avaliar a sustentabilidade da cidade em função do que foi planejado através do instrumento que orienta a gestão urbana municipal e, assim, gera um conjunto de informações sobre a cidade, seja, as potencialidades ou as vulnerabilidades, que servirão de subsídio para o processo reajuste do planejamento e novos aspectos que deverão ser incorporados para dotar o processo de desenvolvimento urbano de forma sustentável. É importante ressaltar a necessidade de uma gestão participativa que envolva a sociedade em suas diversas instâncias para captar os principais problemas atuais que afetam a sustentabilidade local, bem como, a identificação das reais necessidades e prioridades da população e do espaço urbano em questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p.
- BENEVOLO, L. *História da Cidade*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BEZERRA, M. do C.; FERNANDES, M. A. *Cidades sustentáveis: subsídios à Elaboração da Agenda 21 brasileira*. (Coordenadores). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: *Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- BREMER, U. F. *Por nossas cidades Sustentáveis*. CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. 5º CNP / 61ª SOEAA, 2004.
- CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Lei nº. 3.236, de 08 de Janeiro de 1996*. Institui o plano diretor do município de Campina Grande e dá outras providências. Campina Grande, 1996.
- CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Lei Complementar nº. 003, de 09 de outubro de 2006*. Promove a revisão do plano diretor e dá outras providências, Campina Grande, 2006.
- CANEPA, C. *Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade*. São Paulo: RCS Editora, 2007.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO BONAÑO, J. M. *Desarrollo sostenible Urbano - una aplicación para Andalucía*. Instituto de Estatística de Andalucía. (Premios a Tesis doctorales). Andalucía, 2004.
- COMPANS, R. Cidades Sustentáveis, Cidades globais: antagonismo ou complementariedade? In: ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Número 2. Recife: editora Norma Lacerda: A Associação, 1999. p. 55-71 (ISSN 1517-4115) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / *Sinopse do Censo Demográfico* (2010). Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em dezembro de 2011.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011
- MAGALHÃES, R. A. M. *A Construção da Sustentabilidade Urbana: Obstáculos e Perspectivas. III Encontro da ANPPAS* - Brasília. Brasília-DF, 2006.
- MARTINS, M.F. Índice de Sustentabilidade para Amazônia (ISA): modelo de monitoramento da sustentabilidade a partir de indicadores e critérios de análise. In: VIEIRA, I.C.G., TOLEDO, P.M., JUNIOR, R.A.O.S. *Ambiente e Sociedade na Amazônia – uma abordagem interdisciplinar*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- MARTINS, M. F. CÂNDIDO, G. A. Modelo de avaliação do nível de sustentabilidade urbana: proposta para as cidades brasileiras. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 7(3) 397-410, set./dez., 2015a.

- \_\_\_\_\_. Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana: Os desafios do processo de Mensuração, Análise e Monitoramento. *Sustentabilidade em Debate* - Brasília, v. 6, n. 2, p. 138-154, mai/ago, 2015b.
- MARTINS, M. F. *Modelo de monitoramento do nível de sustentabilidade urbana: uma proposta de operacionalização e validação dos seus constructos*. Tese. (Doutorado em Recursos Naturais). Programa de Pós-Graduação de Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande). Campina Grande, 2012.
- MENDONÇA, F. Abordagem interdisciplinar da problemática ambiental urbano-metropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D\* da UFPR sobre a RMC - Região Metropolitana de Curitiba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 3, Editora da UFPR, jan./jun. 2001. (p. 79-95)
- MORENO, J. *O futuro das cidades*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.
- NEIVA, A. et all. *Ecologia e Desenvolvimento*. Ano I, n. 93. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, junho 2001.
- RHEINGANTZ, P. A. Pequena Digressão sobre Conforto Ambiental e Qualidade de Vida nos Centros Urbanos. In: *Revista Ciência & Ambiente*. Universidade Federal de Santa Maria. v.1, n. 1, p.36-58, jul, 1990.
- ROGERS, R. *Cidades para um pequeno planeta*. 1. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.
- ROMERO, M. A. B.; GUIA, G.; ANDRADE, L.; PERSON, E.; SILVEIRA, A. L. C. *Indicadores de sustentabilidade dos espaços públicos urbanos: aspectos metodológicos e atributos das estruturas urbanas*. A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas. (Seminário). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- TICKELL, S. C. Introdução. In: ROGERS, R. *Cidades para um pequeno planeta*. 1. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.
- ULTRAMARINI, C.; PEREIRA, G. de F. *As práticas sociais e o desenvolvimento sustentável no meio urbano*. 8º Encontro Nacional da Anpur. Porto Alegre: mimeo, 1999.
- UN-HABITAT. *Observatório*. 16 de Dezembro de 2007. Disponível em: [www.unhabitat-rolac.org](http://www.unhabitat-rolac.org). Acesso em janeiro de 2010.

## **Agradecimentos**

Os autores agradecem o apoio financeiro das instituições de fomento: MCTI/CNPq/MEC/CAPES

Recebido 16/09/2015

Aceito 11/10/2015

## **A SOCIONATUREZA DOS RIOS URBANOS: A EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO RIO COMO INTANGÍVEL**

**Luiz Eugênio Carvalho<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo aborda a reconstrução conceitual que vem passando às ações de drenagem urbana. Considerar a natureza híbrida da cidade, mistura entre sociedade e natureza e entre materialidade e representação, é a base teórica da reflexão. Assim, a construção material de cidades ambientalmente mais adequadas passa pela transformação das representações que temos de seus elementos componentes, neste caso com destaque para os rios urbanos. Para a superação destas representações são feitos questionamentos sobre a ideia de intangibilidade dos rios cristalizadas na legislação.

Palavras-chave: Rios Urbanos; Meio Ambiente Urbano; Planejamento Urbano; Evolução da Legislação.

### **Introdução**

Enfatiza-se neste trabalho a construção da cidade como resultante desta mistura entre sociedade e natureza. No entanto, esta construção não é necessariamente apenas material. Como proposto por Swyngedouw (2009), a análise da arqueologia da socionatureza dos objetos híbridos da cidade, nos coloca de frente com as representações e as materialidades de cada tempo.

Assim, buscaremos destacar as representações, os discursos e os simbolismos, que nos parecem mais importantes na definição da atual situação dos rios urbanos. Consideramos como ponto de partida os discursos presentes na legislação que interferem diretamente nesta

materialidade dos rios, analisamos também algumas práticas como explicitação de algumas representações não identificadas, ou negadas, nos discursos dos documentos oficiais.

Desta forma, este texto trata da representação da natureza como algo intangível pela sociedade. Questiona-se aqui especialmente a situação das Áreas de Preservação Permanente de margens de corpos d'água, prevista na legislação brasileira, e o afastamento da sociedade do contato com os rios. Desta forma, defende-se a superação desta noção com objetivo de valorização dos corpos d'água através da ampliação dos atributos de urbanidade.

### **A Intangibilidade**

Baseado na premissa conservacionista de manutenção de distância entre a sociedade e os elementos naturais, o discurso da intangibilidade ainda é presente em algumas definições legais brasileiras que interferem diretamente na produção da socionatureza dos rios urbanos. Questionável a sua aplicabilidade em ambientes urbanos, pelo caráter híbrido que destacamos deste espaço, a intangibilidade dos elementos naturais coloca a sociedade como o mal que provocará a despurificação da natureza, que deve ser por isso conservada virgem.

Elaborado em período em que o fenômeno urbano tinha extensão menor no Brasil, o primeiro Código Florestal brasileiro (Lei Federal nº 4.771 / 1965) estabelece como Áreas de Preservação Permanente (APP), dentre outras, as faixas marginais aos corpos d'água. Ao privilegiar, na

definição das Áreas de Preservação Permanente, a manutenção das funções ambientais naturais das margens a legislação determina a conservação da vegetação ripária sem interferência da sociedade, algo de difícil controle no ambiente urbano. Assim, a aplicação das APPs em margens de rios urbanos é tema de debate que ainda não foi esgotado, embora não seja recente.

A solução deste problema deve sair de situações intermediárias entre dois paradigmas antagônicos. O primeiro presente em uma *visão estritamente ambientalista*, que baseia a gestão dos corpos d'água em aspectos naturais, desconsiderando as peculiaridades do ambiente urbano. O outro, e assumindo intervenções que ferem o Código Florestal, resulta de uma *visão estritamente urbanística*, não exclusiva da arquitetura, de sobreposição da ação humana aos condicionantes naturais (MELLO, 2008, p. 44).

Este caminho intermediário já foi capaz de promover a publicação de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), com força de lei, que consideram as definições das APPs de forma especial para as áreas urbanas, como será apresentado no próximo item.

## **A evolução da definição das APPs em margens de rios.**

A preocupação com a alteração da dinâmica natural resultante da ação humana (a intangibilidade) justifica a presença na legislação brasileira de definições acerca do uso das áreas marginais a corpos d'água. Embora o Código das Águas (Decreto nº 24.643 / 1934) já

estabelecia restrições para a ocupação das margens dos corpos d'água, identificando como terrenos reservados os 15 metros distância do ponto médio das enchentes ordinárias (art. 14). Será com a definição de Área de Preservação Permanente trazida no Código Florestal (Lei Federal nº 4.771 / 1965) que tais restrições são consolidadas no ordenamento jurídico brasileiro.

Objetivando a proteção das florestas, em particular, e do meio ambiente, em geral, o Código Florestal logo em seu segundo parágrafo define como sendo de proteção permanente as áreas marginais ao longo dos rios e de outros corpos d'água. A definição da largura da área protegida está vinculada à largura do leito do corpo d'água. Em sua versão original, o Código Florestal indicava que a APP seria de 05 (cinco) metros para os rios com menos de 10 metros, chegando a 100 (cem) metros para os cursos d'água com largura maior que 200 metros.

Ao longo desses quase cinquenta anos, o Código Florestal sofreu algumas alterações, dentre elas novas definições sobre a dimensão das APPs. Atualmente, após a Lei nº 7.803 / 1989, a redação do artigo 2º é:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

O respeito a esses limites traria significativas consequências ao crescimento do espaço urbano brasileiro. Na realidade, as APPs pouco foram consideradas na construção das cidades brasileiras. No entanto, parte deste desrespeito deriva da ausência de definições específicas sobre sua aplicação no espaço urbano. Apenas em 1989 aparece no Código Florestal menção sobre as APPs em áreas urbanas, mas sem diferenciá-las de espaços com características não-urbanas, conforme apresentado no parágrafo único do artigo 2º:

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Lei Federal nº 4.771 / 1965, incluído pela Lei nº 7.803 / 1989)

A inclusão deste artigo deixa clara a intenção de conduzir os municípios, através das leis de uso e ocupação do solo, à incorporação da dimensão ambiental. Qualquer ação do município para a construção de

vias, habitação ou equipamentos urbanos nas margens de corpos d'água não poderia deixar de respeitar a faixa da APP.

Anterior a esta definição do Código Florestal, e especificamente para áreas urbanas, já existia outra Lei Federal definindo em 15 (quinze) metros a faixa de área marginal a corpos d'água em que não deve haver ocupações. A Lei Lehman (Lei Federal nº 6.766 / 1979) que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano estabelece, em seu artigo 4º, que os loteamentos urbanos devem respeitar, dentre outros, os seguintes requisitos "ao longo das águas correntes e dormentes (...) será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica".

Com tudo isso, não há como negar a imprecisão na definição das faixas de margens de cursos d'água protegidas. Seja pelo emaranhado normativo ou mesmo pela dinâmica natural dos cursos d'água, que passam por contínuos processos de erosão lateral e alteração do leito, surgem dificuldades no dimensionamento exato dessas áreas de preservação bem como a viabilidade prática de sua aplicação.

Em 2001, a alteração do Código Florestal através da Medida Provisória 2.166/20011 amplia ainda mais essas imprecisões ao incluir na definição de APP que essa é uma "área protegida coberta ou não por vegetação nativa", o que pode indicar a inclusão de grandes faixas de áreas já ocupadas pela cidade.

Esta medida provisória foi mais além e incluiu no Código Florestal a possibilidade de alteração

ou supressão da vegetação em APP “quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social”, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Especificamente para as áreas urbanas, após a mudança estabelecida pela Medida Provisória em questão, e que vem sendo reeditada desde então, o artigo 4º do Código Florestal passou a indicar que a supressão da vegetação em APP passará a depender “da autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico” (Medida Provisória nº 2.166/2001). Cabe ainda ao órgão competente a indicação de medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor.

Todas essas mudanças no Código Florestal alteram em muito o caráter inicial das APPs, especialmente aquelas presentes em áreas urbanas. Se por um lado, a manutenção da preservação permanente das áreas sem vegetação nativa pode indicar uma preocupação com outras funções ambientais exercidas pelas margens dos corpos d’água, como a possibilidade extravasamento sazonal das águas, por outro, a possibilidade de alteração do uso do solo das margens definida em nível local pode resultar em riscos à qualidade

ambiental dos corpos d’água por conta da pressão exercida por grupos específicos.

Faltava, no entanto, a regulamentação para que as alterações ou supressões de vegetação em APP pudessem ser realizadas. Assim, a resolução 369 / 2006 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) “dispõe sobre casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente- APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental”. Está aí incluída a Regularização Fundiária Sustentável de Área Urbana para ocupações de baixa renda.

Neste último caso, a Regularização Fundiária Sustentável poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente (Federal ou Estadual, de acordo com o domínio do rio) e ter o licenciamento urbano do município para as ocupações de baixa renda localizadas em área declarada como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS no Plano Diretor ou outra legislação municipal.

Mesmo garantindo a *intangibilidade* das APPs e, por isso apresentando vários elementos de caráter conservacionista, esta resolução marca de forma significativa um novo momento na consideração das questões ambientais no espaço urbano. Pois ao mesmo tempo em garante possibilidades de uso, estabelece parâmetros para a gestão das APPs em áreas urbanas.

Frente às novas definições acerca das APPs, o Ministério Público Federal e o Estadual (Promotorias de Justiça da Cidadania com Atuação na Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico-Cultural e Habitação e Urbanismo), em 2002, recomendaram que a Prefeitura do Recife se abstinhasse na aprovação de projetos e na concessão de licenças para obras, edificações e construções imobiliárias, de qualquer espécie, dentro dos limites das APPs determinadas pelo Código Florestal.

A sociedade respondeu de diferentes formas a essa recomendação, muitas das vezes limitando o debate entre a defesa das APPs ou defesa da expansão da cidade. A dicotomia entre floresta e cidade foi muito marcante. Como se não existisse situações de convivência, a vegetação não teria lugar na cidade, pois atrapalha sua dinâmica. Embora presente, a reflexão sobre como foi construída a cidade e a relação dos seus habitantes com os corpos d'água não se transformou em tema central (CARVALHO, 2004).

Os questionamentos gerados pela legislação ambiental federal poderiam aproximar e repercutir de forma mais significativa no modelo de uso e ocupação do solo da Cidade do Recife. O resultado estabelecido não aproxima as relações da cidade com sua dinâmica ambiental, pelo contrário reforça para os cidadãos a "falsa" ideia de que quando ocorre determinada alteração para a construção da cidade sempre há meio de compensar o desequilíbrio promovido. Reforça ainda a sensação de que a questão ambiental se resume a preocupação com as áreas

de vegetação, que embora importantes dentro de uma cidade, não aproxima seus habitantes de outros graves problemas ambientais-urbanos.

Este exemplo é marcante para a construção do caminho intermediário que mencionamos anteriormente. Embora estas transformações na possibilidade de usos das APPs já ultrapassem a noção de intangibilidade, os rios urbanos e suas margens não podem ser considerados óbice à cidade. Neste sentido, parece importante considerar a necessidade de valorização dos rios urbanos, a construção de simbolismos que evidenciem a ideia de pertencimento dos rios pela sociedade e não de negação. Assim, para Mello (2008, p.44) a intangibilidade "*conduz a desvalorização dos corpos d'água ao propugnar o afastamento das pessoas, impedindo a utilização das margens*".

## **A tangibilidade e a valorização dos rios urbanos.**

Ao identificar que a promoção da valorização dos corpos d'água pelas pessoas é condição essencial para a sua proteção, Mello (2008, p. 29) analisa os atributos de urbanidade presentes nas margens de corpos d'água. Em seu trabalho, defendendo a importância das funções ambientais exercidas pela vegetação das margens dos rios para o conjunto da bacia, a autora diferencia urbanidade da artificialidade promovida pela urbanização. A urbanidade transcende a realidade física da cidade ao inserir a qualidade do cortês, do afável. Pode ser definida

como “aquilo que qualifica a vida urbana no sentido de interação entre os cidadãos no espaço coletivo da promoção do encontro e do convívio social e, no que diz respeito ao tema em tela da interação harmônica entre as pessoas e o corpo d’água” (MELLO, 2008, p. 42).

Desta forma, o grau de artificialidade, que pode variar entre a *configuração de naturalização/vegetalização*, de um lado, e a *configuração de artificialidade/mineralização*, no outro extremo, não é definidor de um bom desempenho de urbanidade. Ou seja, não é a existência de construções humanas que dificultará a presença de relação harmônica entre as pessoas e o rio, nem tampouco a manutenção da vegetação é garantidora desta harmonia. Desta forma, o princípio de urbanidade vai de encontro ao princípio da intangibilidade, pois “conduz à valorização dos corpos d’água, uma vez que a utilização sustentável dos rios e de suas margens promove o sentimento de pertencimento por parte da população e o desejo de protegê-los” (MELLO, 2008, p. 46), interferindo na construção das imagens simbólicas dos rios para a sociedade.

Ao comparar dois estudos realizados em diferentes áreas ribeirinhas do Recife é possível perceber esta diferença. Enquanto os moradores da Avenida Beira Rio, às margens do Capibaribe, no bairro da Madalena, identificaram como motivo para escolha do local de moradia a proximidade com o rio (STORCH, 2000, p. 106), os moradores ribeirinhos ao Canal do Arruda tem visão antagônica e apontam como

principal defeito da área em que moram a presença do canal (CARVALHO, 2004, p. 86). Ao realizar esta comparação, lembramos que nas duas situações o corpo d’água é separado das residências por uma via urbanizada e conclui que “as relações criadas e mantidas pela população (...) são diferentes, de acordo com o tipo de apropriação do espaço. Conforme essa apropriação, as comunidades desenvolvem relações de proximidade ou de repulsa aos cursos d’água” (CARVALHO, 2004, p. 86).

Para nós, é isto que deve ser ressaltado. A materialidade dos rios urbanos resulta também da construção das representações da sociedade. Ao indicar esta possibilidade de transformação da relação entre a cidade e os rios, a busca pela reconstrução conceitual das ações de drenagem urbana e controle de enchentes deve considerar os atributos da urbanidade.

Neste mesmo sentido, já existem iniciativas que buscam promover a identidade dos cidadãos com os rios da cidade, considerando as micro-bacias urbanas. Ações relativamente simples que não demandam grandes investimentos, sem necessariamente estarem vinculadas à alteração de legislação. Sobre isto, nos chamou a atenção a iniciativa da Prefeitura de Londrina, município do Estado do Paraná, em que as faturas mensais de serviços públicos apresentam tanto o endereço tradicional, como também o endereço hidrográfico, pela bacia que está incluída (Figura 2.1). O Projeto o “Rio da Minha Rua” se apresenta com o desafio de “fazer com que cada

cidadão crie um laço de afetividade com o rio da sua rua e passe a realizar ações positivas para sua preservação e recuperação” (BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007). Embora não sejam

apresentados elementos de avaliação da eficácia deste projeto, a iniciativa permite uma interessante forma de aproximar os moradores aos rios de suas ruas.



Figura 1: Conta de Telefone após o projeto de endereçamento Hidrográfico.  
**Fonte:** BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007

A transformação da visão sobre o tipo de relação entre a sociedade, os rios urbanos e a melhoria da qualidade de vida da cidade é apresentada por Penning Roswell (1997) como a passagem de um ciclo vicioso de degradação, cada vez mais ampliado e expresso por espiral decrescente, para um ciclo virtuoso de melhorias e de inovação, expresso por um espiral crescente.

Embora, considere que esta passagem promova aumento do preço do solo urbano e da atração de investimentos privados para as áreas das margens dos rios, este autor advoga as potencialidades surgidas pela valorização dos rios nas cidades. A negação dos rios urbanos é acompanhada por graves processos de contaminação, de ampliação dos riscos de enchentes e de ausência de investimentos que resultam em perdas ambientais, sociais e econômicas. Por outro lado,

reconhecer os rios da cidade gera novas possibilidades de seu uso como via de transporte urbano, para a melhoria de oferta de áreas de recreação e lazer em suas margens, na defesa por adequadas infraestrutura de saneamento e na diminuição da vulnerabilidade socioambiental.

Pondera-se, no entanto, que não há apenas um modelo de valorização dos rios nas cidades e as ações do Estado devem ser orientadoras do modelo que irá prevalecer. Desta forma, a valorização do solo gerada pela melhoria da qualidade dos rios urbanos e de suas margens e sua apropriação por grupos exclusivos não deve ser objetivo das ações do Estado. A busca aqui indicada considera a possibilidade da melhoria da qualidade ambiental da cidade para todos como uma das dimensões de promoção da qualidade de vida.

## Referências

- BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de Julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d24643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal no 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal nº 7.803 de 15 de Agosto de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nº 6.535, de 15 de julho de 1978 e 7.511, de 7 de julho de 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7803.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001. Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2166-67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm)>.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Rio Da Minha Rua*. Palestra apresentada no Seminário Recursos Hídricos no Ambiente Urbano: integração de sistemas. Brasília: Ministério das Cidades, 2007
- CARVALHO, L. E. P. *Os Descaminhos das Águas no Recife: os canais, os moradores e a gestão*. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CONAMA. Resolução nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Disponível em :<[http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/legislacao/regularizacao-fundiaria/CONAMA\\_RES\\_CONS\\_2006\\_369.pdf](http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/legislacao/regularizacao-fundiaria/CONAMA_RES_CONS_2006_369.pdf)>
- MELLO, S. S. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. Tese.(Doutorado em Arquitetura). Universidade de Brasília. Brasília, 2008.
- PENNING-ROUSELL, E. C. Rius i ciutats: amenaces i potencialitats. In: *Documents D'Análisi Geogràfica*. Barcelona. n. 31, 1997
- STORCH, A. M. L. *Ponte a Ponte: investigando os significados sócio-espaciais das margens do Rio Capibaribe nos bairros da Madalena e das Graças*. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Recife/PE, 2000.
- SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-cyborg". In: ACSELRAD, H. (Org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009

## O PACTO ANGLICANO DE 2009 E A LIMINARIDADE

**Aldenor Alves Soares<sup>1</sup>**

### Resumo:

Partindo da categoria "liminaridade", elaborada por Victor Turner, o artigo analisa o discurso do Pacto Anglicano; documento elaborado para contornar a crise engendrada na Comunhão Anglicana, em virtude do conflito ritual decorrente da sagração episcopal de Gene Robinson em 2003. Conclui-se que tal documento, em virtude de suas ambiguidades discursivas, falha em equacionar o conflito entre os dois princípios estruturais geradores do conflito (autonomia versus interdependência), deixando assim de contribuir decisivamente para contornar o problema da liminaridade pela qual está atravessada a Comunhão Anglicana, na maior crise da sua história.

**Palavras-chaves:** Liminaridade, Pacto Anglicano, Victor Turner, Comunhão Anglicana.

### Abstract:

Starting from the category "liminality", elaborated by Victor Turner, the article analyzes the discourse of the Anglican Covenant; document designed to circumvent the engineered crisis in the Anglican Communion because of ritual conflict arising from the episcopal consecration of Gene Robinson in 2003. The conclusion is that such a document, by virtue of their discursive ambiguities, failure to equate the conflict between the two structural principles the conflict generators (autonomy versus interdependence), thus failing to contribute decisively to overcoming the liminality which is crossed by the Anglican Communion, the greatest crisis in its history.

**Key-words:** Liminality, Anglican Covenant, Victor Turner, the Anglican Communion.

Em trabalho anterior (Soares, 2011), destaquei a irrupção de tensões em eventos públicos da Comunhão Anglicana, por causa da sagração de um bispo gay em 2003 na TEC (*The Episcopal Church*: província anglicana dos EUA). Os interesses e atitudes fundamentais de indivíduos, facções – tanto pró-gay como antigay –, assim como das Províncias e dos Instrumentos de Comunhão confrontados por clara oposição, vieram à tona a através da descrição e análise etnográfica.

As fases desarmônicas – ruptura, crise, reparação e cisma – do drama social (Turner, 1969, 1974, 1982) experimentado pela Comunhão Anglicana, foram descritas e analisadas em suas peculiaridades através de um processo sociocultural contínuo, iniciado em 2003 e ainda em curso nos dias atuais, quando ainda caminha para seu clímax, a rigor, de um caráter radicalmente imponderável.

O *approach* teórico advindo das categorias buscadas na obra de Victor Turner revelou-se produtivo para a compreensão do fenômeno visado. Na fase da ruptura, pudemos constatar como a violação de uma norma crucial – a interdependência –, por parte da TEC, fez emergir o drama social na Comunhão Anglicana. A realização do ritual de sagração episcopal de Gene Robinson em 2003 atraiu o desejo de punição por parte dos conservadores e assim deu visibilidade ao conflito.

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia (PPGA/UFBA). Professor da Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: professor\_aldenor@yahoo.com.br

As fortes reações conservadoras que se seguiram ao evento ritual disparador do gatilho simbólico – que demarcou a dissidência da TEC –, gerou a crise. Nesse estágio, as relações entre os componentes da instituição religiosa mudaram, substituindo o clima de aparente paz – sustentada pela ideologia da inclusividade anglicana – para um conflito aberto e declarado. O antagonismo submerso entre liberais e conservadores veio à superfície como nunca antes na história do anglicanismo global.

Como o conflito não foi rapidamente solucionado no contexto particular da TEC, sua difusão tornou-se inevitável; assim, ocorreu o contágio ou ampliação do conflito para a clivagem dominante no conjunto mais amplo das relações sociais relevantes a que pertenciam as partes em conflito, a saber, a Comunhão Anglicana global. O padrão de luta dos combatentes, assim como a resistência à mudança da estrutura social anglicana nesse estágio de crise, emergiu fortemente.

Os mecanismos de controle, representados *in persona* pelos membros mais importantes da hierarquia – os Instrumentos de Comunhão e as comissões por eles nomeadas – foram ativados para debelar a crise e, nesse intuito, propuseram medidas expiatórias para que a ofensa da TEC fosse reparada. O Relatório de Windsor – o símbolo desse período de maior autoconsciência, ou como diz Turner, máxima intensificação pragmática e simbólica – lançou sua proposta mais auspiciosa: a criação e implantação de um Pacto Anglicano (PA) para resolver definitivamente os

problemas gerados pelo conflito em torno da homossexualidade.

Antes, porém, de analisar o discurso do PA – que é o objetivo central deste artigo – é preciso compreender o fenômeno da “liminaridade” pela qual está atravessada a Comunhão Anglicana, e em função da qual é elaborado o PA.

## 1. LIMINARIDADE

A liminaridade remete à passagem ou trânsito da própria Comunhão Anglicana *qua* ator coletivo de um estado – conjunto de condições culturais dadas – no qual suas províncias autônomas respeitavam o princípio estrutural da interdependência sem necessidade de mecanismos coercitivos formais e sem maior centralização hierárquica dos Instrumentos de Comunhão, para um estado seguinte no qual tais mecanismos e centralização intentam ser a regra e o costume.

Essa passagem ou trânsito da Comunhão Anglicana de um estado estrutural (caracterizado por uma ênfase maior na autonomia provincial) a outro estado estrutural (caracterizado por uma ênfase maior na interdependência provincial), encontra-se desde 2003, com a realização do ritual de sagração episcopal de Gene Robinson, sob uma conjuntura antiestrutural de margem e liminaridade, *ipso facto* de indefinição.

Durante essa conjuntura antiestrutural, na qual se desenrola o drama social, a Comunhão Anglicana já não é mais o que era anteriormente – uma comunhão menos coercitiva e centralizadora na

qual predomina a autonomia provincial –, mas ainda não se tornou, efetiva e definitivamente, o que virá a ser realmente por necessidade: uma comunhão mais coercitiva e centralizadora na qual predomina a interdependência provincial.

Durante essa fase antiestrutural de liminaridade imperam indefinições e ambiguidades, a saber: a) O ritual de sagração episcopal de Gene Robinson foi válido em termos sacramentais porque foi fiel em matéria, forma e intenção, além de ter cumprido todos os protocolos constitucionais e canônicos de sua província; sendo assim, ele pode ser considerado, em termos de status estrutural, um bispo anglicano legítimo. Mas: ele está ou não está em plena comunhão com o Arcebispo de Cantuária? Por que o Arcebispo de Cantuária não o convidou para a Conferência de Lambeth de 2008? Como ele pode ser bispo anglicano se a maioria dos bispos anglicanos do mundo não o reconhece como bispo e nem com ele desejam manter comunhão? Afinal, ele é ou não um legítimo bispo anglicano? b) A TEC consta do rol de membros provinciais da Comunhão Anglicana, então ela é – do ponto de vista do status estrutural – uma legítima província anglicana. Mas: a TEC está ou não está realmente em comunhão com as províncias da Comunhão Anglicana? Se ela está, por que várias províncias conservadoras anunciaram pública e formalmente que não estão em comunhão com a TEC? Se ela está, por que o Arcebispo de Cantuária e os Primazes solicitaram que a TEC retirasse seus representantes do

Conselho Consultivo Anglicano? Afinal, a TEC é ou não é realmente uma província da Comunhão Anglicana? A TEC está ou não está em comunhão com as províncias da Comunhão Anglicana? c) a Comunhão Anglicana rege-se, em termos do *status* estrutural de suas províncias, pelos princípios estruturais da autonomia e da interdependência *et simul*. Assim, as províncias são autônomas e interdependentes, bem como os Instrumentos de Comunhão são apenas órgãos consultivos, sem poder de jurisdição sobre as províncias. Mas: por que a TEC realizou o ritual de sagração episcopal de Gene Robinson se a maioria de seus pares provinciais já havia reprovado tal ação? Ela está ou não está em interdependência com as demais províncias da Comunhão Anglicana? Por que os Instrumentos de Comunhão exigiram uma moratória da TEC na questão das sagrações de homossexuais assumidos e não celibatários e das bênçãos de uniões amorosas de pessoas do mesmo sexo se eles são apenas órgãos consultivos sem poder de jurisdição sobre as províncias? Por que o Arcebispo de Cantuária e os Primazes exigiram que a TEC retirasse seus representantes do Conselho Consultivo Anglicano se eles são apenas entes institucionais consultivos sem poder de jurisdição sobre as províncias? Afinal, os Instrumentos de Comunhão são ou não entes institucionais apenas consultivos? A TEC é ou não é uma província realmente autônoma?

Para contornar esse estado de liminaridade, foi elaborado o Pacto Anglicano (PA). Mas a questão que

emerge da análise discursiva do seu conteúdo é: o PA contribui decisivamente para contornar o conflito entre autonomia e interdependência e assim possibilita o equacionamento do problema da liminaridade, ou falha dramaticamente nesse intuito?

## 2. O PACTO ANGLICANO

A ideia de um Pacto Anglicano (PA) foi sugerida inicialmente pelo Relatório de Windsor em 2004. Em março de 2005, a Comissão Permanente Conjunta<sup>2</sup> (CPC) encomendou a formulação de um texto inicial para o PA, projeto que foi continuado, a partir de maio de 2006, por um grupo criado pelo Arcebispo de Cantuária e denominado Grupo de Desenho do Pacto (GDP). A primeira versão do pacto, denominada de Projeto Nassau, foi apresentada em 2007 aos Primazes; e a segunda, denominada de Projeto Santo André, foi apresentada para a discussão às províncias em 2008, ocasião em que também foi apresentada aos bispos reunidos na Conferência de Lambeth. A terceira versão do PA, denominada de Projeto Ridley-Cambridge, foi apresentada ao Conselho Consultivo Anglicano em sua reunião de maio de 2009. Finalmente, em novembro de 2009, a versão final do PA, resultante de várias alterações (sugeridas pelos Primazes, Conselho Consultivo, Conferência de Lambeth e províncias) foi distribuída pela CPC para que as províncias submetessem seu texto à aprovação de seus respectivos sínodos ou convenções gerais; única forma de transformar o PA num

documento com poder de lei no território das províncias.

O PA busca gerar *de facto*, e efetivamente gera *de jure* (pois é um ato performático), compromissos e responsabilidades mútuas entre as partes, ou seja, obrigações, direitos e deveres, a saber, regula, e neste ponto reluz sua vinculação à estrutura, um determinado tipo de relação social: a relação entre as províncias ou igrejas que compõem a Comunhão Anglicana. Assim, “o Pacto expressa os compromissos em comum que mantêm cada Igreja na relação de comunhão umas com as outras” (GEP, 2009, p. 8)<sup>3</sup>. A comunhão nesse contexto, não é aquela da *communitas* – espontânea e voltada ao âmbito interpessoal (eu – tu; face a face) – mas aquela de caráter estrutural, situada mais propriamente no âmbito dos deveres (aparato jurídico) entre instituições (aparato político) participantes do sistema social anglicano.

Todavia, segundo a ideologia – o discurso explícito vinculado a interesses implícitos de tipo estrutural – do PA, a aliança não é celebrada apenas entre as províncias que fazem parte da Comunhão Anglicana simplesmente, mas, em última análise, se constitui numa aliança com o próprio Deus. Assim, no jargão do PA, cada igreja ou província “celebra o Pacto na forma de um compromisso ao relacionamento em submissão a Deus” (GEP, 2009, p. 7). A legitimação de um acordo puramente horizontal (entre instituições humanas) é remetida a uma dimensão vertical (a relação com a divindade); dessa forma, a aliança política entre instituições tipicamente

<sup>2</sup> Formada por membros do Conselho Consultivo Anglicano e da Reunião dos Primazes.

<sup>3</sup> A referência GEP remete ao *Grupo de Elaboração do Pacto*, comissão autora do texto do Pacto Anglicano.

humanas, passa a ser justificada a partir de motivos divinos, justamente para ocultar os interesses estruturais humanos, demasiadamente humanos, dessas instituições. Formação discursiva esta típica de uma instituição de tipo religioso, cujo *modus operandi* se caracteriza *par excellence* pela transferência de responsabilidade e de sentido das ações humanas para a esfera divina, a fim de que aquelas mobilizem o poder desta. *Deus*, nesse contexto discursivo, simboliza a fonte suprema de autoridade, que põe fim a toda discussão e conflito e funda o consenso e a harmonia; a realidade que suscita a suprema obediência, e diante da qual não se admite tergiversações ou rebeliões. Para que uma província anglicana, portanto, possa obedecer – a expressão do supremo compromisso do humano com o divino – ao deus, é imprescindível que ela entre em relação pactual com seus pares.

O PA torna-se, assim, símbolo de fidelidade e reciprocidade entre as províncias da Comunhão Anglicana, ou seja, “a participação no pacto expressa uma lealdade fundada na mutualidade que uma Igreja oferece livremente a outras Igrejas” (GEP, 2009, p. 8). Aderir ao PA, todavia, não se constituiria, segundo o discurso do próprio PA, numa forma de interferência externa, ou seja, em diminuição da autonomia provincial; pois dependeria exclusivamente de cada província – aí residiria sua liberdade frente ao pacto – a sua própria adesão ao pacto, bem como sua permanência nele. Faz-se questão de frisar que a adoção do pacto não representaria

submissão a nenhuma jurisdição eclesiástica externa, e que:

Nada neste Pacto per se será considerado como alteração de cláusula alguma da Constituição e dos Cânones de Igreja alguma da Comunhão, nem limitação a sua autonomia de governo. Nos termos deste Pacto, nenhuma Igreja singular e nenhuma agência da Comunhão poderão exercer controle ou direção sobre a vida interna de outra Igreja do Pacto [...] Cada Igreja da Comunhão Anglicana, reconhecida conforme a Constituição do Conselho Consultivo Anglicano é convidada a adotar este Pacto na sua vida de acordo com seus próprios procedimentos constitucionais (GEP, 2009, p. 8).

A contradição desse tipo de discurso emerge justamente nesse ponto, afinal, o PA estipula em sua seção 3.2.1 que cada província deve, não apenas se prontificar a *refletir* sobre os conselhos dos Instrumentos de Comunhão em situações de conflito, mas a *acomodar* essas reflexões. Ou seja: os Instrumentos de Comunhão (IC) passariam a ter, com o pacto, uma autoridade discursiva frente às províncias maior do que jamais possuíram antes do pacto. E se as províncias se comprometem não apenas a refletir sobre os discursos dos IC – como era a situação anteriormente ao pacto – mas a acomodar tais discursos, então a pretensa liberdade de adesão ao pacto redundaria efetivamente no pagamento de um preço muito alto: a diminuição da autonomia provincial frente aos organismos externos à província, a saber: os Instrumentos de Comunhão.

A ideia de que a província é livre para aceitar ou não o pacto, bem como para incorporar em sua própria constituição e cânones aspectos estatuídos pelo pacto, é

vendida discursivamente como se tal fato *per se* apagassem – e aí reside a dissimulação discursiva própria da ideologia, especializada *par excellence* em suavizar interesses para assim reduzir resistências – a perda de liberdade gerada pelos compromissos e deveres intrinsecamente corrosivos da autonomia. Se antes do pacto havia clara consciência de que cada província era autônoma e por isso livre para acolher ou não as deliberações dos Instrumentos de Comunhão, sendo a comunhão interprovincial baseada apenas em laços de afeição e não em dispositivos jurídicos, agora, como exigência do pacto, a coisa muda radicalmente de figura: toma-se consciência que a comunhão interprovincial correria o risco de implodir, se deixada ao bel prazer de cada uma das partes; a solução imaginada para resolver tal imbróglio vai em direção ao pacto, que nada mais é do que obrigar formalmente – daí o discurso em torno de compromissos, deveres, lealdade, reciprocidade – as partes a fazerem o que elas deveriam fazer espontaneamente e não estão fazendo durante o conflito em torno do ritual de sagração episcopal de Gene Robinson. O pacto, nascido e gestado em meio a esse conflito, transforma os “acordos silenciosos” (Wittgenstein) da época anterior de paz, em acordos explícitos e públicos: é um clareamento das coisas, uma busca de luz que visa superar as sombras inerentes ao incômodo estágio de liminaridade.

O conflito *per se* é visto, nesse tipo de discurso, como algo essencialmente negativo e perigoso,

por causa de seu potencial destrutivo; assim, as províncias devem “buscar todas as coisas que produzam a paz e edifiquem nossa vida em comum” (GEP, 2009, p. 5), bem como tomar a firme resolução de viverem em uma comunhão de Igrejas. Essa comunhão de províncias se dá precipuamente por meio dos Instrumentos de Comunhão: afirmar a vida em conjunto só é possível, se pressupõe, “por meio daqueles Instrumentos de Comunhão que permitem que nossas Igrejas possam confluir” (GEP, 2009, p. 5): “a importância dos instrumentos de Comunhão Anglicana para subsidiar o discernimento, a articulação e o exercício da nossa fé compartilhada e vida e missão em comum” (GEP, 2009, p. 6) é afirmada e ratificada. A lógica própria do sistema é sua auto conservação, daí a tendência ao conservadorismo (manutenção do status quo e do establishment), um símbolo do medo ante as mudanças abruptas e radicais. As mudanças que o inescapável processo de adaptação exige devem, a partir dessa lógica, portanto, ser controladas pelas instâncias que modulam o sistema, e não por cada parte isolada e arbitrariamente. Assim, recomenda-se:

[...] a procurar uma visão compartilhada com outras Igrejas, por meio dos conselhos da Comunhão, sobre assuntos de importância mútua, em consonância com as Escrituras, os padrões comuns da fé e o direito canônico das nossas igrejas. Cada Igreja empreenderá ampla consulta com as outras Igrejas da Comunhão Anglicana e com os Instrumentos e Comissões da Comunhão [...] A agir com diligência, cuidado e precaução no que tange a qualquer ato que, por sua intensidade, objeto ou extensão, poderia ameaçar a unidade da Comunhão e a eficácia ou

credibilidade da missão dela [...] em situações de conflito, a participar de conversas mediadas, as quais acarretam reuniões pessoais, acordo de parâmetros e a disposição de verem concluídos esses processos (GEP, 2009, p. 7).

O todo (a comunhão global) é mais importante que as partes (as províncias), por isso a interdependência limita a autonomia; e nesse contexto os Instrumentos de Comunhão emergem como pólos de poder privilegiados, instâncias formais (atores ou agentes) que fazem acontecer (performance) a comunhão interprovincial *in concreto*. Na composição e no jogo de poder em volta dos Instrumentos de Comunhão é que se definiria, portanto, a hegemonia que determinaria em última instância a direção a ser seguida pela Comunhão Anglicana global em meio a temas controversos. Ironicamente, é do “negativo” e potencialmente “destrutivo” conflito que os Instrumentos de Comunhão capitalizam mais poder para si, e isso via pacto. As províncias com maior peso histórico, econômico, numérico e intelectual tenderiam, portanto, a se defrontarem com mais frequência pela disputa de poder com vistas à composição e tomada de decisões dos Instrumentos de Comunhão<sup>4</sup>. Dessa disputa é que resultaria a maior ou menor capacidade de transformação da instituição global<sup>5</sup>.

A afirmação da identidade anglicana no pacto se faz em contraste com uma identidade concorrente (a católica romana):

As Igrejas da Comunhão Anglicana se vinculam não por uma autoridade legislativa e executiva centralizada, mas sim pela lealdade mútua,

sustentada por meio do conselho unido dos bispos em conferência’ e dos outros instrumentos de Comunhão (GEP, 2009, pp. 5-6).

Dessa forma, o Arcebispo de Cantuária não é uma versão anglicana do papa – um bispo com poder de mando sobre seus pares – e os direitos canônicos provinciais não formam um direito canônico único global que a todas as províncias submete, à semelhança do código de direito canônico da Igreja Católica Apostólica Romana. Cantuária (Londres) para os anglicanos, portanto, não simboliza uma “autoridade legislativa e executiva centralizada” como o é o Vaticano (Roma) para os católicos romanos. Aqui, a diferenciação entre o “nós” (anglicanos) e o “eles” (católicos romanos) visa demarcar as diferenças culturais mais proeminentes entre esses dois sistemas religiosos, a fim de dissuadir qualquer ideia de que o pacto reforçaria uma identidade anglicana na qual a imagem de uma igreja mais centralizada e hierarquizada, a *la maniere* romana, sobressairia como ponto mais saliente. Na verdade, a comparação com um modelo antitético radicalmente mais centralizado e hierarquizado (o católico romano) visa escamotear o fato de que o modelo estrutural anglicano proposto no pacto é claramente mais centralizado e hierarquizado, no que tange ao papel dos Instrumentos de Comunhão, do que o era anteriormente ao conflito em torno do ritual de sagração episcopal de Gene Robinson. Essa ruptura com uma tradição anterior mais democrática – o poder disperso

<sup>4</sup> A província brasileira, por exemplo, por não dispor de nenhum desses capitais, está fadada à insignificância no contexto da estrutura global da Comunhão Anglicana; a sua estratégia para sobreviver na Comunhão Anglicana tem sido aliar-se à TEC, de quem recebeu a tradição anglicana e com quem compartilha valores e crenças na atualidade.

<sup>5</sup> Se o poder da província norte-americana liberal decorre de seu peso histórico, econômico e intelectual, o poder das províncias africanas conservadoras decorre de seu peso numérico, afinal mais da metade dos anglicanos do mundo estão no continente africano.

consubstanciado na autonomia das províncias – é discursivamente compensada com uma virada de foco para o mito das origens: a ruptura da Igreja da Inglaterra (a matriz do anglicanismo mundial) com a Igreja Católica Romana. Nega-se, por meio do exagero retórico, uma adesão ao modelo romano (o inimigo tradicional, o símbolo onipresente da alteridade, a antítese que motivou o cisma original), ao mesmo tempo em que, ironicamente, se assimilam elementos dessa demonizada estrutura eclesial: maior centralização e hierarquização; no caso anglicano, em torno dos Instrumentos de Comunhão. O PA afirma não estar caindo no centralismo e na hierarquização romana, com o objetivo não confessado de não afirmar que se está caindo numa centralização e hierarquização dos Instrumentos de Comunhão sem precedentes na tradição anglicana; o foco no elemento externo visa, portanto, desviar o foco do elemento interno.

Segundo o discurso oficial do PA, cada província é livre para aderir e, também, para se retirar do pacto. Se uma província delibera sair do pacto, não perderia nem o status identitário de igreja “anglicana”, nem o direito de enviar seus representantes oficiais aos Instrumentos de Comunhão. Mas o texto do pacto frisa que a saída de uma província do pacto não implicaria “automaticamente” nesses dois tipos de perdas; o que supõe que tais perdas ocorreriam realmente somente num estágio ulterior. Mais uma vez o preço da liberdade é muito alto: se uma igreja decide sair do pacto definitivamente, então

“perderia” efetivamente tanto seu direito de enviar representantes aos Instrumentos de Comunhão, como sua identidade/marca anglicana. Essa dupla perda – participação representativa e manutenção da identidade – funciona como sanção negativa, a saber, como punição suprema a uma transgressão também suprema: a retirada do pacto. O pacto, portanto, passa a ser simbolicamente, o critério decisivo para o pertencimento à Comunhão Anglicana. Não seria possível permanecer como membro provincial da Comunhão Anglicana a não ser que se subscreva e se permaneça no pacto. Rejeitar o pacto, após ter aderido a ele, é, na verdade, assinar uma auto-sentença de excomunhão!

Assim:

Qualquer Igreja do Pacto poderá decidir retirar-se do Pacto. Embora tal retirada não resulte em retirada automática dos Instrumentos nem em repúdio do caráter anglicano daquela Igreja, ela suscita questionamento sobre a interpretação do Pacto e a compatibilidade com os princípios nele contemplados e leva à aplicação das disposições previstas na cláusula 4.2.2 acima (GEP, 2009, p. 9 – itálico nosso).

As disposições previstas na cláusula 4.2.2 e congêneres são bastante claras: uma Comissão Permanente Conjunta (CPC) – formada por membros da Reunião dos Primazes e do Conselho Consultivo Anglicano – teria o poder de “supervisionar” o funcionamento do Pacto na Comunhão Anglicana, ou seja, de “fiscalizar” se as províncias estão cumprindo ou se compatibilizando com os princípios pactuados ou não, ou mesmo se estão ou não “interpretando” o pacto adequadamente. Neste ponto dois

aspectos reluzem: 1) uma instância exterior à província – a CPC – a fiscalizará e supervisionará; o que limita sua autonomia, e que significa na prática, uma ingerência externa; 2) tal controle social atingirá até o nível mais profundo da consciência (a capacidade de interpretação) e não somente a dimensão da práxis. Tanto a “interpretação” de aspectos do pacto, como a “obediência” prática aos seus princípios e postulados pactuados, estariam sob o controle dessa nova instância criada pelo pacto: a CPC.

Essa CPC – que ninguém sabe quantos membros possuirá e nem se será nomeada pelo Arcebispo de Cantuária ou eleita no âmbito da Reunião dos Primazes e do Conselho Consultivo Anglicano –, portanto, emerge como uma instância inquisitorial e disciplinar: fiscaliza, patrulha e controla o pensamento e a prática das províncias, bem como julga sua lealdade e sugere punições aos desviantes; algo inédito na história do anglicanismo.

De um estágio anterior, no qual as províncias faziam sua livre adesão à Comunhão Anglicana e nela permaneciam – e isso sem necessidade de instrumentos coercitivos formais –, passa-se a um novo estágio, em que a adesão e a permanência são controladas por uma instância inquisitorial supra provincial; ou seja, as províncias não são visadas pelo pacto como entes livres e maduros o suficiente para gerirem sua própria identidade por conta própria, mas precisam ser tuteladas por uma instância exterior, de caráter aristocrático e reduzido *in extremis* em termos de

representação e legitimidade, diga-se *en passant*:

Será atribuição da Comissão Permanente Conjunta do Conselho Consultivo Anglicano e da Reunião dos Primazes, ou de qualquer órgão que o suceder, supervisionar o funcionamento do Pacto na vida da Comunhão Anglicana (GEP, 2009, p. 8).

Assim, em seu afã inquisitorial, a CPC pautará sua ação em três fases: 1. Ao surgir alguma questão atinente à interpretação do Pacto ou à sua compatibilidade com os princípios nele incorporados, a Comissão Permanente Conjunta poderá solicitar a qualquer Igreja do Pacto que postergue a ação até que os processos abaixo previstos forem concluídos (GEP, 2009, p. 8); 2. Se uma Igreja se recusa a postergar uma ação controversa, a Comissão Permanente Conjunta poderá recomendar a qualquer Instrumento de Comunhão, consequências relacionais que acarretem uma restrição provisória de participar daquele Instrumento até a conclusão do processo abaixo previsto (GEP, 2009, p. 8); 3. Com fundamento no aconselhamento recebido, a Comissão Permanente Conjunta poderá fazer recomendações às Igrejas da Comunhão Anglicana ou aos Instrumentos da Comunhão no que tange às consequências relacionais. Essas recomendações poderão abordar a extensão em que a decisão de uma Igreja do Pacto de continuar com um ato ou decisão determinada ‘incompatível com o Pacto’ prejudica ou limita a comunhão entre aquela Igreja e as outras Igrejas da Comunhão. A recomendação poderá indicar se tal ato ou decisão deve ter uma

consequência referente à participação da vida da Comunhão e de seus Instrumentos. Cada Igreja e cada Instrumento determinarão sua própria resposta às recomendações acima mencionadas (GEP, 2009, p. 9).

O problema, do ponto de vista da consistência interna do PA, é que a CPC não tem poder de decisão, em caráter final, no que tange à questão da suspensão de uma província rebelde. Cada Instrumento de Comunhão, bem como cada província decidiria, em última instância, que *consequências relacionais* haveria para a província rebelde ao pacto. E nesse ponto a crise retornaria, pois como se evidenciou no caso do ritual de sagração episcopal de Gene Robinson, as províncias nem sempre são capazes de construir um consenso tal que possa debelar o conflito: enquanto algumas províncias romperam com a TEC, outras permanecerem em comunhão com ela, abrindo espaço para a liminaridade na Comunhão Anglicana.

A CPC poderia fazer *solicitações* (que poderiam ser rejeitadas) a uma província rebelde, e *recomendações* (que também poderiam ser rejeitadas) aos Instrumentos de Comunhão ou a cada província da Comunhão Anglicana; mas a CPC – que fiscaliza, mas não pode punir, pois não tem poder de jurisdição – ditar a lei e punir os transgressores – sobre províncias e Instrumentos de Comunhão. O conflito, portanto, entre autonomia *versus* interdependência se perpetuaria, pois a CPC, à semelhança dos Instrumentos de Comunhão, não

teria poder de jurisdição sobre as províncias.

O PA não estipula uma decisão final do conjunto, enquanto tal, das províncias (por maioria, através de votação), mas apenas que cada província decidiria, individualmente, em última instância, que *consequências relacionais* haveria para a província rebelde. Tal postura é coerente com a ideia da autonomia provincial, pois nada – nem mesmo uma hegemonia entre províncias irmãs – poderia anular a autonomia de uma província individualmente, submetendo-a a autonomia de outras províncias; o poder de uma minoria de províncias não poderia ser encapsulado nem mesmo pela maioria de províncias.

## CONCLUSÃO

Se o PA estivesse em vigor antes da realização do ritual de sagração episcopal de Gene Robinson em 2003, não teria, a rigor, alterado o panorama da crise atual, pois caso a CPC – supondo-se que fosse formada por uma maioria conservadora, como é conservadora atualmente a maioria dos representantes tanto da Reunião dos Primazes como do Conselho Consultivo Anglicano – tivesse *solicitado* à TEC que postergasse a sagração, seu pedido não seria atendido, como também não foi atendido o pedido análogo dos Instrumentos de Comunhão, instâncias superiores à CPC.

Caso a CPC, nesse cenário hipotético, *recomendasse* aos Instrumentos de Comunhão e a cada província da Comunhão Anglicana que a TEC fosse suspensa ou eliminada da comunhão global;

algumas províncias aceitariam essa recomendação, enquanto outras a rejeitariam. Dessa forma a liminaridade permaneceria, pois a TEC estaria e não estaria, ao mesmo tempo, em *comunhão* com as províncias (algumas) da Comunhão Anglicana. E mesmo que os Instrumentos de Comunhão, em sua totalidade<sup>6</sup>, deliberassem suspender a participação dos representantes da TEC em seu âmbito, isso não acarretaria sua eliminação da Comunhão Anglicana, pois algumas províncias ainda deliberariam manter

a comunhão com a TEC; o que faria a liminaridade se perpetuar, dessa feita nascendo do fosso entre províncias e Instrumentos de Comunhão. Ou seja: nem o PA e nem a CPC resolveriam o verdadeiro problema da Comunhão Anglicana: o conflito entre dois princípios estruturais: autonomia *versus* interdependência. Assim, pode-se concluir que o novo fundamentalismo<sup>7</sup> anglicano, simbolizado pelo PA e gestado pela maioria conservadora, é inócuo para acabar com a crise.

<sup>6</sup> O que não ocorreu durante a crise após o ritual de sagração de Gene Robinson em 2003, pois o Arcebispo de Cantuária não deixou de convidar os bispos da TEC para a Conferência de Lambeth de 2008, mesmo após sugestão do Relatório de Windsor na direção de que os representantes da TEC se retirassem voluntariamente da Reunião dos Primazes e do Conselho Consultivo Anglicano.

<sup>7</sup> "O Pacto expressa os compromissos em comum que mantêm cada Igreja na relação de comunhão umas com as outras. O reconhecimento do texto deste Pacto e a fidelidade a ele possibilitam o reconhecimento mútuo e a comunhão [...] implica reconhecimento daqueles elementos que deverão ser mantidos na sua própria vida para sustentar o relacionamento de comunhão compactuada aqui estabelecida [...] Reconhece estes elementos como fundamentais para a vida da Comunhão Anglicana e para os relacionamentos entre as Igrejas participantes do Pacto" (GEP, 2009, p. 8 - itálicos nossos).

## BIBLIOGRAFIA

GEP [GRUPO DE ELABORAÇÃO DO PACTO]. *O Pacto Anglicano*. Londres: Comunhão Anglicana, 2008.

SOARES, Aldenor A. *O Bispo é Gay! Conflito Ritual e Homossexualidade no Anglicanismo Contemporâneo (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFBA/PPGA, Salvador (BA), 2011.

\_\_\_\_\_. *Sociologia do Anglicanismo*. Olinda: Editora Livro Rápido, 2003.

TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester: Manchester University Press, 1996 [1957].

\_\_\_\_\_. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EDUFF, 2005 [1967].

\_\_\_\_\_. *The Drums of Afflictin: A Study of Religious Processes among the Ndembu of Zâmbia*. Oxford: The Clarendon Press, 1968.

\_\_\_\_\_. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974 [1969].

\_\_\_\_\_. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008 [1974].

\_\_\_\_\_. *From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play*. London: PAJ Publications, 1982a.

Recebido 07/07/2015

Aceito 06/08/2015

## **A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA, SÉCULOS XVI - XVIII**

**JEAN PAUL GOUVEIA MEIRA<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

Esse artigo propõe analisar como se deu a permanência dos religiosos da Companhia de Jesus na Capitania Real da Paraíba, ao longo dos séculos XVI a XVIII, mesmo com a forte perseguição que sofreram por parte dos moradores e autoridades metropolitanas. Longe de serem "expulsos" da referida capitania, os jesuítas contribuíram diretamente com o processo educativo desenvolvido pelo sistema colonial, ao catequizarem e educarem indígenas e não indígenas, além de possuírem prestígio e atuarem em redes com os mais diversos agentes da colonização portuguesa, através de relações de poder, clientelismo e alianças. Para a efetivação desta pesquisa, encontrei manuscritos coloniais do fundo do Arquivo Ultramarino de Lisboa, Portugal, que me permitiram registrar a presença dos inicianos pela Paraíba no decorrer do período colonial.

**Palavras-chave:** Capitania da Paraíba; Educação e Jesuítas.

### **Abstract:**

This article aims to analyze how was the residence of the Religious Society of Jesus in the Real Captaincy of Paraíba, throughout the centuries XVI to XVIII, even with the strong persecution suffered by the residents and metropolitan authorities. Far from being "kicked out" of that captaincy, the Jesuits contributed directly to the educational process developed by the colonial system, the catequize and educate indigenous and non-indigenous, besides their prestige and act in networks with the most diverse actors of Portuguese colonization through relations of power, patronage and alliances. For therealization of this research, I found

manuscripts of the colonial background of the Overseas Archives in Lisbon, Portugal, which enabled me to record the presence of the Ignatian Paraíba during the colonial period.

## **A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA, SÉCULOS XVI - XVIII**

Os jesuítas foram os primeiros missionários a chegarem na Paraíba, a partir de 1585, quando as terras desta região foram tomadas dos indígenas Potiguara nas guerras de conquista que culminaram na criação da Capitania Real da Paraíba. Ao lado de clérigos de outras ordens, como os beneditinos, carmelitas e franciscanos, os inicianos (como também eram conhecidos os jesuítas) se tornaram os principais agentes educativos da população local, e, principalmente, da catequização dos povos indígenas.

Desde 1549, a Companhia de Jesus foi o principal meio de promoção da educação no Brasil: fundaram colégios e aldeamentos nos principais centros populacionais; formaram sacerdotes para a catequese; além de instruírem indígenas e não indígenas nas primeiras letras, na doutrina cristã, na matemática, na música, artes e retórica, dentre outros ensinamentos (FERREIRA, 2012, p. 20).

Até mesmo a idealização dos aldeamentos coloniais foi mais uma realização dos jesuítas no Brasil, ou seja, espaços de possibilidade para a conversão dos indígenas na doutrina cristã, mas também da tradução dos rituais católicos para a dinâmica interna dos povos indígenas aldeados (POMPA, 2003).

<sup>1</sup>Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA).  
jeanpaulgmeir@gmail.com

Vale ressaltar que os aldeamentos coloniais desempenhavam outras funções para além das atividades religiosas ou pedagógicas, como por exemplo a função militar, pois servia como “muralha” ou barreira para a proteção dos moradores contra ataques dos inimigos da Coroa portuguesa, notadamente dos indígenas, localizados nos imensos sertões<sup>2</sup> da América portuguesa, hostis às políticas implementadas pelos colonizadores (PUTONI, 2002).

Os primeiros jesuítas a chegarem na Paraíba foram Jerônimo Machado, Simão Travassos e Baltasar Lopes, que vieram juntamente com a expedição de conquista, pois eram conhecedores da língua Tupi, e serviram de interpretes e

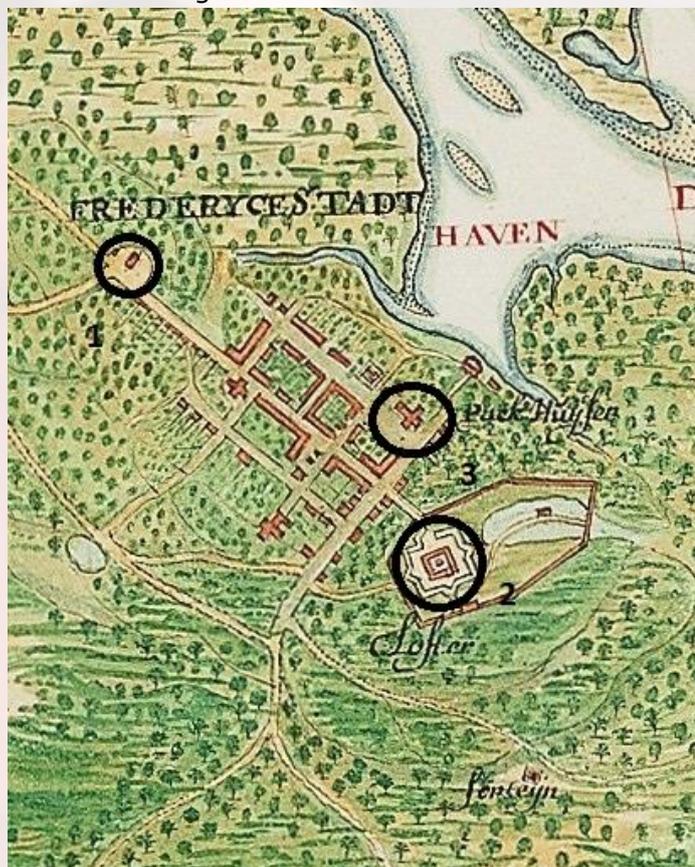
“diplomatas” nas negociações travadas com os indígenas, além de cronistas da própria guerra, como fizeram a pedido do visitador da Companhia de Jesus ao Brasil, o padre Cristóvão de Gouvêa, escrevendo-as no “Sumário das Armadas” (ANÔNIMO, 1983).

Quando a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves foi fundada, em 1585, a pedido de Frutuoso Barbosa<sup>3</sup>, os jesuítas edificaram a Igreja de São Gonçalo, localizada nos limites da pequena cidade. Na descrição de Elias Herckmans: “[...] é uma igrejainha, ou, para melhor dizer, uma simples capela com a denominação de São Gonçalo” (HERCKMANS *apud*. AZEVEDO, 2011, p. 2016).

<sup>2</sup> O sertão colonial sempre se mostrou nos relatos de viajantes e cronistas como o oposto do litoral, no sentido de desconhecido, misterioso, perigoso, selvagem, etc. O sertão também era tido como um espaço a ser dominado ou explorado. Cf. ARRUDA, 2000.

<sup>3</sup> Frutuoso Barbosa foi um rico comerciante e administrador português no Brasil, principal responsável pela conquista da Paraíba, sendo o primeiro governador desta capitania entre 1582 a 1585, voltando ao governo entre 1586 a 1592.

Figura 1 – Frederica Civitas



Fonte – Gravura de Jan Van Brosterhuisen, presente no livro *Rerum in Brasilia et alibi gestarum* (1647) de Barleus. REIS FILHO *apud* AZEVEDO, 2011, p. 2017

Legendas – 1 – Igreja de São Gonçalo; 2 – Convento São Francisco; 3 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves

Embora a cartografia seja datada do período da ocupação holandesa, no século XVII, as instituições religiosas que no momento nos interessa, desde as suas origens, haviam se estabelecidos precisamente de acordo com a figura 1. Podemos perceber que ao redor da Igreja de São Gonçalo existiu uma grande extensão de terras, que eram propriedade dos jesuítas, e, segundo Irineu Ferreira Pinto, muito próximo se encontrava um aldeamento dos Tabajara, sob a liderança de Piragibe (PINTO, *apud*. AZEVEDO, 2011, p. 2016).

O frei Jaboatão<sup>4</sup> afirmou que ficaram os indígenas "desta Aldeia do Braço de Peixe [Piragibe] não só em paz com os nossos e à obediência do Rei, mas também admitidos ao grémio da Igreja, e entregues à doutrina dos Padres Jesuítas, sendo a primeira Aldeia do gentio que recebeu a fé nesta Capitania" MOURA FILHA, 2002, p. 63).

Em correspondência, datada em 5 de setembro de 1588, o padre Serafim Leite afirmou ao Provincial do Brasil: "Na Paraíba podem continuar a estar alguns dos Nossos *per modum missionis*. Entretanto, escreve-se a Portugal que façam diligência para haver de Sua Majestade o sustento necessário para os que ali tiverem de estar. E assim que tiverem sustento, se porá ali residência formada" (Ib. p. 163). A posse dessas inúmeras terras, somada ao poder e prestígio que desfrutavam os ditos clérigos, mas também a educação e catequese que praticavam junto aos indígenas, incomodavam outros religiosos na

Paraíba, notadamente os franciscanos.

Porém, houveram atritos também com membros da administração colonial, pois desde o momento em que os franciscanos chegaram na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1589, o então governador Frutuoso Barbosa passou a responsabilidade do controle de todos os aldeamentos desta capitania para estes religiosos, com a exceção do aldeamento controlado por Piragibe, que continuou sob controle dos jesuítas (Ib. p. 164).

No final do século XVI, os jesuítas tiveram atritos com o governador Feliciano Coelho de Carvalho<sup>5</sup>, por causa da questão referente à escravidão dos povos indígenas. Vale ressaltar que a "Lei de Liberdade dos Gentios", de 1570, possuía um caráter duplo: existia um tratamento legal diferenciado para indígenas amigos e inimigos. Para os chamados "índios aliados", a liberdade seria garantida desde que estes aceitassem "a política dos descimentos"<sup>6</sup> e a conversão das suas almas a fé Cristã. Por sua vez, os inimigos poderiam se tornar escravos, desde que sejam combatidos em "guerra justa" (PERRONE, 2008).<sup>7</sup>

Os jesuítas eram os religiosos que mais pressionavam à Coroa portuguesa para proibir a escravidão indígena, e isto se chocava diretamente com os interesses dos moradores das principais vilas e cidades, pois almejavam usufruir da mão-de-obra escrava para as lavouras, notadamente no cultivo da cana-de-açúcar, e demais serviços.

<sup>4</sup> Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695 – 1779) foi um frade franciscano, nascido em Santo Amaro, na Capitania de Pernambuco. Dentre suas várias obras se destacou "Crônica da Província de Santo Antônio do Brasil.

<sup>5</sup> Feliciano Coelho de Carvalho foi um administrador português que governou a Paraíba entre 1592 e 1596.

<sup>6</sup> A política dos descimentos consistia no deslocamento de povos indígenas das suas aldeias de origem para os aldeamentos missionários.

<sup>7</sup> A "guerra justa" já havia sido adotado pelos portugueses na Península Ibérica durante séculos de conflitos com muçulmanos e judeus, e adotado na América Portuguesa para àqueles indígenas que resistiam à conversão ou a aceitação da doutrina Cristã.

Outro motivo que gerou mais problemas entre o governo da Paraíba e os jesuítas foi a transferência da aldeia de Piragibe para uma região mais ao interior dos limites da cidade de Filipéia, decisão que foi avaliada negativamente pelos ditos clérigos como “[...] um despreço à ação catequética e religiosa, sobrepujada pelas preocupações materiais, de ordem militar e econômica” (BURUTY, 2004, p. 166).

Diante destas desavenças, os jesuítas foram, de fato, expulsos ou afastados da Paraíba em 1593? Em 25 de agosto de 1671, os oficiais da Câmara da Paraíba escreveram uma carta ao príncipe regente D. Pedro pedindo uma ordinária dos dízimos da capitania para o sustento dos padres da Companhia de Jesus:

Senhor

Recebemos de Vossa Alteza em 15 de janeiro do presente ano, e obedecendo a ela solicitamos Relação das sobras da Fazenda Real de Vossa Alteza, e pedindo ao provedor da dita Fazenda de nela achamos haver sobrado até o presente; dois contos, quatrocentos e sessenta mil réis, e de hoje em diante serão as sobras duplicadas, pelo aumento que esperamos a esta capitania com a bela paz que neste meio tempo de Vossa Alteza nos tem Deus concedido, essa nos da ocasião a que prostrados com a devida humildade representemos a Vossa Alteza o quanto carece esta capitania [sic.] da assistência dos padres da Companhia de Jesus, que até o presente nem a terra era capaz para nos defendermos, nem o estrondo das armas inimigas que nos obrigaram a metê-las nas mãos dos nossos filhos, em princípio de suas idades, nos dava lugar e solicitamos este bem; porém hoje com a tranquilidade de paz achamos neles a falta daquela arma

espiritual, e temporal, a qual, com particular Dom de Deus sabe administrar a sagrada Companhia, pois ainda os mais [sic.] sujeitos de outra qualquer Religião dirão que desta Companhia sagrada tirarão os embargos do seu Regimento, e dela podemos gozar de tão particular bem; pedimos Senhor prostrados aos Reais pés de Vossa Alteza nos conceda uma ordinária aplicada nos dízimos desta capitania para o sustento dos ditos padres da Companhia, para que possamos aproveitar da sua espiritual lavoura. [...] ((AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 78).<sup>8</sup>

Diante do exposto, podemos perceber que, de fato, os jesuítas permaneceram na Paraíba desde a sua chegada, ainda no século XVI, embora em número de representantes bem menor se comparados a outras ordens religiosas. Essas, por sua vez, possuíam conventos na cidade, ao menos maiores possibilidades para a catequização e educação.

Entretanto, o prestígio que os jesuítas adquiriram junto à educação dos colonos era a garantia da sua presença nestas terras por um demasiado tempo. Em outras palavras, o poder espiritual e temporal que desfrutava grande parte dos padres da Companhia de Jesus em toda a América Portuguesa facilitou a colonização, a ocupação e a manutenção das terras do interior da Paraíba em favor da Coroa portuguesa, após um período de guerras contra os holandeses, entre 1645 e 1654.

Para tanto, em 7 de outubro de 1675 foi realizada uma consulta do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba, que reforçaram o pedido dos

<sup>8</sup> Optei pela utilização das citações mais próxima possível da língua portuguesa atual para os manuscritos coloniais presentes neste artigo, pois facilita a compreensão dos leitores.

oficiais da Câmara, pedindo maior assistência dos padres da Companhia de Jesus:

Senhor

O sexto ponto sobre o que pedem os moradores da Capitania da Parahiba, representando a Vossa Alteza a paz que logrão no feliz Governo de Vossa Alteza, e prostrados aos seus Reais pés lhe representam carece aquele povo da assistência dos padres da Companhia, para lhe encarregarem a doutrina de seus filhos, pois com particular dom de Deus a sabem administrar, e ser do seu [sic.]; e pedem para este efeito a Vossa Alteza lhes conceda uma ordinária, paga pelos dízimos daquela capitania para o sustento dos ditos padres.

E pela informação de Inácio Coelho [governador] declara que os ditos padres farão naquela capitania muito fruto, como nas mais conquistas em que assistem, e que no tempo de seu governo intentaram a maior parte daqueles moradores admiti-los, comunicando o com ele; porém é certo não poder fazer sem Vossa Alteza lhe mandar nomear ordinária, como se fez aos Capuchos, que ali tem convento, porque os moradores ainda hoje podem pouco, e mais não se conformam todos, como vi alguns com menos inclinação a estes Religiosos, porém que também há morador, que com zelo oferecera naquela ocasião trez mil cruzados de sua fazenda para se principiar a Igreja, que é Antônio Cardoso de Carvalho, e é o que quer levantar a sua custa a força da Restinga [Fortaleza de Cabedelo que foi bombardeada pelos holandeses], como se fez presente a Vossa Alteza em Consulta de nº 2. [...] ((AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 94).

O pedido dos moradores e oficiais da Câmara não diz respeito à ausência dos padres jesuítas na Paraíba, mas sim do ordinário ou ajuda de custo para o fortalecimento

da sua presença e atuação, notadamente na educação dos filhos dos colonos, assim como da reconstrução da sua Igreja, e a criação de uma casa conventual e de um colégio.

Em 15 de novembro de 1683, nova consulta do Conselho Ultramarino, desta tona ao rei D. Pedro II, acerca das cartas que moradores e outras autoridades da Paraíba escreveram na busca não somente do aumento da presença jesuíticas na capitania, mas na fundação do colégio:

Senhor

Alexandre de Souza Azevedo, capitão-mor da Capitania da Parahiba, por carta de 30 de setembro do ano passado representa a Vossa Majestade que os moradores daquela capitania lhe pediam em grande instância que se representa a Vossa Majestade o desejo que tem de ver fundado nela um colégio da Companhia de Jesus, e as grandes [sic.] que havia para isto e lhes conceder como era a falta da doutrina que padeciam eles, e seus filhos e escravos; e o gentio que está situado pelo sertão de toda aquela capitania por falta de missionários que os cultivem, e os reduzam a fé e como para este efeito não haviam sujeitos mais a propósito que os Religiosos daquela Companhia, em sua assistência naquela capitania e conseguiria sem dúvidas a reformação em tudo de todas elas.

Nesta mesma conformidade escrevem a Vossa Majestade os oficiais da Câmara, e vigário da dita capitania, o governador e bispo de Pernambuco pedindo todos uniformemente lhes conceda este [sic.]

E dando-lhe de todas vista ao Procurador da Coroa, respondeu que ainda que da piedade católica de Vossa Majestade pudessem os moradores da Capitania da Parahiba

do Norte esperar lhes fizesse a mercê que pertenciam em tudo parecia que a eles não devia diferir pelos inconvenientes que se seguiam destas fundações, que de ordinário costumava Vossa Majestade proibir, a principal dos quais era o dano que se seguia aos vassallos de Vossa Majestade diminuindo-lhes os seus patrimônios, que se haviam de [sic.] não só para o sustento dos Religiosos, mas para a fundação, ficando por este modo a fazenda dos vassallos feita [?] e Vossa Majestade com grande detrimento; principalmente remediando-se esta necessidade que [incultavam?], com os missionários, como lhe presente se fizera, para o que devia Vossa Majestade encarregar ao Bispo, e mais prelados se continuasse com as missões, mandando para elas os mais, que fosse possível.

Ao Conselho pareceu o mesmo que ao Procurador da Coroa; Lisboa 15 de novembro de 1683 ((AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 2, D. 123).

Portanto, a busca pela fundação do colégio da Companhia de Jesus na cidade da Parahyba acompanhou o projeto de interiorização e contato com as populações indígenas no sertão. Uma experiência não somente doutrinária, como também militar dos jesuítas, prova disto estava acontecendo em outras capitanias. Assim, haveria a possibilidade de conquista de novas terras, a catequização e educação de indígenas e não indígenas, mas, principalmente, o aumento dos rendimentos da capitania da Paraíba, assim como da Coroa portuguesa.

Outra questão de extrema importância reside nas disputas entre missionários, moradores e indígenas pela questão da terra, e a presença de mais jesuítas poderiam atrapalhar o interesse de alguns moradores da Paraíba com relação aos seus

rendimentos, afora o anterior debate acerca da postura da Companhia de Jesus contrária a escravidão dos povos indígenas.

Em 6 de novembro de 1700, o rei D. Pedro II elaborou um decreto ordenando o Conselho Ultramarino consultar o que fez o anterior capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria(AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 3, D. 238), acerca das missões da capitania, e o que propôs a Junta das Missões (Cf. GATTI, 2011)para encarregar algumas dessas missões aos padres da Companhia de Jesus, dando-lhes cônica e residência.

A existência da residência dos padres jesuítas na cidade da Parahyba<sup>9</sup> pode ser atestada no requerimento que os mesmos fizeram ao rei D. João V, em 30 de outubro de 1728, solicitando que a sua casa na Paraíba seja transformada em colégio e colocada sob a proteção real, além de pedirem renda suficiente para sustenta-los e edificarem uma nova igreja(AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560).

A localização da residência dos jesuítas era próxima à capela ou ermida de São Gonçalo, primeira igreja, que a esta altura estava em ruínas. Daí, portanto, a necessidade de reconstrução não somente da igreja, mas da fundação de um colégio, como podemos atestar em novo requerimento dos padres da Companhia de Jesus, ao rei D. João V, datado em 5 de julho de 1730, solicitando a fundação de um colégio independente do de Olinda, onde possam viver dez ou doze religiosos ((AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632).

<sup>9</sup> Após o processo de expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654 a então cidade Frederica, antiga cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves, passou a se chamar Parahyba do Norte.

Nesse contexto, os conventos e igrejas também serviram de alojamento para viajantes e moradores de outras regiões, e os jesuítas passaram a se aproveitar do seu espaço na capitania da Paraíba. Outras autoridades necessitavam da disposição dos membros das ordens religiosas para cederem casa ou moradia temporária para forasteiros: em 29 de agosto de 1746, houve uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o pedido dos oficiais da Câmara da Paraíba para que se pudesse construir um anexo à igreja dos padres jesuítas, com a finalidade de recolhimento para filhos dos moradores de fora da cidade de Parahyba(AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177).

De acordo com José Octávio de Arruda Mello: "os padres da Companhia de Jesus fundaram, sob a liderança de Gabriel Malagrida<sup>10</sup>, em 1745, um seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades, funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral" (MELLO, 2012, p. 17). A fundação do colégio só ocorreu mesmo em 1749 graças à doação de trinta cruzados feita pelo casal Manuel Antônio Lima e Luísa do Espírito Santo, conforme uma consulta do Conselho Ultramarino, de 19 de setembro do referido ano, ao rei D. João V, solicitando a licença para a edificação do colégio (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 15, D. 1281).

Vale ressaltar que outros estabelecimentos de ensino, sobre a responsabilidade de membros da Igreja Católica, já se encontravam em funcionamento na capitania da Paraíba. No entanto, não possuíam a

estrutura e o elemento humano necessário ao desenvolvimento do ensino, quando comparado ao colégio fundado pelos padres jesuítas (FERREIRA, 2012, p. 17).

## **A PERSEGUIÇÃO DOS JESUÍTAS NO PERÍODO POMBALINO**

Na segunda metade do século XVIII ocorreu a implantação da Lei do Diretório dos Índios<sup>11</sup>, pelo então ministro do rei D. José I, o marquês de Pombal. Com o objetivo de "civilizar" (ELIAS, 1994) homens e mulheres indígenas, o também chamado Diretório Pombalino visava a transformação dos antigos aldeamentos na América Portuguesa em vilas de índios.

Em outras palavras, as tradicionais aldeias missionárias poderiam se tornar vilas de índios, que seriam governadas por juízes ordinários, vereadores e demais oficiais de justiça; ou lugares de índios, aldeias independentes e governadas pelas lideranças indígenas, sob o comando dos diretores. A mudança mais significativa foi a proposta de assimilação: a proibição dos costumes indígenas nas aldeias, a imposição da língua portuguesa, o forte incentivo ao casamento com os não indígenas, etc. (ALMEIDA, 2010, p. 110).

Na tentativa de buscar tal intuito, a Coroa portuguesa facilitou a entrada de não indígenas nos aldeamentos tendo em vista o desaparecimento dos costumes ou práticas culturais dos povos indígenas, mas, principalmente, a perda das suas terras. Entretanto, os povos indígenas cada vez mais se fortaleceram, na medida em que se

valiam dos direitos assegurados pela condição de aldeados garantindo assim a posse das suas terras. As lideranças foram importantes neste processo, pois só licitaram mercês, inclusive sesmarias, pelos serviços prestados à coroa portuguesa e fortaleceram o seu poder dentro dos aldeamentos coloniais.

Em várias regiões, algumas lideranças indígenas se tornaram oficiais das câmaras, outras vereadores, e muitos participaram dos tradicionais cargos militares nos aldeamentos, mas também do novo cargo de capitão-mor das ordenanças nas novas vilas de índios. Vale ressaltar ainda que todos estes postos estiveram à mercê do comando dos diretores (LOPES, 2009, p. 10).

Desse modo, a lei do Diretório necessitava atender as reivindicações dos chefes indígenas pela manutenção das terras coletivas e dos seus respectivos direitos, mesmo quando objetivava reforçar novas concessões para as lideranças, na tentativa de desestabilizar os grupos aldeados, ao provocar relações de desigualdade entre os seus membros.

Esse foi o contexto de perseguição sob comando do Marquês de Pombal para com os membros das mais diversas ordens religiosas que atuavam no Brasil, pois seu intuito era a criação de escolas e formas de educação laica, dentro dos princípios iluministas em voga na Europa.

A ação educadora promovida pelos jesuítas na cidade da Parahyba não durou até 1759, por mais que neste ano, por determinação do Marques de Pombal, os membros da

Companhia de Jesus foram “expulsos” do Brasil. Na verdade, eles permaneceram atuando em seus ofícios, mesmo com a forte perseguição. Porém, seus bens foram confiscados, conforme nos asseverou José Octávio de Arruda Mello:

[...] Seus bens, constantes de fazendas de gado como escravaria nos termos de Mamanguape, Piancó, Cariri e Itabaiana, sobrados, casas e vários fogos aforados na capital, onde só o convento viuse avaliado em 12.000\$000, foram confiscados. Como resultados ficaram imediatamente desassistidas as missões religiosas mantidas pela Companhia de Jesus em Alhandra, Jacoca, Taquara, São Miguel da Baía da Traição, Mamanguape e Pilar (MELLO, op. cit. p. 18).

Diante do exposto, podemos perceber um número grande de missões jesuítas na Paraíba, ao longo do século XVIII, graças a sua influência e experiência na prática educativa entre os colonos. A “expulsão” dos padres jesuítas provocou uma série de revoltas e contestação por parte dos moradores da capitania da Paraíba.

Em 16 de junho de 1765, o governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, enviou uma carta ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, reclamando da falta de mestres de gramática, tendo em vista a “expulsão” dos padres da Companhia de Jesus (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 23, D. 1759).

O governador Jerônimo José de Melo e Castro, pouco tempo depois, em 23 de abril de 1766, emitiu um ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier, comunicando, mais

uma vez, da necessidade de se prover a capitania da Paraíba novos mestres de gramática (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 23, D. 1783).

Por sua vez, os oficiais da Câmara da Paraíba escreveram uma carta ao rei D. José I, datada em 30 de abril de 1772, sobre a necessidade de professores para substituírem os jesuítas, que ainda permaneciam no lugar, e propondo o aproveitamento dos clérigos das ordens de São Bento, São Francisco e do Carmo, existentes na cidade da Parahyba (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 25, D. 1925).

Por fim, em 6 de novembro de 1776, o governador da Paraíba,

Jerônimo José de Mello emitiu um ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sobre a capitania ter ficado sem mestres de gramática, e propôs que os padres franciscanos exercessem a função(AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 25, D. 1977).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No antigo conjunto jesuíta, construído nas primeiras décadas do século XVIII, funciona atualmente a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizada na Praça dos Três Poderes, vizinho ao Palácio do Governo do Estado, na então cidade de João Pessoa.

Figura 2 – Faculdade de Direito da UFPB



Fonte: <http://patrimonioparaiba.blogspot.com.br/2013/07/predio-de-faculdade-de-direito-antigo.html> Acesso em: 26 mai. 2015

Embora tenha sofrido algumas modificações, o prédio conserva características originais do Barroco Colonial. A antiga igreja de São Gonçalo, depois igreja de Nossa Senhora da Conceição, foi demolida

para dar lugar ao mausoléu do antigo presidente de Estado da Paraíba na República, João Pessoa, e sua esposa. O conjunto também foi a primeira sede do Lyceu Paraibano,

# Mnemosine Revista

Volume 6, n.3, jul/set 2015

fundado em 1836, um dos mais antigos colégios da Paraíba.

Contudo, a presença dos jesuítas na Paraíba deixou importantes contribuições para o processo educativo desenvolvido na

região ao longo dos séculos, prova disso que tanto o Lyceu Paraibano, quanto outras escolas, fundadas posteriormente, incorporaram as heranças pedagógicas desse "passado" missionário.

## FONTES CONSULTADAS

### 1. MANUSCRITOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA – PORTUGAL

#### 1.1. Manuscritos Avulsos da Capitania Real da Paraíba<sup>1</sup>

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 78. *Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao príncipe regente D. Pedro, acerca das sobras da Fazenda Real, em que pedem uma ordinária aplicada aos dízimos da capitania, para o sustento dos padres da Companhia de Jesus, e uma esmola para a reedificação e ornamentação da Igreja Matriz; e em que tecem elogios ao governador Inácio Coelho da Silva.* Cidade de Nossa Senhora das Neves, 25 de ago. 1671. AHU – Paraíba.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 94. *Consulta do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba, em que pedem assistência dos padres da Companhia de Jesus.* Lisboa, 7 de out. 1675. AHU – Paraíba.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 2, D. 123. *Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Souza Azevedo, e de outras autoridades da Paraíba, acerca dos moradores quererem fundar um colégio da Companhia de Jesus.* Lisboa, 15 de nov. 1683. AHU – Paraíba.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 3, D. 238. *Decreto do rei D. Pedro II, ordenando ao Conselho Ultramarino consultar o papel que fez o ex-capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, sobre as missões da capitania, e o que propõe a Junta das Missões para encarregar alguma dessas missões aos padres da Companhia de Jesus, dando-se-lhes côngrua e casa de residência.* Lisboa, 6 de nov. 1700. AHU – Paraíba.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560. *Requerimento dos religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, ao rei D. João V, solicitando que a casa e residência da Paraíba seja transformada em colégio e colocada sob a protecção real, fazendo-se dela fundador e consignando-lhes renda suficiente para sustentá-los e edificarem uma nova igreja.* Paraíba, 30 de out. 1728. AHU – Paraíba.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632. *Requerimento do provincial e religiosos da Companhia de Jesus do Brasil, ao rei D. João V, solicitando que a casa de residência da paróquia seja transformada em colégio, independente do de Olinda, onde possam viver dez ou doze religiosos.* Paraíba, 5 de jul. 1730. AHU – Paraíba.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177. *Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o pedido dos oficiais da Câmara da Paraíba para que se pudesse construir um anexo à igreja*

---

<sup>1</sup>Cf. OLIVEIRA, Elza Régis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa de (orgs.) **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002.

*dos padres da Companhia de Jesus com a finalidade de recolhimento de alguns filhos dos moradores de fora da cidade. Lisboa, 29 de ago. 1746. AHU – Paraíba.*

*Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 15, D. 1281. Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento do provincial e mais religiosos da Companhia de Jesus da província do Brasil, solicitando licença para transformar em colégio a casa de residência que possuem na Paraíba, e empregarem em bens de raiz os trinta cruzados doados por Manuel António Lima e sua mulher Luísa do Espírito Santo. Lisboa, 19 de set. 1749. AHU – Paraíba.*

*Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 23, D. 1759. Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, reclamando da falta de mestres de gramática, tendo em vista a expulsão dos jesuítas. Paraíba, 16 de jun. 1765. AHU – Paraíba.*

*Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 23, D. 1783. Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando da necessidade de se prover a capitania com novos mestres de gramática, tendo em vista a expulsão dos jesuítas. Paraíba, 23 de abr. 1766. AHU – Paraíba.*

*Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 25, D. 1925. Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei D. José I, sobre a necessidade de professores para substituírem os jesuítas; e propondo o aproveitamento dos clérigos das ordens de São Bento, São Francisco e do Carmo, existentes naquela cidade. Paraíba, 30 de abr. 1772. AHU – Paraíba.*

*Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 25, D. 1977. Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a capitania ter ficado sem mestres de gramática, com a expulsão dos jesuítas; e propondo que os padres franciscanos exerçam a função. Paraíba, 6 de nov. 1776. AHU – Paraíba.*

## 2. FONTES IMPRESSAS

ANÔNIMO. *Sumário das armadas*. Campina Grande: FURNE/UFPB, 1983.

HERCKMANS, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1982.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História).

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a História e a Memória*. São Paulo: EDUSC, 2000

AZEVEDO, Maria Helena. De largo do colégio a praça João Pessoa: a transformação de uma paisagem urbana vista em fotografias. In: *Anais do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem*, Londrina, 2011, p. 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Maria%20Helena%20Azevedo.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BURITY, Glauce Maria Navarro. *A presença dos Franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: G. M. N. Burity, 1988.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 volumes.

FARAGE, Nádia. *Muralhas do sertão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

FERREIRA, José Flávio Paulo; Araújo, Terezinha Virgínio de. O papel dos padres jesuítas no processo educativa da Paraíba. In: *Revista Brasileira de Filosofia e História*, Pombal-PB, v. 1, nº 1, p. 16 – 21, jan-dez. 2012.

GATTI, Ágatha Francesconi. *O trâmite da fé: a atuação da Junta das Missões de Pernambuco, 1681 – 1759*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 2011.

LOPES, Fátima Martins. Oficiais das Ordenanças de Índios: Novos Interlocutores nas Vilas da Capitania do Rio Grande. In: *Anais. Do XXV Simpósio Nacional de História*, 2009, Fortaleza.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 2 ed. João Pessoa: EDUFPB, 1995.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil – Séculos XVI – XVIII*. Tese. Dissertação (Doutorado em História da Arte), Universidade do Porto, 2004.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII)", In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos Índios no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINTO. Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. [2ª.ed.] João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2v. (Coleção Documentos Paraibanos), 1977.

POMPA, Cristina. *Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2002.

OLIVEIRA, Elza Régis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa de (orgs.) *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002.

Recebido 11/07/2015

Aceito 11/08/2015

## **CORPO - OBJETO PROFANADOR: AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E PERFORMANCE NA HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA**

**Robson Pereira da Silva<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

O presente artigo tendeu articular a dimensão contextual e sensível da segunda metade do século XX, sobretudo a partir de 1960, na viabilização da percepção do corpo como objeto de arte. Essa perspectiva será analisada por meio de performances artísticas intercalando-se as alterações que esse novo paradigma, a performance, oportunizou na História da arte. Nesse processo de intersecção entre corpo como produtor de visualidades, pode-se, consubstancialmente, investigar uma "partilha do sensível" que inferiu no próprio campo, o da arte, dialogicamente interligando estética com política; a partir de um princípio comunicacional de ascensão do *mass média*. Nesses procedimentos investigativos destacamos os trabalhos de Andy Warhol, Bruce Nauman, Carolee Schneemann, entre outros. Percebemos, ainda que, em caráter de elucidação, os trabalhos destes artistas como um ato de profanação com, e, pelo corpo, como suporte e meio, sendo este ato de quebra aos valores convencionais na arte e sociedade, sobretudo na própria história da arte.

**Palavras-chave:** Corpo, arte, performance.

### **Abstract:**

In this article we seek to articulate the sensitive contextual and dimension of art in these cond half of the twentieth century, especially from 1960, to the perception of the body as an art object. This perspective will be analyzed through artistic performances merging the changes tatt his new paradigm, performance, providedan opportunity in Art History. In the process of intersection

between the body as a producer of visual arts, one can investigate the "distribution of the sensible" that inferred in the field for art, dialogical a esthetics that connect with the policy; principle of an increase in mass communication media. These investigative procedures highlight the works of Andy Warhol, Bruce Nauman, Carolee Schneemann, among others. We realize, however, the elucidation of the character, the work of the se artists as an act of desecration with, and the body as a supportand a half, and this act of breaking the conventional values in art and society, especially in their own art history.

**Keywords:** Body, art, performance.

*[O CORPO COMO OBJETO] Eu acho que  
você não pode evitá-lo (Bruce Nauman -  
1972)*

As artes em uma das décadas mais voláteis do século XX, a década de 1960, passaram por um processo que, seguramente, podemos afirmar como propositor de uma reconfiguração operacional/conceitual no que tange a produção, execução dos procedimentos que as envolvem, sobretudo, a partir de uma proposta de cunho intermediático, a qual nos dedicamos a colocar em pauta, a *performance*. Os princípios norteadores que aqui serão analisados como componentes do campo da *performance* se caracterizam em: corpo, sensibilidade, ação, visualidades.

Basicamente, como diretriz, em uma composição reflexiva, nos deteremos em obras e artistas que incidiram sob os princípios norteadores supracitados, assim, destacamos o evento performático de

<sup>1</sup>Mestrando em História Universidade Federal de Goiás. (Bolsista CAPES) robson\_madonna@hotmail.com

Andy Warhol – *Exploding Plastic Inevitable*; obras Valie Export, Carolee Schneemann, Bruce Nauman e Joan Jonas - artistas estes que investigaram por intermédio de suas obras as relações de corpo/mídia, em que se dispunham configuradas na sociedade ocidental tecnocrática daquele contexto. Essas obras, sobretudo destaca em clarividência as possibilidades de visualidade do corpo como mídia, imprimiram uma incorporação sintomal e inversa da biopolítica<sup>2</sup>.

## Arte no século XX: outros problemas...

A partir do século XX o campo das artes se destinou a confrontar-se com outras tensões para além daquelas firmadas a partir do entremeio dos séculos XVII e XIX, o qual a temática da linguagem estava sendo delineada e classificada, ou a distinção entre obra e objeto se desenharam na cena de uma filosofia da arte. Mas, esquematicamente, recapitulemos de modo geral essas passagens na historiografia da arte, para que se compreenda como se chegou ao paradigma da performance.

Então, previamente, na relação entre obra e recepção, uma percepção da arte como linguagem é delineada, que a firma na construção de códigos, signos a serem recebidos. Estabelece-se imediatas interpelações postas entre os significantes e os significados, de modo que arte substancie uma "língua universal", como porta as investigações de Leburn já no classicismo francês racionalista<sup>3</sup>, entre o século XVII-XVIII, no qual investigou-se proximidades,

traduções, ou incoerência entre as artes, continuidade do paradigma *ut pictura poesis*:

A parte espiritual é vista como independente dos signos tanto na pintura como na linguagem. As ideias são universais, apenas as palavras mudam de língua para língua. Os pensamentos são independentes do seu médium: estamos diante da traduzibilidade absoluta, diante da equação: *ut pictura poesis*. O texto da chegada é belo porque ele pode adaptar a mensagem do texto da partida completamente a língua de chegada, sendo infiel apenas com relação à forma e às palavras do texto da partida. (SELIGMANN, 1998, p.16)

O classicismo de conjuntura retórica sensualista dedicava-se a problemática da arte na interpelação da mesma, considerando-*amedia*, caráter esse que relativiza as proximidades no campo de traduzibilidade entre artes, como expõe Andrey Oliveira:

[...] quando começa a tomar corpo uma retórica mais sensualista que relativiza a supremacia absoluta até então gozada pela *inventio* e recupera da marginalidade a *elocutio* e a *dispositio*, ou seja, os elementos responsáveis pela sensualidade das obras. Na poesia, é ressaltada a importância da sonoridade e dos recursos estilísticos. Na pintura e na escultura, ao lado do desenho propriamente dito – que vinha sendo considerado um elemento superior, já que era o repouso da ideia – são agora postos em destaque a coloração, o volume e a textura. Esta afinação com os aspectos mais concretos da arte, com os elementos mais materiais das obras, pressupõe, em contrapartida, a consideração do receptor no âmbito da reflexão estética, uma vez que tais elementos são vistos como meios de comocção. O que temos, então, na retórica sensualista é um princípio de

<sup>2</sup> A partir de Foucault, entendemos como formas de poder que designa a vida como mote de sustentação da governabilidade por intermédio da articulação de política com saberes produtores de tecnologias de poder, biopoderes, procedimentos disciplinares sobre a vida dos indivíduos, como a mídia e seus efeitos. Cf.: REVEL, Judith. *Foucault conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005; FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica* – Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008; AGAMEN, Giorgio. *Homo Sacer* – O poder soberano e a vida nu I. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

<sup>3</sup> Responsáveis por uma teoria geral comparativa das artes miméticas. Sobre essa concepção filosófica da arte, calcada na perspectiva da arte como linguagem, Andrey P. de Oliveira, na investigação da traduzibilidade das artes e seus signos, afirma: "O classicismo estético pautava suas doutrinas em premissas racionalistas, e defendia uma concepção de linguagem que a considerava "cindida entre o seu elemento racional e o material" acreditando na independência do primeiro em relação ao segundo. As ideias, os pensamentos, portanto, eram vistos não subordinados ao seu *medium*. Pensava-se que tanto na pintura quanto na linguagem de um modo geral, a parte espiritual – que no racionalismo era o que importava – independia dos signos.

valorização das diversas manifestações da arte como media, como veículos concretos que obedecem a certas especificidades. Há, portanto, uma relativização da traduzibilidade absoluta entre as artes. (OLIVEIRA, 2010, p. 165)

Essas questões, por exemplo, configuravam problemáticas entorno da mimese, como corporifica também indagações sobre o efeito da representação, ou seja, uma crise do poder de manutenção da representação no tocante a verossimilhança com o que se entende por real. No século XIX sistemas de pensamento, como a psicanálise, começam a colocar em questão a dimensão da realidade, por exemplo, a posteriori, Lacan<sup>4</sup> que concebe o real como perpassante do imaginário, catalisado em sistemas de representação.

As preocupações estão voltadas, já no século XIX, para com a arte em sua própria execução, como o caso da abstração e as chamadas "vanguardas artísticas", calcadas em tratar das especificidades da arte, não havendo paralelo entre temática e linguagem, a exigência encontra-se na operação, o importante é o domínio do ofício; tenta-se a partir de então, pensar o meio pelo próprio meio. A forma, como a geometria, configura a tentativa formal de fixar-se na realidade<sup>5</sup>.

Mas, ao mesmo tempo, convoca-se o estudo entre aparências e realidade, não significando o desinteresse pelo real, porém, a arte de vanguarda figurou a última tentativa de vontade realista, como mostra Xavier Ventós (1979) na sua teoria da sensibilidade, em que

verifica a aproximação progressiva da realidade desde o Renascimento a perspectiva em que objetos artísticos são postos em uma pragmática, lugares de usos.

Na segunda metade do século XX, a indagação se encontra na proximidade da arte com a vida, ou como experiência, sendo esta configuração de uma linguagem, ou melhor, um paradigma que se articulou na reelaboração destas problemáticas abordadas ao longo de três séculos entre estética e História da Arte, como pressuposto secundário, porém enfatiza-se o suporte, processo e a ação, afastamento dos "imbróglis" da representação.

A reelaboração consiste na proximidade do artista como mediador<sup>6</sup>, em prol da construção da obra como processo interligado com uma dada recepção, ademais, na operação de signos comporta-se os processos que fazem da ação o mote da performance como linguagem, em que o próprio artista é envolvido com os códigos nos quais opera:

Porém, não devemos esquecer que embora o performer seja ativo e um manipulador de códigos ele também está submetido às regras da sociedade e as normas da sociedade. Consequentemente, esse processo de engajamento na arte da performance se dá tanto com vistas a um trabalho de criação e desenvolvimento com signos abertos, quanto para criar para si próprio um espaço de autoliberação. (GLUSBERG, 2005, p.79)

Nesse quadro, a performance como paradigma baseia-se na quebra, ou melhor, se aparta do operador mimético, em

Em consequência dessa concepção de linguagem, a estética do classicismo concebia com muita naturalidade a traduzibilidade absoluta das idéias entre as línguas e mesmo entre as artes." Cf.: OLIVEIRA, Andrey. Laocoonte, de Lessing, Passagem Obrigatória: Algumas Reflexões sobre Palavra e Imagem. *Graphos*. João Pessoa, Vol 12, N. 2, Dez./2010, p.165.

<sup>4</sup> Lacan investiga os acessos, ou melhor, os registros da realidade que só se possibilita por meio ternário R, I, S (Real, Imaginário e Simbólico). Cf.: LACAN, Jacques. Nomes-do-Pai. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

<sup>5</sup> Arte como meta-sistema de representação da realidade, como nesse caso, significa a representação da aparência que busca da essência do real, assim incide um afastamento da obra em detrimento da investigação formal, em uma renovação pensada como "nova arte", calcada, continuamente, no projeto tradicionalizado no Renascimento. Cf.: VENTÓS, Xavier Rubert de. Teoría de la sensibilidade.3.ed. Barcelona: Península, 1979.

<sup>6</sup> Processo de verticalização da criação. Cf.: COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.97.

que por exemplo, o corpo deixa de ser um signo de representação, por conseguinte, os signos estão impregnados e manipulados no corpo. Figura-se nessa perspectiva o corpo como mediador de visualidades próximas do real, sendo a arte o meio em que se apresenta a operação, não importando-se categoricamente com o produto. Assim gera-se uma dependência do sujeito e suas construções.

Destarte, o que proporciona a dimensão da *performance* como arte é a natureza de dispositivo atribuído ao corpo, instrumento de auto reconhecimento, abrindo espaço ao acesso do real e/no pelo sujeito, configura-se o impacto dos sentidos em um procedimento espetacular, cênico de fixação corpórea. Não obstante, arte é vista a partir de princípios de experiência visadas pela ação, os princípios do agir.

A *performance* estabelece de modo eficaz uma quebra com a hierarquização, classificação das linguagens, pois é característica de hibridações, de modo que a prática e o processo, por vezes, emanam percepções inclassificáveis, ou seja, propõe uma instabilidade sistêmica da categorização exposta, por exemplo, em Lessing<sup>7</sup>.

No caso, do século XX o problema se configurou a partir não mais do pensar arte em detrimento do fazer, como proposto anteriormente em Hegel em *Lições de Estética*, mas se dimensiona a pensar arte por intermédio da ação. Segue-se então, a linha escalonada voltada para problemática da arte e seus suportes em diálogo com as condições culturais que a configura, não oportuniza mais o universal, mas

sim, a fragmentação, ou mesmo a localização atual da arte, o corpo com o seu contexto, como por exemplo, a Indústria Cultural.

Assim, o paradigma da *performance* esfacela os pressupostos buscados por uma teoria da arte e estética em seus mais profundos embates de outrora, como a configuração da crítica, estabelecida por Lessing, e as teses sobre a representação, que na *performance* se dilui pois percebe-se o crítico e, por vezes o artista, como assinatura; produz-se uma teorização a partir do ato, ou a obra como resposta a crítica, assim a produção é um procedimento de crítica, ou seja, reelaboração de *doxas* com colagens entre prática e teoria, fundamenta-se experiências como teorias do próprio artista, estabelece-se a crise no campo da história da arte.

Essa perspectiva de arte configurou uma elevação de objetos uso a objetos de arte, possibilitada pela percepção da arte como um princípio comunicacional, entrelaçou o sentido e a função das atividades artísticas. Porém, há um lastro conector entre arte e a nova arte: a ordem e contingência dos princípios representacionais, pois nem toda obra se encontra referenciada, ou ligada a representações, havendo-se, portanto, rotatividade de modelos baseados na perspectiva representacional gerida a partir do Renascimento, favorecendo afastamentos, simplificações destes modelos teóricos da arte, como no modernismo, no qual o afastamento da figuração em prol de uma geometrização das artes eliminou a questão do tema para se tratar de um problema próprio da arte – a

<sup>7</sup> Quando o filósofo da arte propõe a classificação geral das artes, a proposição de adentrar a arte nos grandes sistemas de pensamento alemão e propositora de uma postura universal de cunho civilizatório, e o estabelecimento fronteiriço entre pintura e poesia nos seus possíveis limites, em uma concretização da autonomia das artes, início de uma caracterização interartística.

linguagem – em um procedimento sistêmico e processual da mesma, oportunizou-se a diminuição do potencial representacional da obra para o estabelecimento investigativo do próprio lugar da arte.

Mas, essas abstrações efetuadas pelos modelos de vanguarda foram afetadas pelo atrelamento da arte as teorias da comunicação, que oportunizou procedimentos artísticos que indiciassem os círculos de reverberação e mediação entre arte e o dispositivo social.

Pode-se dizer que, na confluência entre arte e cultura, não se tem controle entre tema e função, como no Renascimento, mas o controle nesta nova perspectiva se estabelece noutros lugares, como o mercado e o consumo. Xavier Rubert de Ventós afirma que a coisa se transforma em forma, na qual a intervenção se concretiza não pelo tema e sim pelo meio, sendo este o corte da contingência da nova arte que se constitui sob três prismas:

[...] las <necesidades internas> del arte mismo, puestas de manifiestos en el último arte de vanguardia;  
[...] el nuevo humanismo, que no parece ya conformarse con exaltar el hombre o su mundo, sino que trata de intervenir en la construcción del <medio> que rige su destino;  
[...] las necesidad externas más urgentes que plantea un mundo cuya <artificialidad>, cada vez mayor, exige que la prospectiva artística esté presente en su elaboración misma. (VENTÓS, 1979, p.468).

Esses prismas nos possibilita a averiguar a história da arte do século XX, no qual se elucida modelos possíveis de substituição da figuração, mas não sua morte

(VENTÓS, 1979, p.467).O autor quando se volta as vanguardas como movimentos de abstração conservadora, afirma pois, pela iniciativa de prorrogação com os laços e as tendências anunciadas no Renascimento por meio de deformações, a emissão e controle da forma no campo da execução, como em outros flancos na História da Arte (VENTÓS,1979,p.467), dedica-se a sua tensão dramática em seus problemas operacionais, sendo apenas uma moda.

Na perspectiva de Xavier Rubert de Ventós o que dispôs esse corte contingente entre a arte e a nova arte fora a programação de um estilo que “nasce negando e afirmando/negando uma realidade e um modo de expressá-la” (VENTÓS, 1979,p.107) [tradução minha], ou seja, um estilo que propõe uma partilha do sensível, em que se expõe uma dimensão entre estética e política, produz contradições e sobrevive a elas.

O estilo se constrói em uma zona conflitante, por exemplo, o autor afirma que a contracultura foi uma denúncia visual, sonora de uma época estruturalmente formal que, se utilizando de alguns meios próprios, da mesma estrutura ao qual criticavam, mas com objetividade na escolha, apresentou-se como uma sensibilidade estética alternativa à crise do modelo ocidental estrutural de sociedade.

Neste interstício surgem propostas artísticas que avaliam e se envolvem nessa percepção sintomática das ortodoxias do contexto dos anos de 1960, como a *pop art* - a qual se apresentou como uma reação, aos propósitos

ortodoxos da abstração, que haviam deixado o valor relativo da arte em segundo plano, tornando mais uma vez a sacralização da forma – agora abstrata, permanência do suporte; desse modo a *pop art* irrompe como a “secularização dos objetos” (VENTÓS, 1979, p.137) [tradução minha].

Esse movimento é estilístico, a partir de sua flexibilidade e como reação a própria abstração, que segundo Ventós é a sua progenitora:

El pop art era sin duda un hijo de la abstracción, pero un hijo destructor: un hijo en quién, según dicen los biólogos, aparece como fenotipo lo que en sus padres era oculto o irreconocible *genotipo*; en quién se resuelven y toman cuerpo de negación objetiva las contradicciones internas de sus progenitores. La realidad, a partir del pop, no se capta ya se afirmando cada vez más el cuadro, sino saliéndose de él: reconociendo que hoy ya no sólo es arte lo que parece <Arte> el o sentido metafísico que dio el renacimiento término; reconociendo, también, hasta cierto punto, que la vanguardia y las experiencias nuevas salieron del arte sin necesitar ya del artista que las constituya [...] (VENTÓS, 1979, p.129).

Com isto, podemos perceber e creditar um entrelace entre as necessidades internas e externas a arte que inferiram na corroboração de uma nova condição estética, e o papel do artista a partir da dimensão secular dos objetos de arte que exprime um corte com as emendas propostas pelos princípios geridos com o Renascimento; a partir da década de 1960 percebe-se que a sociedade passou a materializar seus valores estéticos.

Com essa transfiguração da arte, para uma perspectiva que atrela corpo e ação, como paradigma da performance, cria-se um projeto de profanação biopolítica, pois infringe as técnicas de biopoder, as apropriando inversamente a figuração do corpo puro [disciplinar], ou da violência institucionalizada, que no contexto da década de 1960 dispõe a guerra como tecnologia biopolítica atrelada a mídia como reforço da governabilidade. Essa profanação projeta a concepção do corpo mídia, ou como profere Andy Warhol – “eu quero ser máquina”. Assim, o corpo constrói uma outra percepção material da arte, ou como incide Deleuze e Guattari (1996), o “corpo sem órgãos”<sup>8</sup>(CsO), como objeto de transgressão da biopolítica aplicada a mídia, a “desterritorialização”<sup>9</sup>dessas relações.

Atentemo-nos agora, então, a um dos representantes da *pop art* – Andy Warhol, sobretudo na execução, produção de um evento de cunho performático que [de]sacralizou alguns pressupostos tradicionais que envolviam a arte até então: suporte, tempo, espaço, linguagem; ou seja, apresenta uma proposta/performance expansiva, este evento foi batizado pelo artista de *Exploding Plastic Inevitable*, o EPI.

## **EPI: o estilo visual e investigativo das relações entre corpo e a cultura do consumo.**

*O vazio produzido por Warhol reitera seu ódio pelos objetos que, aliás, é o outro modo de afirmar: Pop é gostar das coisas. Trata-se da condição para se ligar*

às coisas, justamente ao se desligar delas  
(TORRES,2006, p. 176) [grifo meu]

O EPI foi um evento/show, ou melhor, performance "orquestrada" por Andy Warhol, em parceria com outros artistas de diversas poéticas, no intuito de expandir a proposta fílmica do próprio Warhol. Essa foi uma iniciativa interartística calcada em justaposições imagéticas, sonoras, corporais, no período entre 1966 a 1968.

Esta proposta evidencia mais os objetos de arte e a prática do que o próprio resultado final, a obra. Os materiais na construção desse evento performático (géis, globos espelhados, discos, autofalantes, canhões de luzes, etc.) se encontram

já dispostos no cotidiano dos expectadores por meio da Indústria Cultural, mas na performance se caracterizaram como dispositivos inter-relacionados e anunciados como objetos de arte, bem como os artistas e efeitos, compunham o quadro performativo proposto em caráter cumulativo. Assim Warhol pela ação em uma rede de associações ajudou a delinear o debate sobre as formas de arte intermidiáticas:

Exploding Plastic Inevitable. Reproduzindo imagens e processos da cultura comunicacional, promovendo estratégias de repetição e circulação de matérias já instituídas e massificadas, o artista Pop logra sua neutralização por esvaziamento dos sentidos. Com a erotização sádica de seus filmes, re-injeta, no arquivo, pulsões transgressoras e as devolve à circulação (COSTA, 2008, p.23).

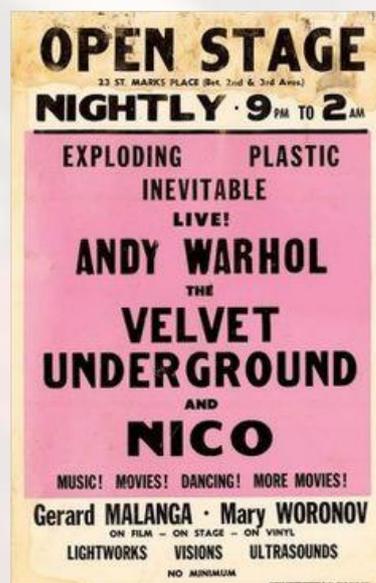


Figura 1 – Anúncio do Evento Exploding Plastic Inevitable

Fonte: <[http://media-cache-](http://media-cache-ak0.pinimg.com/236x/b5/25/b0/b525b01e488cac4abafa4734f5f0dbf1.jpg)

[ak0.pinimg.com/236x/b5/25/b0/b525b01e488cac4abafa4734f5f0dbf1.jpg](http://media-cache-ak0.pinimg.com/236x/b5/25/b0/b525b01e488cac4abafa4734f5f0dbf1.jpg)>

Outras questões provocadas por esta iniciativa de Warhol se exprimiam, como: cibernética, automação, dissolução da

subjetividade humanista, controle social sobre o corpo em diálogo com os dispositivos sociais.

Com essas questões a crítica recai sobre o EPI, mas Warhol e seu grupo, magistralmente, respondiam as mesmas com o uso de elementos que aludiam as referidas críticas, de maneira que, não arbitrariamente, se expandia a concepção da obra com os componentes da recepção, produção e execução da mesma. Interpenetrando uma teoria produzida pelo viés da prática artística, contribuindo com o esfecelamento da crítica de arte<sup>10</sup>.

O efeito cumulativo desta experiência performática se valeu na fusão entre cinema, música, *pop art*; assumindo o formato da TV como suporte equivalente a intenção da performance. Como investimento, a TV, na expansão da experiência de cinema de Andy Warhol, comporta ao projeto performativo da visualidade sensorial a capacidade de suportar tudo simultaneamente; show da Banda Velvet Underground and Nico, coreografias de Gerard Malanga e Ingrid Superstar, mostra de filmes de Andy Warhol, como *Blow Job*, execução de discos *pop* configurando uma pista de dança.

Esta proposta suporta a justaposição de elementos que já configuravam valores estéticos independentemente de sua reduplicação, como alerta Xavier Rubert de Ventós (1979). Mas a mediação performática de Andy Warhol compunha uma partilha sensível de sintomas deste contexto, como as questões já apontadas a partir do EPI. A *performatividade* do evento caracterizou um pacto de denúncia e participação de Warhol com a sociedade midiática, “a delação pública do banal” (CAUQUELIN, 2005, p.108), como

em outras duplicações performativas do artista. A performance envolve o manipulador e os receptores na manipulação de códigos.

Andy Warhol detinha uma relação de ambiguidade e contradição com os mecanismos de manutenção e difusão de sua obra, pois tinha uma relação mimética com a mesma lógica de serialidade que negava/denunciava, assim configurava-se uma atitude política por meio da estética, afinal dispõe uma tensão dialética entre o expectador com a familiaridade dos objetos dispostos no EPI.

Exige-se um engajamento perceptual a partir do uso de elementos que a própria duplicação afirma negando, na criação de tendências visuais que expõe, sintomaticamente, a afirmação tecnológica do que liga o último suspiro modernista a uma tendência pós-moderna. Se prendem ações as exigências do contexto, como observa Hal Foster, sobre o Evento de Warhol levado a casa de Concerto Lincoln Center:

Despite his temporary artistic alliance with Young, Warhol would almost certainly have recognized in the strategies of minimalism a mimetic relation to the same logic of seriality that it denied. Indeed, while each of Warhol's individual film loops displayed a stark, minimal repetition, the collection of the four projectors together amounted to differences in details, instantiating much the same logic of pseudo differentiation that Warhol disparaged in commercial TV. Situated at what Hal Foster has termed “the crux of minimalism,” Warhol's Lincoln Center installation occupied a pivotal, but ultimately provisional and perhaps fragile, moment of dialectical tension

between a resistant, modernist autonomy and a postmodern aesthetic collapse into the expanded fled being colonized by capital at that time.(JOSEPH, 2008, p.98).

Deste modo, o interesse do grupo liderado pelo expoente da *pop art* consiste na intervenção por meio da mídia ,pelos procedimentos próprios do *mass mídia*, mas invertendo a atitude meramente contemplativa atribuída ao expectador, por uma atitude perceptual produzida pela imersão exigida por uma visualidade, ou seja, se constitui um paradigma de cunho audiovisual. Exprime-se o próprio lugar dos proponentes da ação, o ambiente eletrônico. Essa percepção conflui com as ideias de Marshall McLuhan acerca das ações midiáticas:

To date, the reception of the Exploding Plastic Inevitable remains unproblematically tied to McLuhan's apotheosis. In the book *Up-Tight*, Victor Bockris and Gerard Malanga declare that a "formal definition . . . of the aims of the E.P.I." Could be found in McLuhan's statement that "Our new [electronic] environment compels commitment and participation. We have become irrevocably involved with, and responsible for, each other." More generally, Gene Youngblood claimed expanded cinema as "a paradigm for an entirely different kind of audiovisual experience, a tribal language that expresses not ideas but collective group consciousness." Following McLuhan's claim of an impending return to self-presence, Youngblood further explained that "We are tragically in need of a new vision: expanded cinema is the beginning of that vision. We shall be released. We will bring down the wall. We'll be reunited with our reflection." (JOSEPH, 2008, p.102).

Essa afirmativa dos espaços eletrônicos que se formata sobre o corpo e o corpo social resultava em interpelações sobre o os meios eletrônicos, a partir do uso dos mesmos, imprimido sobre o corpo e a sensibilidade dos *performers* e expectadores do EPI, um processo de apropriação e alegoria da própria problemática dessa relação, como aponta Branden Joseph a partir de Walter Benjamin no que tange o EPI (JOSEPH, 2008, p.107). Essas experiências imersivas favoreceram o caráter perceptual da interpenetração audiovisual de cadeia global que se configura no cotidiano a partir do *mass mídia*, como nova tecnologia de biopoder.

Com isso, podemos observar uma acessibilidade ou adensamento do campo visual, por meio da quebra com tradição Ocidental de princípio representacional para a composição, ou melhor, a corporificação de ações estéticas comunicacionais, em que a cultura que se metaforiza no corpo, não o contrário. O EPI, fruto do estilo *pop art*, pôde corroborar para experimentações que provocaram o corpo como dispositivo e alvo da investigação artística, como também o personificou como suporte.

### **Corpo: objeto plástico, categórico e inevitável.**

Adentramos agora a segunda questão deste trabalho, a perspectiva do corpo como objeto de intervenção e investigação sensível, por intermédio das proposições performáticas executado nos anos 1960 a 1970, tendo o corpo assumido o status de mídia em confronto com os *mass mídia*, já

configurado como tecnologia do biopoder.

Seguimos algumas orientações dispostas no artigo Bare Lives (Vidas nuas) de Pamela Lee, que argumenta sobre os debates e produções artísticas referentes ao corpo feminino e multimídia, sobretudo, referenciando os trabalhos de Carolee Schneemann, Valie EXPORT e Joan Jonas, no contexto de afirmação feminista ao redor do mundo, como um enfretamento cunhado em alcance biopolítico.

Essas artistas tiveram em processos investigativos, salvaguardando suas peculiaridades, uma interconexão nas propostas que as unem, sob o princípio de alocar o corpo como um suporte/dispositivo investigativo do que, a partir de Foucault, pode se perceber como uma "hipótese repressiva" (LEE, 2008, p.141), no tocante a corpo e meios de comunicação.

No entanto, o trabalho destas artistas propõe uma relação de inversão com os suportes midiáticos que proferem uma modelagem de corpo, por estes elas mostram os efeitos, distorções, atemporalidades que estas imagens produzem sobre os corpos femininos. Elas buscam uma forma de auto representação, ou apresentação dos seus corpos, suas próprias "biopolíticas" opositoras das técnicas de biopoder dispostas a governabilidades dos corpos, então se fizeram difusoras de "CsO".

A configuração destas performances capacitou à percepção de um corpo ciente de sua materialidade e presença no tempo e no espaço, o identifica como

incorporador e emissor de signos, afinal o gesto não é algo que se expressa arbitrariamente é decorrente de uma conexa linguagem.

Essa tomada de perspectivação do corpo, não somente como representável, mas como suporte e propositor de visualidades, fazem da performance um catalizador de sensibilidades, profanações, que segundo Marcio Pizarro Noronha, configuraram conceitos operacionais para uma nova teoria da arte e, dispõe o corpo em uma nova dimensão na História da Arte:

Desse modo o corpo – corpo métrico, humano – veio a se tornar um suporte para o desenvolvimento da obra de arte e, como tal, um suporte de signos que estão contidos em nossa própria tradição artístico-cultural. [...] Sendo este corpo um suporte, acaba construindo conjuntos imagéticos que servem para figurar as questões da corporeidade e do próprio humano nos tempos atuais. (NORONHA, 2005, p.133)

Como aponta o autor, essa figuração proposta pelo próprio corpo do artista reverbera questões postas ao corpo, e por ele em seu contexto, ou seja, o corpo diagnóstico dos sintomas culturais de uma época. Bruce Nauman em suas investigações ambientais e performáticas indicou uma pressão da tecnocracia sob os corpos nos anos de 1960, expressões de uma biopolítica veemente atuante, como afirmado em Foucault (2008), construída a partir de uma racionalidade nas formas de governar, reforçada na modernidade casada com o liberalismo, atuante sob os corpos por intermédio dessas

formas de governar articuladas à saberes (tecnologias de biopoder) que a permitem atuar no governo padronizado da população, que remonta um novo corpo político.

As artistas referenciadas por Pamela Lee, em *Bares Lives* (2008), apresentam questões da corporeidade, fazendo seus corpos assumirem o status de mídia, ou seja, se utilizam do meio criticado para efetuarem seus procedimentos investigativos e, sobretudo de crítica a uma relação que sinalizou indícios de uma vida mediada, modulada por uma estética padronizada aos moldes midiáticos.

Os materiais utilizados neste posicionamento estético, sobretudo político, consiste em: monitores, câmeras, espelhos, como sistemas de feedbacks, que expressam as fragmentações do corpo, a discrepância entre o corpo real e o virtual, o paradoxo entre a "democracia das imagens" com os aprisionamentos rotulares e distorcidos emitido por elas. De um modo geral, estes trabalhos indicam uma tentativa de profanação do corpo, que consiste: "[...] *devolver o que está consagrado ao livre uso dos homens, ou ao uso comum dos homens. Profanar é assumir a vida como jogo, jogo que nos tira da esfera do sagrado, sendo uma espécie de inversão do mesmo.*"(ASSMANN, 2007, p.08).

A performances de *Bare Lives* indicam, pelo o que Teixeira Coelho nos sugere, ser o resto da obra que, no caso da performance podemos identificar nos seus registros os indícios que a retiram da mera efemeridade, e, sobretudo demonstram um dado rastro de uma

proposição sensível da intencionalidade do artista e até mesmo parte da recepção da mesma:

[...] um detonador – a obra é um interruptor, como diz Nestor Canclini – mas ela fica muito aquém do resultado final a que dá a causa. Como costume dizer, a obra é a obra é a sobra – aquilo que costumeiramente se identifica como "obra" (uma certa tela, uma encenação, um livro) nada mais é que o vestígio de alguma coisa maior que quase literalmente não deixa rastro. [...] Embora uma partitura, um guia, um roteiro possa preexistir a esse processo, o resultado (a que se dá nome de obra de cultura) só virá a existir graças à interação performática dos participantes do conjunto. Cada contexto de execução, de performance, tem suas regras e convenções, depende de expectativas e capacidades distintas e promoverá um resultado próprio. A cultura mostra-se, nesse quadro, um fenômeno instável e que se materializa fenomenologicamente a cada execução. (COELHO, 2009, p.8-9).

No caso, estes vestígios, ou produtos resultantes de intensão primeira, podem identificar em um procedimento de cunho etnográfico as propostas e problemáticas que incidem sobre a corporeidade, "como uma coleta audiovisual que exprimem a realidade contemporânea destas performances" (NORONHA, 2005, p. 133). Esta possibilidade só pôde ser possível, historicamente, pelas próprias metamorfoses e ramificações sofridas pela performance (*body art, happening, live art, etc.*)<sup>11</sup>, resultando na sua adentrada ao campo dos estudos acadêmicos, como o departamento norte-

<sup>11</sup> Sobre as influências e transmutações da arte da performance, conferir: COHEN, Renato – Performance como Linguagem – Ed. Perspectiva. São Paulo, 1987; GOLDBERG, Roselee – Performance Art – Ed. Destino. Madrid 1979; GLUSBERG, Jorge. A arte da performance. São Paulo: Perspectiva, 2005.

americano de *Performance Studies da New York University*.

Este procedimento de cunho antropológico (etnografia visual) nos indica os traços que a corporeidade das performances de Schneemann, EXPORT e Jonas ressaltaram com as referidas proposições de visualidades interligada ao corpo feminino. E analisar seus dispositivos de estruturação, ou seja, mídia e relações de gênero. Essa etnografia visual é possibilitada por uma iconografia produzida pelos mais diversos meios e suportes, como afirma Noronha:

Tecnicamente, os meios utilizados para produzir essa iconografia e/ou as experiências - sejam elas do artista, do público - são os mais diversos, indo desde os suportes tradicionais da pintura, da escultura, do desenho, da gravura, e de outros meios de reprodução técnica, passando pela fotografia e mais contemporaneamente pela arte postal (mail-art) e diversificando-se nas direções do happening/ performance/ body art (especialmente dos anos 60 do século XX pra cá) e dos meios tecnológicos, incluindo o uso do vídeo (videoarte), a instalação, a vídeo instalação e as formas mais contemporâneas das relações entre arte e tecnologias, seja pela aplicação de meios ao corpo (próteses e órteses), seja pela web-art e pela net-art. [...] Em relação a esse registro, não podemos chegar a um determinado consenso, pois não existe meio predominante e nem um suporte mais adequado. O que temos é absorção de novos meios de registro, de suportes de experimentação. (NORONHA, 2005, p. 135)

Outrossim, o autor supracitado nos sugere categorias que indicam os pressupostos que podem integrar os trabalhos das

artistas apresentadas em *Bare Lives* (2008), sobretudo, a partir das imagens produzidas por elas que alegam reincidências de categorias sociológicas que interligam seus trabalhos:

Corpo, sexo e gênero: os modos de apreensão artísticas das realidades e das formas adotadas pelo corpo em suas afirmações da masculinidade e da feminidade, de acordo com culturas, envolvendo ainda as transposições desses modelos para formas trans- (transgender, queer culture), com obras que tratam de história de vida, experiências de sexo, definições de gênero nas obras (arte homossexual, por exemplo), noções de valor e de pecado, erotismo e pornografia. [...] corpo, erotismo e pornografia: uma temática específica em torno do corpo, que envolve categorias anteriores, especialmente sexo/gênero e violência, pois sua produção se dá no interior de um conjunto imagético já marcado pelo universo do gênero (da cultura), identificadas culturalmente com estados de promoção do sexo e da sexualidade e das formas específicas do seu uso social, muitas vezes resultando em obras que criam personagens. (NORONHA, 2005, p. 136).

Há outras categorias sugeridas, mas optamos por estas que se aproximam do estudo disposto em *Bares Lives*, de Pamela Lee. O programa performático destas artistas interage na relação do corpo submetido e, uma ideia de corpo feminino construído virtualmente, ou seja, incita a percepção dos efeitos de comunicação de massa de forma crítica, sobretudo, subversiva.

Carolee Schneemann investigou os efeitos da mídia sobre o corpo, e o interrogou sobre a relação de mediação deste pelos os meios de

comunicação. A utilização da nudez como artifício, confrontou com as modulações de corpos femininos que estampavam os monitores de TV, revistas masculinas, configurados pela iniciativa comercial da pornografia afirmada na Indústria Cultural no contexto dos anos de 1960 e 1970.

Ademais, Schneemann indicava seu próprio corpo na tentativa de denúncia, ou melhor, de subversão a esta hipótese de repressão que emanava sob o corpo da mulher pela sobrecarga do entretenimento sob os sentidos, o seu ataque basicamente inferia sobre a supersaturação da mulher no *mass média*. Mas artista, segundo Pamela Lee, via nos próprios meios de comunicação a condição de contestação e ação política multiformes:

Nothing could be more misleading than this account. If Schneemann believed that film, video, television and the range of new media "bombardeaded" and "overloaded" it's imagined audience, she used such media for something quite other than these journalistic imperatives of "fun and profit." If Snows, as we shall see, in fact provided unflinching political commentary, a later work, which ostensibly bore no relationship to

media at all, delivered one of the most incisive verdicts on media's effects on the body. (LEE, 2008, p.143)

Na obra *Interior Scroll* (1975), performance realizada em East Hampton/ Nova Iorque, e no Telluride Film Festival/ Colorado, a artista em uma ação de domínio do seu corpo, em uma relação de cunho ritual, nua sobre uma mesa, pintava seu corpo com lama até que ela extraísse lentamente um rolo de papel de sua vagina, logo após proferia a leitura de um texto que nele continha:

Eu pensei na vagina, em muitos aspectos - físico e conceitualmente: Como uma forma escultural, um referente de arquitetura, fonte de conhecimento sagrado, o êxtase, a passagem nascimento, transformação. Vi a vagina como uma câmara transparente, de que a serpente era um modelo para o exterior: animada por ela a passagem do visível para o invisível, uma bobina em espiral rodeada, na forma de desejo e mistérios geradores - os atributos de ambos poderes sexuais, feminino e masculino. Esta fonte de conhecimento interior seria simbolizado como unificadora, índice primário do espírito e da carne no culto da Deusa. (SCHNEEMANN, 1975, s.n) [tradução minha]



Figura 2: Performance *Interior Scroll* 1975  
Fonte: <<http://www.caroleeschneemann.com/>>

Com essa apropriação, ou melhor, possessão, a genitália da artista exibe um corpo que define o seu domínio sexual não a partir da concepção monolítica instaurada, normativa estabelecida no campo da cultura. Neste proceder, ela concebe corpo como uma instalação – a vagina como ambiente/espço arquitetônico, como um receptáculo das relações de poder.

As obras de Carolee Schneemann investigam e corporificam uma imagem biopolítica do corpo, na qual a artista incide em poder comandar a sua representação, enquanto à violência ou a *Eros*, subverte as representações dispostas nos meios de comunicação.

Obras como *Fuses* (1964-1967) produziram visualidades fílmicas que, segundo Pamela Lee, concretizou contribuições para o cinema abstrato (LEE, 2008, p.144), e, também colocou a vida por meio da representação gráfica/audiovisual

da sexualidade, em um demonstrativo da distorção entre imagem e representação, por uma estética da fragmentação que, faz com que o espectador se veja confrontado na luta de identificação do que se apreende por corpo (LEE, 2008, p.147). Quer dizer, o corpo não está pronto, dado ou modulado por uma intencionalidade uniforme, como nos é vendido em atos de propaganda, que o submete.

Então, o corpo passa estar submetido ao outro lado da moeda biopolítica: o direito de morte e poder sobre a vida, testemunhando a aceleração da violência multimídia do final dos anos 1960. Focaliza-se o procedimento de inversão que a artista coloca o íntimo em processo espetacular – a esfera pública do íntimo:

In *Fuses*, everything is laid open to vision, everything is laid bare. Everything intimate is rendered explicit, laying waste to the border war between the private and spectacular: it

is a filmic demonstration of what Lauren Berlant calls the "intimate public sphere." "The fuck," as Schneemann referred to the action, as if it were an actor in the third person, is presented without apology, spurning any kind of veiling soft-focus. Genital sexuality is granted total visibility: cunt, cock and balls move in and out of the frame as relentless formal devices. If conventional pornography treats the female body as a

passive object of visual consumption— an inert heap of flesh submitted to phallocratic violence— in *Fuses*, the sexual intertwining of two intimates is a promise of parity. The ever-shifting terrain of those bodies and the multiple perspectives of them afforded by the film offers a non-monolithic vision of the sexual act. In *Fuses*, Eros takes on a phenomenological aspect. (LEE, 2008, p.146)



Figura3: *FUSES* Carolee Schneemann / USA 1964-67 / 29 mins  
Fonte: <<http://www.caroleeschneemann.com/>>

Também na obra de Valie EXPORT, indica-se uma percepção da tecnologia como atividade cultural, mas com intersecção do corpo como objeto investigativo desses meios, sobretudo os de comunicação. A artista coloca o aparelho em realidade, o corpo se faz integrado ao aparato tecnológico, aliás, é no corpo o local que se imprime o código da sociedade tecnocrática.

O projeto de EXPORT confere a expectativa da expansão da estrutura perceptual, em que confronta audiência, projeção e reprodução, diretamente interligadas ao comportamento presentificado, ou melhor, corporificado na visualidade.

O vídeo em suas produções, sob os aspectos do cinema expandido, significou o adensamento da arte como um princípio comunicacional, como tal, investiu na dissecação virtual dos corpos pelos meios que os difundem, modelam e submetem:

Just as EXPORT considered the dimensionality of the female body in expanded cinema, Jonas treated the body's spatial abstraction in video. This thinking, however, ran contrary to the conventional artistic politics of video in the late 1960s and early 1970s, which centered on both the rhetoric of its immediacy and the conviction that video, as opposed to television, was a democratizing medium. Video, in other words, was championed largely for its real-time

properties: it was seen as a mode of representation that shored up the transparency of communication and those it represented. But Jonas would invert the use of video and its associated technologies in the service of disarticulating the body: both the body's imagined integrity and its seeming capacity to communicate in an unmediated fashion. While this was a moment in which the stakes of art and politics were set especially high, Jonas' implicit approach to video's representational imperatives was not

in keeping with traditional activist aesthetics. For Jonas, the devices of the mirror, first and the feedback signal, second, act as metonyms for video's presentation of the body imagined as coherent, spatially and temporally immanent. Far from subscribing to the visual recuperation of the body, a gesture advanced in certain feminist artistic circles, Jonas's work challenged the irreducibility of that body in terms of the mediated space it would occupy. (LEE, 2008, p.154)

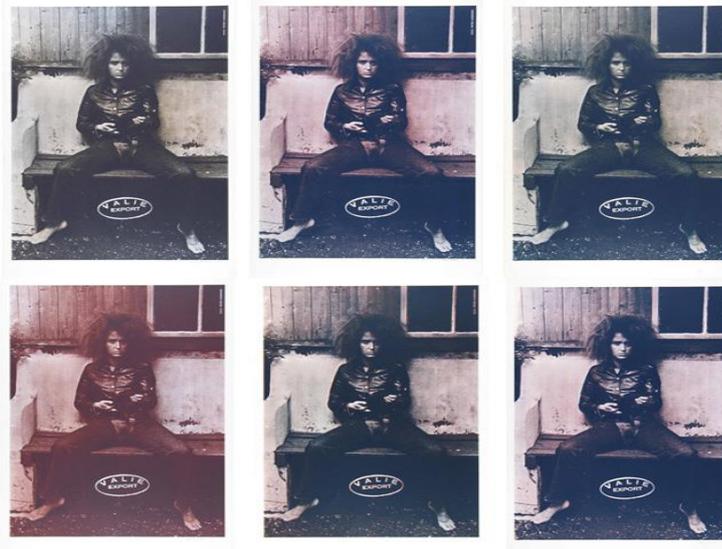


Figura 4: *Genital Panic* – Valie EXPORT (1969)

Fonte: <[http://www.moma.org/explore/inside\\_out/inside\\_out/wp-content/uploads/2010/06/EXPORT\\_all.sm\\_.jpg](http://www.moma.org/explore/inside_out/inside_out/wp-content/uploads/2010/06/EXPORT_all.sm_.jpg)>

O comprometimento do corpo como código, por Valie EXPORT, assume o ato de exibir o corpo na sua integralidade, não somente como um código representacional, mas como código de expressão do comportamento da tensão do mesmo diante da esfera do público e o privado. A artista avaliou pela sua ação os deslocamentos no que tange corpo e imagem, assim apresentou as distorções proferidas, efetivadas pela mídia sobre o corpo.

A performance deste modo, como indica Pamela Lee, sugere imersão política e feminista; coloca em investigação a codificação social que determina a posição do homem e da mulher na sociedade, como na obra *Corte* (1967-68); indaga-se, especialmente, o papel da mídia na subjetividade feminina, como também na obra *Genital Panic* (1969).

Outrossim, Joan Jonas em suas performances de cunho altamente investigativo, inquire pelo

corpo o atraso entre imagem e movimento. Essa atividade performática é oportunizada no confronto que Jonas efetua através de seus materiais, como o uso de espelhos, o ritmo do corpo em enfrentamento com a câmera. Portanto, pôde-se se evidenciar uma ambiguidade entre imagem e espaço real.

No caso da TV, Jonas pôde avaliar o corpo feminino posto sob o

estatuto de informação, ou seja, o aparato midiático é o interruptor da integridade do corpo feminino, que se encontra a ele submetido. Com tal experiência, a artista indica os caminhos de ilusão traçados nessa relação, o espelho é o seu maior suporte alegórico para demonstrar estes aspectos de atraso/ilusão/distorção entre corpo e mídia.

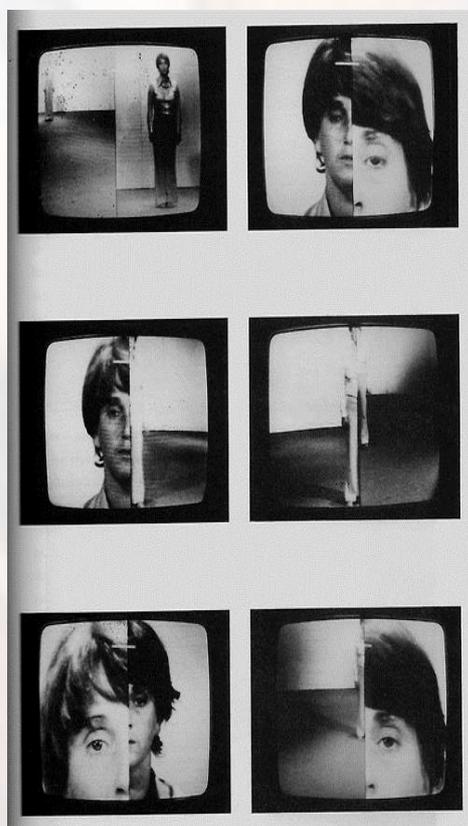


Figura 5: Valie EXPORT - "Adjunct Dislocation III", 1968-1997. Installation.  
Fonte: <http://www.artwiki.fr/wakka.php?wiki=ValieExport>



Figura 6: Mirror Piece I, de Joan Jonas, 1969.  
Valie EXPORT - "Adjunct Dislocation III", 1968-1997. Installation.

Nas investigações performáticas que envolvem corpo e espaço, colocamos em destaque as investigações performáticas de Bruce Nauman, pois este artista evocou o corpo como ambiente, o colocou em diálogo como ambiente, nesse sentido, pôde viabilizar as suas instalações. Bruce Nauman, percebeu a eficácia da performance, sobretudo, quando vislumbra no corpo a sua capacidade de objeto – “Eu acho que você não pode evitá-lo” (NAUMAN, 1972, s.n.), ou quando afirma a saída das formas da pintura.

Os debates que as obras de Nauman emitem, entre 1969 e 1974, principalmente as que suscitam a participação dependente dos expectadores, engloba a relação do corpo com a configuração tecnocrata na sociedade americana do referido contexto<sup>12</sup>.

Neste momento de firmamento tecnocrata, a produção e difusão de imagens emergem como

um organizador disciplinar do consumo que comporta a conformidade, uma tecnologia de biopoder. Bruce Nauman inverte, ao mesmo tempo, em que investe na conformidade do expectador em suas instalações; explora estes pressupostos a fim de colocar em tensão a circunferência da experiência diante das visualidades, de modo que estes ambientes provoquem deslocamentos junto ao paradoxo da presença, por meio da ocorrência ao vivo, e a vídeo colagem que emana uma reprodução.

Assim, por intermédio da experiência sensorial, o performer apresenta a percepção entre corpo e espaço diante do físico manipulado, aplica ao expectador a possibilidade de outros espaços diante da tecnocracia. O artista busca dar forma concreta a sociedade disciplinar que infere o poder sob os nossos corpos, o artista produz uma visualidade desta potência social.

<sup>12</sup> Cf.: KRAYNAK, Janet. *Dependent Participation: Bruce Nauman's environments*. In: LEIGHTON, Tanya (Org.). *Art And The Moving Image – A Critical Reader*. Londres: Afterall Tate, 2008, p.228-237.

Nesse quadro de potencialidades, acima apontadas sobre o trabalho de Nauman, como também as que foram desenvolvidas, a partir de outras artistas já mencionadas, percebe-se que a performance dispôs de conceitos operacionais para se pensar uma nova teoria e História da Arte, afetada por esses procedimentos de ação que, facultativamente, pelas inversões da relação entre corpo e biopolítica<sup>13</sup>, desestabilizaram suportes, hierarquia, classificações, poéticas; em um processo de reavaliação dos estatutos da arte até então. Colocou a própria arte como mediadora da experiência humana, tornando o corpo objeto desse processo de mediação.

A performance norteia e operacionaliza como experimento investigativo as experiências entre o corpo e sociedade no século XX, assim categorizou a construção de novos conceitos entorno da realização, percepção, e recepção dos objetos de arte. Sendo uma forma poética alçada na prática do artista.

Contanto, as experiências, biografias de artistas configuraram a perspectiva curatorial da história da arte, constitutiva na reconfiguração de formatos, suportes, intersecções políticas que as performances categorizaram; como expressa os trabalhos já mencionados, *Bare Lives*: que se encontra reunido na obra organizada por Tanya Leighton - *Art And The Moving Image - A Critical Reader*.<sup>14</sup>

Entre os conceitos operacionais que esta prática artística designou Márcio Pizarro Noronha (2007) aponta alguns como:

audiovisual, vídeo-art, web-art, net-art, live art, vídeo dança, etc. Então, as experiências artísticas no século XX deixaram seus lastros sobre a teoria da arte contemporânea, como nos aponta o autor:

[...] a produção poética da segunda metade do século XX traz à tona um conceito operacional, mapeado e registrado pela História da Arte: a performance. A performance como experimento sugere uma nova configuração / combinação entre a separação e a unidade, designando ambas as formas enquanto matrizes paradigmáticas para o fazer artístico no século XX e XXI. As experiências envolvem o trânsito das imagens visuais e da plasticidade, categorias das Artes Visuais em geral, entre o corpo, o som e o audiovisual. (NORONHA, 2007, p.406).

Contudo, nesses parâmetros, estas práticas artísticas possibilitaram por meio do corpo uma percepção da configuração da experiência pela estética, o que possibilita a arte a uma partilha do sensível, como aponta Jacques Rancière (2009). É por este caminho que a política se corporifica na expressão de uma ação estética, em que se determina lugares, posições, espaços, ou a execução do poder, como os procedimentos de investigação dos artistas, que fizeram da ação um paradigma; se incumbiram na materialidade do seu corpo em implicar os efeitos da tecnocracia, relações políticas no que se refere ao sexo, pressão dos programas *mass mídia* sob o corpo da mulher.

Desse modo também, pode reavaliar a posição do corpo diante da própria história da arte, ou seja, disponibilizaram formas de

<sup>13</sup> Sobretudo na investigação e inversão das tecnologias de biopoder incorporados nos processos midiáticos, em que artistas se apropriam desses meios e suportes e os transpõe no corpo, afim de desnudar e denunciar os efeitos dessa nova forma de sustentar a governabilidades nos corpos. Ou seja, a discussões da biopolítica invade o campo das artes, tanto em processos, quantos nos produtos.

<sup>14</sup> Esta obra constitui uma reunião de artigos que oportunizam a história da arte por meio de um ordenamento da prática e experiência dos próprios artistas. Viabiliza-se também, afirmar a performance como uma categoria de arte interligada a projetos de visualidades, em uma dinâmica interartística.

visibilidade tanto no próprio campo – o da arte, quanto no campo da cultura e sociedade. A arte da performance articulou os pressupostos que unem estética e política:

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que esta atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. [...] A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para a qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2009, p.16-17)

A performance enquanto prática artística assumiu a partilha de procedimentos, conceitos, materiais que dialogaram politicamente com as problemáticas inerentes ao seu domínio, o campo das artes, e ao domínio sociocultural, abrindo um campo de visibilidade de maneiras de fazer que estiveram arroladas ao corpo, como também, gerou maneiras de se contrapor, produzindo visualidades de subversão, ou ao menos exibindo as relações que se configuravam sob o corpo social.

Esses projetos performáticos demonstrados ao longo deste trabalho tiveram como fio condutor uma atitude “fabricadora do sensível” (RANCIÈRE, 2009), a expansão da grade perceptual dos meios de comunicação, da própria inferência da biopolítica, seus instrumentos e efeitos, compondo uma forma concreta das dimensões potenciais para com “CsO”. Buscou-se pela sensibilidade fazer com que se

percebesse [sensivelmente] os efeitos produzidos pelas relações midiáticas – deslocamentos, submissão, supressão, aprisionamento, distorções, etc.

O corpo como objeto artístico passou a se perceber como inevitável, como transmissor, catalizador, receptáculo, difusor, subversivo, comunicativo, ou seja, um discurso de atitude estética. O corpo se legitimou no campo das artes, enquanto suporte performático, pela capacidade de instabilizar os discursos que sobre eles operava normativamente, o corpo passa a enunciar a quebra com as demandas convencionais a ele disposta historicamente, profanizou-se. Mas, só se tornou possível essas afirmações a partir do momento em que a biopolítica cooptou como tecnologia de poder: a mídia, como o caso da justificação de guerras na TV, onde corpos são expostos a serviço da governabilidade do Estado aplicado a população e seus interesses.

Destarte, acreditamos que artistas vislumbraram na profanação dos corpos uma [re]categorização dos efeitos da arte - um biopoder, em que no seu próprio campo estabelecesse um diálogo político com a sociedade. Reconfigurou-se em uma operação midiática, a profanaria de sua própria estruturação histórica enquanto disciplina. A curvatura dos processos de acessibilidade, da paridade corpo, signo, ou adensamento audiovisual, por meio da quebra com tradição Ocidental do princípio representacional. Dinamizou-se a metáfora da cultura no corpo, ao contrário da tradição da biopolítica,

em que o corpo está a serviço da mídia na composição de padrões de cultura. Desse modo, inquire e indica

as falhas entre imagem midiática e a composição do corpo nas suas visualidades performáticas, e "CsO".

## REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nu I*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- CAUQUELIN, Ane. *Arte contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COHEN, Renato. *A Performance Como Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- COSTA, Luiz Cláudio da. O cinema expandido de Andy Warhol: repetição e circulação. *Revista Poesis*. Nº 12. Rio de Janeiro: UFF, 2008.
- CREVEL, Judith. *Foucault conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Vol.3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GLUSBERG, Jorge. *A arte da performance*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- JOSEPH, Branden W. 'My Mind Split Open': Andy Warhol's Exploding Plastic Inevitable. IN: LEIGHTON, Tanya (Org.). *Art And The Moving Image – A Critical Reader*. Londres: Afterall Tate, 2008.
- KRAYNAK, Janet. Dependent Participation: Bruce Nauman's environments. In: LEIGHTON, Tanya (Org.). *Art And The Moving Image – A Critical Reader*. Londres: Afterall Tate, 2008.
- LEE, Pamela. Bare Lives. In: LEIGHTON, Tanya (Org.). *Art And The Moving Image – A Critical Reader*. Londres: Afterall Tate, 2008.
- MATESCO, Viviane. Corpo, ação e imagem: consolidação da performance como questão. *Revista Poesis*, nº 20. Rio de Janeiro: UFF, 2012.
- NORONHA, Márcio Pizarro. Imagens do corpo e embodiment das imagens. A circulação da imagem corporal em uma perspectiva histórica (artística) e antropológica (estética). *Revista Sociedade e Cultura*. V. 8, n. 2. Goiânia: UFG, 2005.
- \_\_\_\_\_. Performance e audiovisual: conceito e experimento interartístico-intercultural para o estudo da história dos objetos artísticos na contemporaneidade. In: XXVICBHA – *Anais do Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. São Paulo: XXVICBHA, 2006.
- PERL, Jed. *New Art City*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 2ed. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Exo/ Editora 34, 2009.
- VENTÒS, Xavier Rubert de. *Teoría de La Sensibilidad*. 3ed. Barcelona: Ediciones Península, 1979.

Recebido 20/06/2010  
Aceito 14/08/2015